UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

LUCIANA DA CRUZ BRITO

**IMPRESSÕES NORTE-AMERICANAS SOBRE ESCRAVIDÃO,
ABOLIÇÃO E RELAÇÕES RACIAIS NO BRASIL ESCRAVISTA**

VERSÃO CORRIGIDA

SÃO PAULO
2014

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

LUCIANA DA CRUZ BRITO

**IMPRESSÕES NORTE-AMERICANAS SOBRE ESCRAVIDÃO,
ABOLIÇÃO E RELAÇÕES RACIAIS NO BRASIL ESCRAVISTA**

VERSÃO CORRIGIDA

*de acordo
24/07/14
Mizael*

SÃO PAULO
2014

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

**IMPRESSÕES NORTE-AMERICANAS SOBRE ESCRAVIDÃO,
ABOLIÇÃO E RELAÇÕES RACIAIS NO BRASIL ESCRAVISTA**

Luciana da Cruz Brito

VERSÃO CORRIGIDA

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Doutora em História Social

Orientadora: Profa. Dra. Maria Helena Pereira Toledo Machado

SÃO PAULO
2014

Revisão e Formatação: Vanda Bastos

LUCIANA DA CRUZ BRITO

**IMPRESSÕES NORTE-AMERICANAS SOBRE ESCRAVIDÃO,
ABOLIÇÃO E RELAÇÕES RACIAIS NO BRASIL ESCRAVISTA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Doutora em História Social

Banca Examinadora:

Dra. Maria Helena Pereira Toledo Machado / USP

Nome Orientador Titulação/Instituição

Dra. Lilia Katri Moritz Schwarcz / USP

Nome/Titulação/Instituição

Dr. Flávio dos Santos Gomes / UFRJ

Nome/Titulação/Instituição

Dra. Wlamyra Ribeiro de Albuquerque / UFBA

Nome/Titulação/Instituição

Dra. Barbara Sue Weinstein / NYU

Nome/Titulação/Instituição

São Paulo, de de 2014

*“Para Sedrick Miles,
por esta história que nos une...”*

AGRADECIMENTOS

Escrever uma tese, definitivamente, é o resultado do apoio de várias pessoas, e cada uma delas, da sua forma, foi imprescindível. Assim, na hora de escrever os agradecimentos, repetimos o clichê inevitável... sem todas estas pessoas seria quase impossível.

Inicialmente, agradeço às instituições que viabilizaram esta pesquisa: sem o suporte financeiro destas agências seria impossível ser livre para poder ser guiada pela curiosidade intelectual que garantiu a conclusão deste trabalho. Sou grata ao Cnpq e ao programa Capes/Fulbright, que foram imprescindíveis durante a minha estadia no Brasil e no exterior. Na comissão Fulbright Brasil, agradeço, especialmente, às senhoras Glayna Braga e Gisele Melo.

Foi durante minha estadia fora do país que entendi ainda mais a importância da universidade pública brasileira, que abre portas e aponta diversos mundos. Assim foi comigo. A universidade pública provocou em mim tudo o que se espera dentre as transformações e maravilhas que a educação pode provocar na vida de alguém. É nestas mesmas linhas que quero expressar minha imensa gratidão a minha orientadora, Maria Helena P. T. Machado, que tive a felicidade de ter como minha condutora ao longo dos últimos quatro anos de descobertas e amadurecimento pessoal e acadêmico. O estímulo à curiosidade acadêmica, sua compreensão com rigor intelectual, além de uma ampla percepção do mundo, são ensinamentos que quero levar comigo para a vida.

Também sou grata à generosidade da minha co-orientadora, Barbara Weinstein, apoio tanto pessoal quanto intelectual durante meu estágio sanduíche na New York University. Barbara apontou novos caminhos, com sua leitura acurada e exigente, mostrando aspectos a serem explorados e que fizeram este trabalho mais rico e sofisticado. Além disto, seu acolhimento, parceria e amizade fizeram das minhas descobertas momentos leves, positivos e felizes.

Também agradeço pela contribuição e sugestões da minha banca de qualificação, composta pela professora Lília Schwarcz e pelo professor Alexander Gebara, que contribuíram muito com o amadurecimento deste trabalho, sendo suas críticas fundamentais para esta conclusão. Agradeço também à minha banca de defesa pela disposição em contribuir para a sofisticação deste trabalho.

Outr@s intelectuais também colaboraram com o aprimoramento desta pesquisa, com críticas e sugestões que aprimoraram os debates presentes nesta tese. Assim, expresso meus agradecimentos a Ana Lúcia Araújo, Celso Castilho, Michael Gomez, Dario Euraque, Flávio dos Santos Gomes, Wlamyra Albuquerque, João José Reis e @s membros da linha “Escravidão e Invenção da Liberdade” da Universidade Federal da Bahia.

Expresso minha gratidão às funcionárias e funcionários do Programa de Pós-graduação em História Social e da Secretaria da Pós da Universidade de São Paulo, além de Karin Burrell, da New York University. Agradeço também a boa vontade e o profissionalismo das bibliotecárias e bibliotecários dos arquivos por onde passei.

Agradeço também a Vanda Bastos, que “lapidou” esta tese com sua leitura e revisões.

Como sempre, agradeço às amigas e amigos que me apoiaram de diversas formas, todas elas muito especiais.

Agradeço a Karoline Carula e Jonis Freire, que me apontaram novas possibilidades e me encorajaram a trilhar novos caminhos...

Expresso também minha imensa gratidão à Kleber dos Santos, parceiro e apoiador em boa parte dessa jornada.

Durante minha estadia em São Paulo, somente @s amig@s poderiam me presentear com dias felizes na *Concrete Jungle*, cidade que me ensinaram a gostar tanto.

Sou grata ao meu querido amigo Glaydson José da Silva, com quem compartilhei a casa e a vida. Ainda em São Paulo, agradeço a Silvana Jeha, Lia Vainer Schucman, Adilton Martins, Leandro José Queiroz da Silva, à professora Ligia F. Ferreira e a Nilson (Niyi) Delfino de Oliveira com quem diversas vezes partilhei as saudades de casa e as queixas sobre o frio.

Também agradeço às minhas colegas queridas e parceiras, Clícea Maria Augusto de Miranda, Maíra Chinelatto, Maria Clara Carneiro Sampaio, Marília Ariza, Débora Michels Mattos, Juliano Sobrinho e Joana D'Arc de Oliveira, com quem vivi momentos divertidíssimos e tive apoio incondicional na difícil tarefa de pesquisar e escrever.

Em Nova Iorque, a encruzilhada do mundo, Jonathan Square foi mais que um *roomate*, tornou-se meu amigo querido que tudo me ensinou sobre esta cidade e compartilhou comigo suas amigas maravilhosas. Sempre terei saudade das nossas conversas intermináveis sobre relações raciais no Brasil e nos Estados Unidos quando, na maioria das vezes, terminávamos o papo com mais dúvidas do que conclusões.

Ainda nos EUA, minhas amigas e amigos sempre, de perto ou de longe, lembraram-me de que eu não estava sozinha. Assim, agradeço a Ayo e Duku Ifalase, Ana Cardoso, Juliana Tramell, Mavis Gragg, Zinzi Bailey, Okezi Otovo, Christen Smith e Donovan Anderson.

A Bahia me deu régua, compasso e a amizade de Suely Souza Santos, Robério Souza, Iacy Maia Mata, Fábio Nogueira, Fabrício Mota, Tatiana Farias, Janaína Rodrigues Alcântara, Bras Farias, Flávia Karine Lacerda, Isabel Cristina Reis e Karine Damasceno, que leram, comentaram, acreditaram e me apoiaram na conclusão deste trabalho, sempre me alertando para a necessidade de cuidar do doutorado, mas, também, da vida.

Como sempre, se deve também agradecer às crianças Inaê, Catarina, João, Djeli, Naomi e Alícia que me alegraram com seus sorrisos, conversas e brincadeiras.

Agradeço ao amor e aos cuidados da minha Ialorixá, Elisa Maria Lordelo, uma fonte infinita de amor cuja maternidade e sabedoria me ajudam a manter o equilíbrio, provendo-me de força e facilitando minha ligação com os Orixás.

Sou imensamente grata a minha mãe, Lúcia Maria da Cruz Brito, sempre e sempre, pela sua paciência, amor e sorriso aberto a cada uma das minhas voltas para casa.

Por fim, agradeço a Sedrick Miles, leitor, crítico, comentador, tradutor e parceiro que me apresentou os Estados Unidos a partir da história de luta de mulheres e homens que construíram e constroem até hoje este país. A Sedrick, meu amor, admiração e gratidão por ter feito desta jornada uma caminhada muito mais bonita...

Eu, também, canto a América¹

Eu, também, canto a América
Eu sou o irmão mais preto
Quando a visita chega
Eles me mandam comer na cozinha
Mas eu rio,
E eu como bem
E cresço forte

Amanhã,
Quando a visita chegar
Eu vou estar sentado na mesa
E ninguém vai ousar me dizer
“vá comer na cozinha”

Além disso,
Eles verão quão bonito eu sou
E se envergonharão

Eu, também, sou a América

Langston Hughes

¹ Poema *I, Too, Sing America*. A tradução, assim como todas as outras nesta tese, são da autora.

RESUMO

Entre os anos anteriores à Guerra Civil e o pós-abolição, o tema da mistura racial e da cidadania dos libertos já era objeto de disputas nos Estados Unidos. Diferentes grupos envolvidos nesta discussão se apropriaram do exemplo de outras nações escravistas das Américas para analisar as experiências de cativo e liberdade na sociedade norte-americana. Foi neste período que grupos antagônicos como abolicionistas negros, cientistas, viajantes e escravistas incorporaram o exemplo brasileiro às suas disputas, pois o Brasil, conhecido como país miscigenado e supostamente sem preconceito racial, era marcado por uma intensa população negra que eles acreditavam conviver harmonicamente com a população branca. As interpretações sobre estas notícias eram divergentes. Enquanto abolicionistas afro-americanos se apropriaram do exemplo brasileiro, porque acreditavam que o país era uma referência de igualdade racial e liberdade, os cientistas, escravistas e viajantes entendiam o país no contexto do que acreditavam ser todas as nações latino-americanas: um país de clima tropical que, ao contrário dos Estados Unidos, favorecia a existência de formas de vida exageradas e inferiores. Além disso, a mistura racial e a excessiva quantidade de pessoas negras, muitas delas libertos e cidadãos, confirmavam ainda mais as diferenças entre a sociedade brasileira e a norte-americana. Até mesmo os imigrantes sulistas que vieram para o Brasil após o fim da Guerra Civil e que, inicialmente, foram atraídos pela manutenção do cativo no país, registraram seu descontentamento com a intensa miscigenação. Assim, esta tese investiga estas diversas impressões sobre o Brasil, produzidas por diferentes setores da sociedade norte-americana. Interessa-nos entender como estas notícias sobre o país foram apropriadas pelo debate político sobre escravidão, abolição e relações raciais nos Estados Unidos. É também nosso objetivo perceber como estes grupos criaram uma imagem do Brasil em oposição a uma ideia de nação americana, enfatizando diferenças que seriam utilizadas para formar identidades nacionais distintas, sobretudo no que diz respeito às relações raciais de cada país. Para analisar estes usos e apropriações de uma sociedade sobre a outra, utilizarei uma variada documentação composta por relatos de viagem, textos jornalísticos e científicos, jornais da imprensa negra abolicionista e cartas escritas por imigrantes confederados no Brasil que foram enviadas para seus familiares que viviam no sul dos Estados Unidos.

Palavras-chave: Escravidão e abolição. História dos Estados Unidos. História Atlântica. Relações raciais, Racismo científico.

ABSTRACT

Between the years preceding the Civil War and following abolition, the theme of racial mixing and the citizenship of freed blacks had already been widely disputed in the United States. The various groups involved in this discussion appropriated the example of other American slave nations in comparison to the experience of captivity and freedom in North-American society. It is in this period that opposing groups such as black abolitionist, scientists, travelers and slave owners incorporated the Brazilian example to their political disputes, once the Latin American country, known to be miscegenated and supposedly without racial prejudice, was marked by an intense black population that lived “harmoniously” with the white population. The interpretations of these reports were divergent at best. While African American abolitionists appropriated the Brazilian example because they believed Brazil to be a reference for racial equality and freedom; the scientists, slave owners and travelers understood the country in the context of what they believed was true for all Latin American nations: Brazil’s tropical climate, unlike the United States, favored the existence of exaggerated and lower forms of life. In addition, the racial mixing and the excessive black population, many who lived as freed citizens further confirmed the differences between the Brazilian and North American society. Even the American southerner immigrants who came to Brazil after the Civil War, who were initially attracted by the maintenance of captivity, expressed their discontent with the intense miscegenation.

This thesis investigates these varying views on Brazil produced by different sectors of American society. We are interested in understanding how news about the country was appropriate to the political debate on slavery, abolition and race relations in the United States. It is also our objective to understand how these different groups have created a certain image of Brazil in opposition to an idea of an American nation, highlighting the differences that would eventually be used to form distinct national identities, especially in regard to race relations in each country. In order to analyze the appropriations of one society about the other, I will use a large collection of documentation, composed by travel narratives, journalistic and scientific articles, the newspapers of the African-American abolitionist Press and the letters written by confederate immigrants in Brazil sent to their family members who lived in the American south.

Keywords: Slavery and abolition. United States History. Atlantic History. Race Relations. Scientific racism.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 Imagem de crânio de botocudo brasileiro	27
Figura 2 United States Exploring Expedition: viagem de ida	40
Figura 3 United States Exploring Expedition: viagem de volta	40
Figura 4 Elementos identificadores das nações africanas, segundo Wilkes	43
Figura 5 Samuel Ringgold Ward	66
Figura 6 <i>The Miscigenation Ball</i> – 1864	110
Figura 7 Capa do panfleto de autoria de L. Seaman “What Amalgamation is! And What We Are to Expect Now that Mr. Lincoln is Re-Elected”	112

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO: EM BUSCA DE UMA NOVA CANAÃ...	14
1 CIÊNCIA E VIAGEM: A ESCOLA AMERICANA, OS ABOLICIONISTAS NEGROS E O DISCURSO CIENTÍFICO NOS ESTADOS UNIDOS PRÉ-GUERRA CIVIL	20
1.1 A ESCOLA AMERICANA E A CONSOLIDAÇÃO DO RACISMO CIENTÍFICO NOS EUA	25
1.2 CIÊNCIA E VIAGEM: POLIGENISMO, MISTURA RACIAL E A POPULAÇÃO DO BRASIL	38
1.3 ABOLICIONISTAS NEGROS, A DESCOBERTA DE TIEDEMANN E A NEGAÇÃO DAS DIFERENÇAS RACIAIS	59
2 ABOLICIONISTAS AFRO-AMERICANOS E SUAS INTERPRETAÇÕES SOBRE ESCRAVIDÃO, LIBERDADE E RELAÇÕES RACIAIS NO BRASIL, NO SÉCULO XIX	73
2.1 O BRASIL E O DISCURSO CIENTÍFICO SOBRE AMALGAMAÇÃO: UM EXEMPLO PARA OS EUA	95
2.2 O BRASIL E O DEBATE SOBRE A DEPORTAÇÃO DOS AFRO-AMERICANOS	99
2.3 A ELEIÇÃO DO PRESIDENTE LINCOLN, MISCIGENAÇÃO E IMAGINÁRIO SOBRE A SOCIEDADE BRASILEIRA	107
3 OS USOS DA CIÊNCIA EM TEMPOS DE GUERRA E DE LIBERDADE: A CONSTRUÇÃO DO IMAGINÁRIO SOBRE O BRASIL NO PÓS-GUERRA CIVIL	114
3.1 RAÇA, CIÊNCIA E AUTOAFIRMAÇÃO DA COMUNIDADE NEGRA DURANTE A GUERRA CIVIL	123
3.2 O ESPELHO DA DEGENERACÃO: MISCIGENAÇÃO NA AMÉRICA LATINA E A AMEAÇA À PUREZA RACIAL NOS ESTADOS UNIDOS	131
3.3 DECIFRANDO O “ <i>MELTING POT</i> ” BRASILEIRO: IMAGINÁRIO RACIAL BRASILEIRO NA IMPRENSA AMERICANA	148
4 POR MEDO DO “DESPOTISMO AFRICANO”: RELAÇÕES RACIAIS NO SUL PÓS-ABOLIÇÃO E IMIGRAÇÃO CONFEDERADA PARA O BRASIL	157
4.1 RUMO A UM “PAÍS DE SELVAGENS”: O SONHO ESCRAVISTA NORTE-AMERICANO NO BRASIL	162
4.2 UM PARAÍSO (IM) PERFEITO: ESCRAVIDÃO, LIBERDADE E RELAÇÕES RACIAIS NA SOCIEDADE BRASILEIRA SOB A PERSPECTIVA DOS IMIGRANTES CONFEDERADOS	174
4.3 O CONTRAPONTO BRASILEIRO: CRÍTICAS DOS CONFEDERADOS AO DIREITO “EXCESSIVO” DOS LIBERTOS E MISTURA RACIAL NO BRASIL ESCRAVISTA	185

4.4 O FRACASSO DA EMPREITADA NO BRASIL: O FIM DO SONHO CONFEDERADO...	193
CONSIDERAÇÕES FINAIS	200
FONTES CONSULTADAS	203
REFERÊNCIAS	209

INTRODUÇÃO: EM BUSCA DE UMA NOVA CANAÃ...

Em agosto de 1866, um ano após o final da Guerra Civil nos Estados Unidos, um autor identificado como Achilles narrou um episódio que presenciou enquanto viajava do Norte para o Sul do país, em um artigo que ele intitulou *A trip to Dixie: the Confederates in Brazil* (Uma viagem para o Sul: os Confederados no Brasil). O artigo foi publicado no jornal *Chicago Tribune*, um periódico de grande circulação nos Estados Unidos e que tinha tendências abolicionistas. Durante seu traslado de trem, passando pelo estado do Tennessee, Achilles observou, com atenção, ceticismo e indignação, as impressões de um sulista que havia acabado de retornar de uma viagem ao Brasil. Pelo entusiasmo e pelas opiniões do orador, Achilles logo percebeu que se tratava um defensor da escravidão que queria divulgar a “*Brazil fever*”, a febre brasileira, que, naquela época, motivava diversas famílias confederadas a trocarem o Sul pós-abolição pela escravidão latino-americana.¹

Segundo o ouvinte Achilles, que preferiu escutar as opiniões do confederado a revelar sua discordância, o sulista falava, com orgulho, que estava deixando os Estados Unidos para fugir da “humilhação de viver sob as regras impostas por ianques nortistas e pessoas de nível social baixo”, ou seja, os libertos afro-americanos. Ainda segundo o orador, a “perfeita Canaã”, à qual ele também chamava de “terra da felicidade”, para os sulistas derrotados, era, então, o Império escravista do Brasil. Lá, os confederados tinham liberdade civil e religiosa e, para a satisfação de uma platéia que ouvia atentamente o orador, tais liberdades incluíam o direito de “possuir e chicotear os escravos”, o que Achilles, ironicamente, definiu como “o grande fim e desejo da existência humana”, no caso dos confederados. Naquele ponto, o propagador da “febre brasileira” já havia atraído a atenção de diversos passageiros, que o ouviam com entusiasmo e esperança de terem, finalmente, encontrado uma alternativa feliz e segura à sua nova vida no Sul.²

Além da escravidão, o confederado entusiasta da realidade brasileira também apontava outros benefícios do país, como o sistema de governo estável e o clima, que “não admitia doenças ou morte”. Ele mesmo afirmava conhecer nativos de cento e trinta anos de idade e uma população com média de idade, geralmente, entre cem e cento e vinte anos. Achilles, o observador, achava todas estas notícias “muito estranhas e exageradas” e também se impressionava com a excitação dos ouvintes, que recebiam as notícias sobre longevidade, escravidão e castigo com “toda a crueldade que caracterizava a mente sulista”. Achando que

¹ A trip to Dixie: the Confederates in Brazil. *Chicago Tribune*, 31 ago. 1866.

² Id., *ibid.*

todos os absurdos já haviam sido ditos, Achilles se surpreendeu quando ouviu também o confederado afirmar que era um “orgulhoso cidadão brasileiro” e que havia decidido se naturalizar e abandonar a cidadania norte-americana para “escapar da humilhação de se submeter aos vândalos do Norte”.³

Um dos ouvintes, um proprietário de terras do estado da Georgia, resolveu interpelar o orador e questioná-lo se, no Brasil, o trabalho era desempenhado por escravos. O confederado, então pretendo a “novo cidadão brasileiro”, respondeu em tom irônico que o trabalho indígena no Brasil era tão bom quanto o trabalho dos “negros livres do Sul”, fazendo uma alusão à crença de que os libertos não eram bons trabalhadores. Porém, nada chamou mais a atenção dos ouvintes, segundo Achilles, do que o depoimento do orador sobre as marcas de distinção social e racial existentes na sociedade brasileira: “Há muitos senhores de escravos ricos no Brasil” e, também, para tranquilidade dos potenciais imigrantes, existia “uma distinção perpétua entre a [raça] superior e a raça servil”. Com isto, o confederado acalmou os ânimos daqueles que se questionavam se em todas as sociedades atlânticas havia acontecido a mesma inversão da ordem que havia ocorrido no sul dos EUA, onde as hierarquias sociorraciais haviam sido abaladas pela abolição. Em resumo, para o imigrante, assim como para os ouvintes, o Brasil era uma alternativa positiva e promissora porque o país mantinha, e, parecia, manteria, por muito tempo, a escravidão.⁴

Por fim, o orador descreveu um interessante costume que marcava a forma como os senhores de escravos brasileiros mantinham os cativos no seu “devido lugar”. Ele afirmou que, no Brasil, “os escravos não eram permitidos a usarem sapatos”, gerando intensa satisfação entre os ouvintes. Afinal, aos seus olhos, tal proibição era um marcador de distinção tão importante e necessário quando a cor da pele, porque, segundo ele, no Brasil os senhores “eram tão negros quanto os escravos”. Em sua lógica, a imposição aos cativos de andarem descalços era fruto de uma necessidade que não existia no sul dos Estados Unidos. Para Achilles, aquela era a prova da mentalidade sulista, interessada na manutenção da escravidão e na “degradação do negro”. Ele dizia não duvidar de que os sulistas cogitaram copiar o costume brasileiro e também proibir os negros do Sul de calçarem sapatos. Esta seria

³ *A trip to Dixie: the Confederates in Brazil...*, cit. Ao que parece, o imigrante naturalizado brasileiro a que Achilles se referia era Frank McMullan que, em 1866, liderou um grupo de texanos que imigraram para o Brasil com a intenção de fundar a colônia El Dorado, localizada no interior de São Paulo. Sobre Frank McMullan (ou McMullen) ver: GRIGGS, William Clark. *The elusive Eden: Frank McMullan's Confederate Colony in Brazil*. Austin, Texas: University of Texas Press, 1987.

⁴ *A trip to Dixie: the Confederates in Brazil...*, cit.

uma forma de, mesmo no pós-abolição, marcar a inferioridade e degradação daqueles que os ex-senhores acreditavam serem seus eternos subalternos.⁵

O artigo acima nos revela vários aspectos que estavam em questão nos Estados Unidos pós-abolição: as divergências entre sulistas e nortistas a respeito do tema da escravidão, o sentimento de derrota e revanchismo dos confederados após a Guerra Civil e o abolicionismo, que criticava o cativeiro e a cultura escravista do sul. Evidencia, também, a resistência de ex-senhores de escravos em aceitar a abolição, não somente porque desejavam manter o uso do trabalho escravo, mas, também, porque eles acreditavam que o cativeiro garantia o lugar de autoridade e de supremacia racial em que vivia a comunidade branca sulista. Outro importante aspecto revelado pelo artigo é como importantes eventos políticos que ocorriam nos Estados Unidos estavam conectados a uma rede internacional de acontecimentos. Nesta perspectiva, a sociedade brasileira escravista era descrita como uma nova Canaã para aqueles que sonhavam em viver eternamente sob as benesses da escravidão.

Para Achilles, o abolicionista, a descrição do Brasil feita por um sulista naturalizado brasileiro mostrava que o país latino-americano era prova da obsessão escravista dos confederados, a própria representação daquilo que os Estados Unidos, pelo menos o Norte, queria evitar ser como nação dali por diante. Para o observador nortista, a manutenção do cativeiro na sociedade brasileira denunciava o caráter atrasado do país. Já o confederado, ao mesmo tempo em que falava do Brasil, reforçava para si e para seus pares a própria ideia do que seria o ideal de nação, fundada sobre princípios escravistas e de supremacia branca, os quais prevaleceriam caso não fossem derrotados na Guerra Civil. Tais comparações e relações entre a sociedade brasileira e a norte-americana têm muito a dizer sobre os diversos projetos de nação que existiam nos Estados Unidos após a Guerra Civil e, sobretudo, após a abolição.

Considerando estas questões, esta tese busca entender de que maneira diferentes setores da sociedade norte-americana interpretaram a escravidão, a liberdade e as relações raciais no Brasil escravista. Uma vez que os debates sobre o Brasil servem como o fio condutor que nos revela o pensamento tanto de setores escravistas quanto de diversos setores do movimento abolicionista norte-americano, investigamos como eventos políticos nos Estados Unidos foram influenciando e orientando a produção de determinada imagem da sociedade brasileira. Desta forma, interessa-nos saber como estes diferentes grupos políticos produziram e apropriaram certo exemplo do Brasil para defender diferentes projetos de nação no seu país. Assim, cumpre indagar como os Estados Unidos inventaram a “nação americana”

⁵ *A trip to Dixie: the Confederates in Brazil...*, cit.

em relação a uma ideia (oposta) que construíram sobre outros países, neste caso, o Brasil. A partir destes debates podemos refletir como cada país, de forma diferente, optou pelo caminho da excepcionalidade e distinção em relação ao outro construindo suas diferenças, fosse pela propaganda da miscigenação ou pela defesa da pureza racial.

Para responder a esse leque de questões, a tese está estruturada em quatro capítulos.

No primeiro capítulo, “Ciência e viagem: a Escola Americana, os abolicionistas negros e o discurso científico nos Estados Unidos pré-Guerra Civil”, discutiremos como, nos Estados Unidos, sobretudo depois dos anos 1840, a Escola Americana de Etnologia produziu teses científicas que visavam justificar a escravidão como parte fundamental da experiência humana. As teses produzidas por estes cientistas combinavam traços físicos e disposição geográfica para defender a predisposição de certos povos, sobretudo negros, ao trabalho compulsório e subalternidade. Enquanto isto, os povos anglo-saxões eram considerados “superiores” e, segundo esta visão, tinham o papel natural de comandar as raças e nações consideradas inferiores. Através das expedições científicas ao Brasil, os viajantes abasteciam os cientistas norte-americanos com as evidências utilizadas para afirmar os efeitos degenerativos da mistura racial e a inferioridade das populações africanas e afro-brasileiras.

No Capítulo 2, “Abolicionistas afro-americanos e suas interpretações sobre escravidão, liberdade e relações raciais no Brasil no século XIX”, analiso como os abolicionistas negros dos Estados Unidos combateram as teses científicas que “provavam” sua inferioridade racial, extraíndo exemplos bem sucedidos da própria comunidade afro-americana e de outros povos negros da Diáspora. Entre os anos de 1840 e 1860, sobretudo depois dos anos de 1850, que marcou uma radicalização do movimento, foi de fundamental importância para eles trazerem para seus jornais o exemplo dos libertos brasileiros os quais eles acreditavam que não encontravam barreiras para a sua ascensão social. O fato de a cidadania legalmente não estar condicionada à cor da pele no Brasil criava para os afro-americanos a ideia de que o país latino-americano era destituído de preconceito racial. A imagem do Brasil “sem racismo”, mesmo sendo um país escravista, era reforçada pela notícia da existência de vários indivíduos que eram fruto de relações inter-raciais, os ditos mulatos. Assim, acreditava-se que a mistura racial era um indicativo da igualdade racial no país latino-americano que, no discurso abolicionista, se apresentava como um contraponto ao racismo exacerbado dos Estados Unidos.

O Capítulo 3, “Os usos da Ciência em Tempos de Guerra e de Liberdade”, discute como, durante e após a Guerra Civil, quando já estavam consolidadas as teses científicas

produzidas entre os anos 1840 e 1850, o Brasil se tornou definitivamente um antiexemplo para a sociedade norte-americana. Setores inconformados com a abolição nos Estados Unidos acreditavam que a degeneração brasileira, fruto da mistura racial, era uma amostra dos impactos negativos que a sociedade norte-americana poderia sofrer caso não fossem adotadas políticas rígidas de segregação racial que garantissem o lugar subalterno dos afro-americanos. É neste momento que uma proposta de adoção do modelo latino-americano, de homogeneização da população pela mistura racial, é duramente rejeitada. A imprensa dos Estados Unidos, além da literatura, teve papel fundamental na consolidação destas ideias no imaginário popular, já que a mídia da época fazia ampla divulgação de determinada imagem do Brasil, qual seja um país latino, exótico, degenerado, mestiço e tropical.

Por fim, a onda imigratória de sulistas que, após a Guerra Civil, se transferiram para o Brasil é assunto do Capítulo 4, “Por Medo do “Despotismo Africano”: relações raciais no Sul pós-abolição e imigração confederada para o Brasil”, no qual discutiremos como as notícias de um Brasil escravista e estável atraíram famílias de diversas partes dos estados do Sul. Discutiremos como os sulistas, após chegarem ao Brasil, foram percebendo e criticando as relações raciais e a dinâmica escravista do país, sobretudo no que diz respeito à intensa quantidade de libertos que eram cidadãos. A sociedade brasileira também passou a gerar incertezas, quando os imigrantes perceberam a intensidade da prática da mistura racial, que tornava heterogênea (e muito escura) a face dos brasileiros, inclusive aqueles que no país viviam como brancos. Para os sulistas, acostumados com as regras de pureza racial, a maior parte dos brasileiros não passava de “mulatos”.

Para produzir esta pesquisa foram consultadas fontes que traziam evidências do pensamento de cada grupo que produziu ideias, comparações e impressões sobre o Brasil, sempre em relação com a sociedade norte-americana. Como ponto de partida, os livros de viagem constituíram uma importante fonte, não só de descrições, mas de representações e produção de ideias sobre a sociedade brasileira que viriam a ser fundamentais no discurso político e científico norte-americano sobre a alteridade. Estas informações sobre o país latino americano e que foram produzidas por viajantes que interpretavam o país, serviram como evidências para as teses científicas produzidas nos Estados Unidos, sobretudo entre as décadas de 1840 e 1850. Estas teses, que também são fontes desta pesquisa, foram amplamente utilizadas para investigar como as citações sobre o Brasil foram apropriadas e adaptadas ao discurso científico norte-americano cumprindo o papel de reafirmar as hierarquias das diferenças.

Notícias sobre o Brasil circulavam na imprensa do norte e do sul norte-americano, entre as décadas de 1840 e 1860. Buscamos, então, estas publicações e investigamos como as descrições desse país dialogavam com os diversos interesses políticos vigentes nas duas regiões. A mídia da época revela diferentes leituras sobre os efeitos da escravidão, mas, sobretudo, da dinâmica das relações sociais vigentes na sociedade brasileira.

A produção da imprensa negra abolicionista foi o principal material para entender as apropriações e usos do exemplo dos afro-brasileiros pelos militantes afro-americanos, sobretudo a respeito de temas como a cidadania e inserção social dos libertos e dos indivíduos considerados “mulatos”. Para entender as impressões, expectativas e experiências dos confederados no Brasil, foram utilizados livros, artigos de jornais da imprensa escravista, mas, sobretudo, o rico acervo das cartas produzidas por estes imigrantes, e que foram enviadas para seus familiares e amigos no sul dos Estados Unidos.

Fazendo uso desse acervo documental, exploro como a sociedade americana, na busca por um contraponto que contribuísse com uma definição de si mesma, produziu diversos imaginários sobre o Brasil escravista. Portanto, os norte-americanos reproduziam certa ideia do que era o Brasil ao mesmo tempo em que reforçavam a excepcionalidade de cada uma dessas sociedades.⁶

Desta forma, neste estudo, as comparações são mais objeto de análise e investigação do que conclusões, uma vez que, através da comparação, norte-americanos, negros e brancos, escravistas e abolicionistas revelavam os distintos projetos políticos que defendiam para seu país. Além disto, as comparações também evidenciam que as diferenças eram, de certa forma, inventadas e necessárias para criar (ou reforçar) ideias, como a da superioridade dos povos do norte do equador ou da pureza racial como ferramenta fundamental para o desenvolvimento e progresso das nações, ao mesmo tempo em que seria a causa da inferioridade de outros povos em relação aos Estados Unidos.⁷

⁶ Sobre história transnacional, ver: BENDER, Thomas. *A Nation among Nations: America's place in world history*. New York: Hill and Wang, 2006; SIEGEL, Micol. Beyond compare: comparative method after the transnational turn. *Radical History Review*, n. 91, p. 62-90, Winter 2005.

⁷ Sobre a ideia de nação e como conceitos de identidade nacional foram construídos e inventados ver: ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e difusão do nacionalismo*. São Paulo: Cia. das Letras, 2008.

1 CIÊNCIA E VIAGEM: A ESCOLA AMERICANA, OS ABOLICIONISTAS NEGROS E O DISCURSO CIENTÍFICO NOS ESTADOS UNIDOS PRÉ-GUERRA CIVIL

Depois que se formou uma crítica mais contundente à escravidão nos Estados Unidos, graças às abolições no Caribe e à formação de um forte movimento abolicionista no próprio país, na década de 1830, os defensores do cativeiro do Sul lançaram mão de um repertório científico para justificar que a escravidão era uma condição natural das espécies ditas inferiores. Alguns dos cientistas do norte até defendiam a abolição, mas, pelo fato de acreditarem que a presença negra nos Estados Unidos trazia malefícios para o país, porque a possível mistura racial poria em risco a pureza de sangue dos cidadãos “anglo-saxões”, aqueles considerados o superior e puro estoque humano da Europa, de quem os norte-americanos brancos se reivindicavam descendentes.¹ As teses científicas não buscavam apenas evidências para a sua defesa entre os povos negros e indígenas dos Estados Unidos, mas, também, em outros países, como o Brasil, e isto revela os interesses expansionistas norte-americanos para a América Latina e para o Brasil, especificamente, conhecido por sua intensa população africana, o que fazia com que a sociedade brasileira fosse vista pelos cientistas norte-americanos como um imenso laboratório das raças nas suas formas mais diversas. A forma como o racismo científico nos Estados Unidos apropriou o exemplo “povos brasileiros” para construir uma determinada ideia de nação americana em relação ao contraexemplo do país latino americano é o assunto debatido neste capítulo.

A Declaração da Independência dos Estados Unidos (1776), além de celebrar a autonomia e o nascimento da nação americana, também foi o estopim de um debate político e moral sobre a escravidão no país. Embora a instituição já viesse sendo questionada tanto por grupos religiosos quanto pela própria comunidade afro-americana, a declaração de que “todos os homens foram criados iguais” e que eram imbuídos de direitos inalienáveis pelo Criador fortaleceu os argumentos de grupos abolicionistas que já haviam apontado que a manutenção do cativeiro contrariava os tão propagados princípios republicanos. Assim, temas como igualdade de direitos, cidadania e liberdade foram mobilizados por militantes negros e brancos que lutavam pelo fim da escravidão e, além disto, pela igualdade racial.²

¹ PAINTER, Nell Irvin. *The history of white people*. New York and London: W. W. Norton Company, 2010. p. 100-112.

² QUARLES, Benjamin. *The negro in the American Revolution*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1961, p. 42-43.

Para frustração destes homens e mulheres, não foi o que aconteceu. A Declaração de Independência não significou o fim do cativeiro nem a cidadania dos libertos. Mais que isto, a despeito de muitos afro-americanos terem participado como soldados nas lutas pela independência do país, a suposta inferioridade em relação aos eurodescendentes (brancos) continuou a ser usada como argumento para manter a escravidão e as políticas de segregação. No Sul dos Estados Unidos, o cativeiro ainda era uma instituição que, segundo seus defensores, era também reconhecida, principalmente pela Bíblia, pelas leis de Deus e da natureza. Entretanto, depois da Revolução Americana, a escravidão passou a ser contestada com base nos mesmos argumentos: os abolicionistas afirmavam que o cativeiro era contra as leis de Deus, da Bíblia, da natureza e agora, também, era contra os princípios políticos da nação.³

Neste mesmo período, surgiram diferentes interpretações sobre a forma como Thomas Jefferson, um dos pais fundadores da nação americana e um dos autores da declaração da independência, entendia a condição das pessoas negras na humanidade. Na época, também se questionava se africanos e seus descendentes estavam incluídos entre os tais “todos” que eram definidos como “iguais” pela Declaração da Independência do país. Os grupos abolicionistas radicais defendiam que sim, e enfatizavam a cidadania como direito de todas as pessoas. Já os grupos escravistas também usaram declarações em que Jefferson afirmava sua crença de que os negros eram inferiores, física e intelectualmente, para sugerir que, obviamente, a Declaração não se referia a esta parcela da população. Certamente, escravistas usavam os argumentos pró-escravistas de Thomas Jefferson, que foram publicados no seu livro *Notes on the State of Virginia* (1785) no qual ele escreveu em defesa da escravidão, contra a mistura racial e sobre a impossibilidade de negros e brancos viverem juntos nos Estados Unidos em condições igualitárias. Portanto, nação, para Jefferson assim como para os escravistas do sul, era um conceito que estava condicionado a um grupo homogêneo de pessoas e, para ele, o “americano típico” digno de ser considerado um cidadão era o homem branco, de sangue puro, ou seja, o que se acreditava ser o anglo-saxão.⁴

³ DAVIS, David Brion. *Inhuman bondage: the rise and fall of slavery in the new world*. Oxford; New York: Oxford University Press, 2006, p. 185-188. A escravização dos israelitas, presente no Velho Testamento, quando Deus diz a Moisés que escravize este povo, além da maldição de Cam pelo seu pai Noé, são lendas bíblicas que sustentaram os argumentos dos escravistas na defesa da escravidão. Veremos mais adiante que este ponto de vista fazia frente às teorias poligenistas defendendo a origem da espécie humana (monogenismo) a partir do casal original, Adão e Eva.

⁴ PAINTER, *The history of white people....*, cit., p. 116-117. A despeito de o terceiro presidente dos Estados Unidos ser veementemente contra a mistura racial, ele viveu, durante muitos anos, uma relação estável com uma das suas escravas, Sally Hemings, com quem teve alguns filhos. Sobre este assunto, ver: ROTHMAN, Joshua D. *Notorious in the neighborhood: sex and families across*

A justificativa de Jefferson e dos escravistas para alijar os afro-americanos da cidadania era travestida de argumentos baseados na prática escravista, mas, também, em conclusões “científicas” que afirmavam a inferioridade e incapacidade de autogoverno das populações negras. Para tanto, os defensores do cativeiro e da desigualdade racial buscaram exemplos em outras sociedades escravistas das Américas, e o Brasil, sendo a maior delas, foi um exemplo fundamental para os que desejavam provar que a escravidão era a condição natural das chamadas raças africanas.⁵

O determinismo biológico europeu deu o verniz científico para a defesa da escravidão e das desigualdades raciais nos Estados Unidos. Embora justificativas científicas para a escravidão e diferenças raciais passassem a ser produzidas no país, de forma mais sistemática, no século XIX, os defensores do cativeiro já buscavam referências na escola científica européia que, desde o século XVIII, começara a produzir teses que racializavam a escravidão. Neste mesmo período, além dos conceitos que associavam a escravidão à classificação racial, são criados ideais de beleza que logo se tornariam também categoria científica. Assim, pele branca e determinados ângulos faciais vão se tornando características condicionais para atributos como beleza e intelectualidade. Ao mesmo tempo, as características físicas dos povos negros vão sendo aproximadas daquelas dos símios. A ideia do ângulo facial foi criada na Europa, no século XVIII, e foi amplamente utilizada nos Estados Unidos durante o século XIX. Dentre estes cientistas europeus, Cornelius de Pauw, Buffon e Johann Friedrich Blumenbach, além de Georges Cuvier, tiveram forte influência sobre os cientistas racialistas norte-americanos.⁶

As teses científicas influenciaram o debate político sobre a escravidão como um todo, uma vez que os grupos escravistas fizeram amplo uso dos seus argumentos para justificar o cativeiro. Em 1833, Richard Colfax, um ferrenho defensor da escravidão do estado de Nova Jersey, atacava os abolicionistas referindo-se a eles como “fanáticos”. Para ele, os abolicionistas prestavam um péssimo serviço à sociedade ao defenderem a igualdade entre negros e brancos, o que era uma completa negação das diferenças afirmadas pela “ciência”. Fazendo uma associação entre fisionomia, comportamento e capacidades intelectuais, Colfax comparava brancos e negros e fazia uma descrição animalesca dos últimos enfatizando “a cor

the color line in Virginia, 1787-1867. Chapel Hill & London: The University of North Carolina Press, 2003, p. 12-52.

⁵ STANTON, William. *The leopard's spots: scientific attitudes toward race in America 1815-1859*. Chicago: University of Chicago Press, 1960, p. 55-57.

⁶ Sobre racismo científico europeu no século XVIII, ver: SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993; e PAINTER, *The history of white people...*, cit.

preta dos negros, os lábios grossos, o nariz achatado, o cabelo crespo e o cheiro característico”. Outras características como “mandíbula proeminente, queixo pra dentro, testa batida e olhos grandes”, ângulos faciais tão diferentes daqueles da raça branca, eram associadas à inferioridade, a desvios de caráter e a limitações intelectuais deste grupo racial, que eram mais próximos de uma classe inferior de animais, como os orangotangos. Colfax ainda afirmava que estas diferenças eram insuperáveis, imutáveis e que negros e brancos pertenciam a espécies distintas.⁷

Ao mesmo tempo em que o movimento escravista se fortalecia, também se consolidava, na primeira metade do século XIX, um movimento abolicionista organizado que contava, inclusive, com a participação da população negra. Estes militantes também estavam dispostos a refutar os argumentos sobre a inferioridade racial e fazer releituras sobre como as diferenças deveriam ser tratadas em termos sociais e políticos. O momento político também lhes era favorável, uma vez que o cativo começava a dar sérios sinais de desgaste, a emancipação já se dava de maneira imediata ou gradual nos Estados do Norte, desde o século XVIII, e os abolicionistas (radicais ou moderados) pressionavam para que, em breve, todo o país se tornasse um território livre, fosse porque o cativo feria os princípios políticos do país ou porque a presença africana ameaçava o projeto de nação americana e branca, colocado em risco pela presença da raça africana, então considerada degenerada e nociva.⁸

⁷ Colfax é autor de uma importante obra de combate ao abolicionismo. Cumpre afirmar que, embora fosse escravista, era oriundo dos estados do Norte e era também defensor da inferioridade da raça negra. COLFAX, Richard. *Evidence against the views of the abolitionists, consisting of physical and moral proofs of the natural inferiority of the negroes*. New York: James T. M. Bleakley Publisher, 1830.

⁸ FREDRICKSON, George M. *The black image in the white mind: the debate on afro-american character and destiny, 1817-1914*. New York: Harper and Row Publishers, 1971, p. 1-20. Dentre alguns acontecimentos que ocorreram nos Estados Unidos e no Atlântico escravista e que fortaleceram a crítica à escravidão no final do século XVIII e início do XIX, estavam o decreto da abolição nas colônias francesas (1794) garantindo direitos iguais e cidadania a todos os homens, a despeito da cor, a abolição na Jamaica e demais Ilhas do Caribe, nas décadas de 1830 e 1840, além da imensa simpatia dos afro-americanos pela figura de Toussaint Louverture, que extinguiu a escravidão e as distinções raciais no Haiti, em 1801, e alarmou senhores de escravos não só nos Estados Unidos, mas, também, em Cuba e no Brasil. A revolta de Denmark Vesey, ocorrida na Carolina do Sul, em 1822, chocou senhores de escravos até então certos da natureza submissa e leal das “raças inferiores”. DAVIS, *Inhuman bondage...*, cit., p. 144-156; 161-174. O historiador Seymour Drescher afirma que é neste período que surge o abolicionismo inglês, que se lança em uma campanha antiescravista internacional, e que as decisões das metrópoles (França e Inglaterra) refletiam os acontecimentos nas colônias, por isto, por exemplo, a França não tinha um forte movimento abolicionista que, ao contrário, era popular na Inglaterra. É neste período, também, que a Europa produz uma série de leis e teorias que afirmam a inferioridade das raças africanas, fosse para denunciar o tráfico fosse para defender o cativo como forma de controle das populações “bárbaras” e “incivilizadas”. Ver: DRESCHER, Seymour. The ending of slave trade and the evolution of european scientific racism. *Social Science History*, v.14, n. 3, p. 415-199, 1990.

Os abolicionistas afro-americanos usaram várias estratégias para fazer parte dessa discussão e refutar as teses científicas. Longe de serem reconhecidos como intelectuais ou cientistas, o que era um privilégio dos que agrupavam a condição de homens, brancos e patriarcas (muitos deles senhores de escravos), os integrantes da comunidade afro-americana livre e liberta, que estava concentrada na região norte do país, expuseram sua indignação quando a sua humanidade e suas capacidades intelectuais foram negadas. Estes homens e mulheres contradiziam o racismo científico através de um forte discurso baseado no Cristianismo, na ideologia republicana e na construção de uma imagem positiva do seu povo. Assim, buscavam, na prática social, exemplos de homens e mulheres negros(as) considerados(as) excepcionais nos Estados Unidos e em outras comunidades negras do Atlântico. A liberdade e a cidadania dos negros brasileiros foram, diversas vezes, citadas como prova da humanidade e das capacidades dos africanos e seus descendentes. Com a apropriação destes exemplos, os abolicionistas negros mostravam que, no seu país, a comunidade negra também poderia ascender socialmente caso não tivesse que enfrentar as barreiras impostas pelo preconceito racial e pelas políticas inspiradas no racismo científico.⁹

David Walker foi um destes abolicionistas negros que refutou o uso de argumentos bíblicos e supostamente científicos que afirmavam a inferioridade dos negros e os “benefícios” da escravidão. Revelando a tônica que caracterizaria a reação às ideias que insistiam em desprezar a humanidade e intelectualidade das populações negras, declarava o militante aos seus pares, desafiando os “senhores da ciência” da época comprometidos com a manutenção da escravidão e com as desigualdades raciais, que os egípcios (então considerados brancos) eram negros ou pessoas de cor “assim como nós somos”. Combatendo as declarações científicas sobre a não-humanidade dos africanos, desafiava seus adversários ao questionar em que trecho da Bíblia estava escrito que os filhos de Israel poderiam ser escravizados porque não faziam parte da família humana. Em seguida, recusava veementemente as teorias de que os africanos descendiam de macacos ou orangotangos: “Meu Deus, isso não é insuportável!”, lamentava. Walker também clamava pela necessidade de se contestar as afirmações de Thomas Jefferson sobre a inferioridade dos negros. Mais que isto, insistia que esta deveria ser uma tarefa protagonizada por membros da comunidade negra,

⁹ Sobre a reação dos abolicionistas negros ao racismo científico, ver: CORNELLIUS-DIALLO, Alexandra. *“More approximate to the animal”*: African resistance and the scientific war against black humanity in mid-nineteenth century America. Tese de Doutorado. Washington University in St. Louis, 2006, p. 47-52; 135-137.

uma vez que muitos abolicionistas brancos moderados concordavam com os escravistas sobre as limitações naturais de africanos e seus descendentes.¹⁰

1.1 A ESCOLA AMERICANA E A CONSOLIDAÇÃO DO RACISMO CIENTÍFICO NOS EUA

Como já foi dito, a reação conservadora ao abolicionismo veio na forma de argumentos de escravistas e defensores das políticas de segregação racial sustentados em teses científicas, inicialmente produzidas na Europa. Os discípulos da escola racialista europeia trouxeram para a América as teses de Blumenbach que, a partir da análise de crânios, em 1779, dividiu a humanidade em cinco raças, caucasianos, mongóis, malaios, etíopes e americanos, as quais, mesmo que diferissem profundamente umas das outras, tinham uma origem comum. As variações de uma raça para outra seriam decorrentes de fatores externos, como o clima. Além disto, difundia-se a tese da imutabilidade, que segundo Georges Cuvier, fazia com que as espécies não sofressem alterações preservando seu estado original desde a Antiguidade. Para Cuvier, as espécies animais eram fixas e não mudavam suas características ou composições orgânicas. Defendia, também, que os egípcios eram brancos, tese que foi de grande importância para o argumento de que os africanos, desde a Antiguidade, eram uma raça bárbara e incivilizada. O pensamento de Cuvier teve forte influência no racismo científico norte-americano, sobretudo através do pensamento de Louis Agassiz, que era seu discípulo.¹¹

Quando aplicadas ao discurso norte-americano, estas teses hierarquizavam os povos do continente americano estabelecendo uma distinção entre aqueles que viviam no hemisfério norte e no hemisfério sul. Assim, cientistas norte-americanos foram criando contrastes entre caucasianos, negros e mestiços e entre as nações norte e sul-americanas, diferenças estas que sustentaram os mitos da pureza racial e supremacia branca e que

¹⁰ WALKER, David. *Walker's appeal in four articles: together with a preamble to the colored citizens of the world, but in particular and very expressly to those of the United States of America*. 3. ed. Boston: David Walker, 1830, p. 10; 12; 17-18. A primeira edição desta obra é de 1829.

¹¹ Partindo do princípio de que o estado original da espécie humana era a raça branca, Blumenbach usava como exemplo as imagens gregas como padrão de perfeição humana. Veremos adiante que este cientista tinha forte influência nas pesquisas de Samuel Morton. Ver: STANTON, *The leopard's spots...*, cit., p. 2-14; MACHADO, Maria Helena P. T. *Race and visual representation: Louis Agassiz and Hermann Burmeister*. In: SEMINAR "RACE AND CITIZENSHIP IN THE AMERICAS, NOW AND THEN", New Jersey, Princeton University, 22-23 fev. 2013; DEWBURY, Adam. The American School and scientific racism in early american anthropology. *Histories of Anthropology Annual*, v. 3, p. 121-124, 2007; e CORNELLIUS-DIALLO, "More approximate to the animal"..., cit., p. 99.

colocavam países como o Brasil, negro e miscigenado, em uma condição de contraexemplo do ideal de nação que estava sendo defendido e produzido nos Estados Unidos, um povo branco e puro, sem mistura racial, sob a liderança da população masculina.

Além de responder aos projetos imperialistas da sociedade norte-americana, a ciência também acalourava o debate interno sobre a escravidão e a diferença racial no país. As discussões gravitavam em torno de uma questão fundamental que estava por ser respondida – Negros e brancos eram seres da mesma espécie? Africanos e caucasianos faziam parte da mesma família humana como fruto da mesma criação? – pois, a depender da resposta, a escravidão e as desigualdades raciais poderiam ser justificadas ou questionadas. Antes destas ideias, a preocupação em alinhar a defesa da escravidão com as escrituras bíblicas era um fator importante na elaboração das teses científicas sobre a origem das raças. A ideia de que todos os seres eram parte de uma só espécie (monogenismo) era mais popular e o poligenismo era extremamente combatido, sobretudo por grupos religiosos, o que revela que, mesmo entre os escravistas, não havia consenso sobre a questão da origem da espécie humana e sobre como o cativeiro e o controle social da população negra deveriam ser explicados.

Segundo William Stanton, o dilema dos senhores de escravos pode ser entendido da seguinte forma: ou eles reconheciam que estavam escravizando seu semelhante ou abraçavam a tese dos poligenistas e admitiam estar negando as Escrituras. Aceitando a última hipótese, acreditavam estar escravizando um ser de outra espécie, fruto de outra criação, a despeito do que dizia o livro do Gênesis. John Bachman, naturalista e ministro luterano e que, embora tivesse nascido no estado de Nova Iorque, residiu em Charleston, Carolina do Sul, onde estabeleceu sua vida intelectual e religiosa, era um dos maiores críticos do poligenismo e defendia que todos os seres eram frutos da mesma criação. Entretanto, isto não significava a defesa da igualdade. Ele justificava a escravidão defendendo que negros e brancos, embora pertencessem à mesma espécie, estariam em estágios evolutivos diferentes, o que era resultado de influências ambientais e climáticas, tendo os caucasianos evoluído e atingido o extremo das suas potencialidades intelectuais enquanto os africanos não. Além disto, a Bíblia previa a servidão, o que sustentou um argumento em prol da escravidão e das desigualdades sintonizado com o pensamento cristão.¹²

O poligenismo, nos Estados Unidos, estruturado em torno da Escola Americana de Etnologia, trazia uma proposta que resolveria o dilema dos escravistas que estariam dispostos a abraçar as teses que eram acusadas de irem contra o gênesis: para os poligenistas,

¹² STANTON, *The leopard's spots...*, cit., p. 112; 122-136.

várias “criações” ocorreram e deram início à espécie humana; Adão e Eva haviam gerado somente a raça caucasiana e, portanto, indivíduos de raças não-brancas não eram humanos. Assim, não havia pecado na escravidão ou nas políticas de desigualdade racial: estes sistemas de controle obedeciam à tese de que os africanos pertenciam a uma raça inferior que deveria ser tutelada, controlada e escravizada para seu próprio bem por uma raça mais evoluída, qual seja, a caucasiana. Esta era a palavra da ciência e que tinha um grande peso nos rumos da sociedade. As teses elaboradas pelos então reconhecidos cientistas Samuel Morton, Josiah C. Nott, Samuel Gliddon e, finalmente, Louis Agassiz, promoveram a estruturação que faltava ao pensamento poligenista e segregacionista nos Estados Unidos.¹³

Samuel George Morton, líder e fundador da Escola Americana, seguindo os passos de Blumenbach, publicou, em 1839, a obra *Crania Americana*, em que defendia a diversidade das espécies a partir da análise do tamanho dos crânios. Segundo ele, a medida do volume cranial revelava as capacidades intelectuais de cada uma das espécies. Obedecendo à mesma classificação, Morton chegou à conclusão de que os caucasianos eram seres do mais alto grau de elevação intelectual, algo revelado pelo crânio mais denso deste grupo racial. Em oposição, os indígenas e os negros, aqui referidos como raça americana e etíope, possuíam um crânio mais “leve”, o que afetava suas capacidades intelectuais, sendo eles bem rudimentares.

Figura 1 – Imagem de crânio de botocudo brasileiro

Fonte: MORTON, 1839¹⁴

¹³ GOULD, Stephen Jay. *The mismeasure of man*. New York: W. W. Norton & Company, 1996, p. 71.

¹⁴ MORTON, Samuel George. *Crania Americana: or a comparative view of the skulls of various aboriginal nations of North and South America to which is prefixed an essay on the varieties of*

A obra seguinte de Morton, *Crania Aegyptiaca* (1844), foi o resultado de uma investigação e colaboração feita a partir de crânios egípcios fornecidos pelo egiptólogo inglês George R. Gliddon e, desta vez, tirava conclusões que fortaleceriam o pensamento poligenista norte-americano com argumentos que foram muito bem aceitos nos círculos escravistas do Sul. Nesta obra, Morton afirmava que a escravidão existia na sociedade egípcia e que os egípcios não eram negros, contrariando, inclusive, o que havia dito o abolicionista negro David Walker em 1829.¹⁵ Assim, no século XIX, Morton afirmava que, na sociedade egípcia, os negros ocupavam a mesma posição subalterna que na América e que as características dos habitantes da Antiguidade eram mantidas até a atualidade, ou seja, influências climáticas ou condições sociopolíticas mais favoráveis não alteravam a condição natural que as raças, em sua diversidade, carregavam desde a sua criação. Foi ideia de Gliddon convencer Morton da importância de promover *Crania Aegyptiaca* entre os círculos intelectuais e escravistas do sul dos Estados Unidos, pois, depois de muito divulgada, a obra poderia atrair simpatizantes escravistas para o pensamento poligenista que se alinhava aos interesses escravistas daquela região. Com sucesso, a obra de Morton atraiu a atenção de políticos poderosos, como o secretário de Estado John C. Calhoun, e de outros estudiosos da humanidade obstinados em provar a inferioridade das raças africanas, como o médico do Alabama, Josiah C. Nott, que se tornaria um dos grandes defensores do poligenismo.¹⁶

É importante lembrar que essa produção científica chegava ao Sul em um momento em que era de grande valia para o pensamento escravista a existência de teses que traduziam para uma linguagem científica ideias já pré-concebidas sobre o lugar social de negros e brancos na sociedade escravista, ou até mesmo livre, no caso dos estados do Norte. As teses produzidas pela Escola Americana foram apropriadas pelos escravistas, que passaram a fazer uso delas na propaganda racista para defender a manutenção do cativo em uma escala mundial e políticas de servidão para os libertos que garantiam o equilíbrio da

human species. Philadelphia: J. Dobson, Chestnut Street; London: Simpkin, Marchall & Co., 1839. As conclusões de Morton sobre os povos indígenas americanos influenciariam os estudos futuros de cientistas latino-americanos, como o brasileiro João Batista Lacerda que, no início do século XX, seguindo a tendência de Morton, reafirmaria a condição dos botocudos como um grupo inferior, em um estágio de infância da humanidade. Ver: SCHWARCZ, Lilia Moritz. Previsões são sempre traiçoeiras: João Batista Lacerda e seu Brasil branco. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, jan-mar. 2011, p. 225-242.

¹⁵ STANTON, *The leopard's spots...*, cit., p. 24-35. Sobre George Gliddon e seu encontro com George Morton, ver, na mesma obra, as páginas 45 a 53.

¹⁶ Sobre a ligação de membros da Escola Americana com círculos políticos escravistas do Sul, especificamente John C. Calhoun, e a divulgação e aceitação das teses poligenistas na região, ver: STANTON, *The leopard's spots...*, cit., p. 61-64; FREDRICKSON, *The black image in the white mind...*, cit., p. 74-77.

sociedade e correspondiam ao lugar natural que negros e brancos deveriam ocupar. Portanto, os escravistas da região sul recebiam de bom grado as teses que confirmavam suas crenças na subalternidade natural das populações negras. Assim, as controvérsias em torno dos argumentos de defesa da escravidão, como percebeu Gliddon, faziam do sul um campo fértil para a boa receptividade do pensamento poligenista. Daí se explica o interesse de Calhoun e de Josiah C. Nott e a ampla divulgação destas ideias em círculos mais populares.¹⁷

De acordo com Fredrickson, o pensamento de Josiah Nott pode ser melhor classificado como história do pensamento e da propaganda escravista do que como história da ciência¹⁸. Mesmo assim, é importante lembrar o quase incontestável poder do discurso científico da época, do qual que a ideologia racista era parte. Um ferrenho crítico dos abolicionistas, Nott afirmava que os caucasianos, em todas as eras históricas, haviam sido líderes e conquistadores enquanto aos negros, seres de outra raça, cabia o papel de obediência e tutela, condizente com sua condição inferior. Nott se dedicou não só a afirmar a supremacia branca sobre todas as outras raças, como também a apontar os riscos da amalgamação, ou seja, da mistura racial. Uma vez que negros e brancos eram seres de espécies distintas, a mistura racial, além de ser considerada uma aberração, também produzia um ser inferior e de curta longevidade, tese que foi amplamente rebatida e que sempre desafiou seu autor. Mesmo assim, para este poligenista convicto, fatores como a hibridização poderiam causar a decadência dos brancos americanos enquanto outros, como o clima, explicariam a associação entre os climas tropicais e a inferioridade das raças surgidas nestas regiões. Veremos, mais adiante, como o exemplo do “Brasil miscigenado” foi fundamental para o debate sobre o lugar que os “híbridos” deveriam ocupar na sociedade norte-americana.¹⁹

¹⁷ Este argumento é muito bem desenvolvido em CORNELLIUS-DIALLO, “*More approximate to the animal*”..., cit., p. 89-93. Fredrickson se posiciona contra a perspectiva de William Stanton que acreditava que as motivações dos membros da *American School* eram, inicialmente, científicas e que o que ocorreu foi uma apropriação do poligenismo entre círculos escravistas. Acredita que os membros da *American School* perceberam no Sul um campo fértil de divulgação, apoio e fortalecimento do pensamento poligenista. FREDRICKSON, *The black image in the white mind*..., cit., p. 76-77. Sobre o uso da ciência como instrumento para justificar os projetos políticos das elites nacionais em relação a determinados grupos considerados inferiores, ver também: GOULD, *The mismeasure of man*..., cit., p. 51-61.

¹⁸ FREDRICKSON, *The black image in the white mind*..., cit., p. 78-80; e STANTON, *The leopard's spots*..., cit., p. 65-72.

¹⁹ Amalgamação é um termo emprestado da metalurgia que, originalmente, se referia à mistura de diferentes metais. Nos Estados Unidos do século XIX, amalgamação se referia à mistura entre pessoas que, supostamente, tinham “sangue distinto” ou que pertenciam a raças distintas, qual seja branca e negra. Sobre isto, ver: LEMIRE, Elise. “*Miscegenation*”: making race in America. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2002, p. 4.

A polêmica sobre os “híbridos” esteve muito presente nos jornais sulistas dedicados a ciência, medicina e política. Quando Nott, em 1842, publicou um artigo em que condenava a mistura entre negros e brancos, apontou o risco deste tipo de relação exterminar tanto uma raça quanto a outra. No mesmo artigo, o autor também defendia que os mulatos tinham uma expectativa de vida mais curta e que, por serem resultado da mistura entre duas espécies supostamente distintas, eles eram indivíduos híbridos. Contudo, nem todos, sobretudo os monogenistas, concordavam com as teses de Nott. Gardiner Dorrance, por exemplo, médico da cidade de Amherst-Massachusetts, localizada na região norte do país, atacava as teses poligenistas do seu colega do Sul e insistia que os egípcios eram negros, fundadores desta civilização e, portanto, fundadores da ciência. Dorrance, que atribuía a pele escura dos africanos ao clima, até defendia que os africanos eram tão humanos quanto os brancos, mas concordava com os argumentos de Nott quanto aos perigos da mistura racial. As crenças desse médico nortista, quando confrontadas com as afirmações de Josiah Nott, nos dão ideia de como os discursos em circulação nas duas regiões do país podiam ser discordantes, mas também se aproximarem em alguns pontos. A tese da inferioridade intelectual dos povos negros que viviam nos Estados Unidos é um exemplo dessa complexidade.²⁰

Josiah Nott responderia aos seus críticos publicando diversos artigos e palestras em que afirmava a diversidade das espécies, a inferioridade dos negros e a decadência dos mulatos. Em 1844, durante uma das suas palestras, afirmou que “o homem negro foi colocado na África tropical porque ele foi feito para aquele clima e não outro”. Sumarizando seu pensamento em doze pontos principais, o primeiro deles ratificava sua crença nas múltiplas criações, que negros e brancos diferiam anatômica e fisicamente e que estas diferenças marcavam sua existência desde o princípio. As disparidades entre uma raça e outra eram imensas e os caucasianos teriam atingido um estágio de civilização nunca atingido por qualquer outra raça.²¹

Ele continuaria sua cruzada em defesa da escravidão fazendo uso das teses poligenistas por todo o resto da década de 40 e 50, também para justificar o imperialismo do seu país. Nott atribuía à miscigenação e ao clima tropical as causas da degeneração da América Latina e ainda afirmava que a mistura racial havia feito os portugueses sobreviverem

²⁰ GARDINER, Dorrance. The mulatto a hybrid. *The Boston Medical and Surgical Journal*, 30 ago. 1843. p. 81. Este artigo é uma resposta ao texto de Josiah Nott publicado neste mesmo jornal em 16 de agosto de 1843. O título do texto de Nott é o mesmo.

²¹ NOTT, Josiah C. Caucasian and negro races. *The Boston Medical and Surgical Journal*, 24 abr. 1844, p. 244.

na África e nos países latino americanos, já que estes não eram seu habitat natural. Assim como na América Latina, também em New Orleans e em Mobile (Alabama), era possível ver o que, segundo o médico, eram assentamentos de brancos que ele considerava de “classe baixa” porque se misturaram com negros. É importante pontuar que, a despeito da mistura racial ocorrer em toda a Região Sul dos Estados Unidos, Nott reconhecia a ocorrência desta prática no seu país somente em duas localidades: New Orleans e Mobile. Por outro lado, reforçando a ideia de que a mistura racial era a causa da degeneração da vida nos trópicos, ele indicava que a miscigenação era uma prática de toda a América Latina sendo a razão da decadência de toda a região. Afirmava, ainda, que, enquanto os brancos se degeneravam, a amalgamação gerava o mulato, mais inteligente que o negro “puro”, produzindo um indivíduo mais perigoso para o sistema escravista, já que o mestiço, herdando parte das características físicas e mentais do ancestral branco, não se conformava com o cativo e, em geral, liderava insurreições. Portanto, para ele, na pureza racial estava uma das bases do excepcionalismo e superioridade dos Estados Unidos.²²

Agassiz seria o próximo a ocupar lugar de destaque na Escola Americana de Etnologia, tornando-se um dos líderes do pensamento poligenista norte-americano. Suíço de nascimento e discípulo de Cuvier, chegou ao norte dos Estados Unidos, em 1846, quando já havia um intenso debate sobre escravidão, abolição e igualdade. Da mesma forma, também havia, entre a comunidade branca da região, um forte sentimento de ódio racial, tal como existia nas cidades escravistas do sul. A princípio, Agassiz concordava com as profundas diferenças entre negros e brancos, mas considerava que isto era provocado por variações dentro de uma mesma espécie. Contudo, foi depois da primeira vez que viu de perto um afro-americano na Filadélfia que o cientista, confrontado pela diferença, reagiu manifestando um imediato sentimento de repulsa e passou a considerar que negros e brancos não faziam parte da mesma espécie humana.²³

Agassiz encontrou nos Estados Unidos o reconhecimento que buscava na Europa, uma vez que, quando passou a defender o poligenismo, encontrou simpatizantes no influente ambiente político e intelectual do Sul escravista. Assim, novamente se alinhavam o pensamento de escravistas e dos grupos do norte que eram favoráveis à abolição. Em Charleston, na Carolina do Sul, a classe senhorial e acadêmica ouvia com simpatia quando ele

²² NOTT, Josiah C. Unity of human race. *The Southern Quarterly Review*, jan. 1846, p. 1.

²³ ROGERS, Molly. *Delia's tears: race, science, and photography in the nineteenth-century America*. New Haven-London: Yale University Press, 2010, p. 118-119. Nesta obra, é possível encontrar uma intensa discussão sobre como os corpos negros não só foram apropriados, neste período, como ferramenta de trabalho, mas, também, explorados pela ciência.

afirmava, por exemplo, que os negros se adaptavam melhor (quer dizer, trabalhavam melhor) nos climas tropicais do que no Norte. Tal afirmativa dialogava perfeitamente com os argumentos dos senhores de escravos que afirmavam que os negros escravizados do Sul dos Estados Unidos viviam melhor do que aqueles que viviam livres e em estado de degradação no Norte e em países onde a escravidão havia sido abolida.²⁴

Na região norte, as teses de Agassiz forneceram o arcabouço científico necessário para a proposta de deportação da população negra depois da abolição, sob o argumento de que a amalgamação seria um fenômeno inevitável, caso negros e brancos convivessem juntos sem políticas de subalternidade e controle da população negra. Embora se declarasse favorável ao fim da escravidão, foi no Sul escravista que Agassiz encontrou o cenário adequado para suas investigações sobre a inferioridade da população negra, uma vez que estava decidido a provar que estas pessoas faziam parte de outra espécie. Na década de 1850, ele circulou por cidades sulistas e *plantations*, onde concluiu que ambiente tropical e o trabalho árduo associado a um forte sistema de controle eram a combinação perfeita para os escravizados e para os brancos, dominadores por natureza. A análise dos corpos negros nas *plantations* da Carolina do Sul fez Agassiz ter a ideia de encomendar fotografias de pessoas de diversas nações africanas que viviam nesta região, prática que, anos mais tarde, o inspiraria a pesquisar as raças puras no Brasil, onde ele poderia encontrar africanos de diversas nações sem precisar fazer uma longa viagem por diversas partes do continente africano. A análise das fotos confrontadas com modelos fotográficos das estátuas gregas fazia o cientista crer que ali estavam reveladas não só a diversidade, mas um modelo de perfeição da humanidade e outro, que representava a negação dela.²⁵

Agassiz, assim como os demais membros da Escola Americana de Etnologia, explicava a criação das diversas espécies humanas a partir da existência de províncias geológicas ou zonas de criação. Segundo esta tese, os seres eram criados, distintamente, em cada uma destas zonas e se adequavam a cada uma delas, que seria seu ambiente natural. Isto explicava porque o clima e demais fatores externos não mudavam os seres, uma vez que eles

²⁴ CORNELLIUS-DIALLO, “*More approximate to the animal*”..., cit., p. 102-112. Ver, também: ROGERS, *Delia’s tears*..., cit., p. 126-128.

²⁵ Depois da Guerra Civil americana, Agassiz buscava no Brasil o material quantitativo para provar sua tese de degeneração dos mulatos, uma vez que, neste período, este país já era reconhecidamente marcado pela mestiçagem. O cientista voltou do país latino-americano defendendo a deportação dos afro-americanos para aquela região, além de trazer uma coleção de fotografias de africanos, que ele chamava de raças puras, e de mestiços da Região Amazônica. Ver: MACHADO, Maria Helena P. T. Os rastros de Agassiz nas raças do Brasil: a formação da Coleção Fotográfica Brasileira. In: _____; HUBER, Sasha. *Rastros e raças de Louis Agassiz: fotografia, corpo e ciência, ontem e hoje*. São Paulo: Capacete, 2010, p. 30-40.

já haviam sido criados de determinada forma e carregavam características próprias do seu lugar de criação. A raça negra, por exemplo, havia sido criada em climas tropicais com a tarefa de desempenhar tarefas físicas e árduas, inapropriadas para o homem branco.²⁶ Com a tese das criações distintas, Agassiz explicava que a criação da raça negra era outra, diferente daquela mencionada no livro do Gênesis, que se referiria à criação da raça branca. Assim, quando aplicada às Escrituras bíblicas, a tese das zonas de criação explicava que os negros não eram descendentes de Adão e Eva, argumento que tentava resolver o dilema daqueles que simpatizavam com o poligenismo, mas temiam ser acusados de contrariarem as escrituras.²⁷

As zonas tropicais, como todo o continente africano, eram consideradas áreas de produção de seres inferiores. Não só o continente africano era palco de produção desta vida considerada decadente e inferior, como também a América Latina, o que demonstra os projetos expansionistas dos Estados Unidos inspirados na crença do destino manifesto do país em ocupar, civilizar e dominar povos e nações considerados inferiores. Em 1848, em uma matéria no jornal *The American Quartely Register and Magazine*, a região era descrita como “local de produção de raças mistas que carregavam as piores características dos seus ancestrais”. Ainda segundo o artigo, os soldados do México, embora alguns fossem bravos, em geral, tinham qualidades bárbaras, o que era resultado da mistura racial praticada na região. A amalgamação praticada desenfreadamente no Peru produzia uma extensa categoria de tipos mestiços diferenciados pelo nível de mistura, que iam do mulato (pai branco e mãe negra) passando pelo zambo (pai negro e mãe índia) a, finalmente, o branco (pai branco e mãe “quinteira”, que seria a filha de pai branco e mãe quarterona ou ¼ branca). Assim, além das categorias raciais, gênero também era um importante critério marcador da diferença entre os povos do norte e do sul quando observarmos que o pai sempre era branco, enquanto a mulher era a representação da população local: indígena, negra ou mestiça.²⁸

²⁶ MACHADO, Maria Helena P. T. *Brasil a vapor: raça, ciência e viagem no Século XIX*. Tese (Livre Docência) – Departamento de História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005, p. 35-38.

²⁷ STANTON, *The leopard's spots...*, cit., p. 101-112. Essas ideias, que explicam a ocorrência de mais de uma criação, foram publicadas em 1850, no artigo escrito por Agassiz intitulado *The diversity of origin of human races*, publicado no jornal *Christian Examiner*.

²⁸ Inhabitants of the United States. *The American Quartely Register and Magazine*, maio 1848. É importante mencionar que, na classificação racial apresentada pelo jornal sobre as categorias raciais da América Latina, há uma reveladora noção de gênero acrescentada à análise sobre a dinâmica sexual/racial, visto que, todos os indivíduos brancos são homens (pai branco), enquanto todas as mulheres, mestiças, negras e indígenas, produzem descendentes com homens de todos os grupos raciais; as mulheres brancas não aparecem na lista. Podemos sugerir que isto se deve à ideia de que as mulheres consideradas brancas só se envolviam sexualmente com homens brancos.

O Brasil, em particular, também despertou grande interesse dos poligenistas. Em *Notes on hybridity*, Samuel Morton já havia citado o Brasil a partir de uma fonte que lhe informara que os povos indígenas deste país, assim como os do México, tinham o formato do crânio em forma cilíndrica, similar aos índios dos Estados Unidos.²⁹ O editor do importante jornal do pensamento escravista, que circulava por toda a região sul durante o século XIX, o *DeBow's Review*, também fez uso deste periódico para divulgar e defender o poligenismo ao discorrer sobre as zonas de criação.³⁰ Para James De Bow, a diversidade climática das áreas zoológicas poderia ser vista e refletida na fauna e na flora produzidas em cada continente. A América do Norte, por razões óbvias, era descrita e definida pelo autor como um contraste da América do Sul e de outras partes do mundo que não a Europa. O lado sul do novo mundo, devido à abundância de águas e grande umidade atmosférica, era uma região propícia para o surgimento de todas as formas luxuriosas, ou seja, exageradas, deformadas e inferiores. Mais uma vez, a ideia do excepcionalismo americano era sendo construída e reforçada às custas da produção da ideia da degeneração da América latina. Assim, os Estados Unidos seriam uma espécie de Europa dentro do continente americano.

Ainda segundo De Bow, as espécies produzidas na Europa tinham um equivalente degenerado na América Latina, pois, tanto homens como animais do Norte eram superiores, devido ao clima seco e continental, produzindo um ser perfeito. Assim, para o camelo e o dromedário do Norte, estava seu equivalente inferior, a lhama dos Andes. Para o leão real e o tigre feroz original do Norte, estava o jaguar do Brasil, que nada mais era que um “gato grande”. Por fim, o artigo informava que esta mesma discrepância, que reproduzia e explicava a superioridade e a inferioridade entre Norte e Sul presente no mundo animal, também valia para a vida humana. Assim, os formadores de opinião nos Estados Unidos foram criando uma

A outra possibilidade é que este fosse um filtro (ou censura) do jornal norte-americano em uma sociedade completamente avessa à mistura racial.

²⁹ MORTON, Samuel G. *Notes on hybridity*: second letter to the editors of the Charleston Medical Journal, VI, 1851.

³⁰ O jornal *DeBow's Review* foi uma publicação de ampla circulação no Sul dos Estados Unidos que representava o pensamento, os valores e o assunto de interesse da classe escravista da região. O jornal circulou entre os anos de 1846 e 1884 e teve sua sede em diversas cidades da Região Sul ao longo destes anos. Assuntos como agricultura, economia, comércio e administração dos escravos, além de relações internacionais com outros países escravistas, como o Brasil, eram assuntos frequentemente debatidos nos artigos publicados pelo *DeBow's*. Além disto, é possível também encontrar diversos debates sobre projetos de ocupação e expansão dos estados sulistas para outras nações como México e demais países latino-americanos.

ideia de excentricidade e superioridade norte-americana ao passo que construíam uma necessária imagem de inferioridade e degeneração dos seus vizinhos latino-americanos.³¹

A América Latina e o Brasil também não escapariam do olhar de Josiah Nott, que estabelecia uma distinção entre as regiões Norte e Sul, para elevar a condição da América do Norte. Em *Types of mankind*, uma obra publicada em 1854 e dedicada à memória de Morton, falecido em 1851, Nott, tendenciosamente, afirmava que, desde a descoberta da América, as raças de pele mais clara haviam habitado a América do Norte enquanto as raças escuras, como os espanhóis, haviam ocupado a América do Sul, Central e o México. Assim, a partir de uma noção de contraste, Nott afirmava a liderança e a superioridade da vida no hemisfério norte declarando que nenhuma das raças do continente, nem mesmo os africanos, que chegaram depois, mas já estavam na América por séculos, haviam mudado suas características originais. Ele se referenciava na teoria das zonas zoológicas de Agassiz, reiterando que os fósseis encontrados em cada uma destas áreas apresentavam as mesmas características da população que ainda vivia em cada região. Segundo ele, isto poderia ser comprovado pelos fósseis encontrados no Brasil, que pertenciam às famílias que ainda habitavam aquele país.³²

Como já vimos, a mistura racial também era um importante fator que, segundo os norte-americanos, explicava a degeneração da população na América Latina. Embora a mesma prática existisse no Sul dos Estados Unidos, fato que era constantemente apontado pelos abolicionistas do Norte para denunciar o abuso sexual sofrido por mulheres escravizadas, o exemplo extraído da sua própria sociedade não servia para reforçar o argumento dos poligenistas que defendiam a segregação racial.³³ No processo de construção da diferença entre uma região e outra, aspectos que aproximavam a experiência norte-americana daquela dos seus vizinhos do sul foram ignorados ou subestimados.

³¹ DE BOW, James. Art. VI: the earth and man. *Debow's Review of the Southern and Western States*, Devotes to Commerce, Agriculture, Manufactures, mar. 1851, p. 282. A classificação de terras distantes assim como de seres “diferentes” também estava associada aos projetos de conquista e domesticação. A ciência teve papel fundamental neste projeto de nações imperialistas através da criação do “outro”, do diferente. Sobre isto, ver: FAUSTO-STERLING, Anne. Gender, race and nation: the comparative anatomy of “Hottentot” women in Europe, 1815-1817. In: TERRY, Jennifer; URLA, Jacqueline. *Deviant bodies: critical perspectives on difference in science and popular culture*. Bloomington: Indiana University Press, 1995, p. 19-48. Sobre inferioridade das espécies animais na América, ver: GERBI, Antonello. *O novo mundo: história de uma polêmica* (1750-1900). São Paulo: Cia das Letras, 1996.

³² NOTT, Josiah C. Geographical distribution of animals and the race of man. In: _____; GLIDDON, George. *Types of mankind: or ethnological researches based upon the ancient monuments, paintings, sculptures and crania of races and upon their natural, geographical, philological and biblical history*. 7. ed. Philadelphia: Lippincott, Grambo & Co., 1855, p. 70-73. A primeira edição desta obra é de 1854.

³³ Sobre este assunto ver: WALTERS, Ronald G. The erotic South: civilization and sexuality in the american abolitionism. *American Quartely*, v. 25, n. 2, p. 177-201, May 1973.

Em 1853, John Van Evrie, um médico pró-escravista de Nova Iorque, defendia que os negros eram tão inferiores aos brancos que, caso não se mantivessem, nos Estados Unidos, como servos, eles teriam como futuro o extermínio da sua raça.³⁴ Ele publicou suas impressões sustentadas no racismo científico da época no panfleto *Negroes and negro slavery: the first, an inferior race, the later, its normal condition* (Negros e escravidão negra: o primeiro, uma raça inferior, o segundo: sua condição natural). Nesta obra, Van Evrie repudiava a extensão de direitos para negros e mulheres, que ele considerava “um ato de ignorância defendido por pessoas que deveriam ser “consideradas inimigas da nação ou absolutamente maníacos”. Assim como outros poligenistas, ele condenava a amalgamação que, segundo ele, só deveria ocorrer entre pessoas da mesma raça.³⁵

Opiniões como as de Van Evrie divulgavam, de maneira simplificada, o pensamento poligenista. Além disto, ele também tentava fazer com que os brancos pobres se identificassem com o seu discurso, já que ele sempre lembrava que eles eram brancos, assim como os escravistas. No seu texto, ele ainda discorria sobre o polêmico tema da mistura racial, abordando-o da mesma forma agressiva que costumava utilizar para justificar assuntos relativos ao lugar de negros e brancos na sociedade americana. Para ele, misturar seres de diferentes espécies era um atentado contra as leis da natureza. Van Evrie afirmava que as consequências desastrosas da amalgamação poderiam ser constatadas, não nos Estados Unidos, mas no baixo Canadá e em toda a região que ele chamava de América Hispânica, que seria a América Latina e Central. Segundo ele, a amalgamação havia destruído a superioridade dos espanhóis nas colônias, de forma que a população mestiça os havia superado tanto que nem parecia que os europeus, algum dia houvessem existido naquela região. A ruína da amalgamação havia sido evitada pelos anglo-americanos devido a sua suposta repulsa natural a se misturar com raças inferiores.³⁶

O exemplo da América Latina miscigenada era uma advertência: caso, nos Estados Unidos, os negros se tornassem livres e a eles fossem concedidos os mesmos direitos, em igualdade com a população branca, aconteceria nesse país o mesmo que havia acontecido com seus vizinhos do Sul: o branco de sangue puro deixaria de existir. O crescimento da população negra e o “perigo” da mistura racial aterrorizavam a população branca tanto do Norte quanto do Sul dos Estados Unidos e este temor se estenderia ainda por várias décadas. Em 1859, o jornal abolicionista *The National Era* publicou um artigo, originalmente

³⁴ FREDRICKSON, *The black image in the white mind...*, cit., p. 62-63.

³⁵ VAN EVRIE, John H. *Negroes and negro slavery: the first, an inferior race, the later, its normal condition*. Baltimore: John D. Toy Printer, 1853, p. 12.

³⁶ Id., *ibid.*, p. 18-19.

anunciado no jornal nova-iorquino *The New York Evening Post*, cujo título “*The increase of negroes*” (“O crescimento dos negros”) já manifestava estas preocupações quanto ao crescimento do número de afro-americanos no país. O autor do texto, que se identificava com o pseudônimo de *Caucasian* (Caucasiano), apresentava questionamentos sobre qual seria a política para o futuro dos Estados Unidos, uma vez que, até aquele momento, as raças distintas se amalgamavam de tal maneira que caminhavam para se tornarem uma só.³⁷

O autor se mostrava alarmado com os números do censo de 1850, que revelava uma população “de cor” que totalizava um negro para cada seis brancos. Embora o número de negros mestiços não fosse especificado, o autor assegurava que entre os quatro milhões de *coloreds* que viviam nos Estados Unidos, pelo menos 1/3 era composto por *mixed mulattoes*, *quadroons*³⁸ e outros tipos de misturas derivadas, traçando uma perspectiva futura de crescimento desta mistura racial, de maneira que toda a população se tornaria mestiça em 400 anos. *Caucasian* fazia um apelo, alertando que este fato não deveria ser ignorado e sim seriamente levado em consideração por aqueles que amavam a raça branca e o país. Além disto, questionava se os americanos deveriam sofrer e ser estigmatizados pelos europeus após se tornarem uma raça de *coloreds*. Visualizando uma nação futura de “quarteirões escuros” (*dark quadroon*), o autor se posicionava contra a tentativa dos estados do Sul de reavivar o tráfico de africanos, o que colocaria a sociedade norte-americana exposta ao risco de se tornar uma república mulata, assim como eram seus opositos, os países latino americanos.³⁹

O autor propunha uma séria intervenção dos Estados do Norte nos Estados do Sul para impedir a expansão da escravidão na União, mas não porque ele estava motivado por valores humanitários ou em prol da liberdade e sim porque a expansão da escravidão significava a expansão da mistura racial. *Caucasian*, que poderia ser até um abolicionista, propunha que, gradualmente, todos os estados se tornassem livres, o que reduziria a mistura racial e o número de negros no país. A solução para aqueles que já ali existissem seria a imigração para a África ou para o Caribe e, desta forma, segundo ele, o país estaria livre do “horível mal da amalgamação”, estando assim preservada a “pureza e distinção da raça branca americana”. Além do Caribe, os países latino-americanos, sobretudo o Brasil, seriam citados várias vezes como antiexemplo para a nação branca americana. A degeneração da população brasileira e a ausência de hierarquias sociais baseadas em diferenças raciais seriam

³⁷ The increase of the negroes. *The National Era*, 20 out. 1859.

³⁸ As descrições sociais e legais para mulatos, “quarteirões” e outras categorias raciais vigentes no sul pré-Guerra Civil podem ser vistas em: TENZER, Lawrence R. *The forgotten cause of the civil war: a new look at the slavery issue*. New Jersey: Scholar’s Publishing House, 1997, p. 12-14.

³⁹ *The increase of the negroes...*, cit.

citadas por políticos, por cidadãos como *Caucasian* e, também, por cientistas, que teriam muito a dizer sobre os perigos e resultados negativos da mistura de raças supostamente distintas.⁴⁰

1.2 CIÊNCIA E VIAGEM: POLIGENISMO, MISTURA RACIAL E A POPULAÇÃO DO BRASIL

Seguindo o caminho dos europeus, no século XIX, os norte-americanos também associaram seus interesses nacionais ao projeto de expansão da influência do país sobre outras nações. É também neste período que diversos setores da sociedade norte-americana começaram a se projetar sobre sociedades distintas também escravistas e multirraciais, no sentido de imprimir diferenças que evidenciassem a superioridade norte-americana criando, assim, uma ideia de nação superior e pura em contraste com os povos latino americanos. Neste sentido, os viajantes desempenharam um papel fundamental, não só como observadores que descreviam povos e terras alheias, mas como inventores de diferenças que evidenciariam esta ou aquela peculiaridade dos países visitados e do seu próprio. A forma como a diferença foi divulgada pelos viajantes e como estes interpretaram a sociedade brasileira, por exemplo, contribuiu para a invenção da ideia de nação americana fundada na diferença e na excepcionalidade em relação às nações latinas. À ciência, cabia o papel de reinterpretar e justificar estas diferenças como resultado da natureza.⁴¹

Assim, em conexão com os debates científicos das décadas de 1840 e 1850, as expedições científicas e narrativas de viagem se consolidam como poderosa ferramenta para não só fornecer evidências científicas para teses que explicavam as diferenças, mas, também, de definição e classificação do outro. Sob o argumento de ser motivado por curiosidade científica, este tipo de literatura carregava forte teor ideológico, por ser comprometido com interesses políticos e econômicos norte-americanos. Mary Louise Pratt chamou este fenômeno de “anti-conquista”, um discurso da história natural que, ao mesmo tempo em que dominava

⁴⁰ As ideias de *Caucasian* refletem o pensamento do movimento surgido no Norte dos Estados Unidos chamado *Free Soil* (território livre), que se posicionava contrário ao crescimento da escravidão no país sob argumentos conservadores e segregacionistas. O movimento também revelava um evidente projeto de expansão da influência norte-americana em direção à América Latina, com o objetivo de evitar a africanização dos Estados Unidos. Sobre isto, ver: FREDRICKSON, *The black image in the white mind...*, cit., p. 138-145.

⁴¹ Sobre representações e interpretações da alteridade ver: LUKES, Steven. Bases para a interpretação de Durkheim. In: COHN, Gabriel. *Sociologia: para ler os clássicos*. Rio de Janeiro: LTC, 1977; e WAGNER, Roy. *A invenção da cultura*. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

se fortalecia em um lugar de autoridade, que se diferenciava da violência e subjugação que marcaram o primeiro encontro entre sociedades nativas americanas e os europeus.⁴²

Um exemplo de empreitada como esta foi a *United States Exploring Expedition*, que tinha por objetivo desenvolver a ciência nos Estados Unidos. Entre os anos de 1838 e 1842, a expedição passou por Cabo Verde, Rio de Janeiro, circulou a América Latina, passando por Argentina, Chile e Peru, com passagens pelo Pacífico até chegar à costa oeste norte-americana. A tripulação dava uma clara ideia dos objetivos ambiciosos da *Expedition*: além de marinheiros e oficiais, também havia botânicos, filologistas, mineralogistas e naturalistas, além de ilustradores, como Alfred Thomas Agate e Joseph Drayton. O primeiro se destacaria por produzir um repertório visual de mundos desconhecidos e seus povos, inclusive africanos que, no Brasil, ainda carregavam características de suas nações de origem. Aliás, este país teve fundamental importância ao prover evidências para as teses e ideias que se consolidariam no imaginário norte-americano sobre as distinções entre uma nação e outra. Segundo a historiadora Mary Anne Junqueira, estes fatores revelam o caráter imperialista da expedição, ao apontar outros interesses que não somente os científicos dos norte-americanos em relação ao território e às populações da América Latina.⁴³

O próprio comandante da expedição, Charles Wilkes, publicou, em 1845, o primeiro de diversos volumes e reedições de *Narrative of the United States Exploring Expedition*. Atento à popularidade das narrativas de viagem, que foi se tornando um negócio lucrativo a partir da segunda metade do século XVIII, Wilkes não vacilou ao escrever sua versão da expedição, embora não fosse cientista. Ele mesmo havia afirmado que sua obra era voltada para o público em geral, a despeito do caráter científico da expedição. Assim, os autores das narrativas, em geral do sexo masculino, proviam, então, seu público sedento por

⁴² Sobre exploração científica e viagem, além do conceito de “anticonquista”, ver: PRATT, Mary Louise. *Imperial eyes: travel writing and transculturation*. Routledge: New York, 1992, p. 23-28; 57.

⁴³ Sobre esta expedição, ver: JUNQUEIRA, Mary Anne. Charles Wilkes, a U.S. Exploring Expedition e a busca dos Estados Unidos da América por um lugar no mundo (1838-1842). *Tempo*, v. 13, n. 25, 2008. A autora tem um trabalho mais extenso sobre a *Expedition*, em sua tese de livre docência intitulada *Em tempos de paz: a circum-navegação científica da U. S. Exploring Expedition (1838-1842)*, Universidade de São Paulo, 2012; ver, ainda: PHILBRICK, Nathaniel. *Sea of glory: America's Voyage of Discovery; The U.S. Exploring Expedition, 1838-1842*. New York: Penguin Books, 2003. É importante mencionar que o material coletado durante a expedição foi agregado ao acervo da *Smithsonian Institution*, fundada em 1846 com o intuito de disseminar a ciência e o conhecimento nos Estados Unidos. Além desta expedição, outras também existiram, partindo dos Estados Unidos para o Brasil, como aquela com a intenção de explorar o vale do Rio Amazonas e que foi liderada pelo Tenente William Lewis Herdon, no ano de 1851. Herdon fez um registro desta expedição na obra *Exploring of the Valley of the Amazon*, publicada em 1854. Sobre a expedição, ver: MACHADO, Maria Helena P. T. (Ed.). *Brazil through the eyes of William James: letters, diaries, and drawings, 1865-1866*. Harvard, MA: Harvard University Press, 2006.

aventuras e experiências que marcavam o encontro do herói civilizador com o bárbaro, o fantasioso, o tropical e o exótico. Além disto, a produção de uma narrativa de viagem, fruto das especulações científicas produzidas por Wilkes, também nos diz sobre o papel agente do olhar do viajante. Ele, longe de ser um observador pacífico que descreve o que lhe é estranho, reage à diferença, intervindo, interpretando e inventando realidades que irão marcar a impressão do seu leitor sobre a natureza, os povos, enfim, o mundo desconhecido.⁴⁴

Figura 2 – United States Exploring Expedition: viagem de ida

Figura 3 – United States Exploring Expedition: viagem de volta

Fonte: United States South Seas Exploring Expedition⁴⁵

Charles Wilkes e sua tripulação deixaram os Estados Unidos em 18 de agosto de 1838, chegando à Ilha Madeira, em 25 de setembro, em seguida alcançando Porto Praia, em Cabo Verde, de onde zarpou para o Rio de Janeiro, em 7 de outubro. A chegada ao Brasil só aconteceu em 23 de novembro, em uma estadia longa causada por problemas com as embarcações. Em 6 de janeiro de 1839, depois de seis semanas, finalmente, a expedição seguiu para Buenos Aires. Este período foi suficiente para que o autor afirmasse que “viu tudo que havia de ser visto no Rio de Janeiro”.⁴⁶ Ao chegar à baía carioca, o primeiro registro do capitão foi sobre a beleza natural do lugar: “Nossa atenção foi dirigida imediatamente para os imensos, fantásticos e abruptos picos da Gávea, Pão de Açúcar e Corcovado”. A beleza natural era descrita em consonância com a ideia que se produzia sobre o mundo tropical e, para isto, eram utilizados adjetivos específicos e produzidos cenários particulares: a baía era descrita como de beleza “pitoresca”, coberta por plantas tropicais, todas elas desconhecidas

⁴⁴ PRATT, *Imperial eyes...*, cit., p. 86-88. Sobre viajantes, ver, também: CARDOSO, Sergio. O olhar viajante. In: NOVAES, Adauto. *O olhar*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

⁴⁵ O primeiro mapa se refere à viagem de ida. O segundo, à viagem de volta. A Expedição chegou na cidade de Nova York em 10 de julho de 1842. Os mapas estão disponíveis em: <http://cs.wikipedia.org/wiki/United_States_South_Seas_Exploring_Expedition>. Acesso em: 18 dez. 2013.

⁴⁶ WILKES, Charles. *Narrative of the United States Exploring Expedition during the years of 1838, 1839, 1840, 1842, 1842*. New York: G. P. Putman & Co. 1856. v. I, p. 45.

do olhar estrangeiro. Bromélias, orquídeas e cactus eram avidamente coletados pelos cientistas que adentravam florestas misteriosas.⁴⁷

Porém, o que mais chamou a atenção do comandante foi a população local. Wilkes, enquanto americano ciente dos debates políticos e científicos em torno da diversidade racial do seu próprio país, ficou chocado com a mistura racial e a inserção social dos libertos brasileiros. Com isto, ele promovia uma descrição da sociedade brasileira que contrastava completamente com o ideal de nação vigente entre as elites norte-americanas, que primava pela pureza de sangue e era dividida sob rígidas regras de segregação racial que impedia a ascensão social dos libertos. Segundo ele, este aspecto da realidade brasileira era o que primeiro chamaria a atenção do visitante americano:

[...] há mistura indiscriminada de todas as classes em qualquer lugar, todos [vivem] aparentemente em termos de igualdade: oficiais, soldados, padres, todos negros e brancos se misturando e desempenhando suas respectivas obrigações sem levar em conta sua cor ou aparência. A única distinção que parece existir é entre liberdade e escravidão. Existem muitos negros livres e ricos, altamente respeitados, que se amalgamam com as famílias brancas...⁴⁸

Além da natureza tropical e das características peculiares dos habitantes, o Rio de Janeiro também tinha outra peculiaridade: a escravidão. O comandante afirmava que este regime de trabalho era tão presente na vida da cidade que o visitante era obrigado a assistir à dinâmica escravista em qualquer lugar em que estivesse. Wilkes observou também que os brasileiros usavam mais o trabalho dos cativos do que o dos animais, como carregadores de cargas, e também percebeu que homens e mulheres cantavam enquanto trabalhavam em grupo. Além de afirmar que os negros eram excessivamente numerosos, registrou que todos trabalhavam seminus. As mulheres, especificamente, despertavam a atenção do viajante, que as descrevia como (semi)vestidas enquanto carregavam água nos chafarizes públicos. Ele retratou uma cena de duzentas mulheres negras que mantinham suas saias suspensas enquanto lavavam roupas dentro de um rio e batiam as roupas contra as pedras, uma ação que, segundo

⁴⁷ WILKES, *Narrative of the United States Exploring Expedition...*, cit., p. 29; 50; 57. Um intenso debate sobre a invenção deste mundo tropical na América Latina, que estava de acordo com o projeto das grandes nações, como os Estados Unidos, de se estender pelos trópicos, pode ser encontrado em: STEPAN, Nancy Leys. *Picturing tropical nature*. London: Reaktion Books, 2001, p. 13-21.

⁴⁸ WILKES, *Narrative of the United States Exploring Expedition...*, cit., p. 45. Charles Wilkes fez a mesma observação sobre a população de Cabo Verde que, segundo ele, era resultado da mistura indiscriminada de portugueses e africanos nativos (p. 31). A abordagem de Charles Wilkes sobre a mistura racial vigente no Brasil também é encontrada em: JUNQUEIRA, Mary Anne. Em nome da raça anglo-saxônica: imagens sobre as Américas no relato de viagem da circunavegação científica da U.S. Exploring Expedition (1838-1842). *Revista dos Estudos del ISHIR*, Argentina, n. 8, 2014.

ele, provocava “grande destruição aos botões”. Podemos especular que Wilker estaria conferindo algum erotismo à cena, que era exótica pelos seus aspectos de nudez pública e pelas próprias características das pessoas observadas, todas elas mulheres negras.⁴⁹

Charles Wilkes observou, atentamente, a população africana local que, de tão diversa, promovia um verdadeiro observatório de diversas nações no Rio de Janeiro. Apropriando as designações étnicas utilizadas por traficantes de escravos, ele também fez uso das observações do filólogo Horatio Hale e do ilustrador Alfred Thomas Agate, ambos integrantes da *Expedition*. Notou que muitos africanos vinham do mesmo lugar, o que era evidenciado pela língua e pelos hábitos que muitos deles compartilhavam. Outro importante aspecto que ele percebeu como elemento para identificar as nações africanas eram as marcas de nação, detalhadamente reproduzidas por Agate. Pelo desenho das marcas, o comandante pode diferenciar Congos, Benguelas, Angolas, Makuas, Moçambiques e outros. As comparações entre uma nação e outra também eram feitas através de critérios físicos, que eram comuns ao vocabulário do racismo científico norte-americano: tamanhos do queixo, formatos de nariz, mandíbulas, dentes, testas e a altura. Tal forma de classificação seria vista com familiaridade pelos leitores da *Narratives*.⁵⁰

São estas representações e impressões da escravidão na sociedade brasileira, assim como da dinâmica das relações raciais no país, sobretudo no que diz respeito à forma como os viajantes entenderam a mistura racial e o lugar social dos libertos que constituem nosso principal interesse sobre o papel dos viajantes norte-americanos na produção de determinada imagem sobre o Brasil.

Os africanos de nação Mina despertaram particular atenção em Charles Wilkes. Seguindo critérios empregados pela ciência racialista, como a categorização e a busca por hierarquias dentro de grupos raciais similares, ele afirmou que estes eram distintos dos outros africanos pelas “qualidades mentais e físicas”, sendo os povos desta nação “de expressiva inteligência e dignidade”. Segundo ele, eram os africanos mais valorizados no mercado de escravos, devido às tarefas mais sofisticadas que eram capazes de desempenhar. Informava,

⁴⁹ WILKES, *Narrative of the United States Exploring Expedition...*, cit., p. 49; 52. A representação da nudez nos trópicos é colocada como componente do cenário tropical e está associada ao mistério e ao desconhecimento das regras pelos povos civilizados, curiosos e, ao mesmo tempo, chocados com os hábitos sociais e sexuais dos povos observados. A cena das mulheres negras que eram observadas sem saber que o eram faz parte de uma narrativa de viagem, gênero que, tradicionalmente, vinculava a sensualidade descuidada e espontânea ao clima, o que dialogava com o determinismo biológico. Sobre isto, ver: STEPAN, *Picturing tropical nature...*, cit., p. 88-89.

⁵⁰ WILKES, *Narrative of the United States Exploring Expedition...*, cit., p. 54-57.

também, que eram letrados em árabe e se recusavam a se associar com negros de outras nações. Através de informações colhidas por “conhecedores de africanos”, o comandante também descobriu que a maioria dos escravos que comprava sua alforria era de nação mina. Ao mesmo tempo em que eram desejados como trabalhadores, eles eram, de alguma forma, admirados, por ocuparem o topo de uma espécie de hierarquia entre os africanos. Contudo, os mina eram temidos por senhores de escravos e autoridades locais. Wilkes ouviu dizer que eles eram particularmente numerosos na Bahia, onde haviam organizado uma insurreição.⁵¹

Figura 4 – Elementos identificadores das nações africanas, segundo Wilkes

Fonte: Narrative of the United States Exploring Expedition⁵²

Além dos africanos, Charles Wilkes concluiu, nas seis semanas que passou no país, que o brasileiro era um povo desconfiado, mas de caráter cortês, susceptível à bajulação, egoísta, tímido e presunçoso, embora fosse ignorante, ou seja, qualidades que, geralmente,

⁵¹ WILKES, *Narrative of the United States Exploring Expedition...*, cit., p. 56-57. Certamente, a insurreição ocorrida na Bahia foi o Levante dos Malês, ocorrido em Salvador, em 1835.

⁵² Todas as imagens, de autoria de Alfred Thomas Agate, estão disponíveis em *Narrative of the United States Exploring Expedition* e também podem ser encontradas no acervo digital da Smithsonian Library, na coleção correspondente à U.S. Exploring Expedition. Disponível em: <<http://www.sil.si.edu/digitalcollections/usexex/navigation/NarrativeImages/keywords-search-narrative.cfm>>. Acesso em: 17 dez. 2013.

eram consideradas negativas para uma nação. O brasileiro também, segundo ele, era paciente diante da opressão, o que marcava a passividade comumente registrada por estrangeiros nas descrições sobre povos de terras tropicais. O autor também registrava o respeito dos brasileiros pelo estrangeiro, desde que este não fosse português. Finalmente, deixava escapar as intenções expansionistas do seu país afirmando que o Brasil nutria especial admiração pelos americanos e que eles “achavam que era tempo de que as pessoas deste continente se unissem” formando uma frente de oposição aos europeus.⁵³ A fala de Wilkes sobre a Europa revela, também, os planos norte-americanos de se constituírem como uma potência que faria frente à presença e influência européia na América Latina. Assim, o conhecimento, ou seja, a autoridade de definir o outro funcionava, também, como uma forma concreta de poder sobre outras nações.⁵⁴

Outro membro da expedição também usou sua passagem pelo Brasil como oportunidade para escrever sobre a população local e prover a ciência norte-americana poligenista com mais informações. Charles Pickering era naturalista e fazia parte do grupo de cientistas que se juntaram à comitiva. Defensor da ideia das zonas de criação, a experiência de Pickering durante a expedição resultou na obra *The races of man and their geographical distribution*, publicada em 1848. Ele já reconhecia, nos Estados Unidos, a existência de três raças – negros, brancos e mongóis – que representavam a população indígena nativa. Restava, então, para ele, entender como as raças se distribuíam no resto do mundo, além de características básicas que indicassem suas origens.⁵⁵

A dificuldade de identificar as fronteiras geográficas de cada “raça” fez o naturalista se juntar à *Exploring Expedition*. Alguns elementos, durante a viagem, foram colaborando com as dúvidas de Pickering quanto ao número de raças, como na sua passagem pela Austrália e Nova Zelândia onde ele afirmou ter começado a questionar o número de raças definido por Blumenbach: cinco raças. Pickering foi construindo suas constatações após passar por diferentes lugares e verificar uma intensa variedade de tons de pele, de feições entre as populações locais, que independiam de mistura racial, além de distintas formas de tatuagem, que diferenciavam um povo do outro. Por fim, o naturalista chegou à seguinte

⁵³ WILKES, *Narrative of the United States Exploring Expedition...*, cit., p. 79; 86.

⁵⁴ JUNQUEIRA, *Charles Wilkes, a U.S. Exploring Expedition ...*, cit. p. 136.

⁵⁵ PICKERING, Charles. *The races of man and their geographical distribution*. London: H. G. Bohon, York Street, Covent Garden, 1848, p. 281. Assim como Louis Agassiz, Pickering estava vinculado à Universidade de Harvard, onde obteve o diploma de médico no ano de 1823. Ele também fazia parte de um circuito de cientistas da Filadélfia vinculado à *Academy of Natural Sciences* daquela cidade.

conclusão: “Eu tenho visto no total onze raças de homens”. Segundo ele, este número poderia ser ainda maior.⁵⁶

Obedecendo a critérios que se baseavam em cor da pele e traços físicos, as onze raças de Charles Pickering estavam divididas entre *whites* (árabes e abissínios), *brown* (mongóis, hotentotes e malaio), *blackish-brown* (papuans, negrillos, índios e etíopes) e *black* (australianos e negros). Ele ainda afirmava que os termos *white* e *black* não se referiam literalmente à cor da pele de nenhuma raça, mas eram termos de uso geral e, por isto, ele também os utilizava. Como poligenista, ele afirmava que a diversidade racial existia independente do clima de cada região, o que fazia com que uma pessoa oriunda de climas frios pudesse se adaptar aos trópicos. Isto acontecia, por exemplo, com os brancos que viviam no Rio de Janeiro que, segundo Pickering, não se apresentavam deteriorados pelo clima tropical nem afetados negativamente pela suposta indisposição para o trabalho prevalente em climas quentes. Além disto, segundo suas conclusões, a população de um hemisfério poderia derivar em outra, embora fosse quase impossível que raças africanas tivessem ligação com as raças asiáticas ou mongóis.⁵⁷

A passagem pelo Brasil foi registrada por Charles Pickering com mais detalhes no capítulo “*The negro race*”. Os negros eram descritos como seres de aparência já conhecida entre seus interlocutores norte-americanos: “lábios grossos, nariz achatado, testa recuada, cabelo quase encarapinhado e cor escura”. Pickering afirmava que o negro era a raça mais escura de todas e o cabelo encarapinhado se aproximava totalmente do cabelo dos hotentotes. O viajante também se adiantou em explicar que a intensa presença africana no Brasil era justificada pelo tráfico, que fazia com que “os negros agora pudessem ser encontrados na maior parte do globo onde o europeu se estabeleceu”. Estes africanos eram chamados por ele de “negros coloniais” ou “negros europeizados”, forma que encontrou para diferenciá-los daqueles que encontrara no continente africano ainda durante a mesma expedição.⁵⁸

Ao descrever o cenário que encontrou no Rio de Janeiro, Pickering enfatizou a sua aparência urbanizada, que “mais parecia uma colônia europeia”, o que contrastava com a maioria africana que vivia na cidade. Diferente de boa parte dos outros viajantes, ele considerou a mistura racial rara, mas é possível que Pickering tenha considerado os “mestiços” uma variação da raça negra. O naturalista também constatou que a maioria dos negros eram escravos, mas havia muitos deles empregados como soldados, meio através do

⁵⁶ PICKERING, *The races of man and their geographical distribution...*, cit., p. 1-2.

⁵⁷ Id., *ibid.*, p. 2-4; 234.

⁵⁸ Id., *ibid.*, p. 187; 188.

qual alguns negros libertos ascenderam socialmente através do alistamento no serviço militar. Ele também percebeu que as mulheres negras tinham sua própria forma de ascensão social: “através de casamento com homens portugueses”. Esta última estratégia de ascensão, o casamento inter-racial, certamente despertou a curiosidade dos leitores de Pickering, já que os norte-americanos, escravistas ou não, em geral, eram avessos a este tipo de relação. Isto também indicava a ausência de normas sociais que regessem a população nos trópicos. Tais ideias fortaleciam mais os aspectos de distinção entre Brasil e Estados Unidos, e que os visitantes não desejavam que fossem incorporados em seu país.⁵⁹

A imagem do Brasil, tal como construída por Charles Pickering certamente não agradaria às elites nacionais brasileiras. A impressão do naturalista era de um Rio de Janeiro urbano e massivamente africano. Ele afirmava que o Brasil tinha a maior população negra da América Latina, depois do Peru, diferente dos poucos negros que havia visto no Chile. Menos detalhista que o comandante Charles Wilkes, Pickering enxergava pouca diferença entre eles, daí porque perceber a língua que falavam era algo fundamental na hora de identificar e diferenciar as diversas nações africanas na cidade. Ele pôde perceber, por exemplo, o porto de origem de alguns homens e mulheres, como, por exemplo, os moçambiques, que vinham em grande parte do distrito de M'kindo. Mesmo passando mais tarde pelo continente africano, somente no Rio de Janeiro ele afirmou ver africanos da África Ocidental. Também com a ajuda do filólogo Horatio Hale, ele pode diferenciar as línguas que caracterizavam nações congo, kabinda, benguela e kasangi, o que fazia do Brasil um destino eficaz para aqueles que se interessassem por ciência, sobretudo aquela que dizia respeito às diferenças raciais. Além disto, a “africanidade” do Brasil, tal como descrita pelo viajante, reforçava a ideia de um país bárbaro e selvagem, em oposição aos Estados Unidos, civilizado e avesso a toda supremacia cultural e populacional que não fosse anglo-saxã.⁶⁰

Os africanos de nação mina também chamaram a atenção de Pickering, que foi informado que eles vinham da região da Guiné e, como ele pode constatar, falavam árabe: “Eu vi um homem (mina) que falava um pouco de árabe”. O potencial revoltoso dos africanos mina também despertou o interesse do viajante, que ouviu dizer que estes africanos estiveram envolvidos em uma insurreição que havia ocorrido no Brasil. Revoltas e insurreições de escravos despertavam a atenção de senhores de escravos em todo o Atlântico e, sabendo disto, Charles Pickering tinha um público alvo para estas informações: os senhores de escravos nos Estados Unidos. A mensagem sobre os mina era uma advertência para o governo e para os

⁵⁹ PICKERING, *The races of man and their geographical distribution...*, cit., p. 189.

⁶⁰ Id., *ibid.*, p. 189; 205-206.

escravistas do seu país sobre os perigos gerados pela escravidão. Sua opinião geral sobre os africanos ocidentais era que eles eram perspicazes e possuíam bons sentidos naturais. Porém, como era de se esperar, Pickering também afirmou que as mencionadas habilidades vinham acompanhadas de “uma grosseria nos modos nunca encontrada em outras partes do mundo que eu tenho visitado”.⁶¹

Além de cientistas (médicos, naturalistas, biólogos, zoólogos), outros viajantes, como religiosos e os chamados “homens do mar”, como o comandante Wilkes, também se sentiram autorizados a contribuir com o estudo das raças, ao mesmo tempo em que fortaleciam o imaginário sobre o mundo tropical no hemisfério norte. Charles Samuel Stewart, por exemplo, era missionário e capelão da marinha americana e, em 1856, publicou *Brazil and La Plata*, resultado da sua viagem pela América Latina, em 1850. Stewart afirmava que sua motivação para escrever era a possibilidade de fornecer uma *light reading*, ou seja, uma “leitura leve” para o seu público. Para completar a tarefa de produzir uma obra informativa e, ao mesmo tempo, prazerosa, afirmou que teve que fazer diversas alterações no seu manuscrito original devido à necessidade de publicar o que até então era “pessoal e privado”.⁶²

O que mais chamou a atenção de Stewart no Rio de Janeiro foi o mesmo que havia chamado a atenção de outros viajantes: “a numerosa população negra e escrava, evidentemente em diferentes condições de vida, desempenhando variadas funções, vestidos, semivestidos e quase nus”. O cenário pitoresco era descrito em detalhes, para que o leitor distante pudesse receber informações que lhes permitisse imaginar os “carregadores de corpos suados” e os sons produzidos pelos líderes dos grupos de trabalho que transportavam qualquer tipo de mercadoria. Homens e mulheres, escravizados e libertos, da “mesma cor e a mesma raça”, expunham mercadorias à venda em suas cestas: flores, frutas, comidas, joias e, até mesmo, pássaros. Entre estas pessoas, os libertos eram, segundo ele, mais afortunados na sua condição e era o resultado destas vendas o sustento que lhes garantia autonomia financeira.⁶³

A mistura racial, segundo Stewart, seria um aspecto do Rio de Janeiro que “revoltaria qualquer visitante do norte dos Estados Unidos”. O capelão, então, descreveu uma população que, em sua maioria, era assustadoramente *mongrel*, um termo ainda mais

⁶¹ PICKERING, *The races of man and their geographical distribution...*, cit., p. 206.

⁶² STEWARD, Charles Samuel. *Brazil and La Plata: the personal record of a cruise*. New York: G. P. Putman & Co, 1856, p. v. Stewart já era um veterano na literatura de viagem. Em 1831, ele publicou *A visit to the South Seas in the U.S. Ship Vincennes during the years 1829 and 1830; with the Scenes of Brazil, Peru, Manila, the Cape of Good Hope, and St. Helena*. New York: J. P. Haven, 1831.

⁶³ Id., *ibid.*, p. 72.

pejorativo para definir os mestiços. Reforçando as características locais, que seriam duramente rejeitadas pela sociedade norte-americana, Steward afirmava que era ultrajante que estes *mongrel* se autodeclarassem brancos e, no Brasil, vivessem como se assim o fossem. As nuances de cor no país eram, para ele, infinitas, uma vez que havia “mulatos, quarteirões e semiquarteirões de todas as cores e texturas de cabelo”. O mais perfeito cenário da degeneração racial no país era visto quando se passava pelo Campo da Aclamação, onde era possível ver soldados de todas as cores, do “mais escuro ébano da África” até o “moreno” brasileiro e português. Aqui, percebe-se um esforço do viajante em utilizar critérios locais de classificação racial e, certamente, o cenário considerado desordenado e caótico do Rio de Janeiro chocou Stewart que, como americano do estado de Nova Jersey, portanto, do Norte, representava o pensamento de um grande número de pessoas que era contra a escravidão, mas que, também, era completamente avesso à amalgamação. No Brasil, a complexidade das categorias raciais dependia de outras variáveis como nacionalidade, posição social e econômica, status de livre ou escravo, categorias que, quando combinadas à cor da pele, poderiam permitir que mulatos se passassem por brancos o que, em seu país natal, era condenado e chamado de *passing*.⁶⁴

Ao longo do século XIX, a literatura de viagem colaborou para que o Brasil fosse sendo internacionalmente divulgado como um intrigante contraponto à forma como a sociedade norte-americana discutia o lugar social de negros e mulatos. Os jornais eram uma alternativa a esta literatura mais densa, mas que também cumpriu um papel na produção deste imaginário. A imprensa norte-americana selecionava trechos, colhia relatos e publicava notícias curtas e ilustradas deste Brasil degenerado e amalgamado que trazia uma mensagem de advertência à sociedade americana ansiosa quanto ao destino das relações raciais no país após a abolição.

O jornal abolicionista *New York Evangelist*, por exemplo, publicou, no ano de 1845, uma série com dez artigos sobre o Brasil. O autor, identificado com o nome de “C”, afirmava que a escravidão era o grande negócio no Brasil e comparava as elites brasileiras com aquelas de New Orleans. Concluiu, também, que as diferenças raciais eram mais extremas nos Estados Unidos e arriscava dizer que, aparentemente, as leis para os escravizados e libertos não eram tão severas quanto no seu país.⁶⁵ Outro artigo publicado no

⁶⁴ STEWARD, *Brazil and La Plata...*, cit., p. 72-73. A palavra “moreno” foi traduzida por mim do original *swarthy*. Uma discussão sobre a complexa categorização racial vigente no Brasil e seu impacto sobre o olhar estrangeiro pode ser encontrada em: STEPAN, *Picturing tropical nature...*, cit., p. 99-100; 105-106.

⁶⁵ *New York Evangelist*. Letters from Brazil, n. IX.

jornal *The Louisville Daily Journal* descrevia com estranheza o estado das relações raciais no Brasil onde a amalgamação não era proibida, permitindo que pessoas negras, uma vez livres, fossem cidadãs, e onde era comum que homens negros ocupassem altos cargos no governo. Surpreendia ao autor que a ausência de leis contra a mistura racial deixasse caminho aberto para casamentos entre pessoas que, nos Estados Unidos, eram consideradas pertencentes a diferentes espécies:

[...] não havia impedimentos para que um homem branco se casasse com uma mulher amarela ou negra, e o fato mais surpreendente era que as mulheres brancas não sentiam repugnância pelos homens negros, mesmo que, segundo as palavras do autor, eles fossem escuros como carvão.

Para o autor, parecia um paradoxo o fato de que, no Brasil, onde não eram respeitadas as diferenças impostas pela natureza, fosse tão difícil ser aprovada e respeitada uma lei de proibição ao tráfico de africanos e que os traficantes fossem punidos.⁶⁶

No artigo “Fruit seller of Rio de Janeiro”, o cenário escolhido para descrever o “Brasil tropical” foi um mercado público. A arquitetura brasileira, segundo o autor do artigo, tinha forte influência europeia, mais especificamente, francesa. Tal cenário era totalmente modificado, quando o visitante avistava o passeio público, lugar onde se situava o mercado local: lá podiam ser encontradas frutas e vegetais desconhecidos, melancias da Índia, frutas africanas, papagaios e periquitos, além de outros pássaros das florestas brasileiras. No mercado, também era possível ver a diversidade da população, pois eram vistos negros e brancos, índios e portugueses, mamelucos e caboclos.⁶⁷ Já em outro artigo, “Pictures of Brazil”, era publicada uma síntese da obra *Brazil and the brazilians*, dos missionários Kidder e Fletcher. Em poucas páginas, eram fornecidas informações pitorescas sobre as vestimentas da mulher baiana, chamada de “*creole mina negress of Bahia*”. Esta província também era descrita como “capital espiritual do país” e, mais uma vez, caracterizada pela arquitetura europeia. Tal arquitetura sofisticada dos prédios era “contrastada” pela intensa população negra que conferia uma face africana à cidade.⁶⁸

A sociedade brasileira também forneceu elementos para o debate científico norte-americano através do trabalho do zoólogo alemão Hermann Burmeister que, antenado com os debates sobre as diferenças raciais que estavam acontecendo nos Estados Unidos, publicou, em 1853, *The black man: comparative anatomy and psycology of the African Negro*. A obra

⁶⁶ Brazil and the African slave trade. *The Louisville Daily Journal*, 18 maio 1849.

⁶⁷ Gleason's pictorial drawing: fruit seller of Rio de Janeiro, 19 nov. 1853.

⁶⁸ Ballou's Dollar Monthly Magazine, jun. 1858.

era o resultado de observações feitas durante uma estadia de quatorze meses no Rio de Janeiro, entre os anos de 1850 e 1851. Ciente de que o Brasil era um solo fértil para a produção de ideias raciais, Burmeister veio ao país para leituras da população negra local a partir do olhar racista da ciência do século XIX. Na obra, fazia profundas comparações que sempre tomavam como referência o padrão humano de perfeição, as estátuas gregas de feições consideradas “delicadas”. Assim, todas as características ou medidas que se distanciassem deste padrão não eram consideradas humanas.⁶⁹ As diferenças raciais registradas pelo zoólogo e a sua descrição, que animalizava os africanos (supostamente, de feições brutas), foram muito bem recebidas nos Estados Unidos, já que apontavam as semelhanças entre os negros e os primatas, mais marcantes e próximas do que entre negros e brancos.

Em *The black man...*, as conclusões de Burmeister levavam à afirmação de que os negros eram uma espécie próxima aos macacos, tanto nas feições quanto no comportamento e habilidades intelectuais. Para chegar a tais conclusões, ele analisou braços, pernas, altura e, sobretudo, pés da população brasileira confirmando o pensamento científico quanto às ideias já estabelecidas no pensamento coletivo, como a que se refere às características masculinas do corpo das mulheres africanas. Tomando como medida para o braço feminino branco 29 polegadas, ao encontrar números maiores que este para o braço das africanas, Burmeister afirmou: “uma vez que o braço da fêmea do negro é relativamente mais longo que o da europeia, e que sua perna também ultrapassa a daquela em comprimento, isso indica um certo nível do tipo masculino”, consolidando também ideias já bem presentes no senso comum que diziam que não cabia à mulher negra o mesmo modelo de feminilidade e fragilidade da europeia. Isto justificava que, quando escravizadas, elas não fossem poupadas do trabalho pesado assim como cabia para outras situações em que se esperava que fossem respeitadas as supostas limitações do corpo feminino mais frágil.⁷⁰

Davis debate como padrões de masculinidade e feminilidade eram específicos nas comunidades escravizadas. Enquanto os homens negros, por exemplo, não assumiam o papel

⁶⁹ MACHADO, *Race and visual representation...*, cit., p. 11-15. A autora aponta várias similaridades entre o pensamento de Agassiz e Burmeister e, dentre elas, a crença na inferioridade das pessoas negras, tomando como argumento central o fato de os africanos estarem distantes do padrão clássico de beleza europeia, que era o grego. Esta, dentre outras similaridades do pensamento destes cientistas, se reforça pelo fato de ambos elegerem o Brasil como campo de investigação das suas pesquisas que visavam afirmar a inferioridade dos africanos e mestiços.

⁷⁰ BURMEISTER, Hermann. *The black man: the comparative anatomy and psychology of the African negro*. Tradução Julius Friendlander e Robert Tones. New York: William C. Bryant & Co. Printers, 1853, p. 6.

de “chefe de família”, as mulheres negras também eram destituídas dos atributos do “sexo frágil” ou da “dona de casa”, uma vez que as experiências de trabalho destas mulheres requeriam que elas estivessem tão aptas quanto os homens a desempenhar as tarefas do cotidiano do trabalho escravo, mesmo as tarefas consideradas “masculinas”. Assim, enquanto força de trabalho, as mulheres negras eram descritas como dotadas de capacidades e características masculinizadas. Ao mesmo tempo, isto convivia com noções sobre a sua sexualidade que as expunha à exploração e violência sexual. No processo de construção da alteridade, o “outro”, neste caso, mulheres e africanos, também era, assim como a terra, objeto de conquista. As descrições físicas das mulheres africanas definidas como “masculinizadas” também faziam parte de um projeto de controle do corpo e da sexualidade. Além do físico, as mulheres negras frequentemente eram ditas como “masculinas” por terem a sexualidade aflorada, assim como os homens.⁷¹

Algumas especificidades locais que foram mencionadas, como o fato de os escravos brasileiros serem proibidos de usar sapatos, mas trabalharem todo o tempo vestidos, impôs que o cientista fizesse algumas adaptações ao seu estudo. Burmeister se mostrou frustrado com este fato, o que o obrigou a concentrar suas análises nas características dos pés das pessoas negras, já que “as oportunidades de estudar (esta parte) são geralmente melhores que outra parte do corpo, desde que no Brasil o escravo tem sempre esta parte exposta, enquanto o resto é coberto”. Para ele, os pés dos negros, sobretudo das mulheres, eram impressionantemente feios devido ao “excessivo achatamento, calcanhar baixo projetado para trás, contorno achatado saliente de ambos os lados, a grossa bolsa de gordura na cavidade interior do pé e dedos afastados”. Burmeister concluiu que estas características, assim como o fato de o segundo dedo do pé dos negros ser maior que o primeiro, o que era considerado um desvio de uma peculiaridade marcante do homem branco, poderia ser similarmente observado nos animais mais elementares, o que tornava os negros, em suas palavras, “decididamente uma aproximação do tipo símio”.⁷²

⁷¹ DAVIS, Angela Y. *Women, race and class*. New York: First Vintage Books; Random House, 1983, p. 8-12. Sobre as ideias a respeito da sexualidade das mulheres negras, ver: FAUSTO-STERLING, *Gender, race and nation...*, cit., p. 19-48.

⁷² BURMEISTER, *The black man...*, cit., p. 7. Esta passagem também é comentada em CORNELLIUS-DIALLO, “*More approximate to the animal*”..., cit., p. 216-218. Através da associação entre o corpo das mulheres africanas e os símios, os cientistas descreviam “o primitivo do primitivo” uma vez que elas eram duplamente animalizadas pela sua condição racial e de gênero, mais distantes do ideal masculino e caucasiano. FAUSTO-STERLING, *Gender, race and nation...*, cit., p. 27-28.

Assim como os cientistas nos Estados Unidos, o olhar de Burmeister sobre a população negra no Brasil advogava as limitações intelectuais dos africanos, sua suposta incapacidade de autogoverno, infantilidade, a susceptibilidade a vícios, agressividade e demais conceitos que animalizavam e coisificavam os corpos negros no sentido de negar sua humanidade e justificar a escravidão. Tais características iam sendo atreladas à própria ideia que se formava sobre o Brasil, que seguia a regra da falta de civilização comum aos povos latino-americanos.

Fausto-Sterling afirma que, além dos atributos físicos, era interesse comum dos cientistas entender o comportamento sexual das mulheres de culturas diferentes.⁷³ Com Burmeister, não foi diferente a respeito da sexualidade da população negra brasileira, sobretudo das mulheres, o que se constituiu no objeto de maior atenção do cientista. Um grupo específico lhe atraía interesse: os dito mulatos. Burmeister não foi o primeiro a descrever a sexualidade negra como algo extraordinário e digno de observação. Frequentemente, os sulistas culpavam as mulheres negras, sobretudo aquelas de origem mista, segundo eles, responsáveis pelos desmandos sexuais dos homens brancos do Sul, que não resistiriam às suas “provocações”.⁷⁴ As afirmativas do cientista sobre a sexualidade das mulheres negras brasileiras vão nesta mesma direção: enquanto os homens eram muito ciumentos, as mulheres negras quando casadas, em geral, eram fiéis ao marido, mas, quando solteiras, elas “são de virtude muito fácil... a fêmea negra solteira vive tão licenciosamente que ela raramente recusa um admirador, e nunca (recusa) quando é um amor virtuoso”.⁷⁵ Burmeister ainda usou este exemplo de licenciosidade das mulheres negras para questionar a literatura abolicionista norte-americana que afirmava as virtudes das mulheres negras como

⁷³ FAUSTO-STERLING, *Gender, race and nation...*, cit.

⁷⁴ SOMMERVILLE, Diane Miller. Moonlight, magnolias and brigadoom; or, “almost like being in love”: mastery and sexual exploitation in Eugene D. Genovese’s plantation south. *Radical History Review*, n. 88, p. 68-82, Win. 2004. A autora faz duras críticas às leituras de Eugene Genovese sobre relações sexuais entre senhores e mulheres escravizadas nas *plantations* dos Estados Unidos, acusando-as de “romantizadas”. Para Sommerville, Genovese ameniza e descaracteriza o caráter sexualmente violento e explorador do patriarcalismo senhorial. Patricia Hill Collins fala da construção da ideia das sexualidades desviantes nos Estados Unidos escravista, quando o mito da “sexualidade excessiva” da mulher negra foi produzido em contraponto com a noção de feminilidade branca. A imagem da “Jezebel” foi criada neste contexto. As mulheres negras escravizadas teriam na escravidão uma forma de controle de um comportamento sexual desenfreado, já que eram responsabilizadas pelo abuso sexual praticado contra elas pelos seus senhores. Isto estava também relacionado a políticas de fertilidade, que favoreciam o aumento da prole escravizada, ao tempo em que tornava estas mulheres vítimas da sua própria “sexualidade agressiva”, o que também respondia aos interesses escravistas de reprodução e tutela. Ver: COLLINS, Patricia Hill. *Black feminist thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment*. 2. ed. New York and London: Routledge, 2000. Cap. 4.

⁷⁵ BURMEISTER, *The black man...*, cit., p. 17-18.

forma de denunciar a violência sexual que elas sofriam em uma tentativa de despertar a solidariedade das mulheres brancas. Para o cientista, a sua experiência no Brasil o fazia crer que as mulheres mulatas não passariam incorruptíveis em uma sociedade escravista e que características como charme, castidade e afeição seriam atributos distantes da realidade delas.⁷⁶

Afirmou, ainda, que os mulatos carregavam, na mesma medida, os vícios e virtudes, o que era perceptível ao contato íntimo. Para o cientista, a mesma regra aplicada às mulas era aplicada à população mista, e as características mais grotescas de ambos os pais, quando combinadas no mulato, resultava em um indivíduo fisicamente fino e elegante. Mantendo o referencial de beleza europeu, Burmeister concluiu que o mulato era um homem, ou uma mulher, que carregava características “melhoradas”, ou seja “embranquecidas”, em relação às feições dos seus ancestrais africanos, constituindo-se assim em um grupo racial intermediário. Ele fazia uma equação de traços físicos prevalecentes nos mulatos que ora carregavam feições do ancestral branco ora revelavam traços negros:

[...] quando o cabelo é enrolado, ele é completamente como o do negro, tão curto e encarapinhado como aquele do puro africano. O cabelo mais liso do mulato, ainda assim é de alguma maneira cacheado, mas os cachos são mais lisos; [o cabelo] só se torna completamente liso no segundo ou terceiro grau de mistura, quando há mais da raça branca.

Outros critérios de classificação presentes no nariz, queixo, boca e olhos também foram observados e registrados pelo cientista assim como os pés, que se mostravam delicados e, portanto, considerados “lindos”, o que o fazia afirmar que as formas deste grupo eram “muito bonitas”.⁷⁷

Esta leitura aparentemente “positiva” sobre os homens e mulheres mulatas mirava o “melhoramento”, ou seja, o branqueamento da raça negra através da mistura racial. Este foi

⁷⁶ BURMEISTER, *The black man...*, cit., p. 18. Burmeister, nesta passagem, fazia referência ao livro *A cabana do Pai Tomás*, de Harriet B. Stowe, onde a personagem Elisa (Lizzy) representa a mulher escravizada de origem birracial, leal ao marido e que luta para manter a família unida juntando-se ao mesmo em um plano de fuga para o Norte do país, onde eles se tornariam livres. Stowe deu ênfase aos valores maternos, cristãos, à fragilidade e beleza da personagem exaltando suas características delicadas, uma vez que ela é uma *quadroon* (quarteirona, ¼ negra). Fazendo esta descrição do feminino negro, que muito se assemelhava, física e socialmente, ao comportamento das mulheres brancas da sociedade norte-americana do século XIX, o movimento abolicionista visava ganhar a solidariedade das mulheres brancas para a causa antiescravista, fazendo com que elas se identificassem com este tipo de personagem e com a opressão também sofrida pelas mulheres não negras em uma sociedade patriarcal. Sobre isto, ver: DAVIS, *Women, race and class...*, cit., p. 27-29.

⁷⁷ Id., *ibid.*, p. 19.

um pensamento comum nos Estados Unidos do século XIX quando, antes da escravidão ser tão ameaçada como na década de 1850, alguns senhores de escravos justificavam os benefícios da escravidão e da prática sexual com as mulheres escravizadas pelos benefícios da mistura racial para o melhoramento físico das mulheres negras, que se tornariam, dentre outras coisas, mais “atraentes”. Além da ideia de mistura racial como meio de “melhorar a raça”, acreditava-se que a amalgamação também conferia aos mulatos habilidades intelectuais. Assim, o futuro do Sul, segundo algumas previsões mais otimistas sobre os resultados da mistura racial, seria o completo desaparecimento dos negros por meio da mistura racial, dando lugar a uma população de cor homogênea.⁷⁸

Burmeister também deixou evidente uma leitura fortemente erotizada do comportamento das mulheres consideradas “mulatas” afirmando que elas carregavam uma sexualidade desenfreada e incomum. A narrativa do observador se insere em uma prática muito comum entre os viajantes brancos, homens, e investidos de autoridade em relação às sociedades latino-americanas (e africanas) na qual o viajante estabelece uma associação entre a exploração do desconhecido durante a viagem e a descoberta de uma sexualidade inusitada que precisava ser dominada e conquistada, como parte da relação que se estabelece com o novo, com o desconhecido. Esta experiência é propiciada pela fantasia que se projeta sobre a população local e o lugar onde, supostamente, não há repressão sexual e onde todo excesso é natural e cotidiano. Tal experiência fez parte da construção do ideal de masculinidade branca e ocidental do século XIX, que tinha nas viagens a possibilidade de expressar sexualidade, violência e dominação, longe dos padrões de civilidade e cortesia vigentes nas suas sociedades de origem. Assim, Burmeister também viu no Brasil este lugar sem normas, sem papéis sociais definidos e sem pudor onde as regras de moral e cavalheirismo eram desafiadas pela licenciosidade, permissividade e disponibilidade das mulheres mulatas cuja suposta beleza incomum era a própria metáfora do mistério da natureza desconhecida a ser dominada.⁷⁹

⁷⁸ TENZER, *The forgotten cause of the civil war...*, cit., p. 1-22. Fazendo uso desta brecha, que poderia permitir que fossem classificados como nem negros nem brancos, a população mestiça do Sul começou a reivindicar um status distinto da população negra, então considerada “africana pura”. Assim, homens e mulheres passaram a exigir o reconhecimento da sua ancestralidade “parte-branca” como forma de escapar da escravidão e de galgar uma posição social e legal intermediária e mais confortável. Diante da ameaça que isto trazia para a escravidão, com o aproximar-se da Guerra Civil, tornar-se “mulato” foi se tornando mais difícil no Sul escravista

⁷⁹ MACHADO, *Brasil a vapor...*, cit., p. 127-128; 132-133; 137-138; FAUSTO-STERLING, *Gender, race and nation...*, cit.

Nesse sentido, as leituras de Burmeister vão se afastando do vocabulário científico e se aproximando de um aspecto popular que aparecia em boa parte das narrativas de viagem: as experiências sentimentais, sexuais e o espaço para o erotismo propiciado pela “zona de contato”. Além dos achados científicos, o zoólogo também narrou suas (quase) aventuras sexuais durante os três meses que viveu em uma casa onde também trabalhava uma mulher a quem ele se referiu como “uma linda mulata que era a mais bonita no lugar”. O contato com esta mulher o favoreceu com a possibilidade de observá-la e “estudar o seu charme”. Citada como uma serviçal, Burmeister fez questão de garantir que, entre os dois, as regras de limites da intimidade foram respeitadas: “sendo eu um homem branco, [ela] sempre me tratou com especial distinção e recebia muitas regalias de mim com um sorriso, que ela não aceitaria de outros, provavelmente porque ela estava esperando um presente ocasional”. A entrada desta personagem na cena não era pura expressão da vaidade masculina do cientista. Ele sabia que uma narrativa restrita a conclusões científicas poderia ser enfadonha para seus leitores e como, nesta época, a narrativa de viagem já era um grande negócio, elementos como sexo e erotismo envolvendo as mulheres nativas despertavam as fantasias do público, fazendo este tipo de literatura muito popular.⁸⁰

A cena de “flerte” descrita por Burmeister também evidencia que o suposto desejo mútuo não sobrepuja as desigualdades raciais e de gênero entre os personagens. Como ele mesmo afirmou, ele era um homem branco e cientista e ela, mulher negra, mulata, criada e oriunda dos trópicos não desrespeitou o lugar de autoridade e superioridade do estrangeiro. Na versão do autor, as “regalias” eram ofertadas por ele enquanto ela aguardava sua decisão sobre qual seria o desdobrar da relação. Isto demonstra como, nas narrativas eróticas da zona de contato, o autor é o protagonista da história e das ações. Outro aspecto comum a este contato entre homens e mulheres nos trópicos é o uso das ditas mestiças como objeto de desejo do estrangeiro. Embora isto também acontecesse com as “africanas puras”, a escolha dialogava com a noção, também compartilhada por Burmeister, de que mestiços eram indivíduos intermediários entre os negros e os brancos. Além disto, a mestiçagem também afastava indivíduos de pele mais clara do estigma da escravidão, o que também os definia como um elo entre o mundo da servidão e da liberdade. Mesmo assim, mulatos mestiços e mulheres ainda estavam longe de ocupar um lugar de igualdade, já que pertenciam a uma

⁸⁰ BURMEISTER, *The black man...*, cit., p. 20-21. PRATT, *Imperial eyes...*, cit., p. 86-88.

certa posição na escala dos seres humanos construída pela ciência e reforçada pelo mundo escravista: superior em relação a uns e muito inferior a outros.⁸¹

Reforçando a dinâmica sexual das populações negras/mestiças, Burmeister estava confirmando as características peculiares a um determinado grupo racial e, no caso das mulheres, fazendo leituras que muito convinham aos homens brancos do século XIX, sobretudo aqueles que viviam em sociedades escravistas. O narrador justificava suas “fraquezas” afirmando que “em tais ocasiões eu não poderia deixar de me sentir disposto a justificar aqueles europeus que têm sido censurados pelo seu intercuro muito íntimo com estas mulheres”. Assim, da mesma forma que no sul dos Estados Unidos, as mulatas do Brasil eram responsáveis pelos desmandos dos europeus e demais viajantes quando distantes de casa. Ainda segundo o naturalista, esta mulher só perdia seus atributos sexuais quando envelhecia, que é quando a disposição do mulato de acumular gordura, uma herança do ancestral português, se manifesta e transforma essa mulher numa matrona, considerada feia.⁸²

Finalmente, aproximando-se das teorias do poligenista Josiah Nott, que comparava negros, mulatos e animais, Burmeister fez uma associação direta entre a estrutura física das mulheres mulatas e as mulas, o que, para ele, era uma associação inevitável, uma vez que o termo mulato levaria naturalmente à comparação entre cavalos (seres puros) e seu equivalente mestiço, as mulas. O cientista escolheu citar as nádegas das mulas que, segundo ele, eram mais desenvolvidas que a dos cavalos, para estabelecer um paralelo entre seres humanos puros e mistos. Para Burmeister, “a mula preserva sua boa aparência, como a fêmea do mulato, sob circunstâncias mais desfavoráveis, devido ao fato de que sua beleza não é acidental, mas uma qualidade inata independente do tratamento”.⁸³

A beleza inata, assim como a sedução, também era um elemento natural destas mulheres e constituía o diagnóstico final do cientista para traçar o seu perfil psicológico e do seu comportamento sexual. Esta interpretação dialogava com as expectativas dos potenciais leitores da obra: “As paixões das negras parecem de forma alguma serem enfraquecidas pela mistura com o sangue do branco. De fato, a mistura serve somente para inflamar seu ardor e as fazer menos reservadas em mostrar seu desejo de satisfazer suas paixões”. Assim como outros cientistas, Burmeister também fazia uma interpretação que relacionava as características físicas, as capacidades intelectuais e o perfil psicológico. Assim como tudo no corpo do mestiço, seu comportamento também era exagerado, voluptuoso e misterioso, no

⁸¹ Este debate que entrelaça gênero, raça e mestiçagem nas zonas de contato é muito bem discutido em: PRATT, *Imperial eyes...*, cit., p. 100-101.

⁸² BURMEISTER, *The black man...*, cit., p. 20-21.

⁸³ Id., *ibid.*, p. 21.

sentido de que a ambiguidade da sua ancestralidade era refletida, por exemplo, na sua capacidade de dissimular e barganhar.

A ciência e a medicina do século XIX criaram mitos para credenciar ideias que vinculavam fisiologia e comportamento sexual. O determinismo biológico explicava como o corpo, mais especificamente, as formas das mulheres negras justificavam um comportamento sexual lascivo e promíscuo, considerado algo que não condizia com o comportamento feminino. O poligenismo contrastava estas características com as das mulheres europeias e alegava que tamanhas eram as antíteses que elas obedeciam a impulsos de raças diferentes. Segundo alguns cientistas, a escravidão seria a forma de controlar os impulsos das “fêmeas negras”, o que também fazia dos seus corpos alvos de irrestrita exploração científica e sexual. O caso de Sarah Baartman, também conhecida como “Vênus Hotentote” é o principal exemplo do papel da ciência na produção deste “outro”, que era uma mulher, negra e oriunda de lugares incivilizados.⁸⁴

Burmeister ainda avaliou o comportamento das mulheres mulatas como sendo ambicioso, uma vez que elas preferiam o parceiro que “tivesse mais dinheiro no bolso”. Ele também afirmava que, tal como o caráter econômico, o critério racial era importante para estas mulheres na hora da escolha de um parceiro, com preferência para os homens brancos. Segundo ele, caso as mulheres “mulatas” tivessem que escolher entre o homem negro rico e o branco pobre “ela preferiria o último, já que ele poderia elevá-la socialmente”. Esta leitura das relações inter-raciais na sociedade escravista brasileira, em que a branquitude do parceiro favorecia a ascensão da mulher negra, muito lembrava aquela que descrevia o cenário do Sul dos Estados Unidos, sobretudo em regiões como New Orleans. Naquela região, existia um mercado sexual de mulheres mestiças para homens brancos envolvidos tanto em relações não oficiais quanto atraídos por um mercado de prostituição onde esta mulher era exposta a mais um tipo de escravidão.⁸⁵

Burmeister apresentava, assim, uma realidade do Brasil que atraía, ao mesmo tempo em que facilitava que o leitor estrangeiro encontrasse na experiência latino-americana as respostas para questões do seu interesse, como a mistura racial, a inferioridade da raça

⁸⁴ BURMEISTER, *The black man...*, cit., p. 21.. Sobre isto, ver: GILMAN, Sander L. Black bodies, white bodies: toward an iconography of female sexuality in the late nineteenth-century art, medicine, and literature. *Critical Inquiry*, v. 12, n. 1, Race, Writing and Difference, p. 204-242, Aut. 1985; e CITELI, Maria Teresa. As desmedidas da Vênus Negra: gênero e raça na História da Ciência. *Novos Estudos CEPRAP*, n. 61, nov. 2001, p. 163-175.

⁸⁵ TENZER, *The forgotten cause of the civil war...*, cit., p. 27-30. Sobre este assunto, ver, também: LONG, Alecia P. *The great Southern Babylon: sex, race, and respectability in New Orleans 1865-1920*. United States: Louisiana State University Press, 2005.

africana e a sexualidade incontrolável das mulheres mulatas, criando um contraste que reforçava a pureza, o moralismo e a existência de regras que definiam os lugares de negros e brancos na sociedade norte-americana que também garantiam a ideia de superioridade do país do Norte frente a outras nações, sobretudo as latino-americanas, como o Brasil.

Lembremos, também, que o leitor leigo de Burmeister estava atento à propaganda científica e buscava no determinismo biológico as justificativas para insistir na escravidão como um “mal necessário”. Esta mesma ciência também desvendava a “natureza” do comportamento das mulheres de origem mestiça, pois descaracterizava a violência das relações entre os senhores e suas escravas, já tão criticadas pelos abolicionistas da época. Quanto aos homens mulatos, Burmeister, tinha uma opinião diferente de Josiah Nott – já que, para este médico do Alabama, por exemplo, os mulatos eram inferiores (física e intelectualmente) a ambos os seus ancestrais – pois, para o naturalista alemão, a mestiçagem poderia até produzir, raramente, indivíduos que eram bons escritores, bons em aritmética, bons leitores e, por vezes, até dotados de habilidades de instrumentistas; porém, o mulato era mesmo bom no jogo de cartas. Além de ser guiado pelas “paixões”, eles também eram “mentirosos, enganadores, egoístas, infiéis e maliciosos” e, com relação a estes atributos, os mulatos, segundo Burmeister, se aproximavam dos negros.⁸⁶

A leitura de Burmeister sobre negros e mulatos no Brasil visava responder às questões e debates vigentes na sociedade norte-americana em torno da escravidão e sobre o lugar das populações escravizadas e libertas neste contexto. Além disto, a superioridade da população branca, ideia compartilhada por ele e outros cientistas poligenistas e monogenistas, fazia com que os homens caucasianos fossem os responsáveis naturais por liderar uma nação mista, composta por homens negros e mulheres negras e brancas. No caso dos africanos e dos seus descendentes, a exploração sexual e física de homens e mulheres era justificada por ideologias racistas que foram reforçadas pelo discurso científico da época.⁸⁷ Através dos jornais que circulavam na sociedade norte-americana, no Norte e no Sul, a ciência era traduzida para uma linguagem mais simples e consumida pela opinião pública, criando, assim, um senso comum sobre o que significava ser negro, africano, branco, caucasiano ou mestiço nestas sociedades, assim como também noções sobre o que seria o masculino e o feminino nos diferentes grupos raciais.⁸⁸ No caso específico das mulheres mulatas, a descrição do comportamento delas trazia conforto para os senhores de escravos. Após lerem *The black*

⁸⁶ BURMEISTER, *The black man...*, cit., p. 22.

⁸⁷ CORNELLIUS-DIALLO, “*More approximate to the animal*”..., cit., p. 213-222.

⁸⁸ A própria obra *The black man* foi republicada no jornal de Nova Iorque *The Evening Post*.

man..., eles poderiam afirmar que, ao violentarem suas escravas, estavam mantendo relações consensuais, melhorando a condição física e mental destas mulheres e obedecendo aos impulsos da natureza, tanto deles enquanto homens e delas enquanto fêmeas de uma raça com fortes inclinações para o sexo... assim dizia a ciência.

1.3 ABOLICIONISTAS NEGROS, A DESCOBERTA DE TIEDEMANN E A NEGAÇÃO DAS DIFERENÇAS RACIAIS

Se, com o monogenismo, já era difícil enfrentar as teorias racistas que defendiam a escravidão e as políticas de segregação e subordinação racial, o poligenismo representou um golpe ainda mais duro para a comunidade afro-americana abolicionista. O monogenismo estava em consonância com a ideia de criação única, um pressuposto que favorecia os abolicionistas que argumentavam que a escravidão colocava os negros, filhos da mesma criação que gerou os brancos, em uma condição de degradação que era fruto do pecado dos seus pares caucasianos. Para os escravistas que seguiam a Bíblia, as mesmas escrituras sagradas também justificavam a escravidão, mas, com o poligenismo afirmando que africanos e europeus eram resultado de criações distintas, não havia espaço para acusar o escravista de ferir os princípios cristãos, isentando-o da culpa de cometer o “pecado” de escravizar seu semelhante.⁸⁹

Os abolicionistas negros, principalmente as mulheres, não estavam investidos da autoridade e dos elementos que conferiam a um indivíduo o status de cientista e que lhes permitissem, portanto, participar deste círculo de debates. Embora fossem intelectuais, editores, médicos, líderes religiosos e oradores profissionais e, no caso dos homens, fossem do sexo masculino, estes abolicionistas estavam fora do debate científico enquanto interlocutores dos cientistas monogenistas e poligenistas. Uma breve amostra de como este círculo de debate científico percebia (ou ignorava) os intelectuais negros está presente na fala de John Campbell, ferrenho defensor da escravidão e da supremacia branca. Na palestra, que foi publicada com o título “*Negromania*”, maneira como Caldwell chamava a defesa da igualdade de negros e brancos por parte de grupos abolicionistas radicais, ele desafiava seus adversários pedindo que eles lhe apresentassem os Homeros, Virgílios e Shakespeares de “cabeça encarapinhada”, os Cesares, Alexandres, Washingtons e Napoleões de “cabeça encarapinhada”, que usassem princípios de ciência militar e da liberdade necessários para a

⁸⁹ CORNELLIUS-DIALLO, “*More approximate to the animal*”..., cit., p. 173-179.

vitória ou morte em um confronto de grandes proporções. Segundo ele, também não existiam os Jeffersons de “cabeça encarapinhada”, que criariam um código legal que guiaria os destinos de uma nação. Por fim, Campbell dava a sua palavra final, no sentido de afirmar a suposta inferioridade intelectual dos africanos e seus descendentes, afirmando que as raças de “cabeça encarapinhada” nunca produziram pelo menos um homem famoso que fosse um legista, estadista, poeta, pastor, historiador, orador, anatomista, físico, marinheiro, soldado, naturalista, médico ou filósofo.⁹⁰

No ano de publicação da sua obra, Campbell certamente tinha conhecimento do movimento abolicionista negro e de figuras negras proeminentes, como Frederick Douglass (orador, editor de jornal, historiador e autodidata) e Toussaint Louverture, temido pelas elites atlânticas e conhecido pelas suas habilidades militares. Havia muitos outros exemplos de homens e mulheres negras que refutavam o pensamento de Campbell, mas não reconhecer as habilidades intelectuais destes afrodescendentes fazia parte da prática de ignorar, desqualificar e invisibilizar este grupo para afirmar sua inferioridade. No debate científico, a comunidade afro-americana escravizada e liberta participava somente como objeto de investigação, mas não como interlocutora. Mesmo assim, estes militantes negros lutaram para participar deste debate, utilizando as mais diversas estratégias, criando seus próprios espaços de debate e de divulgação das suas opiniões sobre seu lugar no discurso científico, na humanidade e na sociedade norte-americana. Através destes espaços, igrejas, jornais, grupos literários e debates públicos, estes homens e mulheres desenvolveram sua própria versão sobre estes fatos, mesmo que só encontrassem interessados entre seus pares.⁹¹

Uma das estratégias para responder aos argumentos científicos que afirmavam a inferioridade de africanos e seus descendentes na diáspora foi utilizar a própria ciência. Enquanto pessoas intelectualizadas, embora não participassem dos círculos intelectuais dominados por homens brancos, homens e mulheres negras abolicionistas reconheciam a ciência como aspecto importante para o entendimento da história humana, mesmo quando discordavam dela. Portanto, era dúbia a relação entre abolicionistas negros e a ciência.⁹² Por

⁹⁰ Equality of the races: negromania. *DeBow's Review of Southern and Western States...* dez. 1851, p. 630. CAMPBELL, John. *Negro-Mania: being an examination of the falsely assumed equality of the various races of men, demonstrated by the investigation of Champollion, Wilkinson, Rossellini, Van Amringe, Gliddon, Young etc.* Philadelphia: Campbell and Power, 1851. Ver, também: CORNELLIUS-DIALLO, “*More approximate to the animal*”..., cit., p. 149-162.

⁹¹ CORNELLIUS-DIALLO, “*More approximate to the animal*”..., cit., p. 135-138.

⁹² Sobre o papel da resistência intelectual dos abolicionistas negros e sobre a exclusão deles do debate científico bem como a apropriação do vocabulário da ciência para sua contestação, ver: STEPAN, Nancy Leys; GILMAN, Sander L. *Appropriating the idioms of science: the rejection of*

esta razão, as apropriações e releituras eram tão importantes, em um processo que, ao mesmo tempo em que fortalecia a ciência enquanto meio de entender a sociedade também negava e questionava algumas de suas teorias. Admitindo que seu ponto de vista não era ouvido (pelo menos, publicamente) pelos defensores da supremacia branca, os abolicionistas negros estavam atentos, ao estudar exemplos de cientistas que não compartilhavam com a ideia de inferioridade dos africanos. Assim, foi na década de 1840 que a figura solitária do cientista alemão Friedrich Tiedemann, até então único cientista de que se tem conhecimento que negava a inferioridade dos negros e a supremacia branca a partir de pesquisas com bases científicas, foi apropriada pelo movimento abolicionista para defender a igualdade racial usando argumentos científicos.

O alemão Friedrich Tiedemann serviu como cirurgião ginecologista nas guerras napoleônicas, quando passou a estudar crânios de fetos humanos. Em 1826, quando se tornou professor de fisiologia e anatomia em Heidelberg, ele continuou seus estudos neurológicos, incluindo a análise dos crânios de golfinhos. A partir da observação destes mamíferos, Tiedemann concluiu que crânios pequenos poderiam carregar sistemas neurológicos complexos, demonstrando que capacidades intelectuais estavam desassociadas do tamanho deste órgão, como afirmaria Samuel Morton, em 1839, em *Crânia Americana*. Também a partir dos golfinhos, Tiedemann concluiu que fatores como gênero, peso, altura eram variáveis que interferiam no resultado final das medidas de crânio, fatores que também foram ignorados por Morton.⁹³ Dando seguimento aos seus interesses acadêmicos sobre a relação entre tamanho de crânios e capacidades intelectuais, ele passou a fazer tais análises em cérebros humanos chegando a conclusões consideradas revolucionárias para a ciência da época.⁹⁴

Tiedemann comparou os crânios dos ditos caucasianos, de africanos e orangotangos medindo-os e pesando-os, usando uma metodologia muito parecida com aquela empregada por Morton, só que, desta vez, levando em consideração as variáveis altura, peso e sexo. Tiedemann chegou à reveladora conclusão de que não havia diferenças fundamentais entre as estruturas do crânio de negros e europeus: “a mente do negro é tão grande quanto a do europeu, e outras raças humanas”. Negando qualquer outra diferença que pudesse indicar a

scientific racism. In: HARDING, Sandra. *The “racial” economy of the science: toward a democratic future*. Bloomington; Indianapolis: Indiana University Press, 1993, p. 170-193.

⁹³ LINDQVIST, Sven. *The skull measurer’s mistake: and other portraits of men and women who spoke out against racism*. New York: The New Press, 1997, p. 45-47.

⁹⁴ GOULD, Stephen Jay. The great physiologist of Heidelberg: Friedrich Tiedemann, brief article. *Natural History*, Jul. 1999.

superioridade intelectual dos povos europeus ou a proximidade dos povos africanos dos animais, o cientista foi mais além dizendo que “[...] o interior da mente do negro não mostra qualquer diferença com a mente do europeu”. Por fim, como palavra final de defesa da igualdade racial sob uma perspectiva científica, ele ainda afirmou:

[...] a mente do negro não se assemelha a do orangotango mais do que a mente do europeu... nós não podemos, portanto, concordar com a opinião de muitos naturalistas que dizem que os negros se parecem mais com os primatas do que com os europeus em relação à mente ou ao sistema nervoso.

Diante de tais conclusões, Tiedemann dizia acreditar nas capacidades intelectuais da “raça etíope” e atribuía ao tráfico de escravos a causa do retardamento das civilizações africanas. Os exemplos do Haiti e da colônia inglesa de Serra Leoa eram, para ele, provas da capacidade de autogoverno dos negros livres.⁹⁵

As teses que classificavam a humanidade em hierarquias rígidas, que colocavam caucasianos e africanos em pontos extremamente distintos em uma escala de desenvolvimento e civilização, seguiam praticamente incontestáveis e, neste aspecto, poligenistas e monogenistas chegavam a um acordo. O artigo revelador de Tiedemann, “On the brain of the negro”, foi publicado, pela primeira vez, em Londres, no ano de 1836, mas, em 1840, o artigo circulou nos jornais abolicionistas norte-americanos após militantes negros e brancos perceberem que o estudo do cientista alemão poderia servir como importante ferramenta de contestação às teorias racialistas já tão popularizadas nos Estados Unidos. As teses recentes de Tiedemann foram muito bem recebidas pelo movimento abolicionista e seu artigo massivamente divulgado, nos anos 40 e 50, aparecendo na edição de abril do jornal *The Liberator*⁹⁶ e, em agosto do mesmo ano, no jornal da imprensa negra *The Colored American*⁹⁷, sob o título de “Intellectual faculties of the negro”. Tiedemann continuou, por muito tempo, a ser citado para rebater as teses que defendiam a inferioridade racial das, então chamadas, “raças etíopes”.

Frente a esta descoberta, o jornal *Frederick Douglass' Paper*, outro importante periódico da imprensa negra abolicionista, em 1852, também citou os estudos daquele

⁹⁵ TIEDEMANN, Friedrich. On the brain of the negro, compared with that of the European and the ourang-outang. *Foreign Quartely Review*, n. 47, out. 1839, p. 39.

⁹⁶ Intellectual faculties of the negro. *The Liberator*, 10 abr. 1840. O editor do jornal *The Liberator* era o abolicionista branco William Lloyd Garrison, e seu jornal tinha grande circulação entre a comunidade afro-americana, que compunha $\frac{3}{4}$ dos seus assinantes.

⁹⁷ Intellectual faculties of the negro. *The Colored American*, 22 ago. 1840.

cientista, que seria considerado um solitário defensor da igualdade humana.⁹⁸ Insistindo em argumentos que eram pilares do pensamento abolicionista radical, estes militantes se apropriavam de duas teses de Tiedemann, que seriam fundamentais na luta antiescravista e em prol da igualdade racial: primeiro, estava provado, cientificamente, que a mente humana, de negros e brancos, tinha as mesmas capacidades intelectuais. Segundo: as diferenças que porventura existissem entre as habilidades intelectuais destes dois grupos resultavam da escravidão e do tráfico, que degradava as raças africanas então desmoralizadas e impedidas de atingirem suas capacidades plenas.

Mas não foi somente através de Tiedemann que os abolicionistas negros questionaram as teses de inferioridade racial. Na maioria das vezes, estes homens e mulheres foram protagonistas na construção de um argumento que reivindicasse a igualdade racial, ainda que não fossem reconhecidos pelos cientistas. Fazendo uma releitura das escrituras bíblicas e do papel dos povos africanos na Antiguidade, estes abolicionistas criavam sua própria versão da história humana, enfatizando a importância de egípcios e núbios na construção do pensamento intelectual ocidental. Além disto, também reinterpretavam as escrituras bíblicas, que foram apropriadas por leituras feitas por escravistas para associar a pele escura a uma maldição, como foi o caso de Cam, filho de Noé. Ao contrário dos grupos que defendiam a escravidão ou dos cientistas poligenistas, os abolicionistas negros reescreveram uma história da humanidade para afirmar a existência de comunidades africanas desde a Antiguidade. Assim, davam um lugar de relevância ao papel das populações negras em outras sociedades atlânticas, também escravistas e também presentes no Velho Testamento, conectando como povo de uma só origem as populações negras de locais e épocas diferentes.⁹⁹

É importante lembrar que o discurso abolicionista também desejava garantir que a própria comunidade afro-americana acreditasse nas suas capacidades intelectuais e no seu pertencimento à espécie humana. Em agosto de 1852, o jornal *Frederick Douglass' Paper* publicou uma carta do abolicionista negro William G. Allen para seu companheiro de militância, o também abolicionista negro e editor Frederick Douglass. Na carta, Allen explicava sua perspectiva sobre como ele conceituava “raças” e o que seriam as “raças mistas”. Allen respondeu a estes questionamentos afirmando que não existiam mistura de “raças” porque existia somente uma raça, que era a humana, que um único sangue era

⁹⁸ The brain of the negro. *Frederick Douglass' Paper*, 19 nov. 1852.

⁹⁹ Sobre a iniciativa do movimento abolicionista negro de criar sua própria versão da origem da raça africana, ver: BAY, Mia. *The white image in the black mind: African-American ideas about white people, 1830-1925*. New York; Oxford: Oxford University Press, 2000, p. 26-37.

compartilhado por todas as nações criadas na terra, e isto definia a humanidade. Allen, que era um militante humanitarista, acreditava veementemente que “não fazia sentido falar em raça africana, céltica, mongol ou saxônica, ou qualquer outra raça que não fosse a raça humana”.¹⁰⁰

Em outro artigo publicado no mesmo jornal, Allen desta vez se apropriava de alguns conceitos defendidos pela ciência racista para defender os benefícios da diversidade, da “mistura” racial e do convívio de povos diferentes como formadores da nação americana. Incorporando ideias da África e dos povos africanos como superiores em aspectos lúdicos e culturais, Allen afirmava a superioridade do povo deste continente em relação a outras “raças” em aspectos como música, benevolência e naquilo que ele chamava de tendências religiosas. Para o abolicionista, tais qualidades não eram por si só suficientes para se criar uma nação. Afirmando que se “a raça anglo-saxã era superior a outras raças no intelecto voltado ao cálculo e na força física”, também ressaltava que uma nação não se construía somente com estes atributos e citava este fato para defender que “[...] as nações, dignas deste nome, eram somente produzidas pela fusão das raças”.¹⁰¹

Ele usou a mistura racial para afirmar que a “grandeza da nação americana” era tributária da diversidade e via, em um futuro ideal, uma sociedade em que negros e brancos deveriam conviver em condições iguais, contribuindo com aquilo que cada um, de acordo com a habilidade da sua raça, pudesse contribuir. Assim, no sentido inverso do que diziam os cientistas, o Brasil poderia ser o espelho positivo onde os Estados Unidos poderia se mirar para construir uma sociedade mais avançada e igualitária, ou seja, multirracial e mista.

Este mesmo argumento de Allen era geralmente usado para defender aquilo que ele combatia. Sendo assim, como podemos entender o emprego e a resignificação das teses que defendiam as diferenças raciais e a superioridade da raça branca? Algumas vezes, ao invés de repudiar as teorias racistas, os abolicionistas optavam por fazer uma “apropriação tática” dessas afirmações com o objetivo de persuadir seus adversários com as ideias que eles mesmos formulavam. Assim acreditavam que o discurso abolicionista seria melhor aceito pela opinião pública da época. É também possível que, em alguns momentos, os abolicionistas negros tivessem optado por um discurso conciliatório visando, talvez, convencer a sociedade branca das qualidades das raças africanas quando livres e quando tivessem acesso às oportunidades.¹⁰²

¹⁰⁰ Letter from William G. Allen. *Frederick Douglass Paper*. 13 ago. 1852.

¹⁰¹ Letter from William G. Allen. *Frederick Douglass Paper*, 10 jun. 1852.

¹⁰² RAEL, Patrick. A common nature, a united destiny: African American responses to racial science from revolution to civil war. In: MCCARTHY, Timothy Patrick; STAUFFER, John. *Prophets of protest: reconsidering the history of American abolitionism*. New York; London: The New Press,

Embora seja difícil acreditar que incorporando as teses racistas fosse possível mudar a forma como a sociedade branca via a população negra, é possível também que os abolicionistas negros reconhecessem sua condição de desvantagem diante da força das teorias hegemônicas e da credibilidade daqueles que eram reconhecidos publicamente como cientistas. Outra possibilidade é que, pelo menos parcialmente, eles acreditassem em algumas destas teorias. Se esta estratégia tinha efeito ou não, isto pode ser revelado quando constatamos que a maior parte dos discursos dos abolicionistas radicais sobre a ciência era de negação das teses que afirmavam sua exclusão na família humana e que negavam suas capacidades intelectuais.

Para rebater as teses poligenistas, os abolicionistas negros também fizeram uso da história, isto é, dos escritos do Antigo Testamento, para criar outra versão sobre a origem dos povos negros e sua participação na Antiguidade. Foi esta estratégia utilizada pelo liberto Samuel Ringgold Ward, que conquistou sua liberdade através da fuga e se tornou um importante membro do movimento abolicionista negro, responsável por divulgar o discurso antiescravista nos Estados Unidos e em países como Canadá e Inglaterra. Ward, reconhecido pela sua oratória, publicou sua autobiografia no ano de 1855, onde também descreveu sua atividade como militante nestes países. Ainda na obra, foi reproduzida uma fotografia em que ele dava uma ideia da forma como insejava ser visto pela sociedade norte-americana, negra e branca. Ward posava à maneira dos cientistas, dos intelectuais ou qualquer cidadão norte-americano. Símbolos de respeitabilidade, masculinidade, altivez e intelectualidade estavam expressos na sua postura, nos seus trajes e na forma como seu olhar se direcionava para a frente.

No ano anterior, em 1854, Samuel Ward tivera um dos seus discursos publicados no jornal *Frederick Douglass Paper*, resultado de um círculo de palestras que proferiu na Inglaterra naquele ano. Inspirado pelo fato de estar diante de uma plateia certamente mista e, assim acreditava, longe do preconceito racial que marcava a relação entre negros e brancos no seu país, começou seu discurso contradizendo a versão poligenista da criação:

Eu peço licença para lhes contar uma breve história da origem da raça negra. A razão para isso é que, sendo o assunto a raça humana, a origem de outras raças é a sua própria origem. Nós descendemos de Noé. Noé de Adão, e

2006, p. 183-199. No artigo, o autor defende que a estratégia utilizada pelos abolicionistas negros, de usar ideias baseadas no poligenismo para defender a igualdade social foi a causa da falha deste movimento em refutar tais teses. Para o autor, o uso e a apropriação destas teses se mostrou ineficaz no combate ao racismo científico que, em alguma medida, parece ter sido introjetado por estes abolicionistas.

Adão de Deus assim como todos são. É difícil de supor se eu deveria para de discutir se o negro pertence à família humana ou não ou se eles são essencialmente inferiores.¹⁰³

Figura 5 – Samuel Ringgold Ward

Fonte: WARD, Samuel Ringgold. *Autobiography of a fugitive negro: his labours in the United States, Canada and England*. Toronto: John Snow, 1855.

Ward continuou seu discurso refutando uma noção muito em voga na época entre os defensores da escravidão e da manutenção de políticas baseadas na diferença racial, aquela que afirmava que os egípcios eram brancos. O abolicionista citou, então, o discurso de outro orador, Alexander H. Everett, que, segundo ele, pertencia a “uma importante família literária de Everett, Massachusetts”. Diante do público presente em um evento organizado pela *Massachusetts Colonization Society*, que Samuel Ward fazia questão de dizer que estava longe de ser uma organização amiga dos homens negros, Everett proferiu palavras muito bem vindas ao fortalecimento do discurso abolicionista:

Nós temos nossos ancestrais europeus, que são os gregos e romanos, que descendem dos judeus e os judeus dos egípcios e dos etíopes, em outras palavras, da África. Moisés se graduou num *college* do Egito, um *black college*... era comum que os gregos mandassem seus filhos para o Egito e para a Etiópia para serem educados. Existem aqueles que negam que os

¹⁰³ WARD, Samuel R. *Origin, history and hopes of the negro race*. *Frederick Douglass Paper*, 27 jan. 1854. Discurso proferido na Cheltenham Literary and Philosophical Institution.

egípcios eram negros. Heródoto disse que eles eram negros e eu não posso acreditar que Heródoto, o pai da história, não pudesse distinguir um negro de um branco quando visse um.¹⁰⁴

Ward afirmava a negritude dos egípcios citando outro homem que, como ele fazia questão de anunciar, vinha de uma família de brancos intelectuais. Ele mesmo explicava a razão pela qual ele não usou suas próprias palavras para afirmar isto: “isso é um lisonjeio para a raça negra, no entanto, é uma citação. Um homem branco disse isso, então tem que ser verdade”. A ironia das palavras do abolicionista revela que ele estava ciente de que, para combater a ciência, um domínio dos homens brancos, deveria recorrer às palavras de um deles para dar credibilidade ao seu discurso. Situar o Egito como parte do continente africano significava apropriar-se dos feitos deste povo para a civilização como uma contribuição da qual os negros na América eram descendentes. Esta era uma das formas de refutar a tese que defendia a escravidão pela justificativa da inferioridade intelectual dos povos africanos. Além disto, reafirmar os egípcios como negros e africanos tinha dois papéis fundamentais na construção de uma “etnologia negra” que se dispunha a reconstruir a história da perspectiva dos afro-americanos: primeiro, os africanos tinham papel importante para a civilização através das evidências dos seus feitos na Antiguidade; segundo, demonstrava que a história africana não começava com a escravidão e que este não era o status natural dos africanos e seus descendentes desde a Antiguidade.¹⁰⁵

Na década de 1850, quando Samuel Ward proferiu este discurso, na Inglaterra, ele estava afrontando um momento forte das teses que afirmavam a inferioridade das raças africanas, sobretudo do ponto de vista dos poligenistas, que insistiam na desumanidade dos povos negros. Estas teses fortaleciam e inspiravam políticas de tutela, segregação e desigualdade racial no Norte dos Estados Unidos, região que, ao tempo em que concentrava diversas organizações abolicionistas também era palco de vários episódios violentos motivados pelo preconceito e ódio racial. Aquilo que Ward entendia como débito desta sociedade em relação aos afro-americanos também foi registrado no discurso em que ele deu ênfase ao papel dos escravizados e libertos que se alistaram no exército norte-americano na guerra pela independência do país. Segundo Ward, meio milhão de negros lutaram na Revolução Americana e muitos eram reconhecidos pelos seus atos de bravura, valentia e

¹⁰⁴ WARD, *Origin, history and hopes of the negro race...*, cit.

¹⁰⁵ Sobre o Egito, do ponto de vista da diáspora africana, ver: GOMEZ, Michael A. *Reversing sail: a history of African diaspora*. New York: Cambridge University Press, 2005, p. 7-11.

patriotismo. Contudo, o militante denunciava o resultado e a recompensa da lealdade destes soldados, que seriam ainda mantidos em cativeiro:

Estes negros que lutaram bravamente voltaram para a escravidão. Esta é a honra anglo-saxã para a raça negra, estas são as pessoas que são tão superiores à raça de Cam... Eles pedem sua assistência em algumas ocasiões, almas negras e carcaças também, mas quando a fumaça da batalha se esvai, então o negro só serve para *rachar lenha e para carregar água*, praticamente inferior à família humana.¹⁰⁶

No mesmo discurso, Samuel Ward escolheu refutar a tese que talvez mais incomodasse os abolicionistas negros, que era a crença de que eles eram incapazes de elevação, de aprendizagem e ascensão social, tudo isto devido ao fato de possuírem habilidades intelectuais limitadas, inferiores às dos caucasianos cuja suposta superioridade intelectual justificava sua liderança no mundo e, sobretudo, em sociedades escravistas e mistas. Assim, a autoafirmação e o uso de exemplos de pessoas de reconhecida inteligência eram de grande importância para provar a capacidade das pessoas negras quando não encontravam impedimentos devido à sua origem ou cor da pele. Na retórica abolicionista, era importante enfatizar exemplos de outras sociedades que, supostamente, não nutriam preconceito racial e que permitiam que as populações negras que nelas viviam atingissem prestigiosas e reconhecidas posições sociais.¹⁰⁷ Nos Estados Unidos, ele citava William G. Allen, Frederick Douglass, William H. Day e a Mary Ann Shadd Cary, que migrou para o Canadá e fundou um jornal abolicionista chamado *Provincial Freeman*, dentre outros membros da comunidade afro-americana de reconhecida intelectualidade. Ainda para afirmar a humanidade e as capacidades da então raça africana, ele citou o General Dumas, homem negro, membro do exército de Napoleão e pai do romancista francês Alexandre Dumas que, segundo Ward, afirmava ser filho de um mulato e neto de um negro. Diante disto, perguntava o abolicionista, “o que seria seu pai, um macaco?”.

Denunciar a excepcionalidade do racismo nos Estados Unidos e a falta de direitos da comunidade afro-americana era um método frequente de tentar constranger o país, que se orgulhava de basear suas políticas em princípios republicanos. Samuel Ward falava com

¹⁰⁶ WARD, *Origin, history and hopes of the negro race...*, cit. A expressão “*hewers of wood and drawers of water*” aqui traduzida como “rachar lenha e carregar água”, é uma referência à Bíblia, Livro de Josué 9:23, quando ele amaldiçoa os gibeonitas (moradores de Gibeom) dizendo: “Agora vocês estão debaixo de maldição: Nunca deixarão de ser escravos, rachando lenha e carregando água para a casa do meu Deus”.

¹⁰⁷ O historiador Patrick Rael chama esta estratégia de “*living proof refutations*”, ver: RAEL, *A common nature, a united destiny...*, cit., p. 189-190.

indignação da ausência de estadistas negros no governo do seu país: “Não é estranho ver que existem 31 Estados com homens negros e somente em 5 deles ele pode votar em termos de igualdade, e em um outro, para que ele possa votar ele deve possuir o valor de 250 dólares em propriedade?”. Introduzindo a ideia de que, em outros países, a comunidade negra liberta tinha mais direitos, inclusive de voto, ele afirmava que “em qualquer outro país, exceto nos Estados Unidos, os negros que são livres são tratados com respeito”. A condição dos libertos na Jamaica, Caribe, Suriname e, até mesmo, no Brasil, foi descrita como melhor que aquela vivida pelos afro-americanos e, sobre este último país, ele afirmava: “olhe para os estadistas negros do Brasil, [lá] existem clérigos e advogados negros nas mais elevadas posições sociais”. Assim, mais uma vez, no discurso abolicionista negro, o Brasil era contraposto aos Estados Unidos, mas em um sentido oposto ao que faziam os cientistas que insistiam na degeneração da América Latina. Para Ward, o Império era uma sociedade mais avançada do que a norte-americana porque não nutria preconceito racial e barreiras à ascensão dos libertos.¹⁰⁸

Poetas, cientistas, oradores, pintores, intelectuais, homens e mulheres negras de talento existiam na Europa, nas Américas e na África onde Samuel Ward afirmava que o negro moderno era poderoso e descendente de civilizações avançadas. Ward tentava convencer seu público de que somente nos Estados Unidos os descendentes de africanos tinham que enfrentar uma sociedade que era motivada pelo preconceito racial, que impunha limites legais e sociais ao pleno exercício dos seus direitos, da sua cidadania e do seu talento. O abolicionista terminaria o seu discurso fazendo uma associação entre aqueles povos etíopes e egípcios, que haviam sido mestres de Moisés e de outros filhos da civilização ocidental, e seus descendentes negros, que viviam no mundo moderno e que, a despeito da escravidão e da ciência, que negava sua humanidade, insistiam em provar e defender seu intelecto e outras demonstrações de respeitabilidade. “Eu deixo para a audiência dizer se o negro moderno, oprimido e degradado, pisado e insultado, sustenta a honra da sua família da antiguidade”. Com esta frase final, Samuel Ward, após um longo discurso, colocava a si próprio como exemplo deste negro moderno, descendente de homens e mulheres negras da Antiguidade que contribuíram para a formação da intelectualidade e ciência do mundo ocidental.¹⁰⁹

No ano de 1852, enquanto as teses poligenistas ganhavam força nos Estados Unidos e seus porta-vozes divulgavam suas teorias em palestras, jornais e livros que circulavam no Norte e no Sul do país, o abolicionista negro Frederick Douglass foi convidado

¹⁰⁸ WARD, *Origin, history and hopes of the negro race...*, cit.

¹⁰⁹ Id., *ibid.*

para proferir um discurso, no dia 4 de julho, data em que se comemora a independência norte-americana. No discurso “O significado do 4 de julho para o negro”, Douglass aproveitou a oportunidade de estar diante de uma plateia mista para manifestar sua revolta e indignação quanto à manutenção da escravidão:

Meus compatriotas, perdoem-me perguntar por que vocês me convidaram para falar aqui hoje? O que eu, ou aqueles a quem eu represento, temos a ver com sua independência nacional? Os elevados princípios de liberdade política e de justiça natural presentes naquela Declaração de Independência estão estendidos a nós?... O que significa o 4 de Julho para um escravo americano? Eu respondo: para ele é um dia em que se revela que, mais do que qualquer outro dia do ano, a injustiça brutal e a crueldade de que ele é constante vítima. Para ele, sua celebração é uma vergonha!¹¹⁰

Douglass, assim como outros abolicionistas, ao mesmo tempo em que reconhecia a importância da ciência também sabia que as recentes teses poligenistas, que afirmavam que os negros não faziam parte da espécie humana, estavam comprometidas com interesses escravistas e com grupos que defendiam a manutenção de relações paternalistas, de tutela e de políticas de desigualdade racial. Nisto residia a popularidade destas ideias entre a sociedade branca do Norte e do Sul dos Estados Unidos e isto também constituía um dos grandes desafios do movimento abolicionista negro, que era convencer esta grande parcela da população, inclusive alguns abolicionistas, das potencialidades dos “filhos de Cam”. No seu discurso, Douglass não perdeu a oportunidade de, diante de uma plateia composta também por pessoas brancas, se pronunciar sobre a ciência que enquadrava as “raças etíopes” como outra que não a humana:

Por agora, é suficiente afirmar a igual masculinidade da raça negra. Não é de se admirar que, enquanto nós estamos arando, plantando e colhendo, usando todo tipo de ferramentas mecânicas, construindo casas, pontes, construindo navios, trabalhando com metais de cobre, ferro, prata e ouro; que enquanto nós estamos lendo, escrevendo e calculando, atuando como funcionários, comerciantes e secretários, tendo entre nós advogados, médicos, ministros, poetas, autores, editores, oradores e professores; que enquanto nós estamos engajados em toda sorte de empreendimentos comuns a outros homens, cavando ouro na Califórnia, caçando baleias no Pacífico, alimentando cabras e gado em colinas, [enquanto estamos] vivendo, nos movimentando, atuando, pensando, planejando, vivendo em famílias no papel de maridos, esposas e crianças, e acima de tudo, comungando e adorando o deus cristão,

¹¹⁰ DOUGLASS, Frederick. *The meaning of the July Fourth for the negro*. O discurso na íntegra está em: <<http://www.historyisaweapon.com/defcon1/douglassjuly4.html>>. Acesso em: 13 jun. 2013.

e olhando com esperança para a vida e imortalidade no além-túmulo, nós temos a necessidade de provar que nós somos homens!¹¹¹

A fala de Douglass revelava a frustração de viver em uma sociedade que ainda tinha dúvidas (ou não tinha) sobre a (não)humanidade das pessoas negras. Estas lideranças promoviam uma intensa campanha entre as classes médias afro-americanas sobre a importância e a responsabilidade que cada um tinha em mostrar à sociedade que eram “o americano modelo” e que, a partir de exemplos positivos, poderiam pôr fim ao preconceito racial gerado pelos exemplos degradantes de negros que viviam no cativeiro. Através do modelo do “negro exemplar”, tentavam provar que a comunidade afro-americana era apta para a cidadania, para o autogoverno e para gozar de direitos concedidos a qualquer cidadão americano. Acreditando na possibilidade de que o preconceito fosse gerado pela escravidão (ambientalismo) e não pelas diferenças raciais, os abolicionistas negros receberam as teses racialistas, sobretudo o poligenismo, com bastante indignação e revolta. Além do mais, tratava-se de refutar um inimigo poderoso: a ciência.¹¹²

No discurso de 4 de julho, Douglass sugeria a sua plateia norte-americana que viajasse pela América do Sul para ver “as monarquias e despotismos do Velho Mundo” e constatar que os Estados Unidos não encontrava nação rival quando o assunto era a prática de abusos contra a população negra, escravizada e liberta. Recorrendo a uma prática constante, que era acusar a sociedade norte-americana de nutrir um preconceito racial que não existia nem mesmo em outras sociedades escravistas, as imagens positivas de negros de outros países da diáspora, como o Brasil, eram vastamente mobilizadas. Diferente de citar o vizinho latino-americano pelos mesmos motivos que o fizeram os cientistas Hermann Burmeister e, mais tarde, Louis Agassiz, os abolicionistas negros norte-americanos citavam o exemplo da vida dos afro-brasileiros para provar as potencialidades da raça negra e dos considerados mulatos e para apontar as capacidades de ascensão dos libertos quando não encontravam impedimentos legais e hostilidades motivadas pelo preconceito racial.

Assim, o exemplo do Brasil miscigenado era apropriado por grupos políticos adversários, nos Estados Unidos, por abolicionistas, escravistas e cientistas, cada um buscando contrapor a sociedade norte-americana à sociedade brasileira de forma positiva ou negativa a depender dos seus interesses.

¹¹¹ DOUGLASS, *The meaning of the July Fourth...*, cit.

¹¹² FREDRICKSON, *The black image in the white mind...*, cit., p. 39-41. O autor afirma que os abolicionistas negros, ao acreditarem na força do “negro modelo” como estratégia de convencer a sociedade da potencialidade e humanidade dos libertos, subestimaram a força do racismo da sociedade norte-americana.

Para os abolicionistas negros, o Brasil era avançado, igualitário e democrático porque não nutria preconceito racial e não condenava a miscigenação. Para os cientistas defensores da pureza racial como patrimônio da sociedade norte-americana, o Brasil era degenerado e bárbaro e seu atraso era resultado da miscigenação, que era uma característica de todas as nações latino-americanas. Estas últimas leituras sobre a sociedade brasileira eram necessárias para o fortalecimento da ideia de nação americana, que era construída em oposição às outras nações, qual seja civilizada, avançada e que primava pela pureza racial como forma de garantir a supremacia racial dos brancos norte-americanos.

2 ABOLICIONISTAS AFRO-AMERICANOS E SUAS INTERPRETAÇÕES SOBRE ESCRAVIDÃO, LIBERDADE E RELAÇÕES RACIAIS NO BRASIL, NO SÉCULO XIX

A ciência norte-americana estabeleceu a ideia de que sendo inferiores, as pessoas negras tinham na escravidão a condição ideal para suas vidas, uma vez que eram incapazes de autogoverno porque carregavam habilidades intelectuais limitadas a sua raça.¹ Abolicionistas conservadores defendiam a mesma crença só que para afirmar que, após a abolição, os afro-americanos deveriam continuar a ser tutelados, ocupando um lugar político-social secundário, diferente da condição cidadã que era um privilégio da população branca. Uma amostra de como as elites norte-americanas acreditavam na inferioridade dos povos negros, além de como estas ideias eram bastante popularizadas pela mídia da época, pode ser vista em um artigo publicado na revista *DeBow's Review*, um importante veículo de difusão das ideias das elites sulistas norte-americanas.

No longo artigo chamado “Negro-Mania”, termo utilizado para designar a defesa da igualdade racial e muitas ideias abolicionistas, o autor, que se identificou com as iniciais L. S. M., fez duras críticas à ideia de igualdade racial a partir de fatos que ele considerava inquestionáveis. Em resposta à questão da igualdade em termos mentais, políticos e sociais da raça negra em relação à branca, ele afirmou que “homens de cabeça encarapinhada, nariz chato e lábios grossos e salientes, [que] nunca haviam saído do estado de selvageria ou barbarismo ou mesmo semi-civilização” não poderiam ser considerados iguais. Além do uso das características físicas como algo que explicaria um comportamento naturalmente inferior desta “espécie”, o autor também faz uma análise da prática social em outras nações onde a população negra também estava presente em grande número para fortalecer seus argumentos:

Olhe para as Índias Ocidentais, para o Brasil, para a Austrália, para a Costa do Ouro, para Zanzibar, para o Congo, para Senegambia, para Ashante para a civilização sob a alteza imperial Faustin I, Imperador do Haiti, e me responda... o que esta raça tem feito em 500 anos? Para aqueles que argumentarão que o negro nunca teve oportunidade de se desenvolver porque o branco sempre o oprimiu... se o homem branco sempre oprimiu o negro isso confirmará o que eu tenho dito, que o homem branco é mentalmente superior porque se o homem branco tem sido sempre tão poderoso para impedir o negro de desenvolver seu intelecto isso fortalece meus argumentos de que não há nível de educação ou treinamento que faça o

¹ FREDRICKSON, George M. *The arrogance of race: historical perspectives on slavery, racism and social inequality*. Hanover, NH: Wesleyan University Press, 1988, p. 189-205.

negro se tornar intelectualmente igual ao branco, conhecimento é poder e é evidente para todos que a raça negra nunca poderá competir com o branco.²

O autor defendia que, onde quer que fosse, os negros de toda a diáspora eram inferiores aos brancos, ou seja, acreditava que a “raça negra” era uma só e carregava as mesmas características que faziam de todos os africanos e seus descendentes inferiores aos brancos. Esta tendência de homogeneizar a experiência negra tratando este grupo como um só povo não foi somente uma estratégia utilizada por cientistas interessados em provar a inferioridade dos povos africanos ou senhores de escravos defensores da escravidão onde quer que fosse. Assim, cabia ao movimento abolicionista negro norte-americano a tarefa de reafirmar suas capacidades intelectuais e a humanidade de africanos e seus descendentes, defendendo uma completa igualdade entre negros e brancos nos Estados Unidos. Esta era a ideia peculiarmente radical que caracterizava o movimento abolicionista negro, que contava com poucos brancos abolicionistas radicais na defesa de um projeto de nação livre, em que a população negra, como cidadã, estivesse incluída.

Portanto, era importante provar que esta sociedade sem distinções baseadas na raça dos indivíduos era possível, o que fez com que o movimento tivesse um caráter internacional não só porque extendia sua campanha para outros países, buscando parceiros abolicionistas de diversas nações, como a Inglaterra, mas, também devido à apropriação de experiências de outros povos negros da diáspora para contrastar com as políticas segregacionistas impostas a escravizados e libertos nos Estados Unidos. Por isto, o exemplo do Império Brasileiro foi amplamente apropriado pelos abolicionistas afro-americanos que denunciavam a gravidade e excentricidade do racismo no seu país apontando avanços e relações raciais consideradas igualitárias vigentes no Brasil. Esta estratégia de denunciar o racismo nos Estados Unidos a partir da apropriação do exemplo brasileiro, reforçando a imagem deste país como uma nação miscigenada e que não nutria preconceito racial é o tema deste capítulo.

Em 1849, o jornal *The North Star*, importante jornal abolicionista da imprensa negra dos Estados Unidos, cujo editor era o conhecido abolicionista negro Frederick Douglass, publicou um artigo em que era defendida a ideia de uma comunidade negra nas Américas que se unisse em torno de uma identidade e experiência compartilhada. O artigo foi

² The negro-mania. *DeBow's Review of Southern and West States. Devoted to Commerce Agriculture and industrial progress and resource*, XIII, 5, maio 1852, p. 507. Neste artigo, é interessante notar que o Brasil, assim como as Índias Ocidentais e a Austrália são aparentemente citados como se fossem nações africanas ou africanizadas devido à grande quantidade de negros nestes países.

originalmente publicado no jornal *Hyperion*, um periódico de curta duração, assim como muitos outros da imprensa abolicionista negra que circularam por poucos anos, ou até mesmo com pouquíssimas edições. Douglass, que havia sido editor de vários jornais e estava atento a este tipo de debate, se interessou pelo discurso que pregava a necessidade de uma identidade negra que extrapolasse as barreiras nacionais. Além disto, o autor não identificado defendia que era hora de que “nós, como um povo” assumíssemos nossa parte na história humana. Desenvolvendo seu argumento, o autor reconhecia que os povos negros poderiam ter questões específicas, que variavam de uma região para outra, como, por exemplo, no que dizia respeito à condição peculiar dos afro-americanos que viviam na região norte dos Estados Unidos. Porém, mais do que isto, era preciso definir os projetos e objetivos dos descendentes de africanos nas Américas “como um povo”, tornando necessária uma “visão mais ampla da nossa conexão com o mundo humano”.³

Em seguida, o texto discorria sobre a necessidade de se criar uma identidade negra baseada nessa história comum que aproximava a experiência dos povos negros nas sociedades escravistas, afirmando que esta identidade comum não poderia se pautar unicamente na origem africana, uma vez que não “temos nada a ver no presente momento com nossa terra natal”. Portanto, ele propunha que os olhos se voltassem para o continente americano, onde a população negra compunha “doze milhões de pessoas” distribuídas entre Estados Unidos, Canadá (três milhões e meio), Caribe, América Latina e, somente no Brasil, quatro milhões e meio de pessoas, sendo o país com a maior quantidade de pessoas negras, segundo o autor. Para ele, este era o contingente necessário para crer que esta “massa imponente” tinha um destino comum chamado por ele de *africo-american family*.⁴

“Nós somos o povo Africo-American”, declarava, insistindo na afirmação de uma identidade sustentada na experiência de conquista pelos povos anglo-saxões, na conquista da África, que faziam das questões dos “povos livres de cor” as mesmas do “escravo americano” e das “pessoas de cor da Filadélfia”. Esta identidade expandida possibilitaria que cada “membro da raça” lutasse contra o preconceito que os atingia. Ao mesmo tempo em que defendia uma identidade que ultrapassava as barreiras nacionais, o autor propunha que os povos negros lutassem e tirassem vantagem dos poderes e direitos adquiridos pela nacionalidade que tinham, diferente dos seus ancestrais africanos. Assim, ser um *africo-american* não significava rejeitar a nacionalidade e cidadania do seu local de nascimento, mas

³ Address to the Colored People of the United States. *The North Star*, 10 ago. 1849.

⁴ Id., *ibid*.

sim abarcá-la. Para o autor, a nação a que pertenciam era aquela onde tivessem direitos políticos, a despeito do “preconceito e escravidão” que sofriam naquele território.⁵

Essa busca por uma identidade negra para além das fronteiras nacionais era cheia de intenções políticas que estavam conectadas às estratégias utilizadas pelos abolicionistas negros norte-americanos na luta por abolição e cidadania. Ao aproximar sua experiência à de outros povos negros, propondo uma ideia de comunidade negra atlântica, estes homens e mulheres fortaleciam a trincheira de luta com muito mais membros e a ideia dos descendentes de africanos como um povo. Ao mesmo tempo, como o próprio termo evidencia, *afro-american*, tentava-se mesclar conceitos de identidade racial e pertencimento nacional: eram negros, descendentes de africanos, mas não abriam mão da cidadania e direitos pelos quais lutavam nas sociedades onde viviam como escravos ou libertos. Aliás, esta “identidade múltipla”, que se aproxima, ao mesmo tempo em que extrapola o conceito de “dupla consciência” era, todo o tempo, presente no discurso abolicionista negro, sobretudo quando temas como nacionalidade e sentimento de exclusão na sociedade da qual faziam parte eram debatidos.⁶

A “dupla consciência”, aquela que evidenciava a existência de uma identidade negra nos Estados Unidos, era estendida, quando forjava uma identidade que permitia uma aproximação das experiências dos afro-americanos com aquelas vividas por povos negros em Cuba, Jamaica, Haiti e Brasil.⁷ As provas de humanidade, de bravura e sucesso dos negros libertos nestas nações eram apropriadas para o contexto abolicionista norte-americano como argumento que afirmava as capacidades intelectuais de cidadãos da comunidade negra, não importava em qual parte do Atlântico. Assim, além de se tratar de uma proposta de construção de uma comunidade negra internacional, esta identidade era, também, política. A partir de

⁵ *Address to the Colored People of the United States...*, cit.

⁶ NWANKWO, Ifeoma Kiddoe. *Black cosmopolitanism: racial consciousness and transnational identity in the Nineteenth-Century Americas*. Philadelphia, Pennsylvania: University of Pennsylvania Press, 2005. p. 51-53; 114-116.

⁷ O termo “dupla consciência” foi criado pelo intelectual afro-americano William Edward Burghardt Du Bois para descrever o sentimento dos afro-americanos de se sentirem “negros e americanos”, sobretudo em uma sociedade que os excluía a despeito da sua nacionalidade e do sentimento de pertencimento à nação. Definia isto como uma “sensação peculiar” do negro nos Estados Unidos. Aqui, aproprio o termo e expando seu sentido para entender como esta identidade negra permitia a construção de uma identidade e afiliação com povos negros de outras partes do mundo, o que convivia ao mesmo tempo com o sentimento de ser norte-americano. Sobre a definição de “dupla consciência”, ver: DU BOIS, W. E. B. *The souls of black folks*. New York: Barnes and Noble Classics, 2003, p. 9. Esta obra foi originalmente publicada em 1903. Agradeço ao professor Michael Gomez e ao colega Jonathan Michael Square por terem me ajudado apropriar o conceito de Dupla Consciência para descrever o sentimento de identidade dos afro-americanos em relação à experiência de outros povos negros da Diáspora.

outras experiências positivas, o que eles queriam dizer é que se negros no Haiti podiam se sublevar e comandar uma nação, assim podiam os afro-americanos. Se homens e mulheres libertos/as poderiam ser trabalhadores livres no Caribe, assim podiam os afro-americanos. No caso do Brasil, a intensa maioria negra e o lugar social de alguns libertos, que tinham cidadania garantida pelas leis do Império, traziam evidências de que, assim como os afro-brasileiros, os afro-americanos também podiam ser cidadãos.

Desse modo, abolicionistas negros tentavam construir outras alternativas de solidariedade que não somente uma parceria entre eles e os abolicionistas brancos. A defesa que alguns destes parceiros faziam da deportação da população negra após a abolição era uma prova dos limites do movimento abolicionista conservador.⁸ Com isto, abolicionistas negros também passaram a crer na importância de tomarem para si o papel de protagonistas na elaboração de um argumento que contestasse teorias racialistas, assim como outras justificativas para a escravidão, ou que rejeitassem a participação sociopolítica da comunidade afro-americana. A imprensa abolicionista negra tinha um papel fundamental, uma vez que foi através dela que os afro-americanos se organizaram, definiram as pautas principais da sua causa e combateram publicamente estereótipos racistas divulgados pela imprensa branca (abolicionista ou escravista). Além de imprimir um discurso para a sociedade norte-americana em geral, os jornais abolicionistas negros também tinham o papel de difundir práticas consideradas fundamentais para a elevação e melhoramento da comunidade negra, como a leitura e a abstinência ao álcool, a divulgação de eventos sociais e, até mesmo, a publicação de poemas e livros, compondo, assim, um registro importante da vida, da cultura e do pensamento político-intelectual da comunidade afro-americana.⁹

⁸ MCPHERSON, James. A brief for equality: abolitionist reply to the racist myth, 1860-1865. In: DUBERMAN, Martin (Ed.). *The anti-slavery vanguard: new essays on the abolitionists*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1965, p. 156-157.

⁹ ERNEST, John. *A nation within a nation: organizing African-American communities before the Civil War*. Ivan R. Dee: Chicago, 2011. Chapter 7. O primeiro jornal da imprensa negra abolicionista nos Estados Unidos foi o *The Freedom's Journal*, fundado em 1827 com o objetivo de, segundo seus editores, “advogar em nossa causa própria”. O jornal defendia a unidade racial entre a comunidade negra, o completo acesso a direitos e cidadania aos libertos e o autoaperfeiçoamento como ferramenta de elevar homens e mulheres negras no país. Todos os jornais da imprensa negra tinham vida curta, sobretudo por problemas financeiros e discordâncias entre seus editores. Muitos dependiam do apoio de jornais abolicionistas brancos ou estrangeiros para continuarem a circular. Após o fim da Guerra Civil (1865), os jornais abolicionistas negros foram paulatinamente desaparecendo. No entanto, outros jornais em defesa da igualdade racial e direitos civis nos EUA foram surgindo no século XX. Sobre imprensa negra ver: PRIDE, Armistead. *A history of the black press*. Washington-DC: Howard University Press, 1997. Ver também: HUTTON, Frankie. *The early black press in America (1827 to 1860)*. Westport-Connecticut/London: Greenwood Press, 1997.

Ainda que algumas vezes considerando a existência de uma identidade com povos negros de outras nacionalidades, outro tema recorrente na imprensa abolicionista negra era o esforço veemente de convencer a sociedade do fato de serem negros e, concomitantemente, norte-americanos. Assim, com base na afirmação de uma identidade nacional, estes homens e mulheres reivindicavam o direito à cidadania comum a todos as pessoas nascidas naquele país.¹⁰ Desde a Revolução Americana (1776), que culminou com a independência dos Estados Unidos, homens negros participaram deste conflito como soldados. Depois disto, eles passaram a reivindicar sua contribuição para a fundação da nação. Mencionando, em diversos momentos, o papel de Crispus Attucks, um homem escravizado que se tornou mártir após ter enfrentado os soldados ingleses no massacre de Boston, em 1770, os abolicionistas negros reafirmavam o patriotismo dos afro-americanos que lutavam pela liberdade nos Estados Unidos desde o século XVIII.¹¹ Dessasociar origem e cor da pele de conceitos como cidadania e nacionalidade era mais uma tarefa particularmente difícil, uma vez que reconhecer que as pessoas negras nos Estados Unidos também eram norte-americanas e que, portanto, também deveriam ser consideradas cidadãs, ia contra uma ideia bem estabelecida de identidade nacional que estava associada diretamente à branquitude. Negros, assim como indígenas, não estariam incluídos na ideia de nação branca inventada pelas elites do país.¹²

Entre a década de 1830 e a Guerra Civil (1861-1865), sobretudo entre as décadas de 50 e 60, houve um acirramento das relações raciais nos Estados Unidos. Ao mesmo tempo em que a ciência fortalecia e estruturava argumentos que defendiam a inferioridade da raça negra, ao longo dos anos 1850, várias leis federais fortaleceriam o poder dos escravistas da Região Sul, o que tornou ainda mais vulnerável a condição dos libertos do país.¹³ Depois da

¹⁰ DANN, Martin E. *The black press, 1827-1890: The quest for national identity*. New York: Capricorn Books, 1972. Introdução.

¹¹ QUARLES, *The negro in the American revolution...*, cit., p. 3-18. A historiografia sobre o papel dos negros escravizados e libertos na Revolução Americana lançou diversos debates sobre as motivações que levaram os afro-americanos a se alistarem no exército norte-americano. Mesmo que sua participação não fosse o consenso na época, uma vez que negros armados eram vistos como perigosos e ameaçadores às bases escravistas, o fato é que alguns escravos fugiram para lutar em defesa “do seu país” fosse por razões pragmáticas, como a liberdade, fosse por patriotismo.

¹² FIELDS, Barbara J. Ideology and race in American history. In: KOUSSER, J. Morgan; MCPHERSON, James M. (Ed.). *Region, race, and reconstruction: essays in honor of C. Vann Woodward*. New York; Oxford: Oxford University Press, 1982. p. 143-177.

¹³ No ano de 1850, foi aprovada, pelo Congresso dos Estados Unidos a *Fugitive Slave Law* (Lei do Escravo Fugitivo), que autorizava senhores de escravos do Sul a recapturarem seus escravos fugitivos na região Norte. Qualquer cidadão branco poderia capturar uma pessoa negra, caso desconfiasse que se tratava de um fugitivo. Em 1854, o *Kansas Nebraska Act* (Ato de Kansas-Nebraska) autorizava a expansão e a legalidade da escravidão nos novos territórios (Kansas e Nebraska). O ato é considerado como um marco inicial dos conflitos que antecederam a Guerra

abolição, tanto no norte quanto na região sul, estes homens e mulheres foram relegados à condição de *outsiders*, estrangeiros no seu próprio país. Na década de 1850, percebemos uma radicalização do movimento, que insistia em apontar a condição de nacionais de outros homens e mulheres negras libertos de outros países. Para fortalecer estes argumentos, os abolicionistas sempre faziam associações e comparações entre o contexto norte-americano e de outras nações escravistas, como o Brasil, com a intenção de denunciar o que consideravam ser uma forma peculiar e mais rigorosa de preconceito vigente na sociedade norte-americana.

O fato de não haver um pensamento estruturadamente racista no Império, nos moldes do que existia no Sul dos Estados Unidos, refletiu na ausência de leis segregacionistas, da ideia de pureza racial e em brechas que foram extensivamente mobilizadas pela população afro-brasileira na busca pela liberdade e no exercício da sua cidadania.¹⁴ Esta ausência de critérios raciais nas leis brasileiras foi muito benquista entre os abolicionistas afro-americanos, que apropriaram tal fato ao debate político que estava ocorrendo no seu país, questionando o suposto avanço na legislação republicana em relação à latino-americana e monárquica.

Segundo a historiadora Barbara Weinstein, o Sul dos Estados Unidos elaborou um sistema de racialização que estava em diálogo com os partidários da escravidão no país, sustentando-se em teorias de *white supremacy* e pureza de sangue. No Brasil, houve uma defesa mais pragmática da escravidão, considerada como um “mal necessário”. Com isto, a defesa do cativeiro no Império se tornou mais frágil, deixando abertos caminhos para que homens e mulheres negras libertas tirassem proveito desta fragilidade, inclusive, explorando a ausência de uma escravidão legalmente restrita a determinado grupo racial. Isto permitiu que libertos também fossem senhores de escravos e, caso fossem nascidos no Brasil, gozassem de direitos de cidadania, a despeito de estarem submetidos a um complexo sistema de classificação racial. Na segunda metade do século XIX, a escravidão também se tornou um problema moral no Brasil, já que o país desejava se “modernizar”, mas, com o cativeiro e a presença africana, ainda carregava o estigma do atraso. Isto não aconteceu no Sul norte-

Civil, resultado do acirramento entre o poder escravista do Sul e o Partido Republicano do Norte. Em 1857, o *Dred Scott Case*, foi o maior golpe sobre a comunidade afro-americana, sobretudo liberta, uma vez que, a partir deste, caso a Suprema Corte dos Estados Unidos decidiu que os afro-americanos não eram cidadãos. Sobre isto, ver: HOLT, Thomas. *Children of fire: a history of African-Americans*. New York: Hill and Wang, 2010.

¹⁴ Sobre a condição dos libertos e limites da liberdade no Brasil, ver: CUNHA, Manuela Carneiro da. *Negros, estrangeiros: os escravos libertos e sua volta à África*. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012; e CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

americano onde, mesmo após a abolição, foram implementadas outras práticas baseadas na diferenciação racial para manter a comunidade negra em um lugar de subalternidade.¹⁵

As histórias de superação de pessoas de destaque da comunidade negra brasileira que, a despeito de uma vida marcada por toda a sorte de limitações, haviam se tornado indivíduos de capacidades inquestionáveis, também foram massivamente utilizadas como exemplos para refutar as crenças na inferioridade das pessoas negras. Neste sentido, os negros e mulatos brasileiros eram citados como provas vivas de quão longe poderiam ir quando não encontravam restrições sociais e legais baseadas na cor da pele. Mesmo assim, estes exemplos eram, em geral, ignorados por aqueles que defendiam e, de fato, acreditavam na diferença das raças. Por sua vez, os abolicionistas negros, mais uma vez, dialogaram com o pensamento científico da época, criando, porém, um argumento que, ao invés de culpar a natureza e a sua suposta inferioridade racial, tributava ao ambiente negativo do cativo a causa dos vícios e dos maus hábitos que afetavam a população negra nos Estados Unidos.¹⁶

O editorial do jornal *The Colored American*, do dia 5 de setembro de 1840, publicou as inquietações do autor anônimo de um artigo chamado “Prejudice against color”, ou seja, “Preconceito de cor”. O artigo associava a cor da pele às cores de objetos, perguntando e, ao mesmo tempo, problematizando o significado das cores quando aplicadas à classificação de seres humanos: “Por favor, nos diga que cor: preta, marrom...?” Continuando sua argumentação e afirmando a imprecisão da cor da pele como critério para categorizar pessoas, o texto chega a comparações que acabavam deixando os Estados Unidos na condição de única nação que nutria este tipo de preconceito:

Aquele sentimento chamado ‘preconceito de cor’, nunca existiu na Grã-Bretanha, França, Espanha, Portugal, nos Estados Italianos, Prússia, Áustria, Rússia, ou em qualquer parte do mundo onde as pessoas de cor não foram mantidas como escravas. De fato, em muitos países onde multidões de africanos e seus descendentes têm sido por muito tempo escravizados, o preconceito de cor nunca existiu. Este é o caso da Turquia, do Brasil e da Pérsia. No Brasil há mais de dois milhões de escravos. No entanto, alguns dos mais altos cargos do Estado são ocupados por homens negros. Alguns dos mais distintos oficiais do exército brasileiro são negros e mulatos. Advogados e médicos de cor são encontrados em todas as partes do país. Além disso, centenas de clérigos da igreja católica romana são homens

¹⁵ Sobre este argumento, ver: WEINSTEIN, Barbara. Slavery, citizenship and national identity in Brazil and the United States South. In: DOYLE, Don; PAMPLONA, Marco Antonio. (Ed.) *Nationalism in the New World*. Athens: Univ. of Georgia Press, 2006, p. 248-271. Aproveito para agradecer à autora pelas contribuições e reflexões que contribuíram para o amadurecimento deste capítulo.

¹⁶ QUARLES, Benjamin. *Black abolitionists*. New York: Oxford University Press, 1969, p. 90-115.

negros e de cor e estes ministram indiscriminadamente em congregações compostas por negros e brancos.¹⁷

O autor citou exemplos de outros países, para dar ênfase ao preconceito racial que limitava as oportunidades dos libertos nos Estados Unidos. O Brasil ganhou especial destaque como nação onde o chamado “preconceito de cor”, segundo o autor, “nunca existiu”. A produção da ideia de que a sociedade brasileira não nutria sentimentos baseados na diferença de cor, respondia aos interesses de afro-americanos abolicionistas que lutavam por seus direitos. A cidadania dos negros e mulatos brasileiros alimentava a esperança daqueles que, da mesma forma, vislumbravam uma inserção social e política que ainda estava para ser conquistada pelos libertos afro-americanos. No Norte dos Estados Unidos, onde um processo de abolição gradual começara no final do século XVIII e que, já em 1804, faria a escravidão ser extinta em toda a região, os libertos enfrentavam vários obstáculos que impossibilitavam o pleno exercício da sua cidadania e, ainda que, nesta região, eles vivessem em condições um pouco melhores do que no Sul escravista, os afro-americanos que viviam no Norte dos Estados Unidos também conviviam com o racismo e o preconceito racial que sustentavam políticas segregacionistas.¹⁸

No Norte, as escolas eram segregadas, assim como as igrejas, o transporte público e os bairros. Os libertos também eram preteridos no emprego, sobretudo quando disputavam o mercado de trabalho com brancos pobres e imigrantes. Os irlandeses, por exemplo, que, a princípio, chegaram aos Estados Unidos como “os negros da Europa”, aos poucos foram sendo incorporados à sociedade como brancos, agindo como brancos, inclusive na forma como se relacionavam com a sociedade negra. Isto era fundamental em uma sociedade que era, primordialmente, polarizada por questões raciais.¹⁹ Mesmo assim, ao longo dos anos 1860, sobretudo depois da abolição, em 1863, o movimento abolicionista foi se fortalecendo e agregando vitórias, paulatinamente, derrubando leis segregacionistas em alguns estados e

¹⁷ *The Colored American*, 5 set. 1840.

¹⁸ O primeiro estado do Norte a abolir a escravidão foi a Pensilvânia, em 1780; Nova Iorque decretou o fim do cativeiro no país em 1799; e o último estado foi Nova Jersey, em 1804. A população branca da região estava longe de aceitar a integração destes libertos à sociedade, o que justificou diversas leis segregacionistas ao longo dos estados, inclusive propostas de que os afro-americanos fossem removidos da região. O voto não era garantido à população negra em todos os estados e eram frequentes leis que proibiam casamentos inter-raciais, mesmo após a abolição, como nos estados de Massachusetts e Rhode Island. Ver: FREDRICKSON, *The black image in the white mind...*, cit., p. 175-186. Sobre segregação racial em Nova Iorque, ver: HARRIS, Leslie M. From abolitionists amalgamators to rulers of five points; the discourse of interracial sex and reform in antebellum New York City. In: HODES, Martha (Ed.). *Sex, love and race: crossing boundaries in North American History*. New York: New York University Press, 1999, p. 191-212.

¹⁹ PAINTER, *The history of white people...* cit, p. 143.

contendo motins urbanos antinegros organizados em cidades como Nova Iorque. Ainda que com estas consideráveis conquistas, em 1865, os negros do Norte votariam em condições de igualdade somente em cinco estados. Desta forma, embora a questão do fim da escravidão no Sul fosse pauta importante do movimento abolicionista negro, a questão do status desta população e da igualdade de direitos no Norte ocupou boa parte da atenção dos militantes. Vivendo sob tais condições, podemos entender porque o exemplo da sociedade brasileira, através das notícias dos amplos direitos dos libertos no país, era tão significativo para os afro-americanos.²⁰

A historiadora Célia Azevedo fez um debate pioneiro sobre a ideia existente entre os abolicionistas negros norte-americanos de que a sociedade brasileira abria amplo espaço para a inserção social dos libertos sem barreiras baseadas na raça. Para tanto, a autora nos mostra como a história de vida do abolicionista negro brasileiro Paula Brito foi apropriado pelos abolicionistas negros afro-americanos. Azevedo também aponta como estas notícias foram apropriadas mais amplamente nos debates em torno da abolição e cidadania nos Estados Unidos. Porém, a despeito das impressões dos afro-americanos sobre a vida dos libertos na sociedade escravista brasileira, a historiografia sobre o Brasil Império revela uma realidade muito mais complexa. Desde o início do século XIX, os debates sobre cidadania no Brasil visavam definir quem seria considerado cidadão. Naquele momento, revelou-se um campo de disputa entre as elites nacionais escravistas receosas de que uma maioria negra, tanto escravizada quanto liberta, também reivindicasse este direito. De fato, a Constituição do Império não fazia restrições legais baseadas na raça, mas, ao mesmo tempo, também não permitia que cidadãos libertos participassem de forma irrestrita de todas as instâncias dos processos eleitorais. Além disto, uma vez que a cor da pele ainda era um critério importante de identificação da população escravizada, os libertos tinham que estar preparados para provar sua liberdade, no caso de serem confundidos com escravos, o que poderia causar sua re-escravização.²¹

²⁰ McPHERSON, James M. *The struggle for equality: abolitionists and the negro in the Civil War and reconstruction*. New Jersey: Princeton University Press, 1964. p. 221-237.

²¹ AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. *Maçonaria, anti-racismo e cidadania: uma história de lutas e debates transnacionais*. São Paulo: Annablume, 2010, p. 67-124; Da mesma autora, ver também: *Abolicionismo: Estados Unidos e Brasil, uma história comparada (séc. XIX)*. São Paulo: Annablume, 2003. p. 149-165; ver, ainda: MATTOS, Hebe. Racialização e cidadania no Império do Brasil. In: CARVALHO, José Murilo de; NEVES, Lúcia Maria B. P. (Org.). *Repensando o Brasil no Oitocentos: cidadania, política e liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 349-391. Somente os libertos nascidos no Brasil eram considerados cidadãos; os africanos libertos estavam fora desta categoria. Para este debate, ver: BRITO, Luciana da Cruz. *Sob o rigor*

Os direitos dos libertos brasileiros ainda representavam uma pauta delicada na primeira metade do século XIX, quando a abolição era uma realidade distante. Ao mesmo tempo em que eram cidadãos e tinham direitos garantidos pela Constituição, enfrentavam barreiras raciais vigentes na prática costumeira da sociedade. Negros e mulatos alistados nas corporações militares encontravam obstáculos à sua ascensão profissional dentro da instituição e, até a formação da Guarda Nacional, em 1831, os regimentos estavam divididos pela cor da pele.²² Até mesmo na política, quando atingiam lugar de destaque, a raça era uma questão mobilizada por seus adversários.

O conselheiro do Império Antônio Pereira Rebouças, que tinha posturas moderadas, mas defendia com veemência a ampla cidadania dos libertos e, assim como os abolicionistas afro-americanos, acreditava na educação como uma importante ferramenta de mobilidade social, enfrentou o preconceito racial em diversos momentos da sua vida pública. Por diversas vezes foi acusado de organizar motins compostos por mulatos que ensejavam tomar o poder dos brancos, assim como, em diversas ocasiões, teve sua presença excluída de alguns eventos sociais. Além disso, Rebouças passou pelo constrangimento de ver sua liberdade posta em cheque durante uma viagem e foi obrigado a fazer uso da sua fama para provar ser um liberto. Em diversas ocasiões, seus adversários políticos não hesitaram em ofendê-lo lançando mão de insultos racistas.²³

Ainda assim, o Brasil respondia às necessidades imediatas dos abolicionistas afro-americanos que, no seu espaço de disputa, utilizavam-no como exemplo, como contraponto positivo às duras regras sociorraciais vigentes na sociedade norte-americana. Com isto, criavam uma imagem do país latino-americano que, supostamente era uma nação mais democrática e avançada, que se contrapunha àquela dos Estados Unidos. A concessão da cidadania aos libertos daquele país, algo que, nos Estados Unidos, só se conquistaria em 1868, já estabelecia uma profunda diferença entre as políticas dos dois países ao ver dos afro-americanos. Mesmo que o Brasil ainda mantivesse a escravidão, a ausência de leis racializadas já apontava que este país, pelo menos em termos legais, era mais democrático que a república norte-americana.

Em junho de 1849, o jornal *The North Star*, que frequentemente publicava notícias internacionais comparando os Estados Unidos com outros países, desta vez publicou

da lei: africanos e africanas na legislação baiana (1830-1841). Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, Campinas, 2009.

²² MATTOS, *Racialização e cidadania no Império do Brasil...*, cit., p. 358-362.

²³ GRINBERG, Keila. *O fiador dos brasileiros: cidadania, escravidão e direito civil no tempo de Antônio Pereira Rebouças*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 67-95.

uma nota cujo título era nada mais que “*Blacks in Brazil*”.²⁴ Mais uma vez, enfatizava a ausência de preconceito racial no país, que continuava a ser citado como um exemplo oposto à sociedade norte-americana, ancorada em valores democráticos e republicanos desde a sua fundação, e trazendo dados populacionais do vizinho latino-americano, afirmava que o Brasil tinha uma população de sete milhões de habitantes dentre os quais somente um milhão e meio eram brancos ou podiam ser considerados socialmente brancos. O restante da população, uma maioria de cinco milhões e meio, era composta por índios e negros livres e escravizados, ou seja, pessoas de cor. A nota do jornal sobre o Brasil seguia com o seguinte comentário:

O estado social da população brasileira não é marcado pela distinção de cor, tão imperativa em outro país na produção de classes. No Brasil só existe distinção entre liberdade e servidão. Os negros tem acesso a tudo, e estão em posse de muitos cargos de honra e confiança, e engajados em todos os departamentos de negócios.²⁵

Sobretudo no final dos anos 1840, quando, como já sabemos, já existia uma extensa produção de textos de viajantes acerca do Brasil e que era bastante popular nos Estados Unidos, a sociedade brasileira passou a ser vista como um exemplo que poderia constranger os racistas norte-americanos. O editorial dava um forte exemplo de inserção dos mulatos brasileiros livres na alta esfera do governo, ao afirmar que o embaixador brasileiro na Inglaterra era mulato, assim como a maioria daqueles que compunham o Exército Imperial. Em parte, o argumento presente no artigo estava certo, pois é reconhecida a presença de uma minoria de mulatos em posições de prestígio na sociedade brasileira da época e, embora isto estivesse longe de representar a norma social, por outro lado, no Norte dos Estados Unidos, não era possível nem mesmo que uma minoria negra fizesse parte do governo do país.

Sabendo das hierarquias raciais vigentes no Brasil durante o século XIX, podemos nos questionar quais as fontes de informação deste abolicionista que o faziam acreditar que, na sociedade brasileira, as desigualdades eram baseadas na classe, ou seja, na condição social de livres e escravizados e não na cor da pele. Além das obras dos viajantes, uma pista pode revelar outro tipo de fonte: na última linha da matéria, havia a abreviatura “*Jour. Com.*”, o que nos faz supor que as iniciais se referiam ao *Jornal do Comércio*, um periódico de tendências moderadas e de ampla circulação no Brasil, durante o século XIX, devido a sua

²⁴ HUTTON, *The early black press in America (1827 to 1860)*..., cit., p. 166.

²⁵ *The North Star*, 13 jul. 1849. Este jornal foi fundado no ano de 1847 pelo famoso abolicionista negro Frederick Douglass. O periódico tinha a missão de promover a emancipação universal e a elevação moral e intelectual da comunidade negra. A partir de 1851, o lema do jornal passou a ser “todos os direitos para todos”. Ver: PRIDE, *A history of the black press*..., cit., p. 50.

participação e influência nos debates políticos da época.²⁶ Acreditamos que era interesse do jornal carioca difundir a ideia de que o Brasil, ao contrário dos EUA, era um país escravista, mas sem preconceito racial, embora também vigorassem distinções raciais baseadas na cor da pele.²⁷

No mesmo artigo, outro tema de grande importância para fortalecer os argumentos em prol da igualdade racial nos Estados Unidos era a mistura racial presente na sociedade brasileira. Chamava a atenção dos abolicionistas negros, a ideia de que a mistura de raças podia ser vista como natural no Brasil e de que negros e brancos poderiam viver de forma harmônica na mesma sociedade e compartilhando os mesmos direitos. Além disto, a possibilidade de que homens e mulheres de diferentes raças pudessem contrair matrimônio sem encontrarem barreiras legais ou sociais respondia às questões levantadas nos calorosos debates sobre os resultados da abolição e da amalgamação na sociedade norte-americana: “No Brasil, as raças branca e negra estão em termos de igualdade no intercuro social e casam entre si sem escrúpulos, já que não existem obstáculos na posição relativa na vida das respectivas partes”.²⁸

Com esta citação, certamente, o jornal objetivava denunciar a gravidade do preconceito racial presente na sociedade norte-americana ao apontar a suposta liberdade com que casais inter-raciais se relacionavam no Brasil. Como já afirmamos anteriormente, isto ocorria na mesma época em que os cientistas da Escola Americana afirmavam que a mistura racial era degenerativa e que os mulatos eram híbridos.²⁹ Além disto, os grupos antiabolicionistas acusavam os homens negros de desejarem ter o direito de casar com mulheres brancas e como estas últimas eram vistas como responsáveis pela manutenção da brancura, um patrimônio nacional e familiar, deveriam ser “protegidas”. A proteção das mulheres brancas justificou a criação de leis contra casamentos inter-raciais no Norte dos Estados Unidos. Lembremos, novamente, que aqui reside um fator de gênero e raça, pois este debate não levou em consideração as relações ilegítimas (consensuais ou não) entre mulheres

²⁶ SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

²⁷ A constituição do Império do Brasil de 1824, no seu capítulo sexto, artigo 94, que trata das eleições, proibia que os libertos votassem nas eleições secundárias, que elegiam deputados, senadores e membros dos Conselhos de Província (inciso II). Eles podiam votar nas eleições primárias (Assembléias parochiais), mas desde que tivessem renda líquida anual de 100 mil réis, uma condição imposta a todos os eleitores (Artigo 92, inciso V). Ao que parece, Frederick Douglass desconhecia esta exceção. A Constituição do Império está disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm>. Acesso em: 2 abr. 2014.

²⁸ *The North Star*, 13 de julho de 1849.

²⁹ Sobre as teses científicas e suas afirmações sobre o “híbridismo”, ver Capítulo 1.

negras e homens brancos no Sul.³⁰ No Norte, como não havia registros de casamentos entre abolicionistas brancos com mulheres negras, aparentemente, o que estava sendo reivindicado era a liberdade para que homens negros pudessem se casar com mulheres brancas, o que significava o total exercício das suas vontades enquanto cidadãos livres.³¹

A realidade racial no sul escravista dos Estados Unidos também não deixava de ser complexa. Até antes da década de 1860, havia um sistema de classificação racial muito mais complexo do que aquele que entrou em vigor depois da Guerra Civil, conflito que ocorreu entre 1861-1865. Além de negros e brancos, a legislação sulista, até a primeira metade do século XIX, reconhecia um lugar racial intermediário para as pessoas que tinham origem birracial.³² As leis do estado da Virgínia, por exemplo, desde 1705, já discutiam a necessidade de usar e reconhecer outras terminologias além de negro e branco para classificar a população. Distinções raciais que eram baseadas no tom da pele, além de outros fatores como posição social, ancestralidade, status (se livre ou escravizado) e reconhecimento da comunidade eram fatores que contavam para determinar a raça de alguém. Assim, embora as relações inter-raciais fossem ilegais no estado da Virgínia, a população considerada “mulata” ou “multirracial” acabava sendo reconhecida como “não negra”, mas sob algumas condições.

Os legisladores não tinham muito bem definidos os critérios para se considerar alguém negro, branco ou mulato e, portanto, faziam esta avaliação com base em um conjunto de critérios, muitas vezes subjetivos, analisando caso a caso. Alguns fatores poderiam interferir nestes critérios de classificação. Segundo Joshua Rothman, antes de 1785, era necessário um oitavo de sangue africano para ser considerado mulato. Depois daquele ano, um quarto de sangue africano era suficiente para que uma pessoa fosse classificada como mulata, ou seja, as regras de *one drop* foram ficando mais definitivas do que anteriormente.

³⁰ Uma vez que a mistura racial era condenada, as mulheres brancas, sobretudo as mulheres brancas pobres, eram o principal alvo das acusações de práticas sexuais com homens negros. Manter relações sexo-afetivas com homens fora do seu grupo racial também atentava contra a dignidade delas. A defesa da descriminalização das relações inter-raciais foi pauta do movimento abolicionista, sobretudo através dos escritos da abolicionista Lydia Maria Child que, em 1833, se posicionou em defesa dos casamentos de pessoas negras e brancas. Sobre isto, ver: HODES, Martha. *The Sea Captain's wife: a true story of love, race, and war in the Nineteenth Century*. New York and London: W. W. Norton, & Company, Inc., 2006, p. 182-184. Sobre como o movimento abolicionista reverteu o discurso das causas da amalgamação acusando os senhores de escravos sulistas de cometerem tal prática através de violência racial dirigida às suas escravas ver: WALTERS, *The erotic South...*, cit.

³¹ LEMIRE, *Miscegenation: making race in America...*, cit. Cap. 3.

³² Chamo aqui de “birracial” indivíduos que eram fruto de uma relação entre uma pessoa negra e uma pessoa branca.

Esta ultima lei, de ¼ de sangue africano, vigorou até depois da Guerra Civil, quando a pureza de sangue se tornou mais condicional para alguém ser considerado branco no Sul dos EUA.³³

O aumento da população liberta através da compra de alforrias fazia com que, de quando em quando, os critérios para ser “mulato” fossem rediscutidos pelos legisladores. Em alguns momentos, estes critérios também poderiam se tornar bem menos flexíveis, como após uma revolta, tal como a ocorrida em 1832, que desembocou na criação dos “certificados de raça mista”, em 1833, conferidos a pessoas libertas que não eram nem negras nem mulatas. Aqueles escravos e libertos de pele muita clara e que poderiam passar como “brancos” também faziam uso da sua ancestralidade para reivindicar seu reconhecimento legal e social como “pessoas mistas” e, no caso dos escravizados, muitos se passaram como libertos e, até mesmo, como brancos, no momento de uma fuga. Com o aproximar-se da Guerra Civil, o tensionamento das relações raciais no Sul e o aumento da população de “mulatos” e libertos, tornar-se branco ou mulato ficou mais difícil naquela região do país. Na Virgínia da década de 1850, por exemplo, as leis mudaram no sentido de que a pureza de sangue foi ficando cada vez mais condicional para que uma pessoa fosse considerada branca. A partir daquele momento, com a escravidão mais fragilizada, os legisladores precisavam ver a população em termos binários, negros e brancos, e, já nos meados dos anos 1850, a Virgínia começou a aplicar a regra de *one drop*.³⁴ Os números de toda a região Sul acompanhavam esta tendência.

Depois da década de 1850, quando o movimento abolicionista se radicalizou e fortaleceu seus argumentos contra a escravidão, ficou mais difícil para os ditos “mulatos” ocuparem um lugar social intermediário. Foi também depois deste período que cresceu o número de pessoas de pele clara que eram escravizadas. Entre os anos 1850 e 1860, tempo de acirramento racial no Sul, o número de escravos dito mulatos crescia mais do que o número de escravos de pele escura. Em 1860, um ano antes da guerra civil, 94,2% dos mulatos já haviam sido escravizados nos estados sulistas e, às vésperas da Guerra, o sentimento de hostilidade da população branca não distinguia a cor da pele, se mais clara ou mais escura, ou seja, a partir de então eram todos considerados negros. Esta mudança fez com que os critérios de classificação racial na região escravista fossem se tornando mais parecidos com o sistema binário que já existia na região Norte.³⁵

É nesse momento também que, para proteger a escravidão, foi se consolidando, na Região Sul, a regra de “uma gota de sangue negro” (*one drop*), que foi uma resposta ao fato

³³ ROTHMAN, *Notorious in the neighborhood...*, cit., p. 208.

³⁴ Id., *ibid.*, p. 204-234.

³⁵ WILLIAMSON, Joel. *New people: miscegenation and mulattoes in the United States*. New York: The Free Press, 1980, p. 62-82.

de os escravos estarem se tornando mais claros e reivindicando um lugar social intermediário entre negros e brancos. Empurrados para a categoria de negros, pessoas escravizadas e libertas de pele clara e ou de origem birracial, já depois da guerra, haviam se aproximado da comunidade negra e se tornado um único grupo racial. É neste período também, do pós-guerra, que as leis que proibiam casamentos inter-raciais se intensificam nos estados sulistas. Na Carolina do Sul, por exemplo, uniões entre negros e brancos se tornaram ilegais em 1865, lei que durou até o século XX, e a Ku Klux Klan, através da violência, garantia que este tipo de relação fosse duramente reprimida com violência e terrorismo.³⁶

O historiador Robert Brent Toplin também investigou as condições de vida dos chamados mulatos no Sul dos Estados Unidos pré-Guerra Civil. Segundo este pesquisador, os indivíduos de origem birracial, então mulatos, de fato gozavam de uma condição privilegiada dentro de um universo paternalista dirigido por senhores de escravos, alguns deles seus parentes próximos. Embora os números sejam imprecisos, a obra de Toplin traz dados do censo de 1860 que revelou que os mulatos compunham 10,4% da população negra e 36,2% da população livre da Região Sul. Segundo o autor, também antes da Guerra Civil, os ditos mulatos não tinham uma relação de solidariedade em relação a todas as pessoas negras. Tendo em vista que ser branco era um sinônimo de superioridade racial, no entender daqueles negros de origem racial mista, sua ancestralidade branca os fazia diferentes (superiores) àqueles que eram supostamente descendentes de puros africanos.³⁷

Diferente do Sul, sobretudo dos estados mais próximos da América Latina e do Caribe, no Norte dos Estados Unidos, já vigorava um sistema de classificação racial binário. A população estava dividida entre negros e brancos, mesmo com a presença de brancos pobres e imigrantes, o que criava uma diversidade de classe entre os anglo-saxões. Quanto à comunidade negra, já liberta desde um processo de abolição gradual que começara no século XVIII, mesmo que tivesse alcançado diferentes lugares sociais, não importava o tom da sua pele, origem ou classe, seria considerada negra, parte de um só grupo, sem distinções. Com isto, sua identidade racial era bem definida, já que, no final das contas, eram vistos com o

³⁶ WILLIAMSON, *New people...*, cit., p. 92-97.

³⁷ TOPLIN, Robert Brent. Between black and white: attitudes toward southern mulattoes, 1830-1861. *The Journal of Southern History*, v. 45, n. 2, p. 185-200, may 1979. Segundo Carl Degler, que também apresenta números para a população de mulatos no Sul dos Estados Unidos, os mulatos eram a maioria dos libertos neste país, o que ele justifica pelo fato de estes libertos de origem mista serem libertados pelos seus familiares/proprietários. Afirma que, no Mississippi de 1860, 77% dos libertos eram de origem mista e somente 8% dos escravos eram mulatos. Na Louisiana, os dados são similares. Estes dados estão disponíveis em: DEGLER, Carl N. *Neither black nor white: slavery and race relations in Brazil and the United States*. New York: The MacMillan Company, 1971, p. 231.

mesmo olhar pela população branca, sobretudo em uma região onde nunca passaram de 10% da população. A identidade negra era reforçada no Norte, como vimos, tanto pela experiência sofrida com as políticas de segregação e o preconceito racial vigentes na região, quanto pelos discursos do movimento negro abolicionista que, a todo instante, insistia na necessidade de fortalecimento e união entre os membros da comunidade negra na luta pelo fim da escravidão e, sobretudo, pela concessão de direitos de cidadania e reconhecimento da sua condição de norte-americanos.³⁸

Revelando as práticas segregacionistas vigentes no Norte pré-Guerra Civi, alguns setores conservadores do movimento abolicionista não acreditavam que fosse adequado que pessoas negras e brancas participassem das mesmas organizações antiescravistas, ainda que militassem pela mesma causa. Este grupo alegava que, desta forma, evitariam ser acusados de praticar a amalgamação, o que, segundo eles, poderia aumentar ainda mais a rejeição à causa da abolição, fortalecendo o preconceito racial. Novamente neste aspecto, abolicionistas negros e brancos divergiam sobre como deveriam ser os métodos de luta pelo fim da escravidão no país.³⁹

Lembremos que, nos Estados Unidos do século XIX, o conceito de amalgamação era algo mais amplo do que somente a relação sexual entre pessoas de raças diferentes. Naquela sociedade, considerava-se amalgamação o convívio social entre pessoas negras e brancas em condições de igualdade, compartilhando dos mesmos espaços sociais e também dos direitos políticos. Ainda que muitas vezes não associemos práticas segregacionistas e racistas unicamente com o Sul escravista, durante os anos 1830, a prática de amalgamação motivou revoltas, em Nova Iorque, lideradas por grupos conservadores que acusavam militantes abolicionistas de “se misturarem”, ferindo, assim, regras de segregação racial necessárias à manutenção da ordem.⁴⁰

Certos militantes brancos do movimento abolicionista desafiaram estas regras e pagaram o ônus de, publicamente, conviverem com pessoas negras e defenderem o casamento inter-racial. Segundo este grupo de abolicionistas radicais, o casamento era uma decisão pessoal, uma questão de gosto do homem ou mulher branca que escolhesse se casar com uma

³⁸ RAEL, Patrick. *Black identity & black protest in the antebellum North*. Chapel Hill; London: The University of North Carolina Press, 2002, p. 12-42.

³⁹ LITWACK, Leon. The abolitionist dilemma: the antislavery movement and the northern negro. *New England Quarterly*, n. 34, p. 50-73, march 1961.

⁴⁰ HARRIS, *From abolitionists amalgamators to rulers of five points...*, cit., p. 191-212. Ver, também: LEMIRE, *Miscegenation: making race in America...*, cit., p. 53-86.

pessoa negra.⁴¹ Por outro lado, temendo a repercussão negativa das acusações de amalgamação, os militantes negros tinham uma atitude mais cautelosa quando o assunto era casamento inter-racial, uma vez que eles, sobretudo os homens, eram acusados de serem os maiores interessados em “cruzar a linha de cor” na hora de decidir por uma parceira. Este cuidado com a defesa aberta das relações inter-raciais foi explicitado no jornal *The Colored American*, de Nova Iorque, em um artigo publicado em junho de 1838. O texto foi como uma resposta às acusações de que os homens negros desejavam ser livres devido ao principal interesse que tinham de se relacionarem legalmente com mulheres brancas.

Os abolicionistas não estão buscando a amalgamação das cores, nem os homens de cor desejam isso. É a escravidão que amalgama e mistura. Nós, homens de cor, falamos com responsabilidade quando garantimos a quem isso possa interessar que não há uma ‘mulher branca’ sequer entre as cinco mil [mulheres] que nós considerariamos nos casar caso fôssemos solteiros. A escolha de maridos e esposas é uma questão de gosto. Nós não desejamos amalgamação, NOS DÊ NOSSA LIBERDADE E NOSSOS DIREITOS. Fiquem com suas moças. Fiquem VOCÊS para vocês mesmos, nós não queremos nenhum de vocês, homens ou mulheres.⁴²

A liberdade de escolha no casamento tinha um forte significado simbólico e político para os homens negros abolicionistas. Estes militantes acreditavam que o casamento inter-racial significava a plenitude da liberdade e o fim das diferenças raciais. Neste intuito, o Brasil, já muito conhecido como país miscigenado, aparecia como exemplo perfeito de país onde a superação destas diferenças era possível. Alguns abolicionistas se sentiam particularmente tocados por esta questão e, portanto, atraídos pelo exemplo brasileiro, já que eles mesmos eram fruto de relações inter-raciais e/ou sofriam as consequências de terem se casado com mulheres brancas. O próprio Frederick Douglass era filho de pai branco e mãe negra e, mais tarde, casou-se, pela segunda vez, com uma mulher branca.⁴³

Outro abolicionista negro que também era sensível ao debate dos casamentos inter-raciais era Willian G. Allen, que também utilizou o exemplo da sociedade brasileira quando, em 1853, denunciou a intensidade e gravidade do racismo norte-americano. Allen, ele mesmo considerado mulato, atuou na campanha abolicionista declarando-se contrário à emigração da população afro-americana liberta e também aos discursos de pureza racial.

⁴¹ LEMIRE, *Miscegenation: making race in America...*, cit., p. 115.

⁴² *The Colored American*, 23 jun. 1838. Destaque dos editores do jornal.

⁴³ DOUGLASS, Frederick. *The narrative of life of Frederick Douglass: a American slave, written by himself*. New York: Signet Classic, 2005. Douglass, por diversas vezes, mencionaria a prática de mistura racial como um indicativo da ausência de racismo na sociedade brasileira.

Segundo ele, as nações mais bem sucedidas do mundo eram aquelas onde a amalgamação não só era praticada como, também, legalmente permitida.⁴⁴

Allen sabia melhor do que ninguém dos limites impostos a um casal inter-racial, uma vez que ele mesmo havia se casado com uma mulher branca, Mary Kings Allen. Embora a noiva viesse de uma família de abolicionistas, o casal encontrou forte rejeição entre parentes, amigos e a família da noiva. Wiliam e Mary Allen foram obrigados a emigrar para a Inglaterra, após ele ter sofrido um atentado organizado por segregacionistas inconformados com seu casamento. Em 1853, em um discurso proferido em Londres, o abolicionista citou o Brasil como referência de nação onde não havia preconceito racial, o que era indicado pela aparente aceitação das relações inter-raciais.

Na Inglaterra, nós não temos visto preconceito de cor; nós temos andado pelos parques, visitado as cidades, temos estado em hotéis e nós ainda não temos nos deparado com nenhum daqueles sentimentos que existem na América (Estados Unidos). Este sentimento foi gerado inteiramente pela escravidão americana e não existiu nem mesmo no Brasil, onde alguns dos oficiais do governo mais distintos eram de sangue africano. Dizia-se que esse preconceito de cor existia porque o homem de cor era naturalmente inferior. Mas, certamente, só era necessário virar as páginas da história para refutar essa afirmação. Nenhum homem de cor nos Estados Unidos poderia se dar ao luxo de escrever poesia ou se tornar um artista, quando todos os poderes dos poderosos estavam combinados para mantê-lo no chão.⁴⁵

A forma como os abolicionistas negros norte-americanos interpretavam as relações raciais na sociedade brasileira revelava como eles estavam surpreendidos com a aceitação social da mistura racial no país, onde filhos de pessoas negras e brancas estavam incluídos na sociedade, onde não havia a regra de *one drop*, segundo as notícias que recebiam. O próprio abolicionista negro Willian G. Allen definia a si próprio como um “*quadroon*” (quadrarão), termo utilizado para classificar pessoas que traziam “um quarto de sangue africano e três quartos anglo-saxão”. Em sua obra autobiográfica, logo após se definir, racialmente, como “*quadroon*”, também enfatizava sua trajetória intelectual enquanto estudante de Direito e, mais tarde, professor de grego, línguas germânicas e retórica, na *New York Central College* (em McGrawville, Cortland). Segundo ele, esta era a única universidade nos Estados Unidos que havia convidado um “homem de cor” para ser docente e uma das

⁴⁴ ELBERT, Sarah. A inter-racial love story in fact and fiction: William and Mary Kings Allen’s marriage and Louisa May Alcott’s tale, “M.L”. *History Workshop Journal*, n. 53, p. 17-42, Spring 2002.

⁴⁵ ALLEN, William G. London, dec. 1853. In: RIPLEY, Peter. (Ed.). *The Black Abolitionists Papers*. v. 1. The British Isles, 1830-1865. Chapel Hill and London: The University of South Carolina Press, 1985.

poucas instituições de ensino que aceitava estudantes negros e brancos em condições de perfeita igualdade.⁴⁶

Carl Degler, responsável por uma importante obra que comparava as relações raciais entre Brasil e Estados Unidos em um esforço para entender as origens dos códigos distintos vigentes nos dois países, explora as causas destas diferenças buscando explicações no período escravista. Para ele, as fundações de ambos os países, sustentadas sob a base da escravidão, criaram realidades muito similares. Em ambos os países havia leis discriminatórias e negros de diversos tons de pele que, mesmo quando libertos, não tinham os mesmos privilégios da população branca. Segundo ele, as sociedades norte-americana e brasileira, ao mesmo tempo em que discriminavam, também deixavam espaço para alguns privilégios que favoreciam os mulatos, sobretudo quando tais benefícios eram concedidos sob a forma de favorecimentos adquiridos em relações paternalistas. A diferença entre as duas sociedades consistia no fato de que, na medida em que, no Brasil, estas leis e práticas segregacionistas foram arrefecendo e incorporando os indivíduos de pele clara, nos Estados Unidos, foram mantidas as rígidas ideias de pureza racial que excluía e discriminavam aqueles que eram mestiços empurrando-os para os grupos dos negros.⁴⁷

Degler, então, chamou de “escapatória do mulato” (*mulatto escape hatch*) aquilo que consistia na principal diferença nas relações raciais entre as sociedades brasileira e norte-americana: enquanto nesta, mulatos e negros seriam relegados ao mesmo lugar legal e social, no Brasil, os negros de pele clara (mulatos) fariam parte de outra categoria racial, nem negra nem branca. Assim, devido a razões que remetem à cultura portuguesa e à demografia do país desde os tempos da colônia, os filhos bastardos dos senhores de escravos e suas cativas foram sendo inseridos e ocupando um lugar na sociedade que, se não era o mesmo que o dos brancos, também não era tão ruim quanto o lugar dos negros. Embora nos Estados Unidos também houvesse miscigenação e filhos bastardos de senhores de escravos, estes não encontraram, em geral, os mesmos benefícios que os filhos legítimos dos senhores em relações contraídas com esposas brancas.⁴⁸

⁴⁶ ALLEN, William G. *The American prejudice against color. an authentic narrative, showing how easily the nation go into an uproar*. London: W. And F.G. Cash, 1853, p. 3-4. Assim como a história de Allen, houve outros tantos episódios de casais inter-raciais no Norte dos Estados Unidos que encontraram barreiras impostas, sociais e também legais, para as suas uniões. As fontes de jornais anunciam vários casos de prisões e linchamentos ocorridos naquela região. Em boa parte dos casos, os episódios envolviam mulheres brancas pobres e/ou imigrantes. Sobre este assunto, ver o excelente trabalho de: HODES, *The Sea Captain's wife...*, cit.

⁴⁷ DEGLER, *Neither black nor white...*, cit., p. 213-219.

⁴⁸ Id., *ibid.*, p. 222-239. Degler atribui aos seguintes fatos a impossibilidade da existência de uma “escapatória dos mulatos” (*mulatto escape hatch*) na sociedade norte-americana. Primeiro, ainda

Degler opta por encontrar um contraponto para justificar os motivos de um suposto lugar sociorracial específico daqueles que eram considerados mulatos, no Brasil, ao invés de se aprofundar nas complexidades das relações raciais da sociedade norte-americana escravista. Será mesmo que, em geral, estes mulatos norte-americanos não criaram brechas e mobilizaram sua ancestralidade anglo-saxã tirando algum benefício da sua origem ou tom de pele mais clara? Como responder ao fato de, segundo o próprio autor, a maioria dos libertos da Louisiana ser de origem birracial? Seria mesmo o caso de polarizar os termos das regras raciais vigentes nos dois países? Acreditamos que seja importante acompanhar as mudanças que foram ocorrendo no Sul, ao longo dos anos 1840, 1850, 1860 e depois da Guerra Civil, para acompanhar a mudança nos critérios de classificação racial e de acirramento entre as relações de negros e brancos na região.

Estudos recentes têm revelado que alguns negros de origem birracial, ou mulatos, que viveram no sul dos Estados Unidos, no século XIX, foram beneficiados pela sua ascendência mista e formaram uma elite econômico-social dentro da comunidade negra ou, até mesmo, sulista em geral. Descendentes de senhores de escravos, gerados em relações de violência e ou coerção, em alguns casos, se tornaram herdeiros dos seus progenitores e fizeram com que muitas famílias aristocráticas do Sul se tornassem mestiças. Suas mães eram mulheres escravizadas envolvidas em relações marcadas pelo poder e pela manipulação, em relacionamentos que, mesmo quando “consensuais”, se davam em condições de desigualdade, uma vez que um dos pares era proprietário do outro. As mães destes filhos mestiços, em alguns casos, herdaram bens e conseguiram fazer com que seus descendentes tivessem algum ganho, dentro de uma sociedade em que ser descendente de brancos, ainda que parcialmente, os afastava da escravidão. Sabe-se, porém, que muitos libertos do Sul, mesmo quando beneficiados pela sua condição de mestiços, encontravam barreiras impostas pela sociedade escravista. Dentre as diversas restrições legais às quais estavam sujeitos, havia estados em que

durante o período colonial, havia poucas pessoas negras, homens ou mulheres, nas colônias inglesas. A população imigrante era determinantemente branca, o que não favoreceu uma miscigenação inicial. Segundo, posteriormente, a população branca, masculina e feminina, era equilibrada. Sendo assim, ao contrário do Brasil, os homens brancos não precisavam recorrer às indígenas ou negras, já que podiam encontrar parceiras dentro do seu grupo racial. Por fim, as mulheres inglesas ou de descendência inglesa tinham um forte poder sobre a família e a sociedade em que viviam, não aceitando, portanto, a incorporação dos filhos bastardos mulatos dos seus maridos ao seu núcleo familiar. Para Degler, uma suposta maior subserviência feminina, culturalmente praticada na sociedade brasileira de origem portuguesa, abriu brechas para que estes filhos bastardos mulatos brasileiros fossem incorporados às famílias brancas sob a imposição dos seus pais.

a lei os obrigava a abandonar a região, quando se tornavam livres, o que poderia significar o afastamento das suas famílias ou da sua rede social e protetiva.⁴⁹

Assim, a própria história dos Estados Unidos revela a fragilidade e impropriedade da ideia de pureza racial que norteou o discurso para representar esta nação e a homogeneidade do seu povo. Longe de ser uma nação unicamente formada por homens brancos, as colônias do Norte também foram palco de relações sexuais, duradouras ou não, entre os dito anglo-saxões, indígenas e negros, estes últimos africanos e afro-americanos.⁵⁰ Portanto, o ponto de diferença entre Brasil e Estados Unidos, em termos de políticas de classificação racial da população, não está na existência ou não de indivíduos de origem birracial ou em brechas que garantiram um lugar intermediário para estas pessoas, nos dois países. Em ambos os países, existiu mistura racial desde a sua formação e os frutos desta mistura, vivendo em sociedades escravistas, mobilizaram os supostos benefícios de suas condições. Os países divergem em políticas de hierarquização racial quando, nos Estados Unidos, prevalece a ideia de pureza racial e supremacia branca, que foi fortalecido pela ciência e baseou políticas públicas de segregação, sobretudo após a Guerra Civil.

No Brasil, a ausência de uma legislação que tornasse a segregação racial política de estado se refletiu nos diversos tipos de negociação que possibilitavam a compra de alforria, na cidadania dos libertos brasileiros, garantida pela Constituição de 1824, e na formação de uma minoria intelectual negra que poderia até alcançar lugares prestigiosos no governo.⁵¹ Era esta “brecha” conquistada por libertos do Império que interessava ao discurso abolicionista afro-americano para, estrategicamente, construir um contraponto à sociedade norte-americana, que se sustentava na informação de que, na sociedade brasileira, mesmo escravista, os libertos eram cidadãos, segundo a Constituição do Império. Acreditamos que os abolicionistas afro-americanos avaliavam que, caso, nos Estados Unidos, mesmo que sob a vigência da escravidão no Sul, os libertos do Norte tivessem cidadania, assim como no Brasil, isto já garantiria melhores condições de vida e a luta contra a escravidão seria fortalecida.

⁴⁹ Sobre este assunto, ver a história da negra de origem birracial Amanda América Dickson em: BRADLEY, Josephine Boyd; LESLIE, Kent Anderson. *White pain pollen: an elite birracial daughter's quandary*. In: HODES, *Sex, love and race...*, cit., p. 213-234.

⁵⁰ NASH, Gary. *The hidden history of mestizo America*. In: HODES, *Sex, love and race...*, cit., p. 10-32.

⁵¹ Novamente, este argumento foi inspirado por: WEINSTEIN, *Slavery, citizenship and national identity in Brazil and the United States South...*, cit., p. 248-271.

2.1 O BRASIL E O DISCURSO CIENTÍFICO SOBRE AMALGAMAÇÃO: UM EXEMPLO PARA OS EUA

Como vimos, a miscigenação praticada na sociedade brasileira não era uma excentricidade, pois os norte-americanos estavam familiarizados com o fato de, no seu país, também existirem pessoas frutos de relações que ultrapassavam as barreiras de cor. O próprio abolicionista negro Frederick Douglass, ao ser inquirido das razões de se ter casado com uma mulher branca, afirmou que, no seu primeiro casamento, havia prestado uma homenagem à raça da sua mãe, que era negra, enquanto, no segundo casamento, estava prestando cumprimentos à raça do seu pai, que era branco.⁵² Qual seria, então, a razão do interesse pelo Brasil e do tratamento da miscigenação do país como uma excentricidade?

Para entender as razões que levaram dois importantes militantes do movimento abolicionista negro, Frederick Douglass e William G. Allen, a utilizarem o Brasil como exemplo de país onde, surpreendentemente, a mistura de raças era algo social e politicamente aceito, cumpre entender a importância deste debate na sociedade norte-americana. Como vimos anteriormente, desde a década de 1840, havia uma produção científica, nos Estados Unidos, dedicada a provar a inferioridade dos povos não brancos, sobretudo de negros e mestiços.⁵³ Em uma sociedade escravista como aquela, tais argumentos tanto serviram para defender a escravidão quanto para repreendê-la, uma vez que alguns abolicionistas acreditavam na impossibilidade de brancos e negros viverem juntos e defendiam que os afro-americanos não eram considerados dignos de gozar dos mesmos privilégios reservados aos cidadãos brancos. Além disto, esta produção dita científica também afirmava que a mistura de raças, ou amalgamação, trazia consequências negativas para a sociedade.

Já afirmamos que, desde a década de 1840, o naturalista suíço-americano Louis Agassiz, que somou a sua teoria poligenista à teoria da degeneração, rezava que a mistura de raças distintas (também chamada de amalgamação) levava à degeneração racial e que o fruto desta mistura, o mulato, carregaria as piores características de ambas as espécies.⁵⁴ Durante e após a Guerra Civil, houve um uso intenso das teorias científicas racialistas para justificar que a população negra liberta não estava apta para receber os privilégios da cidadania e os mesmos direitos que a população branca. A questão do voto, por exemplo, dividiu opiniões no

⁵² Essa frase de Frederick Douglass é citada em: JOHNSON, James Weldon. *Along this way*. New York: 1933 (reprint 1973), p. 61.

⁵³ Sobre o debate das desigualdades raciais no discurso científico norte-americano, ver Capítulo 1.

⁵⁴ A seguir, veremos como Agassiz aprimorou estas teses sobre a degeneração das “raças impuras” durante uma expedição ao Império do Brasil.

Norte e no Sul do país, sob o argumento de que pessoas que haviam acabado de sair do cativeiro não estariam aptas para votar. Na Região Sul, os *black codes* garantiram, inclusive com o uso da violência, o emprego de medidas que mantinham a população negra em uma condição muito próxima da escravidão. Mesmo na Região Norte, a mistura racial continuou a ser vista de forma negativa, justificada pelas diferenças raciais e pela superioridade da raça branca sobre a negra. As teorias do criacionismo, do poligenismo e a condenação da amalgamação (ou hibridismo) serviam para sustentar as crenças de que negros e brancos, por serem espécies diferentes, não poderiam conviver juntos após a abolição. Caso isto acontecesse, os resultados seriam desastrosos para a nação norte-americana.⁵⁵

Agassiz precisava de um exemplo real para demonstrar suas teorias, que afirmavam a diferença das espécies e a degeneração das raças híbridas. Além disto, o cientista também precisava demonstrar as consequências consideradas desastrosas do convívio entre negros e brancos após a abolição, de maneira que a sociedade norte-americana pudesse se visualizar naquelas condições. Foi então que Agassiz empreendeu uma missão científica ao Brasil que, embora ainda fosse um país escravista, já havia sido utilizado como observatório de raças puras e mestiças e de suas degenerações. O momento escolhido para realizar tal empreitada não foi acidental: o ano de 1863, durante a Guerra Civil Americana, cuja questão central era a disputa pela continuação ou pelo fim da escravidão no sul dos Estados Unidos.⁵⁶

Segundo a historiadora Maria Helena Machado, o Brasil foi o ambiente onde Agassiz fortaleceu seus argumentos sobre a ameaça representada pela miscigenação à sociedade norte-americana, caso, após a abolição, os afro-americanos permanecessem no país. A proliferação de negros de diversas etnias (que só poderiam ser vistas em uma longa viagem ao continente africano) e de indivíduos mestiços, que carregavam intrigantes características físicas, fazia da sociedade brasileira uma projeção daquilo que deveria ser evitado na sociedade norte-americana. Ao fotografar pessoas não brancas no Rio de Janeiro e Manaus, o cientista definia aquela sociedade como exemplo da degeneração social e do atraso que marcavam as sociedades latino-americanas. Com esta coleção, Agassiz voltou aos Estados

⁵⁵ Sobre o papel das ideias racialistas e das políticas destinadas à população liberta após a Guerra Civil ver: FREDRICKSON, *The black image in the white mind...*, cit., p. 175-197. Elise Lemire enfatiza a permanência de ideias elaboradas pela ciência racialista durante a Guerra Civil e como elas se mantiveram no Norte após a abolição, como as afirmações sobre o cheiro da população negra, os males da amalgamação e o comportamento animalesco que marcava a sexualidade dos homens negros. Além disto, segundo a autora, havia um forte sentimento de resistência à igualdade racial. Ver: LEMIRE, *Miscegenation: making race in America...*, cit., p. 135-143.

⁵⁶ MACHADO, Maria Helena P. T.; HUBER, Sasha. *(T) Races of Louis Agassiz: photography, body and science, yesterday and today/Rastros e raças de Louis Agassiz: fotografia, corpo e ciência ontem e hoje*. São Paulo: Capacete, 2010, p. 30-33.

Unidos defendendo e justificando porque os afro-americanos, uma vez libertos, não deveriam ser incorporados à sociedade.⁵⁷

Nos Estados Unidos, o estudo de Agassiz sobre as raças puras e mestiças brasileiras e a degeneração causada pela prática desenfreada de amalgamação foi bem recebido e amplamente divulgado pelos grupos conservadores da sociedade norte-americana, que também fizeram uso e se apropriaram destes estudos para justificar seus projetos políticos segregacionistas. Vejamos como isto aconteceu, na revista *Saturday Evening Post*, em 4 de abril de 1868, quando foi publicado um artigo intitulado “Brazil as seen by Mr. Agassiz”, ou seja, “O Brasil como foi visto pelo Sr. Agassiz”:

A questão emancipação [no Brasil] é tratada num espírito muito mais moderado do que tem sido no caso nos Estados Unidos. A escravidão está gradualmente morrendo sob um sistema razoável, a emancipação é freqüente e o trabalho escravo está paulatinamente sendo limitado aos fins agrícolas. Por outro lado, a mistura de raças parece produzir os piores efeitos. Segundo o professor Agassiz, a amalgamação das raças do branco, negro e índio está produzindo um ‘tipo mestiço indescritível, deficiente em energia física e mental’, e sem as boas qualidades de qualquer um dos progenitores.⁵⁸

Embora o artigo tenha sido publicado depois do fim da Guerra Civil e da abolição, o texto refletia um impasse que se arrastaria na sociedade norte-americana por décadas: o que fazer com a população liberta e como evitar os efeitos extremamente negativos provocados pelo convívio entre negros e brancos, sendo o pior deles a mistura racial? Uma vez que os problemas dos Estados Unidos não estariam resolvidos com a abolição, para os grupos que defendiam a segregação racial, o Brasil miscigenado era o exemplo da decadência de uma nação e dos efeitos negativos da mistura de raças sobre os grupos humanos.

No entanto, para os abolicionistas negros, Frederick Douglass e William G. Allen, como vimos nos artigos anteriores, para não citar outros tantos exemplos, o Brasil era um exemplo a ser seguido justamente pela razão que o fazia ser condenado pelos racialistas: a mistura de raças e a inserção social de negros e mulatos na sociedade. Estas afirmações sobre a suposta aceitação da prática da amalgamação e da participação dos mulatos na sociedade brasileira nos fazem questionar se, em nenhum momento, os abolicionistas afro-americanos

⁵⁷ MACHADO, Maria Helena. Os rastros de Agassiz nas raças do Brasil: a formação da coleção fotográfica brasileira. In: _____; HUBER, Sasha. *(T) Races of Louis Agassiz...*, cit., p. 34-40. Ver também, na mesma obra, os artigos de: GOMES, Flávio dos Santos. *Agassiz e as “raças puras” africanas na cidade atlântica*, p. 54-62; e MONTEIRO, John M. *As mãos manchadas do Sr. Huxnewell*, p. 72-78.

⁵⁸ *Saturday Evening Post*, 4 abr. 1868.

perceberam ou tiveram notícia das desigualdades raciais vigentes no Brasil escravista. Ao que parece, apontar o racismo em outras sociedades não seria uma estratégia escolhida pelos abolicionistas afro-americanos. Aquele seria o momento de lutar por um outro projeto de nação multirracial no seu próprio país.

Enquanto os Estados Unidos ficavam isolados e em uma condição que se tentava caracterizar como vergonhosa, o Brasil, que agregava um conjunto de elementos negativos (escravidão, catolicismo e monarquia) que fazia com que fosse considerado atrasado para os padrões democráticos e republicanos da sociedade norte-americana, mantinha relações raciais mais flexíveis e, até mesmo, aparentemente igualitárias. Até o momento, só encontramos uma sutil menção à rejeição das elites brasileiras em aceitar a abolição da escravidão em uma matéria publicada no *The Frederick Douglass Paper*, em 1852. Mesmo assim, antes da crítica, a forma como a sociedade brasileira administrava a diversidade da população foi, mais uma vez, elogiada pelos abolicionistas afro-americanos:

Outro sério obstáculo para a disseminação dos princípios anti-escravistas nos Estados Unidos é muito menos presente no Brasil, que é o sentido de casta e a antipatia dos brancos de se misturar ou se associar aos negros. Neste país, a mistura de raças e a mistura de cores já fez muito para nivelar este impedimento com a aceitação da emancipação. Como consequência natural é digno de nota que a incapacidade da raça negra de compartilhar com o branco os deveres e privilégios da cidadania livre é um dogma que vem desaparecendo da experiência do país.⁵⁹

Assim, em plena década de 1850, quando, nos Estados Unidos, a escravidão ainda era fervorosamente defendida pelos senhores de escravos e a rejeição à mistura racial era um sentimento compartilhado entre sulistas escravistas e boa parte da população que vivia no Norte do país, o exemplo da sociedade brasileira apareceu mais uma vez como algo mais democrático e elevado. A prática de amalgamação no Brasil, ao invés de significar o caos social (como diziam que aconteceria na sociedade norte-americana pós-abolição), garantiu, sob o olhar do autor, o bom convívio entre negros e brancos, arrefeceu o preconceito racial, colocando o Brasil escravista no caminho da abolição e em direção a uma sociedade sem desigualdade racial. Para não ameaçar esta perspectiva otimista projetada na sociedade brasileira, os obstáculos impostos à abolição no país foram colocados de forma superficial. A

⁵⁹ *The Frederick Douglass Paper*, 19 fev. 1852. A mesma matéria é reproduzida no jornal *The National Era*, em janeiro de 1852. Isto revela uma circulação de informações entre os jornais, que publicavam notícias uns dos outros quando seus editores acreditavam que uma notícia era muito importante.

rejeição à liberdade foi justificada pela questão da escassez da mão de obra, já que o Brasil não conhecia outro tipo de relação de trabalho senão a escravista.

Entretanto, existem grandes obstáculos para a emancipação nesse país que são fundados em preconceitos profundamente enraizados pelas pessoas que estão a muito tempo acostumadas com o serviço dos escravos e na suposta dificuldade de obter uma quantidade suficiente de trabalhadores livres e também outros fatores que são peculiares ao Brasil.⁶⁰

O exemplo do Brasil continuaria a ser apropriado, por muito tempo, pelo movimento abolicionista negro norte-americano como um país que não distinguia os cidadãos pela cor da pele. Mais do que isto, as comparações com a política norte-americana destinada à população liberta visava enfatizar que esta era vítima das contradições e dos desrespeitos aos valores políticos que nortearam a independência daquele país. Se a nação americana era a nação onde havia respeito aos direitos e à liberdade dos cidadãos, como poderiam os afro-americanos (até mesmo aqueles que viviam no Norte sem escravidão) viverem em condições inferiores aos afro-brasileiros, que ainda viviam em uma sociedade escravista e monárquica? Tal indignação é expressa nas linhas finais do artigo, quando o autor chega a especular que os EUA poderiam ser o último país a abolir a escravidão. Sabemos que seria reservada ao Brasil esta posição, já que nos Estados Unidos a abolição seria decretada em 1863⁶¹, enquanto no Brasil isto só aconteceria em 1888.

Não parece impossível que o jovem Império do Brasil possa liderar nossa vangloriada nação anglo-saxã nos trabalhos pela emancipação e que a terra de Washington, de Adams e de Jefferson possa cair na distinção singular de ocupar o último lugar entre as nações civilizadas que aboliram a instituição da escravidão.⁶²

2.2 O BRASIL E O DEBATE SOBRE A DEPORTAÇÃO DOS AFRO-AMERICANOS

O exemplo da sociedade brasileira foi utilizado, novamente, pela propaganda abolicionista, em maio de 1858, na fala do abolicionista Frederick Douglass durante um

⁶⁰ *The Frederick Douglass Paper*, 19 fev. 1852.

⁶¹ Como estratégia de enfraquecimento dos sulistas durante a Guerra Civil, o presidente Abraham Lincoln aboliu a escravidão nos Estados Confederados no ano de 1863. Como os sulistas não obedeciam às leis impostas pelo governo federal, esta só passou a valer, efetivamente, no ano de 1865, quando a guerra terminou e os Estados Confederados foram derrotados.

⁶² *The Frederick Douglass Paper*, 19 fev. 1852.

discurso intitulado “Cidadania e o espírito de casta”, uma resposta à proibição de a população negra de Nova Iorque utilizar o transporte público ou fazê-lo sob a condição de não o dividir com pessoas brancas. Esta era uma das várias leis segregacionistas empregadas na região e que, como vimos anteriormente, marcava a experiência dos libertos com episódios de racismo e violência. Além disto, à medida que os libertos abolicionistas exigiam mais direitos e cidadania, mais estes conflitos se acirravam. O discurso foi ouvido pela comunidade negra seguidora da *Shiloh Presbyterian Church* e, mais tarde, publicado em outros jornais, como o próprio *The Frederick Douglass Paper*. Enfatizando o absurdo da necessidade de cidadãos livres reivindicarem os mais simples direitos, como o de utilizar o transporte público, Douglass afirmou que isto era resultado do espírito de casta gerado, excepcionalmente, pela escravidão norte-americana. Revoltado com os argumentos de segregação racial baseados na inferioridade da raça negra, o abolicionista questionou:

Por que os homens de cor no norte progridem tão pouco? Por que eles não são mais ricos, melhores e mais sábios? Os homens que fazem estas perguntas respondem a elas do seu próprio jeito. Eles nos dizem que o homem negro é inferior em dotes naturais em relação aos homens da raça branca. Também dizem que o homem de cor não tem o vigor natural que é vital ao progresso que os distingue da raça branca. Eu trato com desprezo e indignação esta perspectiva sobre a minha raça.⁶³

Douglass continuou seu discurso atribuindo o atraso da população negra que vivia no Norte dos Estados Unidos às imposições legais e ao desrespeito à sua liberdade e cidadania, o que aproximava as políticas vigentes nesta parte do país àquelas empregadas no Sul escravista. Assim, através deste discurso, ele combatia dois argumentos frequentemente utilizados por grupos antiabolicionistas: a inferioridade da raça negra e o atraso natural desta “espécie”. Mais uma vez, no mesmo discurso, o abolicionista cita o Brasil como exemplo de nação mais democrática do que os EUA, a despeito das premissas frequentes de que era um país mais atrasado por ser miscigenado, latino-americano, tropical e católico:

Eu duvido que já tenha existido um povo mais subjugado, mais desavergonhadamente massacrado e maliciosamente usado do que as pessoas livres de cor dos Estados Unidos. Mesmo em um país católico como o Brasil – um país que nós, com nosso orgulho, estigmatizamos como semi-bárbaro – não trata as pessoas de cor, sejam livres ou escravos, da forma injusta, bárbara e escandalosa como tratamos. As consequências dessa diferença são melhor vistas na condição do homem livre de cor lá, que vive

⁶³ BLASSINGAME, John W. (Ed.) *The Frederick Douglass Papers. Series one: speeches, debates and interviews*. v. 3: 1855-63. New Haven and London: Yale University Press, 1985, p. 208-212.

melhor do que os daqui. A prática do país é que, quando um escravo é emancipado ele é de uma só vez investido de todos os direitos de um homem – feito igual em todos os outros aspectos do Império. Ele é um homem livre. Sua cor e suas características deixam de importar frente à chama da sua liberdade.⁶⁴

Para fortalecer o argumento de que os Estados Unidos eram a única ou a nação mais racista do mundo atlântico, Douglass elevou o Brasil à categoria de país onde a liberdade de pessoas libertas era plenamente reconhecida e respeitada. Com isto, ele fazia o contraponto com a denúncia de sua fala anterior, sobre a restrição do acesso ao transporte público imposta à população negra de Nova Iorque. Questionamos, novamente, qual seria a fonte de informação do abolicionista afro-americano. O historiador John Blassingame traz um importante indício ao afirmar que Douglass podia ter tido acesso à obra *Brazil and the Brazilians*, dos viajantes Kidder e Fletcher, além de *Life in Brazil*, de Thomas Ewbank. Na primeira obra, principalmente, as relações raciais no Brasil são descritas como igualitárias. Difundir tal imagem sobre o Brasil fortalecia a denúncia da discriminação racial arraigada nas relações raciais do vizinho norte-americano.⁶⁵

Douglass também citou o exemplo dos mulatos brasileiros e como suas habilidades e intelectualidade afluíam quando encontravam um ambiente de incentivo e estímulo, o que só era possível quando não encontravam restrições à sua cidadania. Ele citou o exemplo do proprietário de uma importante tipografia no Rio de Janeiro que, segundo ele, era um homem de cor. Certamente ele estava se referindo a Paula Brito, também citado em outros jornais abolicionistas que utilizaram a mesma fonte produzida por Kidder e Fletcher.⁶⁶ Por fim, Douglass conclui seu protesto afirmando o seguinte:

Se o homem de cor pôde se elevar da degradação à respeitabilidade no Brasil, com o mesmo tratamento nós também podemos nos elevar aqui. Se ele pode ser estimado como um homem pelo português, ele também pode ser tão estimado pelos anglo-saxões e celtas. Se ele pode obter justiça das mãos dos católicos, por que não também das mãos dos protestantes?⁶⁷

⁶⁴ BLASSINGAME, *The Frederick Douglass Papers. Series one: speeches...*, cit., p. 211-212.

⁶⁵ KIDDER, D. P.; FLETCHER, J. C. *Brazil and the Brazilians, portrayed in historical and descriptive sketches*. Philadelphia: Childs and Peterson, 1857; EWBANK, Thomas. *Life in Brazil; or, a journal of a visit to the land of the cocoa and the palm*. New York: Harper and Brothers, 1856.

⁶⁶ Ao que tudo indica, este uso da obra *Brazil and the Brazilians*, foi muito comum na imprensa abolicionista. O mesmo trecho em que Paula Brito é mencionado também é encontrado no jornal *The National Era*, de 6 de agosto de 1857. Sobre o papel e atuação de Paula Brito como defensor dos direitos dos libertos ver: AZEVEDO, *Maçonaria, anti-racismo e cidadania...*, cit., p. 162-191.

⁶⁷ Discurso de Frederick Douglass citado em: BLASSINGAME, *The Frederick Douglass Papers. Series one: speeches...*, cit., p. 212.

Com estas comparações e a menção às potencialidades intelectuais dos mulatos brasileiros assim como à suposta ausência de leis segregacionistas que limitassem a cidadania da população liberta brasileira, Douglass questionava as teorias científicas que afirmavam a existência de limitações intelectuais e de caráter dos negros e mulatos norte-americanos. Além disto, mais uma vez, a experiência de outros povos negros da diáspora, como os afro-brasileiros, era aproximada da experiência dos afro-americanos e reforçava a ideia de que os povos negros de ambos os países compunham um só povo.⁶⁸ Afinal de contas, as afirmações sobre a diferença e a desigualdade entre as raças, quando interessava aos seus formuladores, também eram aplicadas às populações negras que viviam no continente americano e africano. Isso foi feito por cientistas que utilizaram o exemplo do Brasil para provar exatamente o contrário do que os abolicionistas queriam dizer.

Os racialistas também afirmavam que nem educação nem outros investimentos tirariam os afro-americanos do seu lugar natural de degradação. Desde o início do século XIX, estes projetos de expatriação dos libertos se formularam com a fundação da Sociedade Americana para a Colonização, em 1816. Seus fundadores, nortistas brancos, alegavam a impossibilidade de convívio entre negros e brancos nos Estados Unidos, fosse por razões de segurança fosse para evitar a amalgamação. O objetivo principal da Organização era promover a deportação da população afro-americana para uma colônia fundada na Libéria. Além daquela colônia africana, outros lugares na América Central e na América Latina foram cogitados como destino para a população negra dos Estados Unidos. Desta forma, o governo norte-americano acreditava que resolveria o problema da suposta falta de mão de obra em outros países onde o convívio entre negros e brancos era aceito na prática social. Ao mesmo tempo, a expatriação solucionaria um “problema” interno representado pela presença da população negra liberta após a abolição, já que, como vimos, pensar a sociedade norte-americana como multirracial era algo inconcebível pelas elites nacionais.⁶⁹

⁶⁸ Sobre como a experiência do cativo, tráfico e ancestralidade africanos reforçou um sentimento de identidade entre as comunidades negras atlânticas ver: HOLT, Thomas. *Slavery and freedom in the Atlantic World: reflections on the diasporan framework*. In: HINE, Darlene Clark; MCLEAOD, Jacqueline (Ed.). *Crossing boundaries: comparative history of Black people in diaspora*. Bloomington & Indianapolis: Indiana University Press, 2000.

⁶⁹ O debate sobre as motivações e discussões em torno do projeto de deportação da população afro-americana bem como de que maneira esta questão estava atrelada às expectativas norte-americanas de exercer poder e influência sobre a América Central e Latina através do pretexto de manter o uso e controle sobre a população liberta, ver de: SAMPAIO, Maria Clara. *Negros sonhos: os projetos de colonização de afro-americanos no Brasil e na América Central durante a Guerra de Secessão*. In: MACHADO, Maria Helena P. T.; CASTILHO, Celso. *Tornando-se livre: agentes históricos e lutas sociais no processo de abolição*. São Paulo, EDUSP [no prelo]; e *Não diga que não somos brancos: os projetos de colonização do Governo Lincoln na perspectiva do Caribe, América Latina*

A partir dos anos 1840, o Brasil passou a ser considerado como possível destino para os afro-americanos a serem deportados. A ideia seria enviá-los para a Amazônia, com o objetivo de expandir a área de influência escravista na América Latina e contrabalançar a quantidade de pessoas negras no sul dos Estados Unidos, tida como ameaçadora à supremacia branca da região. Na década de 1860, o projeto de expatriação dos afro-americanos ressurgiu reformulado no contexto da Guerra Civil e dos debates em torno do pós-abolição. Com a vitória do presidente Lincoln, a abolição da escravidão se tornava cada vez mais real dada às suas posições consideradas moderadas por seus opositores. O Presidente, ao mesmo tempo em que defendia suas intenções de pôr fim ao cativeiro no Sul do país, não desejava ser vinculado ao movimento abolicionista, embora sua imagem ainda assim tenha sido apropriada pelos militantes como um emancipador. Ele também deixava claro que a emancipação se daria concomitantemente à deportação da população liberta. Segundo ele, a expatriação da população negra evitaria as consequências negativas da emancipação dos escravos: a amalgamação racial, a africanização da América e o negrismo livre.⁷⁰

Foi então que James Watson Webb, ministro norte-americano no Brasil durante os anos da Guerra Civil, reformulou, no ano de 1862, a ideia já existente nos anos 1840, e a reapresentou ao presidente Lincoln como solução para o problema causado com o fim da escravidão: o transtorno causado pela população negra pós-abolição nos Estados Unidos seria resolvido pela expatriação destes libertos para a Amazônia brasileira, região de antigo interesse do governo norte-americano.⁷¹ Além disto, lançando mão de argumentos científicos que associavam o clima tropical ao ambiente natural dos africanos e seus descendentes, o Brasil apresentava características ideais para tal empreitada. Outro fator que fortalecia os argumentos de Webb era a suposta ausência de preconceito racial na sociedade brasileira, onde os afro-americanos encontrariam um ambiente em que, diferente dos Estados Unidos,

e Brasil. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Ver, também: BURIN, Eric. *Slavery and the peculiar solution: a history of the American colonization society*. Gainesville, Florida: University Press of Florida, 2005.

⁷⁰ HORNE, Gerald. *O Sul mais distante: os Estados Unidos, o Brasil e o tráfico de escravos africanos*. São Paulo: Cia. das Letras, 2010. p. 155-183; 251. Ainda sobre as posições conservadoras e moderadas de Lincoln sobre abolição, escravidão e população negra nos Estados Unidos ver: FONER, Eric. *The fiery trial: Abraham Lincoln and American slavery*. New York: W.W. Norton & Company, 2010.

⁷¹ LUZ, Nícia Vilela. *A Amazônia para os negros americanos: origens de uma controvérsia internacional*. Rio de Janeiro: Saga, 1968. Ver, também: MACHADO, *Brazil through the eyes of William James...*, cit.

poderiam usufruir de igualdade sociopolítica e teriam oportunidades de ascender socialmente.⁷²

A ideia da expatriação dividiu a comunidade afro-americana. Alguns setores, cansados das barreiras impostas pelo racismo nos Estados Unidos, decidiram deixar o país, na década de 1850, na esperança de reconstruírem suas vidas em um lugar onde tivessem maiores oportunidades. O abolicionista afro-americano Martin Delany, neto de africanos, um homem nascido livre no estado escravista da Virgínia, era conhecido como líder deste movimento imigratório. Delany acreditava que, mesmo depois de decretada a abolição, os brancos do seu país jamais permitiriam que a população liberta fosse beneficiada pelos direitos à cidadania e ao voto. Segundo ele, os Estados Unidos eram um país onde a cor branca era uma marca de distinção e superioridade e os negros nunca deixariam de ser um símbolo de degradação. O próprio Delany havia vivido a experiência de estar entre os três primeiros homens negros a serem admitidos na escola de medicina de Harvard e encontrar grande resistência de seus colegas, que não aceitavam que ele compartilhasse a sala de aula com estudantes brancos.

Assim, descrente das possibilidades de inserção social dos negros na sociedade norte-americana, este abolicionista defendia que os afro-americanos imigrassem para lugares onde a população negra fosse maioria e que, portanto, constituíssem o elemento dominante do corpo político. Como opções, Delany apresentava Cuba, Porto Rico e Brasil. Este último país era visto com mais entusiasmo como alternativa de imigração dos afro-americanos, pois mesmo que ainda fosse escravista, como todos os outros, segundo ele, ali o cativeiro era mais brando, “quase uma benção”, se comparado à escravidão norte-americana. A condição dos libertos também era bastante favorável, uma vez que era sabido que, no império brasileiro, a cor da pele não era uma barreira social que impedisse a sua ascensão e os negros eram política e socialmente iguais aos brancos. Em suma, no Brasil, os libertos tinham direitos garantidos pela constituição e eram cidadãos.⁷³

⁷² Além de HORNE, *O Sul mais distante...*, cit., capítulo 9, ver, também: SAMPAIO, Maria Clara S. Carneiro. *Fronteiras negras ao Sul: a proposta dos Estados Unidos de colonizar a Amazônia brasileira com afro-descendentes norte-americanos na década de 1860*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008, p. 9-34.

⁷³ LEVINE, Robert (Ed.). *Martin Delany: a documentary reader*. North Carolina: The University of North Carolina Press, 2003, p. 245-279. Estes trechos fazem parte de um discurso de Martin Delany proferido durante a Convenção Nacional de Imigração das Pessoas de Cor na cidade de Cleveland-Ohio, em agosto de 1854.

Já outros grupos compostos por abolicionistas radicais rejeitaram incisivamente a ideia de deportação e insistiram na luta por cidadania no país que conheciam como terra natal.⁷⁴ Ao tomar notícia dos planos do governo norte-americano de enviar a população negra para a América Latina, os abolicionistas negros contrários ao projeto reagiram imediatamente, defendendo seu direito à cidadania e de permanência nos Estados Unidos. Algumas evidências podem nos revelar que, mesmo apontando o Brasil como país onde as relações raciais eram mais favoráveis, os militantes negros norte-americanos não desejavam ir para o país latino americano depois da abolição. Anos mais tarde, em 1878, em um artigo chamado “*Ready for Brazil*” (“Prontos para o Brasil”), o autor falava da dificuldade de se recrutar trabalhadores negros na capital, Washington, que estivessem dispostos a ir para o Brasil, isto porque “líderes comunistas” estavam convencendo os trabalhadores de que “o governo dos Estados Unidos nos deve meios de viver... e nos deve isso aqui mesmo, na capital”. O tal líder, provavelmente um abolicionista, lembrava aos trabalhadores que o Brasil ainda era um país escravista: “Isso não é nada mais do que um esquema para jogar vocês todos para a escravidão novamente depois que vocês chegarem no Brasil”.⁷⁵

Porém, nos anos que antecederam a Guerra Civil, o Brasil era importante no discurso abolicionista. Em outubro de 1862, o país foi citado, desta vez no contexto dos debates sobre a expatriação. Frederick Douglass, novamente, através do jornal abolicionista *Douglass Monthly* do qual era editor, escrevia para responder às afirmações do general Montgomery Blair, aliado do presidente Lincoln. Blair, embora sulista, era abolicionista, democrata que depois de tornou republicano e defendia que os negros emancipados após a Guerra Civil deveriam ser expatriados para a América Central, revelando aquilo que já era discutido nos bastidores por Lincoln, Webb e outros defensores da expatriação.⁷⁶

Frederick Douglass, de forma muito diplomática, respondeu ao general prezando as afirmativas positivas do mesmo, uma vez que Blair dizia que apoiava a deportação dos afro-americanos, mas não porque acreditava na inferioridade destes em relação aos brancos. Depois de saudar o general por ele crer na igualdade entre as raças, Douglass reafirmou sua defesa do direito da população negra de permanecer nos Estados Unidos, a despeito das ideias de expatriação. Para tanto, o abolicionista lançou mão de uma já conhecida estratégia que era insistir na existência de um nacionalismo negro sustentado por uma identidade afro-americana construída de forma vinculada à sociedade norte-americana:

⁷⁴ BURIN, *Slavery and the peculiar solution...*, cit., p. 6-36.

⁷⁵ *The Washington Post*, 30 maio 1877.

⁷⁶ *Douglass Monthly*, out. 1862.

Eu não vejo nada na natureza que confirme a diferença entre as duas raças que impeça a convivência pacífica e feliz [de brancos e negros] no mesmo país, sob o mesmo governo. Nós somos americanos de nascimento e formação e temos preferência por instituições americanas àquelas de qualquer outro país. O fato de desejarmos permanecer aqui é natural para nós e eu repito, eu não vejo necessidade para a separação.⁷⁷

Além de questionar as ideologias racialistas que estavam por trás do projeto de deportação e reafirmar o direito de permanecer nos Estados Unidos usando um discurso, de certa forma, nacionalista, Douglass insistiu na afirmação do direito de autogoverno como algo inerente à liberdade. Uma vez libertos, os afro-americanos decidiriam onde construiriam sua vida em liberdade ou se ficariam no país e lutariam por ela. Como parte da estratégia argumentativa de Douglass, o Brasil é citado mais uma vez como país onde, mesmo ainda havendo escravidão, não existia um projeto de expatriação da população liberta. O fato de que os libertos no Brasil tinham o “direito” de permanecer no país em que nasceram interessava bastante ao debate político travado pelo abolicionista, que desejava mostrar, novamente, a intensidade e rigidez das regras de segregação racial no seu próprio país. Assim, fazendo uma comparação direta das sociedades brasileira e norte-americana e das relações raciais que operavam em ambas, ele escreveu:

Por que os americanos devem ser menos tolerantes em relação às diferenças nacionais de formas, características e cor da pele do que outras nações de raça branca, que em muitos outros aspectos são muito menos iluminados do que nós? Por que é que nós não ouvimos falar em projetos para se livrar de as pessoas de cor livres em Cuba ou no Brasil? Neste último país, onde há mais de quatro milhões de escravos negros, o homem livre de cor não é sujeito à expatriação. No momento em que as correntes são tiradas do seu corpo, ele está em plena liberdade para ocupar qualquer cargo desde que seus talentos e conhecimentos lhes caibam. Por que não deve existir a mesma facilidade aqui? O brasileiro branco é tão branco quanto o americano branco e o negro no Brasil é tão negro quanto o homem negro aqui. Qual é a diferença? Será que o protestantismo é menos tolerante às diferenças nacionais do que o catolicismo? São as repúblicas menos liberais do que as monarquias?⁷⁸

Anos mais tarde, Douglass não veria o Brasil com tanto entusiasmo. Quando, em 1888, a escravidão foi abolida no país latino-americano, ele continuaria a insistir na importância de que a comunidade afro-americana se mantivesse nos Estados Unidos e não se convencesse dos “benefícios” da imigração nem que fosse para o Brasil, afirmando que os obstáculos com uma língua desconhecida e modos de vida que os afro-americanos não

⁷⁷ *Douglass Monthly*, out. 1862.

⁷⁸ Id., *ibid.*

entenderiam os colocariam em uma situação muito pior do que no seu país de origem. Assim, ele defendia que a solução era manter-se no país e lutar por plenos direitos de cidadãos.⁷⁹

2.3 A ELEIÇÃO DO PRESIDENTE LINCOLN, MISCIGENAÇÃO E IMAGINÁRIO SOBRE A SOCIEDADE BRASILEIRA

Na década de 1860, o Brasil já era bem conhecido pela sociedade norte-americana, dentre outras coisas, pela ampla prática da “mistura de raças”, porém a expressão sem preconceito racial tinha significados diferentes para a sociedade norte-americana, a depender do setor que a discutia. Para os abolicionistas negros, o Brasil era um exemplo a ser seguido pelos Estados Unidos, pois revelava a possibilidade de um convívio harmônico entre negros e brancos. Além disto, a ascensão social dos mulatos brasileiros era a prova das capacidades destes indivíduos de origem birracial que, muitas vezes, faziam parte da elite brasileira tal como acreditavam os observadores estrangeiros. O tema da amalgamação era crucial na década de 1860, quando já se anunciava a possibilidade real da abolição depois de uma Guerra Civil que viria a dividir o país entre os anos de 1861 e 1865. Nas vésperas do pleito, a mistura racial não poderia deixar de ser apropriada também por grupos políticos conservadores, que insitiam na manutenção das diferenças raciais.⁸⁰

Durante a campanha eleitoral de 1863, quando o presidente Lincoln já tinha decretado a abolição nos Estados do Sul, os democratas, seus opositores, trataram de associar a miscigenação à imagem do candidato do partido republicano, o presidente Abraham Lincoln, que tentava a reeleição. A lei que punha fim ao cativeiro foi ignorada pelos estados confederados e, de fato, só valeria entre os estados que compunham a União. Isto bastou para que o Presidente fosse acusado de liderar uma “cruzada negra” em favor dos negros e de ser um apoiador do casamento entre negros e brancos. Lincoln já havia afirmado, anos antes, que não acreditava na igualdade racial e via a ideia de casamento inter-racial como, naturalmente, repugnante. Embora, de fato, não fosse abolicionista nem acreditasse na igualdade racial, a imagem do Presidente também foi apropriada por importantes setores do movimento abolicionista que defendiam a igualdade racial.⁸¹

⁷⁹ Should the negro stay? *The Washington Post*, 5 maio 1888.

⁸⁰ FONER, Eric. *Politics and ideology in the age of the Civil War*. United States: Oxford University Press, 1980. O conflito dividiu o Sul e o Norte dos Estados Unidos e a escravidão foi a questão motivadora fundamental.

⁸¹ LEMIRE, *Miscegenation: making race in America...*, cit. p. 117; 138. Ver, também, o importante artigo: KAPLAN, Sidney. The miscegenation issue in the election of 1864. *The Journal of Negro*

Foi assim que, naquele ano, os democratas usaram esta imagem sobre Lincoln para lançar mão de uma estratégia que tinha por objetivo vincular de vez a imagem do candidato republicano à prática de amalgamação e à mistura racial. No calor da campanha eleitoral, dois jornalistas democratas, David Goodman Croly e George Wakeman, lançaram o panfleto intitulado *Miscegenation: the theory of the blending of races applied to the american white man and negro* (*Miscigenação: a teoria da mistura de raças aplicada ao homem branco americano e o negro*). O panfleto era falso e sua autoria anônima dava a entender pelo conteúdo que ele havia sido escrito por republicanos abolicionistas radicais apoiadores de Lincoln e dos casamentos inter-raciais. O texto teve grande repercussão na Região Norte, uma vez que mexeu com a opinião pública, aterrorizada com as ideias defendidas pelo panfleto, que promovia a mistura racial como algo praticado entre as nações mais avançadas do mundo e, também, elegeu o mestiço como o povo do futuro, ousando afirmar que as raças mestiças eram superiores às raças puras, contrariando a justificativa central da superioridade branca: a pureza racial.⁸²

O panfleto teve o mérito de criar um termo, miscigenação, que seria usado dali por diante unicamente para designar a mistura entre pessoas de raças diferentes. Além de criar um novo termo, o panfleto atingia a opinião pública ao mexer com o tema dos casamentos entre pessoas negras e brancas, tema que causava histeria no Norte dos Estados Unidos sempre que a abolição era pensada. Até mesmo alguns abolicionistas acreditaram na intenção do panfleto como um manifesto pró-miscigenação, uma vez que o texto se baseava em argumentos científicos, o que lhe dava mais veracidade, popularidade e rejeição, também. Os autores do panfleto fizeram amplo uso de representações da América Latina para dar mais realidade ao cenário descrito no texto, em um esforço de fazer com que os leitores norte-americanos visualizassem também o seu país como uma sociedade “mestiça”.

No capítulo “*Superioridade das raças mistas*”, os autores afirmavam que as raças mestiças eram mental, física e moralmente superiores àquelas raças puras ou que não haviam se misturado e traziam o exemplo dos “*sambos*” da América do Sul, descendentes de índios e negros, descritos como superiores a ambos os seus ancestrais. Mais uma vez, o Brasil não

History, v. 34, n. 3, p. 274-343, jul. 1949. Um debate sobre a memória contemporânea do Presidente Lincoln como emancipador dos escravos está disponível em: WYATT EVANS, C. The Lincoln-Obama moment. In: BROWN, Thomas J. (Ed.). *Remixing the civil war: meditations on the sesquicentennial*. Maryland: The John Hopkins University Press, 2011.

⁸² LEMIRE, *Miscegenation: making race in America...*, cit. p. 116; FREDRICKSON, *The black image in the white mind...*, cit., p. 171-174.

poderia deixar de ser citado como exemplo de país onde o povo era miscigenado, colaborando para a consolidação da idéia da mestiçagem neste país.

Os cafuzos no Brasil, uma mistura de indígenas e negros, são mencionados pelos viajantes como um tipo esguio e musculoso, e com um cabelo excessivamente longo que é meio encaracolado especialmente nas pontas e cresce perpendicularmente da testa até a altura de um pé ou um pé e meio. Isso forma uma cabeleira muito bonita, que é um resultado da mistura do cabelo carapinho do negro com o cabelo pesado e longo do índio.⁸³

Ainda que sob pretensões falsas, o panfleto divulgava a imagem do brasileiro como um tipo perfeito, um belo resultado da mistura racial vigente naquela sociedade. Isto nutria as fantasias, ou melhor, os pesadelos, da sociedade norte-americana que via o Brasil, assim como outros países latino-americanos, como um antiexemplo. Por outro lado, para os abolicionistas afro-americanos, esta representação do povo brasileiro miscigenado, resultado da fusão de distintas raças, os fazia se apropriar cada vez mais do exemplo deste país quando precisavam convencer seus compatriotas tanto da possibilidade de convívio entre negros e brancos na mesma sociedade de maneira igualitária quanto das potencialidades de negros e mestiços. As notícias de uma população liberta considerada mulata, mas que, podemos arriscar que, em alguns casos, poderia incluir indivíduos que eram socialmente brancos segundo padrões raciais brasileiros, fazia com que os abolicionistas negros fantasiassem o Brasil como um país sem preconceito. Neste intuito, pouco importava se o exemplo sobre o qual se espelhavam e projetavam o seu futuro era de fato ou não um paraíso racial.

Nem nortistas nem sulistas apoiavam que os libertos vivessem em condição de igualdade com a população branca. A ideia de mistura racial causava verdadeira repugnância entre os nortistas e era tida como algo contrário às leis naturais, o que fez com que o tema do casamento inter-racial tomasse uma proporção importante na eleição que reelegeria o presidente dos Estados Unidos, em 1864.⁸⁴ Ainda naquele ano, uma série de caricaturas foram feitas para ilustrar a miscigenação como resultado da eleição do presidente, imagens que foram muito comuns na imprensa antiabolicionista após a vitória eleitoral de Abraham Lincoln, que seria responsabilizado pelos seus opositores por promover a mistura de raças nos Estados Unidos após ter abolido a escravidão.

⁸³ CROLY, David Goodman; WAKEMAN, George. *Miscegenation: the theory of the blending of races applied to the American white man and negro*. New York: H. Dexter and Hamilton, 1864, p. 8-14. O panfleto foi originalmente publicado em 1863.

⁸⁴ LEMIRE, *Miscegenation: making race in America...*, cit., p. 115-116.

Uma destas caricaturas teve como tema um baile, o *Baile da Miscigenação*, que acontecia na sede da campanha eleitoral de Lincoln (Figura 6). A festa representava uma completa inversão da ordem, em que brancos e negros, agora libertos, celebravam, nos mesmos espaços, não obedeciam às regras de decoro racial e mulheres negras, com características animalizadas e formas voluptuosas, seduziam homens brancos que eram atraídos pelos seus instintos sexuais. Aliás, a representação das mulheres negras era a própria descrição do que a ciência dizia sobre elas: corporiedade, sexualidade, gênero e raça eram elementos que determinavam seus excessos e disposição à vulgaridade e sexo. A abolição significava a quebra de controle dos seus corpos e desses excessos. Isto revela que as expectativas raciais para o contato de negros e brancos no pós-abolição também tinham um caráter de gênero: a cena representava o próprio imperialismo que marcava o contato de homens brancos e mulheres negras e indígenas, na época.

Figura 6 – *The Miscigenation Ball* – 1864

Fonte: Library of Congress: Prints and Photograph Division⁸⁵

⁸⁵ The miscegenation ball: Lincoln Campaign Headquarters. New York City, Sept. 1864. *Library of Congress: Prints and Photograph Division*. Disponível em: <<http://www.loc.gov/pictures/item/2008661682/>>. Acesso em: 19 out. 2012.

Ao fundo da imagem, podemos ver uma imensa foto do presidente Lincoln e uma faixa que ironizava a pauta do movimento abolicionista que era a igualdade entre negros e brancos: “Liberdade Universal, uma Constituição, Um destino”. Na parte superior da tela, no telhado, observadores brancos assistiam à cena e, como não participavam dela, certamente com olhares de indignação. Assim, setores contrários à abolição representados pelo partido democrata, exploravam os temores da sociedade norte-americana sobre a mistura racial. A caricatura tinha um nítido objetivo político, que visava associar a mistura racial ao partido republicano, do então presidente candidato à reeleição. Uma legenda da parte inferior explicava o evento, que teria acontecido “na sede da campanha eleitoral de Lincoln”. Ainda segundo a legenda, uma vez concluídas as atividades formais, o salão foi liberado para um *negro ball*, um baile negro. A legenda ainda explicava que muitos membros do partido se ausentaram antes que o baile começasse, mas, no entanto, os que estavam no salão eram todos filiados ao partido republicano que, na legenda, era referido como “partido republicano negro”. Participando do baile, segundo a descrição, estes membros do partido, muitos deles “homens proeminentes de vários níveis” estavam atestando aquilo que eles acreditavam, ou seja, uma sociedade sem limites, representada pelo intercuro de negros e brancos.⁸⁶

Também no ano de 1864, o panfleto “O que é a miscigenação e o que esperar agora que Sr. Lincoln foi re-eleito” fazia uma representação semelhante do que ocorreria nos Estados Unidos após a abolição e a vitória do presidente. Escolheu-se como capa do panfleto uma imagem que reproduzia diversos temores representados pela mistura racial, sendo um deles o fato de que as mulheres brancas, guardiãs da pureza racial, fossem violadas por homens negros de características físicas e comportamentos sexuais animalizados. Ainda a representação do homem negro é destituída de características humanas e carrega traços exagerados nos lábios, olhos e nariz, forma como dali por diante pessoas negras seriam representadas na mídia norte-americana (Figura 7). As aspirações e reivindicações de cidadania e ascensão social dos homens afro-americanos eram satirizadas através das vestes

⁸⁶ LEMIRE, *Miscegenation: making race in America...*, cit.; A legenda, na parte inferior da tela, diz o seguinte: “*The Miscegenation Ball at the Headquarters of the Lincoln Central Campaign Club, Corner of Broadway and Twenty Third Street New York Sept. 22d. 1864 being a perfect fac simile of the room &c. &c. (From the New York World Sept. 23d. 1864). No sooner were the formal proceedings and speeches hurried through with, than the room was cleared for a “negro ball”, which then and there took place! Some members of the “Central Lincoln Club” left the room before the mystical and circling rites of languishing glance and mazy dance commenced. But that Many remained is also true. This fact we certify, “that on the floor during the progress of the ball were many of the accredited leaders of the Black Republican party, thus testifying their faith by works in the hall and headquarters of their political gathering. There were Republican Office-Holders, and prominent men of various degrees, and at least one Presidential Elector On The Republican Ticket”*. Disponível em: <<http://www.loc.gov/pictures/item/2008661682/>>.

do homem negro, um indivíduo que trajava as mesmas vestes que qualquer cidadão branco poderia utilizar na época, como o paletó e a gravata.

Figura 7 – Capa do panfleto “What amalgamation is! and what we are to expect now that Mr. Lincoln is re-elected” – 1864

Fonte: ⁸⁷

O estigma do “negro estuprador de mulheres brancas” justificaria diversos atos de violência contra homens afro-americanos, depois da abolição até o século XX, sobretudo na região sul. Porém, no caso desta imagem, tratava-se de uma cena em que a troca de carícias era consensual. Tal fato fica evidente nos braços que envolviam os corpos e no beijo, que concretizava, assim, a manifestação de cenas “temorosas” que estavam prestes a acontecer e que chocariam as elites brancas nacionais. Isto nos faz crer que a mulher representada na caricatura seja uma imigrante pobre, uma vez que se acreditava que estas mulheres estivessem mais abertas a relações com homens negros, o que também transmite uma mensagem de relação inter-racial, ilegitimidade e lascividade praticadas por mulheres brancas de uma determinada classe social. Relações entre homens brancos e mulheres negras, desde que ilegítimas, eram mais aceitáveis, até porque faziam parte do domínio do senhor sobre o corpo da mulher escravizada, que gerava um indivíduo que seria escravizado. Já a imagem do

⁸⁷ Panfleto de autoria de L. Seaman.

homem negro com a mulher branca causava um impacto mais negativo porque tal união produziria um indivíduo livre, durante a escravidão, e a mulher representava a própria pureza da nação que se visava garantir com políticas de segregação racial que, inclusive, proibiam este tipo de relação.⁸⁸

Todas estas representações de miscigenação praticada de forma descontrolada nos Estados Unidos acirravam os ânimos e temores daqueles setores da sociedade que temiam que o país, fundado sob fortes princípios que primavam pela pureza racial, acabasse se tornando no futuro, algo semelhante ao Império do Brasil. Porém, os abolicionistas negros teriam outra leitura positiva sobre este futuro em que a “fusão das raças” seria livre.

Sabendo que, no Brasil, também havia hierarquias raciais que dificultavam a ascensão dos libertos, podemos supor que os abolicionistas afro-americanos, visto que desejavam enfatizar e denunciar o racismo presente nos Estados Unidos, se apropriaram de tais representações da sociedade brasileira (supostamente, harmoniosas) e as utilizaram como parte de uma estratégia para combater o racismo no seu país, afinal de contas, as notícias sobre o país latino-americano traziam informações que os faziam imaginar, ou inventar, uma sociedade mais avançada e democrática devido à ausência de leis segregacionistas. Apontar os EUA como a nação mais racista das Américas fazia com que o exemplo da sociedade brasileira fosse um contraponto de uma grande nação que, a despeito da mistura racial, não sucumbiu diante da participação social da população negra e da miscigenação.

Os abolicionistas negros sabiam que, no Brasil, os libertos tinham cidadania garantida pelas leis do Império e isto fazia do país um exemplo importante de nação onde negros e mulatos estavam totalmente integrados à sociedade, ocupando papéis condizentes com a sua capacidade intelectual e que nada além do mérito justificava os lugares privilegiados que alguns deles ocupavam. Havendo ou não racismo no Brasil, os abolicionistas afro-americanos se apropriaram deste exemplo para fortalecer os argumentos em defesa da igualdade racial. Assim, impuseram suas demandas, construindo uma sofisticada agenda política, trazendo a questão dos direitos dos libertos para o centro do debate e defendendo a possibilidade de uma sociedade sustentada em valores democráticos, sem barreiras impostas aos cidadãos baseadas na cor da pele.⁸⁹

⁸⁸ Uma abordagem histórica sobre as relações entre homens negros e mulheres brancas pode ser encontrada em: HODES, Martha. *White woman, black man: illicit sex in the 19th Century South*. New Haven and London: Yale University Press, 1997.

⁸⁹ O historiador Steven Hahn fala do papel da comunidade afro-americana de pautar uma agenda política própria durante a Guerra Civil, trazendo questões como liberdade, mas, também, cidadania, conseguindo, assim, para o autor, colocar-se no centro do movimento abolicionista,

3 OS USOS DA CIÊNCIA EM TEMPOS DE GUERRA E DE LIBERDADE: A CONSTRUÇÃO DO IMAGINÁRIO SOBRE O BRASIL NO PÓS- GUERRA CIVIL

Diante da agitação abolicionista surgida na primeira metade do século XIX, já não era suficiente que os sulistas afirmassem que a escravidão criava uma sociedade hierárquica superior e que o cativeiro era um “mal necessário”. Até então, os argumentos bíblicos eram empregados para que os teóricos do escravismo explicassem a estrutura da sociedade sulista. O principal argumento era que negros eram descendentes de Cam, o filho amaldiçoado de Noé, que havia condenado a ele e a seus descendentes a serem servos dos outros filhos, que seriam brancos. Posteriormente, a ciência ganhou espaço nas narrativas em favor da escravidão provocando o surgimento de argumentos produzidos por teóricos sulistas que se dedicaram a provar que a escravidão era a melhor condição para a população negra e elemento fundamental para o progresso da sociedade norte-americana.

Um destes teóricos foi o médico sulista Samuel Cartwright. Sua experiência em tratar doenças “de escravos” lhe conferia autoridade de quem conhecia as “peculiaridades” físicas e mentais das raças africanas. Assim, Cartwright tornou-se conhecido por, em 1851, “inventar” a *drapetomania*, uma doença que atingia especificamente as pessoas escravizadas e lhes induzia a fugir do cativeiro. Outra doença mental também inventada por Cartwright foi a *dysaesthesia*, doença que gerava “preguiça” entre a população negra, sobretudo entre aqueles que eram livres.

Ainda dentre os sulistas que se tornaram pensadores da escravidão, outra importante referência foi o advogado George Fitzhugh. Nascido no estado da Virgínia, ele defendia que os negros tinham mentes e corpos frágeis e que somente a escravidão os fazia produtivos, o que fazia do sul uma sociedade socialista. Para ele, a liberdade da região norte favorecia o capitalismo daquela região que “explorava e oprimia” os negros libertos. Além dos vários artigos publicados em periódicos escravistas em todo o sul, as teses de Fitzhugh foram amplamente divulgadas nas suas obras, *Sociology for the South or, the failure of free society* (1854), e *Cannibals all!, or slaves without másters* (1857). Nesta última obra, de grande repercussão, Fitzhugh fazia uma dura crítica ao abolicionismo e ao trabalho livre do

garantindo seu protagonismo neste período. HAHN, Steven. *The political words of slavery and freedom*. United States of America: Harvard University Press, 2009.

Norte que ele, mais uma vez, condenava como uma cruel forma de explorar o trabalho da população negra.⁹⁰

As ideias dos teóricos sulistas da escravidão passaram a ser enfraquecidas pelo discurso abolicionista cristão, liderado por *quakers* e metodistas, que, já no século XVIII, também apropriaram argumentos bíblicos para advogar pela liberdade. Assim, como reação, as justificativas para o cativo, que eram sustentadas na diferença racial, foram ganhando mais espaço entre estes teóricos sulistas depois dos anos 1820, sobretudo, como vimos, nas teses de Cartwright e Fitzhugh, na forma de justificativas que enfatizavam o caráter infantil das raças negras, além da sua incapacidade de autogoverno e a importância de relações paternalistas na economia da administração dos escravos. Com isto, o senhor devia “punir”, ao mesmo tempo em que “cuidava”, o que traduzia uma estratégia de controle que exigia a medida certa de disciplina e obediência. Assim, estas teses escravistas produzidas no Sul fizeram o escravismo norte-americano lançar uma produção intelectual única de defesa da escravidão, o que não existiu de forma tão sistemática em outras sociedades escravistas.⁹¹

Sabemos que, já no final da década de 1850, a Escola Americana tinha provido as populações do norte e do sul dos Estados Unidos com teses científicas que se adequavam aos interesses diversos das elites de ambas as regiões. Aqueles que defendiam a escravidão agora usavam o argumento de que o cativo era legítimo porque o negro era um ser inferior, quicá humano. No Norte, onde se concentrava a maior parte das organizações abolicionistas, defendia-se que o negro, embora merecesse a liberdade, tinha uma condição natural inferior que os incapacitava para a vida em liberdade. Fossem poligenistas ou monogenistas, cientistas, políticos, senhores de escravos ou leigos, todos tinham uma opinião sobre o assunto e já traçavam projeções sobre uma sociedade norte-americana sem as barreiras raciais impostas pelo escravismo.⁹²

Neste período, onde era intenso o jogo de forças entre escravistas e abolicionistas, negros e brancos, o exemplo de outras sociedades pós-escravistas foi uma prática comum para os que buscavam traçar uma perspectiva dos resultados da abolição nos Estados Unidos. Estes exemplos que vinham de terras estrangeiras foram apropriados em um processo que visava construir uma noção sobre o outro, no caso, as nações latino-americanas; e também criar uma

⁹⁰ FINKELMAN, Paul. The significance and persistence of pro-slavery thought. In: MINTZ, Steven; STAUFFER, John. (Ed.). *The problem of evil: slavery, freedom and the ambiguities of American Reform*. Massachusetts: University of Massachusetts Press, 2007, p. 95-114.

⁹¹ MARQUESE, Rafael Bivar. *Feitores do corpo, missionários da mente: senhores, letrados e o controle de escravos nas Américas, 1660-1860*. São Paulo: Cia. das Letras, 2004. p. 337-376.

⁹² A respeito da Escola Americana e sobre como escravistas e abolicionistas apropriaram e responderam a suas teses, ver Capítulo 1.

ideia de nação americana que sempre se contrapunha ao outro em um lugar de superioridade. Utilizando critérios fundamentais como marcadores de diferença de uma nação e outra, a pureza e a mistura racial (impureza) se destacavam como quesitos básicos para situar e definir o lugar de civilização dos países do Norte e do Sul americano.⁹³

Este capítulo vai tratar sobre como, depois da Guerra Civil, o temor de que a “nação americana” se tornasse uma “república mulata” fez com que o modelo do Brasil fosse apropriado por setores conservadores brancos do Norte e do Sul do país. Com isto, eles desejavam prover a sociedade norte-americana com um exemplo de nação que evitavam se tornar, se os afro-americanos libertos se tornassem cidadãos. Na construção deste discurso, em que uma nação era definida como um contraste da outra, o tema da mistura racial teve fundamental importância, fazendo com que a sociedade brasileira fosse sendo retratada como mestiça e degenerada, em contraponto à norte-americana, que era descrita como superior e racialmente pura. Portanto, o que estava em questão era a defesa das diferenças raciais que norteariam políticas públicas. Elas garantiriam a manutenção do projeto original de nação norte-americana que, segundo as elites racistas, escravistas ou abolicionistas, não deveria mudar no pós-abolição.⁹⁴

À medida que a Guerra Civil se anunciava como um conflito inevitável, alguns argumentos pró-escravistas de última hora acusavam os abolicionistas de serem hipócritas, uma vez que eles dirigiam suas críticas à escravidão nos Estados Unidos, mas se omitiam em relação ao cativeiro em Cuba e no Brasil. Sobre este assunto, os escravistas afirmavam que “certamente a condição dos escravos destes países era muito mais miserável e carecia mais da atenção dos filantropos (abolicionistas) do que nos estados do sul”. Escravistas norte-americanos ainda argumentavam que, em relação a outros países, os seus escravos “recebiam um tratamento mais humano” e viviam sob “condições mais confortáveis”. Em um jogo de argumentos que insistia nos aspectos benéficos da escravidão para as populações negras,

⁹³ RETAMAR, Roberto Fernández. Caliban: notes toward a discussion of culture in our America. In: _____. *Caliban and other essays*. Tradução Edward Baker, Minneapolis: University of Minnesota Press, 1989, p. 3-45. O artigo traz uma crítica ao colonialismo promovendo um debate sobre as peculiaridades das nações caribenhas e latino-americanas em relação aos Estados Unidos. Tomando como metáfora a obra de William Shakespeare, *A Tempestade*, a América do Norte é representada como o colonizador Próspero e as nações centrais e sul-americanas na figura de Caliban, o morador original da terra ocupada por Próspero, que o escraviza e lhe impõe sua língua. A releitura de Retamar da obra de Shakespeare é uma alusão ao imperialismo norte-americano e o tema da mistura racial aparece tanto como ponto central de diferença entre as nações do Norte e Sul, sendo também utilizada pelos norte-americanos como indicativo de inferioridade de latinos e caribenhos.

⁹⁴ Slavery: its constitutional status and its Influence on society and the colored race. *DeBows Review: Agricultural, Comercial, Industrial Progress and Resources*, New Orleans, maio 1856, p. 581.

senhores de escravos nos Estados Unidos ainda acreditavam que no sul vigorava um cativeiro mais “brando” do que aquele existente nos países latino-americanos.⁹⁵

A ciência era trazida para este debate com o intuito de fortalecer os argumentos pró-escravistas e, também, para formar uma opinião pública que, cada vez mais, acreditava que os africanos e seus descendentes faziam parte de uma raça inferior e que, por isto, não deveriam ser livres. Em 1860, Sidney George Fisher, um senhor de escravos do estado de Maryland, publicou uma obra dedicada a este assunto, *The laws of race, as connected with slavery*. Fisher tinha formação de advogado e não de cientista, mas, seguindo os mesmos caminhos de outros teóricos escravistas que vimos anteriormente, utilizou as teses de Morton, Gliddon, Josiah Nott e Gobineau para construir um argumento cientificamente orientado para a defesa da escravidão nas vésperas da Guerra Civil. Em suas várias palestras e publicações, Fisher afirmava que a escravidão, embora fosse ruim, era um fator norteador dos Estados Unidos. Além disto, para ele, o cativeiro tinha uma dinâmica própria que envolvia e organizava negros e brancos do país, seres que ocupavam lugares distintos na sociedade devido às suas qualidades físicas e morais. O autor, ainda, sucintamente afirmava que “para entender a escravidão é preciso entender a natureza do homem branco e do negro”. Esta era uma forma de vincular suas crenças com argumentos já apontados pela ciência racista da época que explicava as diferenças consideradas naturais em termos de hierarquização das populações.⁹⁶

Ao ter o cuidado de afirmar que todas as diferenças impostas pela natureza eram resultado dos desígnios divinos, a equação de Fisher era uma versão simplificada das teorias poligenistas. Para ele, a ciência havia provido a sociedade com informações importantes e que ajudavam a compreender a origem da espécie humana. Sobre humanidade, a ciência “provava” que os homens eram divididos em espécies e que as espécies tinham capacidades morais e intelectuais distintas, que as raças não poderiam se amalgamar e que a criação de uma terceira raça era algo impossível. Em seguida, após traduzir para o leitor escravista as teses básicas da Escola Americana de Etnologia, Fisher afirmava que, no *ranking* da humanidade, a raça branca era superior e a raça negra era inferior, pois não era capaz de produzir, criar, compreender ou fundar civilizações, já que era uma raça bárbara por natureza.

⁹⁵ RUFFIN, Edmund. Consequences of abolition agitation. *DeBows Review: Agricultural, Comercial, Industrial progress and resources*, New Orleans, dez. 1857, p. 596.

⁹⁶ FISHER, Sidney George. *The laws of race, as connected with slavery*. Philadelphia: Willis P. Hazard, 724, Chestnut Street, 1860, p. 7-8.

Assim, como princípio fundamental de uma sociedade multirracial, ele acreditava que “onde quer que as duas raças vivessem juntas, os brancos deveriam governar os negros”.⁹⁷

Para Fisher, assim como para muitos escravistas, a diferença racial deveria servir de base para os princípios políticos do país, sobretudo no que diz respeito à cidadania. Neste sentido, o determinismo biológico desempenhou um papel fundamental na política e nos debates sobre liberdade na sociedade norte-americana do século XIX. Segundo Stephen Jay Gould, o determinismo biológico se tornou uma arma social contra os “outros” das sociedades, que passam a ter seu status legal e social definidos por políticas que se sustentam nas diferenças. Gould ainda afirmou a necessidade de se dar importância e historicidade às teses científicas para questioná-las e entender o contexto, usos e interesses que orientavam sua produção. Ele afirma que a ciência também é objeto de investigação histórica, sobretudo quando, na contemporaneidade, discursos sobre “qualidades inatas” e determinismo biológico ainda continuam muito em voga ocupando lugar de grande influência da opinião pública. Além disto, sobre o risco de parecer incontestável e neutra, a análise histórica pode revelar suas fragilidades e usos sociais, a exemplo da Escola Americana de Etnologia, do monogenismo e seus compromissos com interesses escravistas.⁹⁸

Em sociedades multirraciais, o determinismo biológico foi uma estratégia poderosa de estigmatização dos afro-americanos, sobretudo quando estas teses científicas eram popularizadas em obras como as de Fisher. Para ele, cada raça ocupava o lugar social adequado à sua natureza e, em resposta à campanha abolicionista que mobilizava o discurso de Thomas Jefferson quando afirmou que “todos os homens são criados iguais”, Fisher contra-argumentava da seguinte forma: “A Constituição não foi feita para *eles*, *eles* não são parte do nosso povo, *eles* não são nem mesmo homens, *eles* são propriedade”.⁹⁹ Para os negros, considerados indolentes, preguiçosos e inaptos à vida em liberdade devido aos seus limites naturais, o sistema de compulsão era o que melhor se adequava às suas condições de vida, uma vez que, acreditava-se que sem a escravidão os negros não trabalhariam. Daí partia um outro argumento, o de que a escravidão era benéfica para o próprio negro porque explorava suas capacidades positivas, orientava, assegurava obediência e temperança, além de ser uma fonte de riqueza física e mental para os cativos. No plano religioso, somente através da escravidão os negros poderiam ser convertidos ao Cristianismo e gozar das suas benesses.

⁹⁷ FISHER, *The laws of race...*, cit., p. 9-11.

⁹⁸ GOULD, *The mismeasure of man...*, cit., p. 26-28.

⁹⁹ FISHER, *The laws of race...*, cit., p. 13.

Esse discurso, que transitava entre a desumanização e a infantilização, fazia parte de uma tendência mobilizada no sul escravista e que adentrou os últimos anos do cativeiro nos Estados Unidos. Como já discutido, o suposto caráter manso e infantil do negro reforçava a defesa da escravidão pela necessidade de tutela daqueles que careciam de direcionamento. Durante a Guerra Civil e depois da abolição, a mesma ideia também sustentaria os argumentos anticidadania, no Norte e no Sul dos Estados Unidos, defendidos por aqueles que advogavam por uma versão racializada da democracia norte-americana, que deveria ser privilégio dos caucasianos. Aos negros, dado o seu caráter infantil, dócil e servil, cabiam políticas que garantiriam o trabalho compulsório e a desigualdade civil, que os delegaria a uma categoria sub-cidadã, a que seriam dirigidas políticas de tutela.¹⁰⁰ Fisher acreditava que a escravidão era uma benção, uma salvação, e que o seu problema estava no tráfico, este, sim, cruel. Segundo ele, a crueldade era causada pela lei: se o tráfico fosse liberado, isto tornaria os navios negreiros confortáveis proporcionando um trajeto mais aprazível aos africanos. Alertando para os riscos de uma guerra, como, de fato, ocorreu no ano seguinte, Fisher afirmava que o conflito de interesses entre o Sul e o Norte acabaria dividindo as duas regiões por causa de uma disputa de poder que poderia ser evitada caso estas leis da natureza fossem obedecidas.¹⁰¹

Diante disso, a possibilidade da liberdade e igualdade de direitos, que era defendida pelos abolicionistas mais radicais, parecia ser algo absurdo para os defensores da escravidão ou grupos antiabolicionistas. Assim, a propaganda escravista não se restringia aos exemplos de negros libertos que viviam no Norte dos Estados Unidos, mas buscavam exemplos no Atlântico para provar o fracasso da liberdade. Firmes na crença de que, na ausência de compulsão ao trabalho os negros emancipados não trabalhariam, os senhores escravistas norte-americanos apropriaram o exemplo das colônias britânicas no Caribe, onde o cativeiro foi abolido em 1834. Seguindo os propósitos da campanha escravista, o argumento se baseava na construção de um cenário de revanchismo racial, *plantations* abandonadas, preguiça, desolação e inversão das ordens de decoro racial. A imprensa escravista teve um papel fundamental na divulgação deste panorama sobre sociedades pós-escravistas.¹⁰²

O principal jornal da imprensa escravista do sul, o já mencionado *DeBows Review*, publicou vários artigos que descreviam as cenas assustadoras do Caribe e que serviam de modelo do que seria o futuro dos Estados Unidos caso os planos dos abolicionistas

¹⁰⁰ FREDRICKSON, *The black image in the white mind...*, cit., p. 101-105; 169-170.

¹⁰¹ FISHER, *The laws of race...*, cit., p. 43-45.

¹⁰² RUQEMER, Edward Bartlett. *The problem of emancipation: the Caribbean roots of the American Civil War*. Baton Rouge: Louisiana State University Press, 2008, p. 157-168.

obtivessem sucesso. Em 1858, o artigo *“Equality of the races, Haitian and British experiments: the dogma of the natural mental equality of the black and white races considered”* expunha o cenário dos negros livres que viviam no próprio Sul: “os negros livres em todos os estados dessa confederação são reconhecidos pela sua ignorância, indolência, desleixo, pobreza... e inúmeras violações das leis criminais”. Em seguida, o autor partia para uma análise do Haiti, frequentemente citado por abolicionistas negros como símbolo da liberdade e autonomia dos negros no Atlântico.

Já na imprensa escravista, o Haiti era descrito como o maior exemplo da inabilidade dos negros para a vida em liberdade e da sua incapacidade de governar uma nação. O artigo afirmava que, após sete anos de independência de Santo Domingo (Haiti), tempo necessário para que um homem branco adquirisse habilidades acima das medianas, nem um único homem havia evoluído. Adotando, desta vez, uma visão positiva da mistura racial e reivindicando as habilidades notáveis dos ancestrais brancos, alegava que a revolta do Haiti não fora promovida pelos escravos e sim por mulatos livres, ou seja, indivíduos parcialmente negros. Para o autor, mais do que a abolição, o erro do Haiti fora a adoção do princípio da igualdade, que equiparou o status legal de negros, mulatos e brancos da ilha.¹⁰³

O mesmo artigo mencionava a experiência da colônia da Libéria, fundada em 1820 para abrigar afro-americanos livres. Também eram citadas as colônias inglesas no Caribe onde um programa de emancipação gradual aboliu a escravidão em 1834. Mais uma vez, a mistura racial foi utilizada para justificar o fato de que “os dirigentes (da Libéria) são mulatos”, ou seja, meio negros, mas também meio brancos, o que justificaria alguma capacidade de liderança. Mesmo assim, afirmava que o resultado da Colônia poderia ser descrito como um “completo fracasso”. As colônias britânicas eram citadas para confirmar a crença de que sem a escravidão os negros seriam ociosos. A sua indisposição natural para o trabalho, já mencionada pelas descobertas científicas da época, poderia ser comprovada nas colônias caribenhas, após a abolição, que provocara a ruína das suas economias.¹⁰⁴

As descrições dos “horrores de Santo Domingo” ou do “cenário desolador” das colônias britânicas dialogavam diretamente com o momento dos Estados Unidos antes e durante a Guerra Civil, sobretudo para os escravistas do Sul do país. A interpretação negativa da liberdade no Atlântico era parte da propaganda de manutenção e expansão do cativeiro em um momento em que os estados sulistas estavam “cercados” pela liberdade. Do Norte do país

¹⁰³ Equality of the races, Haitian and British experiments: the dogma of the natural mental equality of the black and white races considered. *DeBows Review*... jul. 1858, p. 27. Autor não identificado.

¹⁰⁴ Id., *ibid.*

vinha a pressão abolicionista, além do avanço da influência do abolicionismo inglês. Do Caribe, região muito próxima do sul dos Estados Unidos, vinham as emancipações, deixando somente Cuba e Brasil como os últimos países escravistas das Américas. Cabia, então, convencer a sociedade norte-americana de que o abolicionismo era obra de fanáticos e de que a abolição significaria a ruína econômica do Sul, tal como vinha acontecendo na Jamaica, Barbados e Antígua, além do Haiti. Segundo o historiador Edward Ruqemer, fatores externos tiveram grande influência nos debates sobre escravidão na sociedade norte-americana, pois eles ultrapassavam as barreiras nacionais, em um universo Atlântico cada vez mais interligado, inclusive no que diz respeito aos interesses escravistas. Para Ruqemer, a abolição nas colônias britânicas teve forte influência no fortalecimento do *Slave Power* e, portanto, na Guerra Civil, uma vez que os escravistas se sentiram ameaçados pelo avanço do processo de abolição no Caribe.¹⁰⁵

Motivadas por um pensamento conspiratório que fantasiava uma união de negros afro-americanos e caribenhos que seriam apoiados por ingleses, as forças escravistas norte-americanas também temiam os “horrores” do pós-abolição, marcados por uma sociedade onde os brancos seriam vítimas da violência, barbarismo e revanchismo de homens e mulheres que eram movidos por instintos animais e que não saberiam estruturar ou liderar uma nação. Outro fato que despertava a atenção era o exemplo das sociedades onde a escravidão havia sido abolida, de onde sempre chegavam notícias de quebra de deferência racial e de inversão da ordem: os brancos estariam sujeitos àqueles que até pouco tempo eram seus escravos.

Em 1859, novamente o periódico *DeBows Review*, publicou um artigo em que, desta vez, era dada ênfase à vida dos negros livres do Haiti. Segundo o artigo *Free Negroes in Haiti*, o clima do país provia os negros recém-libertos com um ambiente mais favorável para a sua elevação, ou seja, eles possuiriam, então, todos os elementos para alcançá-la, contudo, a sua prosperidade fora interrompida depois que “um imperador negro” assumira o poder na Ilha. Números questionáveis eram utilizados para comprovar estes fatos: afirmava-se, por exemplo, que, antes da Independência, o Haiti exportava quarenta vezes mais algodão que os Estados Unidos, mas, em 1841, este país exportava “quinhentas vezes” mais que a colônia recém-independente. O autor afirmava, então, que “se o sucesso econômico dos Estados Unidos era fruto da escravidão, a decadência do Haiti era fruto da liberdade”. Também

¹⁰⁵ RUQEMER, *The problem of emancipation...*, cit., p. 189-221. Na obra, o autor acredita que os abolicionistas norte-americanos também buscavam exemplos para além das fronteiras nacionais para fortalecer o argumento em favor da liberdade, como é o caso da abolição no Caribe, também amplamente noticiada na imprensa abolicionista, o que evidencia o alcance transnacional deste movimento. Ver Introdução, p. 1-14.

afirmava que os investimentos na educação eram inúteis e os números de iletrados era o mesmo de antes da abolição, que a fé católica contribuía para o cenário de ruína e ignorância, os casamentos eram raros e as crianças eram vítimas dos desmandos das suas mães. Com isto, o artigo induzia à conclusão de que, a despeito do acesso à educação e do clima favorável, os negros quando escravizados eram mais industriais que quando livres.¹⁰⁶

Sob o olhar dos escravistas, o Caribe continuou, por muito tempo, a ser um laboratório negativo dos efeitos da abolição, enquanto os abolicionistas exploravam os efeitos positivos reivindicando o mesmo para os Estados Unidos. Novamente no jornal *DeBows Review*, em 1860, foi publicado o artigo *The free negro rule: free negroes in Trinidad, British Guiana, The French Colonies, The Danish Colonies, The Mauritius, Peru, Cuba, México, Nova-Scotia, Canadá, Panamá, London, Sierra Leone and Libéria*, que começava dando a impressão de que os autores, embora defendessem a manutenção da escravidão, buscavam, verdadeiramente, encontrar nações onde a abolição tinha obtido sucesso: “Nós estamos procurando uma comunidade onde os negros livres vivam de forma moral, feliz, e onde sejam voluntariamente industriais... nós supomos que tal comunidade não existe na face da terra.” O cenário de Trinidad poderia ser estendido para todas as colônias. Afirmava-se que os negros viviam uma vida indolente, não queriam trabalhar nas *plantations*, fumavam e dormiam mais que trabalhavam porque a liberdade os havia feito retroceder ao estado anterior (e original) de selvageria. A educação havia sido um empreendimento inútil e, mantendo uma leitura paternalista das relações entre senhores e escravos, os observadores sulistas afirmavam que aqueles negros letrados “certamente” aprenderam a ler e escrever com as famílias dos senhores de escravos e não nas escolas.¹⁰⁷

Segundo o artigo, a mistura de idiomas e de raças, que fora agravada pela chegada de trabalhadores chineses, só fez tornar os negros ainda mais degenerados em Trinidad. O mesmo havia ocorrido na Guiana Inglesa, onde testemunhara o mau uso e desperdício das terras concedidas aos libertos. No Peru, segundo ele, os libertos eram uma praga na sociedade, uma vez que eram eles que cometiam a maioria dos crimes. Por fim, afirmando a necessidade de tutela, concluía que os libertos de Cuba, México e Canadá viviam em condições muito mais degradantes que os negros escravizados do sul norte-americano.¹⁰⁸

¹⁰⁶ Free negroes in Haiti. *DeBows Review*... nov. 1859, p. 526. Autor não identificado.

¹⁰⁷ The free negro rule: free negroes in Trinidad, British Guiana, the French Colonies, the Danish Colonies, the Mauritius, Peru, Cuba, México, Nova-Scotia, Canadá, Panamá, London, Sierra Leone and Libéria. *DeBows Review*... abr. 1860, p. 440. Autor não identificado.

¹⁰⁸ Id., *ibid.*

Mais tarde, já durante a Guerra Civil, o jornal *The New York Herald* apresentaria uma proposta mais moderada para o problema da abolição. Sob o título de “O que fazer com os negros e o que fazer com os abolicionistas”, o autor reconhecia que a manutenção da mão de obra negra no Sul era importante e caso, após a abolição, eles fossem expatriados, isto poderia significar a ruína econômica da região. Defendendo uma abolição gradual, que ficaria sob a iniciativa de cada estado e não por imposição de uma lei federal, o autor propunha que os libertos vivessem em colônias separadas e esta segregação era justificada pelo seguinte fato:

Sob uma monarquia os negros vivem em liberdade lado a lado com o homem branco, mas não numa República, onde os homens têm voz para fazer as leis. Repúblicas são fundadas sob as bases da inteligência. O homem negro não tem inteligência suficiente para o autogoverno e para as instituições democráticas.¹⁰⁹

Acreditava-se que, pelo fato de serem despreparados para a vida em liberdade, os negros estariam livres do cativeiro, mas não da tutela dos seus ex-senhores, de acordo com o emprego da lógica das teses científicas de inaptidão, infantilidade e inferioridade. Para o autor, a igualdade política traria o efeito negativo já experimentado na América Central e do Sul: a amalgamação, que causaria o extermínio dos negros, tão necessários no mercado de trabalho pós-abolição.

3.1 RAÇA, CIÊNCIA E AUTOAFIRMAÇÃO DA COMUNIDADE NEGRA DURANTE A GUERRA CIVIL

Como vimos anteriormente, durante e depois da Guerra Civil, a crença na inferioridade dos negros já era uma ideia bastante propagada na sociedade americana. Tanto no Norte quanto no Sul, entre escravistas e muitos abolicionistas brancos, todos concordavam que negros e brancos não eram iguais. Com a Guerra Civil, estes argumentos intensificaram a hostilidade contra a população afro-americana e também se assistiu ao fortalecimento de uma onda conservadora que usava de violência para atacar os abolicionistas à medida que a abolição se tornava algo iminente.¹¹⁰ No ano de 1861, portanto, no início da guerra, o jornal *DeBows Review* mais uma vez demonstrou sua influência na campanha escravista do sul ao

¹⁰⁹ What is to be done with the negroes and what with the abolitionists? *The New York Herald*, ago. 1862. Autor não-identificado.

¹¹⁰ McPHERSON, *The struggle for equality...*, cit., p. 134-135.

publicar um artigo acusando os abolicionistas de distorcerem o sentido da palavra “homens” na Declaração de Independência. Segundo os escravistas do jornal, ao promoverem uma interpretação literal da Declaração, os abolicionistas estavam equivocados ao insistir que “negros” estavam incluídos na frase “*all men are created equal*”. O autor argumentava que a omissão da palavra “white” entre “*all men*” não era uma brecha para que se entendesse que eles estavam incluídos na frase porque os negros não eram homens. Além disto, a palavra *men* era utilizada no sentido hebreu, em que “*men*” significava “white man”.¹¹¹

Até mesmo a imprensa abolicionista reproduzia crenças baseadas no determinismo biológico que colocava os africanos em um lugar de tutela e inferioridade. Ainda que para defender a sua capacidade de elevação, de avanço social e a possibilidade de sucesso na vida pós-cativeiro, isto era feito enfatizando as capacidades imitativas, dóceis e leais da população afro-americana, que poderia avançar intelectual e socialmente sob a influência de povos civilizados. Ainda segundo o artigo, estas “influências favoráveis” superariam suas características tipicamente tropicais (ambientalismo), fazendo-os ter o sucesso que não seria alcançado pelos indígenas, por exemplo. Para tanto, era preciso que o africano se mantivesse puro, ou seja, não se misturasse com os brancos.¹¹²

A participação de homens negros como soldados no Exército da União trouxe mais evidências que questionariam a crença na inferioridade da chamada raça etíope, além de outras características consideradas femininas, como obediência, lealdade e passividade.¹¹³ O alistamento dos afro-americanos nas tropas da União representou um momento chave durante a Guerra Civil, depois que isto passou a ser permitido, em 1862. Esta não foi uma medida muito popular e logo se tornou alvo de desconfiança daqueles muitos que se preocupavam com o fato de negros pegarem em armas lutando lado a lado com soldados brancos. Para muitos deles, esta seria a primeira vez que compartilhariam o espaço com homens negros armados, embora as barreiras raciais vigentes no Norte continuassem vigindo mesmo quando defendiam o mesmo lado: os batalhões eram segregados, o soldo dos afro-americanos era menor que o dos soldados brancos e estes, mesmo os que se consideravam abolicionistas,

¹¹¹ The divine legation of Thomas Jefferson: are all men created free? are all men created white? *DeBows Review*... May/Jun. 1861, p. 521. Autor não identificado.

¹¹² O artigo “The African character”, onde estas ideias foram publicadas, foi reproduzido no jornal *The Christian Recorder*, órgão da imprensa negra abolicionista, em 30 de agosto de 1862. Foi originalmente publicado no jornal *Presbyterian Quarterly Review* e pode ser aceito como um exemplo desta tendência que, embora defendesse a abolição, compartilhava com os escravistas as crenças na inferioridade dos africanos e seus descendentes.

¹¹³ Sobre as impressões de abolicionistas brancos do Norte de que a raça negra tinha características “femininas”, uma leitura romantizada e de tutela sobre o comportamento dos afro-americanos ver: MACHADO, *Brasil a vapor...*, cit., p. 41

tinham sentimentos ambíguos a respeito da nova experiência. Por outro lado, este era o momento de os negros libertos do Norte darem provas da sua humanidade/masculinidade e demonstrarem seu patriotismo e compromisso com a nação americana. No caso dos escravizados, esta era a possibilidade de adquirirem a sua própria liberdade e de suas famílias.¹¹⁴

Como já demonstramos, antes do alistamento militar, entre as décadas de 1840 e 1850, os abolicionistas negros afirmavam sua humanidade fazendo uso de argumentos bíblicos. As capacidades intelectuais eram certificadas por releituras das teses científicas que negavam as teses poligenistas e também pela divulgação de pesquisas que rejeitavam a existência de diferenças entre africanos e caucasianos, como a do alemão Fredrick Tiedemann. Estas estratégias visavam construir uma autoimagem positiva que buscava influenciar grupos escravistas do Sul e antiabolicionistas e abolicionistas brancos do Norte, além de inspirar a comunidade afro-americana.¹¹⁵

A possibilidade de participarem da Guerra Civil na condição de soldados era mais uma oportunidade em que os afro-americanos poderiam provar seu potencial para a sociedade americana. Na condição de combatentes, eles poderiam demonstrar que possuíam sentimentos humanos, como coragem, e no caso dos homens, masculinidade. Os abolicionistas negros foram grandes incentivadores para que os libertos que viviam no Norte dos Estados Unidos se alistassem. Segundo James McPherson, a despeito de todos os limites e imperfeições que envolveram o alistamento dos afro-americanos no Exército da União, como vacilações e injustiças, esta ainda foi uma das características mais radicais da Guerra. Os abolicionistas da época, durante a campanha e o alistamento, tentavam convencer os libertos a se alistarem alegando que se omitir da Guerra Civil seria uma prova de covardia e incompetência.¹¹⁶

¹¹⁴ McPHERSON, *The struggle for equality...*, cit., p. 192-220; BERLIN, Ira; FIELDS, Barbara et al. *Free at last: a documentary history of slavery, freedom, and the Civil War*. New Jersey: The Blue & Grey Press, 1997, p. 435-436. Sobre as relações entre soldados negros e brancos nos batalhões da União, sobretudo sobre as ambiguidades que combinavam as tendências abolicionistas de alguns deles com as desigualdades raciais mantidas neste convívio, ver: MACHADO, *Brasil a vapor...*, cit., p. 39-40.

¹¹⁵ BAY, *The white image in the black mind...*, cit., p. 38-74. A autora oferece um excelente apanhado da produção intelectual dos abolicionistas negros para questionar as teses científicas dos anos 1840 e 1850 que seguiam tendências poligenistas ou monogenistas. Estes abolicionistas, segundo Bay, foram responsáveis pela produção de uma “etnologia negra”, que fazia sua própria leitura das diferenças raciais, da origem de negros e brancos e das capacidades intelectuais dos libertos, além de ora rejeitar ora significar mitos impostos pela ciência da época, como aquele que atribuía características femininas à “raça africana”. Sobre os usos das teses do cientista alemão Fredrick Tiedemann pelos abolicionistas negros, ver o capítulo anterior.

¹¹⁶ Ver: McPHERSON, *The struggle for equality...*, cit., p. 204-211; 219-220.

Até então, eles só tinham o registro de experiências semelhantes, de participação militar de libertos, em outras partes da Diáspora, que tinham sido mencionadas na campanha abolicionista, como é o caso do Haiti e, até mesmo, do Brasil.¹¹⁷ Em fevereiro de 1862, meses antes do alistamento dos afro-americanos, o abolicionista Frederick Douglass utilizou da sua influência entre a comunidade negra liberta do norte e proferiu um discurso em que afirmava que a comunidade negra estava em um fogo cruzado: estavam entre os sulistas escravistas e os nortistas antiescravistas, mas que, em comum, tinham o fato de serem contrários à concessão de cidadania aos libertos e, até mesmo, contra a sua permanência nos Estados Unidos.¹¹⁸

Foi assim que, diante de uma plateia de negros e brancos cercados por policiais que antecipavam a possibilidade de um quebra-quebra, como era comum nos eventos abolicionistas que ocorriam na região Norte, Frederick Douglass reafirmou que a causa da Guerra Civil era a escravidão, enfatizou que a maior preocupação da sociedade norte-americana era, na verdade, o destino dos escravos depois de emancipados, segundo ele, quatro milhões de pessoas, e ironizou afirmando que a sociedade norte-americana deveria estar mais preocupada com o que fazer com 350 mil senhores de escravos. Douglass usava a oportunidade para defender que “depois de os escravos serem emancipados, eles deveriam ser deixados em paz, nada deveria ser feito em relação a eles”. Sobre dúvidas a respeito da capacidade intelectual ou da cidadania dos libertos, ele respondia que “deixassem eles (os libertos) tomarem conta de si mesmos, assim como todas as pessoas fazem”. Em um discurso em que o tema central era autonomia, o abolicionista afirmou que os escravos podiam cuidar dos seus senhores e senhoras e, da mesma forma, iriam saber tomar conta de si mesmos depois de libertos.¹¹⁹

O discurso de Douglass era também sobre patriotismo, humanidade e cidadania. Recusando a condição *outsider* dentro da nação em que havia nascido, ele se definia como um “cidadão americano” e que “nada o faria deixar de ser um cidadão de cor, orgulhoso do seu país”. Seguido de aplausos e palavras de apoio, Douglass enfatizava a bravura e o patriotismo de outros afro-americanos envolvidos em conflitos militares nos Estados Unidos desde a

¹¹⁷ Ainda neste capítulo, vimos como o Haiti e, sobretudo, Toussaint Louverture foram citados pelos abolicionistas negros como exemplo de bravura, coragem e masculinidade que podiam ser vistas em episódios que negros participaram de exércitos. O exemplo militar de “negros e mulatos” brasileiros como “mais distintos oficiais do exército” também foi amplamente citado, o que vimos no capítulo anterior. A citação sobre a participação de afro-brasileiros nas Forças Armadas está no jornal *The Colored American*, 5 set. 1840.

¹¹⁸ Frederick Douglass on the War. *The New York Times*, fev. 1862, p. 8.

¹¹⁹ Id., *ibid.*

independência, reiterando a lealdade destes homens ao exército nacional. Quanto às propostas de expatriação dos libertos, o abolicionista defendia que os afro-americanos deveriam simplesmente permanecer no país e que a “América protestante deveria fazer pelos negros o que o Brasil católico havia feito”. Neste momento, Douglass mencionou o Brasil pela sua ausência de um plano de expatriação dos libertos, no entanto, não mencionou o fato de que no país latino-americano a escravidão ainda existia.¹²⁰

Os anos da Guerra (1861-1865) e o aproximar-se da abolição eram cada vez mais aterrorizantes para os escravistas do Sul. Isto causou duras críticas ao presidente Lincoln, sobretudo após o alistamento dos libertos e a proclamação da abolição nos estados do Sul, em 1863. No mês de janeiro deste ano, quando a escravidão foi abolida por decreto presidencial, um artigo exprimiu a revolta que isto gerou entre os sulistas. Eles reclamavam que, pela primeira vez, um presidente havia dado demasiada atenção ao tema da abolição em um discurso anual. Para eles, as tendências abolicionistas do Presidente eram reveladas na demasiada atenção que ele havia dedicado aos negros durante a Guerra, colocando o lugar dos soldados brancos, que deveria ser central, em uma condição secundária. Os escravistas também se questionavam “como o fato de acabar com a escravidão iria salvar o país?”, já que, para eles, a abolição ameaçava a ideia de *white supremacy* que norteava o sistema político e atrelava cidadania a raça e masculinidade. Neste clima de alarde, era produzido o cenário da sociedade norte-americana pós-escravidão em que os brancos perderiam o poder e os Estados Unidos deixariam de ser um “país de homens brancos”, então, condenado à destruição, assim como, segundo eles, havia acontecido no Haiti e na Jamaica.¹²¹

Nesse mesmo período, sobretudo depois da abolição nos estados do Sul, o movimento abolicionista ganhou novo fôlego e seus militantes insistiam ainda mais no direito da cidadania, na capacidade de autogoverno e na autoafirmação das habilidades intelectuais das pessoas negras. A questão, agora, era, sobretudo, por direitos iguais, pois, como havia dito Frederick Douglass desde o discurso de 1862: “*Peace without freedom would be a hollow Peace*”.¹²² Em junho de 1863, portanto, depois de decretada a abolição, Douglass continuava a insistir na pauta da liberdade com igualdade de direitos, algo que parecia incerto após a abolição e que encontrava séria rejeição mesmo no Norte do país. Recusando a expatriação dos libertos como solução para a questão “o que fazer com os negros depois de libertos?”,

¹²⁰ Frederick Douglass on the War..., cit.

¹²¹ The monopoly of the negro. Douglass' Monthly, jan. 1863. O artigo foi originalmente publicado no jornal *The Tribune*.

¹²² Frederick Douglass on the War..., cit. A frase traduzida quer dizer “A paz sem liberdade será uma liberdade vazia”. Tradução minha.

muito em voga nos Estados Unidos naquele período, Frederick Douglass insistia que o que deveria ser feito em relação aos libertos depois da abolição era a sua total incorporação à “grande família nacional americana.” Ele acreditava que, seguindo a mesma tendência de outras sociedades escravistas como o Brasil, negros e brancos nos Estados Unidos também poderiam viver em iguais condições e respondia aos argumentos da inaptidão natural dos negros para a vida em liberdade chamando a tese da inferioridade de “ferramenta de opressão”, reafirmando que o negro era um homem e que até mesmo seus defeitos eram evidências da sua masculinidade.¹²³

Para as lideranças negras, o pós-abolição e a Guerra Civil eram momentos de redefinirem a si mesmos. A escravidão como causa da degeneração da comunidade negra era um contra-argumento às teses da inferioridade racial. As propostas de expatriação assim como as dúvidas quanto à disposição dos libertos para o trabalho eram ideias que conviviam com uma fase de busca por empoderamento político no pós-abolição, mesmo que isto fosse reivindicado em uma sociedade segregada.¹²⁴ A campanha abolicionista pouco teria influência sobre os setores antinegros mais conservadores os quais, através da imprensa, divulgavam e defendiam teses antigas para afirmar a inferioridade dos negros e o fanatismo dos abolicionistas.

Ignorando os exemplos constantemente divulgados pela imprensa negra de libertos que eram intelectuais, era muito comum que parcela significativa das elites do Norte e do Sul defendesse que, historicamente, a servidão era a melhor condição para os negros. Ainda se afirmava que, mesmo após viverem no Norte com raças “civilizadas”, os afro-americanos não haviam melhorado sua condição e que não havia entre eles qualquer exemplo de aptidão intelectual que provasse suas capacidades.¹²⁵

Mesmo assim, o período da Guerra Civil foi, em geral, marcado por uma onda de otimismo. As lideranças negras norte-americanas, ao mesmo tempo em que demandavam a igualdade civil, também tinham uma mensagem positiva para os afro-americanos. Para eles, o

¹²³ DOUGLASS, Frederick. The present and the future of the colored race in America. In: *Douglass' Monthly*. Discurso proferido na Igreja dos Puritanos, em Nova York, jun. 1863. Sobre este momento de disputa pela igualdade racial e a maneira como a abolição no Sul dos Estados Unidos refletiu nos debates sobre igualdade e na agenda abolicionista pela cidadania, ver: McPHERSON, *The struggle for equality...*, cit., p. 221-237. O autor informa que, em 1860, a população negra tinha direito de voto em todos os estados, exceto Connecticut. Mesmo assim, no Norte, os libertos eram vítimas de políticas severas de segregação ancoradas na lei ou no costume que lhes impunham discriminação em espaços públicos e privados e no mercado de trabalho. Somente em 1870, com a 15ª emenda, os afro-americanos teriam o direito de voto garantido.

¹²⁴ BAY, *The white image in the black mind...*, cit., p. 75-111.

¹²⁵ Paternity and destiny of the negro race. *The New York Herald*, 17 ago. 1862.

avanço socioeconômico da comunidade negra contribuiria significativamente para o fim do preconceito racial.¹²⁶

Em 1862, Mary Isabela Dove usou as páginas do jornal *The Christian Recorder* para dirigir uma mensagem à sua comunidade sobre a importância da educação. Dove certamente representava uma elite negra liberta que vivia no Norte dos Estados Unidos e, assim como Frederick Douglass e outros abolicionistas, via a educação como ferramenta de ascensão, autonomia e, também, como prova de humanidade dos africanos e seus descendentes na América. Ela celebrava a chegada da época em que “graças a Deus, a raça africana se sentia interessada em literatura e ciências naturais”. Convidava homens e mulheres afro-americanas a desafiar aqueles que acreditavam que negros só deveriam aprender a “cozinhar, lavar, passar, serrar madeira e dirigir carroça”. Para ela, a sua geração era uma prova de que a educação não tornaria os negros loucos.¹²⁷

De acordo com o historiador Eric Foner, em 1860, 90% da população negra do Sul dos Estados Unidos era analfabeta, um reflexo das leis que proibiam os negros escravizados de aprenderem a ler e escrever. Após a Guerra Civil, muitos homens e mulheres negras, como Mary Dove, rumaram para o Sul para atuar como docentes e tutores. Para a população liberta, o letramento passou a significar um valor central associado à liberdade.¹²⁸ Refletindo este momento em que a educação era uma importante arma de agenciamento dos libertos, Mary Dove afirmou o seguinte: “nós não podemos ficar para trás nem acreditar que educação foi feita somente para as pessoas brancas”.¹²⁹

Jornais com tendências abolicionistas e pró-igualdade civil divulgavam matérias em que eram citados diversos exemplos de pessoas negras de inteligência notável e eloquência reconhecida. O exemplo de George, o escravo que aprendeu as primeiras lições escolares a partir da observação e repetição das aulas proferidas aos filhos do seu senhor, apareceu no jornal *Friend's Intelligencer* em um artigo chamado “*The self educated negro*”. George tinha várias habilidades intelectuais, dentre elas a habilidade de falar inglês “sem os vícios de linguagem da maioria dos negros, dos *poor white trash*”¹³⁰ ou até mesmo das classes mais bem educadas do sul”. Mais tarde, ainda como escravo, George aprendeu grego e Latim trocando as aulas por doses de whisky que ele fornecia ao seu professor irlandês em aulas

¹²⁶ FONER, Eric. *A short history of reconstruction, 1863-1877*. New York: Harper & Row Publishers. 1990, p. 11-12.

¹²⁷ DOVE, Mary Isabella. On the importance of education. *The Christian Recorder*, 1 mar. 1862.

¹²⁸ FONER, *A short history of reconstruction...*, cit., p. 41-43.

¹²⁹ DOVE, *On the importance of education...*, cit.

¹³⁰ A expressão “*poor white trash*” era utilizada para se referir a brancos pobres com grau de instrução baixo. A tradução é minha.

ministradas de maneira secreta. Em 1864, já liberto, ele compunha um dos batalhões de cor da União durante a Guerra Civil.¹³¹

Pouco antes do fim da guerra, os abolicionistas tentavam combater a ideia de que os Estados Unidos estavam à beira de uma guerra racial motivada pelo espírito de revanche e pelo comportamento bárbaro dos libertos. Naquele momento, abolicionistas enfatizavam as qualidades dos afro-americanos, como o patriotismo e suas habilidades intelectuais, e, ao mesmo tempo, alguns abolicionistas brancos também tentavam convencer os sulistas de que a abolição se seguiria de um processo seguro e que as antigas hierarquias raciais seriam mantidas devido ao espírito de gratidão e ao paternalismo entre negros e brancos. Tais promessas eram importantes na produção de um cenário positivo do mundo do trabalho e das relações raciais no pós-abolição, de forma a reduzir a insatisfação dos senhores de escravos. Neste sentido, a palavra dos abolicionistas brancos era algo fundamental. O jornal *The Liberator* publicou as impressões de um autor identificado como J.L.P., que se disse surpreso com a eloquência e capacidade de articulação dos libertos durante um evento da *American Freedman's Friend Society*. Todos os oradores eram negros, segundo o observador que se revelou surpreso com a inteligência de todos eles e com seus planos de promover a educação dos seus pares no Sul. O patriotismo dos oradores também atraiu a atenção de J.L.P. assim como os exemplos dos soldados afro-americanos que estavam lutando na condição de libertos durante a Guerra Civil.¹³²

Paralelo a isso, os próprios membros da comunidade afro-americana questionavam as teses da inferioridade publicadas nos jornais ou defendidas nos púlpitos das igrejas. Como vimos anteriormente, desde a década de 1820 e, sobretudo, após os anos 1840, os jornais da imprensa negra eram o principal espaço de debate da comunidade negra liberta onde poderiam responder às afirmações que atentavam contra sua humanidade.¹³³ O reverendo B.W. Roberts filiado à *African Methodist Episcopal Church*, fundada em 1816, na Filadélfia, também recorreu às páginas da imprensa negra para refutar as palavras do Bispo Pierce, também da igreja metodista, só que em uma congregação de pessoas brancas. O bispo havia publicado em um jornal que os negros faziam parte de uma raça distinta e peculiar, o que os separava dos homens brancos. O Reverendo Roberts lhe respondeu reiterando que os negros eram descendentes de Adão e que a única diferença entre negros e brancos era a cor da pele. Respondendo em um tom mais agressivo, algo considerado ousado mesmo no Norte dos

¹³¹ The self-educated negro. *Friend's Intelligencer*, 23 abr. 1864.

¹³² J. L. P. Colored talent and eloquence. *The Liberator*, 29 jan. 1864.

¹³³ Sobre o papel da imprensa negra abolicionista como importante instrumento de articulação da comunidade negra liberta, ver Capítulo 2.

Estados Unidos, o reverendo foi incisivo: “da mesma forma que há homens de cor ignorantes, também há homens brancos ignorantes”. Respondendo às acusações de que os negros eram preconceituosos, ele respondeu: “permita-me perguntar, os homens brancos não têm preconceito também?”.¹³⁴

Além de igualar negros e brancos nas suas dimensões humanas e origens, tomando como referência as escrituras bíblicas, Roberts também culpou a escravidão e a falta de acesso à educação pelas limitações sociais enfrentadas pelos negros no pós-abolição. Ao invés de aceitar que as limitações intelectuais eram resultado da natureza inferior da “raça”, como afirmavam cientistas, Roberts explicava as más condições de vida da comunidade afro-americana pós-abolição usando o seguinte argumento:

Durante séculos a raça caucasiana vem desfrutando de todas as vantagens da educação e é apenas por vinte anos que o negro deste país saiu da escravidão, que não só acorrentou suas mãos, mas também os seus cérebros, e tem degradado a ele e a seus descendentes à condição que hoje eles se encontram.¹³⁵

A disputa pelo reconhecimento da humanidade e pela cidadania nos Estados Unidos teve no pós-abolição um momento decisivo e a ciência continuou provendo a sociedade de argumentos fundamentais que seriam mobilizados neste jogo de forças. A elite afro-americana estava convencida de que a ciência que os definia estava comprometida com o cativeiro e/ou com a manutenção das desigualdades. Além disto, a insistência na educação e na cidadania plena e irrestrita era a agenda principal do pós-guerra entre os abolicionistas mais radicais. Contudo, outros temores ressurgiram ainda mais acentuados entre a população branca: a igualdade que viesse a permitir a livre competição, a quebra dos privilégios até então justificados com base nas habilidades naturais e a mistura racial como forma de integração dos negros ao mundo dos brancos.

3.2 O ESPELHO DA DEGENERAÇÃO: MISCIGENAÇÃO NA AMÉRICA LATINA E A AMEAÇA À PUREZA RACIAL NOS ESTADOS UNIDOS

No ano de 1864, o jornal sulista *The Charleston Mercury*, um periódico baseado em um importante centro escravista, a cidade de Charleston, publicou uma matéria que

¹³⁴ Bishop Pierce’s attack upon the colored people of the United States. *The Christian Recorder*. Rev. B. W. Roberts. 23 ago. 1883.

¹³⁵ Id., *ibid*.

abordava o maior dos pesadelos da sociedade norte-americana no pós-abolição, a mistura racial. Recém-batizada com o nome de miscigenação, termo cunhado um ano antes, a matéria “Miscigenação no Norte” havia sido originalmente publicada no jornal ianque *The New York Times*, sob o título de: “A que ponto nós estamos chegando?” O autor chamava a atenção para um fenômeno descrito como “anormal e detestável” que estava se tornando comum nas ruas de Nova York, agora tomada por rostos de tez cada vez mais “amarronzada”. A matéria alertava a sociedade para a prática dos abolicionistas radicais de apoiarem e influenciarem pessoas brancas a se casarem com negros, o que punha em risco um país “grandioso e próspero” onde, em breve, os brancos deixariam de existir. Devido aos casamentos inter-raciais incentivados pelos abolicionistas, alertava o autor, em breve, todas as famílias teriam um genro negro, tornando todos mulatos e, conseqüentemente, afetados “por todas as peculiaridades físicas e mentais da raça infeliz”. “Adeus, um longo adeus à nossa brancura”, lamentava o autor, que acreditava que algo deveria ser feito para “preservar a pureza do nosso sangue”.¹³⁶

Em geral, a sociedade branca norte-americana das regiões Norte e Sul condenava a mistura racial. O médico Josiah Nott, cujas ideias sobre hibridismo, já discutimos, era sulista e pró-escravista e compartilhava as mesmas ideias contra a mistura racial com o cientista Louis Agassiz, que havia se estabelecido no Norte do país e era contrário ao cativo. Portanto, a matéria de um jornal da Região Norte republicada em Charleston, principal núcleo escravista do Sul, reflete esta ideia comum que conciliava grupos até havia pouco tempo adversários. Mesmo antes da Guerra Civil, os abolicionistas eram acusados de defender o fim da escravidão para que casamentos entre negros e brancos fossem permitidos. Além disto, como é mencionado na matéria do *The New York Times*, os abolicionistas estavam dispostos a se casar com negros como prova de testemunho da sua crença na igualdade entre negros e brancos. Como já dito, a forma mais repudiada desta relação era quando a mulher branca se casava com o homem negro.¹³⁷

Notícias sobre filhas de abolicionistas brancos que se casavam com negros no Norte eram muito comuns na imprensa sulista. Um exemplo foi o casamento de Sarah Judson cuja história foi publicada no jornal *Memphis Daily Appeal*, em 1859, e que, segundo o autor “era de revirar o estômago de qualquer branco”. A noiva, filha de um “abolicionista radical”

¹³⁶ Miscegenation at the North. *The Charleston Mercury*. 12 abr. 1864. Autor não identificado. A referida matéria foi publicada no *The New York Times*, em 26 de março de 1864, sob o título “What are we coming to, and when shall we reach it?”.

¹³⁷ LEMIRE, *Miscegenation: making race in America...*, cit., p. 84-97.

foi induzida pelo pai a se casar com um homem negro “contrariando os desígnios da natureza”.¹³⁸

Para entender a origem desses temores no pós-abolição, é preciso compreender porque, a despeito de já existir mistura racial nos Estados Unidos, tanto no Norte quanto no Sul, esta despertou ainda mais preocupação entre os brancos do país. De acordo com a historiadora Martha Hodes, foi durante e após a Guerra Civil que as relações sexo-afetivas entre negros e brancos passaram a ser vistas com mais intolerância no país, sobretudo em relações em que a mulher pertencia à “raça branca”. Com o aproximar-se da Guerra e, portanto, quando a abolição estava mais ameaçada, filhos de mães brancas e pais negros ameaçavam o sistema escravista já que a condição da mãe definia o status da prole. Estes indivíduos, chamados na época de mulatos, quando filhos de mães brancas, eram cidadãos livres e, portanto, desestabilizavam um sistema que, cada vez mais, passou a se sustentar na diferença racial e na origem africana. As relações entre homens brancos e mulheres negras, muitas vezes resultado da violência sexual e/ou coerção, retroalimentava o sistema escravista, uma vez que a mulher negra produzia indivíduos escravizados que carregavam o status da mãe.¹³⁹

A década de 1860 marcou uma intensificação da histeria em torno do tema da mistura racial, sobretudo após a abolição e a reeleição de Lincoln, em 1863 e 1864, respectivamente, e no pós-guerra. Isto definiria os debates e as políticas futuras em torno da manutenção ou não das desigualdades raciais, ou seja, se os libertos seriam inseridos na sociedade com os mesmos direitos que os brancos. Ao mesmo tempo, a rejeição à mistura racial estava associada à ideia de degeneração e impureza, que contaminaria a sociedade norte-americana branca (portanto, cidadã) e que comprometeria a pureza que garantia a superioridade dos anglo-saxões. Somente a deportação dos libertos ou a existência de barreiras legais severas manteriam o projeto de nação americana ligado à raça, pureza e cidadania, tal como podemos perceber no discurso científico e também no senso comum.¹⁴⁰

O que significaria, então, para os Estados Unidos tornar-se um país de mulatos onde os brancos “em breve deixariam de existir” segundo as previsões pessimistas do jornal *The Charleston Mercury* e do *New York Times*, em 1864? De que maneira a miscigenação era

¹³⁸ Disgusting case: a white girl elopes with a negro. *Memphis Daily Appeal*, 11 jan. 1859. Autor não identificado. As notícias de filhas de abolicionistas que se casaram com homens negros e a promoção de relações inter-raciais entre os militantes eram mais uma fantasia dos escravistas do que fatos reais.

¹³⁹ HODES, *White woman, black man...*, cit., p. 1-32.

¹⁴⁰ FREDRICKSON, *The black image in the white mind...*, cit., p. 159-174.

incompatível com o projeto de “país grandioso e próspero” tal como era defendido neste mesmo artigo? Para exemplificar como a mistura racial ia na contramão do ideal de nação existente entre as elites norte-americanas, mesmo depois da abolição, a América Latina era citada para evidenciar a necessidade da construção (ou manutenção) de um projeto nacional diferente daquele existente na parte sul do Atlântico.

De acordo com Anne McClintock, a questão miscigenação racial sempre era debatida com o uso de metáforas sobre pureza, legitimidade e dominação masculina do colonizador branco sobre os trópicos, região que era sempre associada à feminilidade. Nos trópicos, a mistura racial causava degeneração, que era justificada não só por teses científicas da época, mas, também, por motivos morais, já que o intercuro sexual entre negros, brancos e indígenas também revelava uma ausência de políticas de controle sexual das populações locais. As elites norte-americanas acreditavam que isto deixava homens e, sobretudo, mulheres nativas, reféns dos seus impulsos considerados “primitivos”. No caso dos Estados Unidos, acreditava-se, também, que este país deveria observar o exemplo negativo de outros países americanos e se proteger dos mesmos males que degeneravam a América Latina. Além disto, eles também se julgavam responsáveis por levarem para estes locais políticas de sanitização, controle sexual e segregação que, supostamente, seriam fundamentais para levar avanços culturais e sociais a estes locais.¹⁴¹

Em 1860, foi novamente o jornal *DeBows Review* que se encarregou de prover a sociedade norte-americana com um exemplo do que poderia acontecer com um país próspero e de grande potencial quando não existissem leis que impusessem barreiras ao convívio entre negros e brancos.

Infelizmente a Constituição do Brasil considera todos os homens iguais se eles são livres, sejam eles homens negros ou homens brancos. Os efeitos da igualdade destas leis não precisam de demonstração. Isso tem mergulhado o Brasil numa revolução política que vem destruindo o governo Imperial e seu exército, que é composto na sua maioria por negros que irão em breve ditar os termos da emancipação à nação e o Império será convertido em uma outra Venezuela.¹⁴²

O autor do artigo, identificado como J.R.H., lamentava que a Amazônia fosse pouco explorada e imaginava como seria bom que este território estivesse sob o controle dos

¹⁴¹ MCCLINTOCK, Anne. *Imperial leather: race, gender and sexuality in the colonial contest*. Routledge: New York and London, 1995, p. 23-24; 46-48.

¹⁴² Slavery in Brazil: the past and the future. *De Bows Review*..., 1860, p. 478. A matéria original foi publicada no jornal *Charleston Mercury*. O autor foi identificado como J.R.H.

sulistas, que usariam a mão de obra escrava para desenvolvê-la. Além disto, ele também chamava a atenção para a baixa fecundidade dos escravos, o que seria resolvido com a importação de mais mulheres africanas. Esta solução era a mesma empregada por senhores de escravos dos Estados Unidos para aumentar a sua propriedade escrava.

Segundo J.R.H., o Brasil era um país cheio de riquezas naturais, porém o crescimento do que ele chamava de “raça híbrida” cujos indivíduos tinham o privilégio de serem cidadãos franqueava uma possibilidade de ascensão social irrestrita, chegando até mesmo à possibilidade de “liderarem o governo”, caso tivessem capacidade para tal. Isto condenava o país ao fracasso. Ainda na opinião do autor, o brasileiro era uma raça tão misturada que não poderia progredir. Além da falta de moral dos nativos e da ausência de políticas locais que impusessem barreiras raciais à população, isto era culpa, também, do abolicionismo inglês que havia transformado o Brasil “na sua própria Jamaica”, ou seja, numa colônia. Por fim, o autor tranquilizava os seus interlocutores enfatizando a condição distinta (superior) dos Estados Unidos em relação ao país latino-americano: “as condições atuais do Brasil pode nos alertar para os perigos de que nós escapamos, em meio ao fanatismo¹⁴³ que tem nos atormentado”.¹⁴⁴

O Brasil, assim como outros países latino-americanos, continuou a ser citado por muito tempo como um laboratório dos piores efeitos da miscigenação, um observatório de sociedades sem um projeto de *white man nation*. Neste sentido, México, Cuba, Brasil e a já citada Venezuela eram exemplos dignos de observação e, ao mesmo tempo, de repugnância.¹⁴⁵ A necessidade de políticas de segregação racial no pós-guerra civil nos Estados Unidos intensificou o debate sobre os efeitos da mistura racial e políticas que visavam evitá-la, uma vez que a abolição não resolvera o “problema racial” no país. O tema frequentemente trazia a sociedade latino-americana para os jornais. Em 1866, em um artigo chamado *The Negro in America*, um autor não identificado tomava uma postura ainda mais radical ao afirmar que os caucasianos que invadiram e ocuparam a África haviam “cometido suicídio e se autodestruído ao se amalgamarem com as raças inferiores ou pior, com as piores

¹⁴³ Aqui, J.R.H. se referia ao movimento abolicionista, considerado um movimento de fanáticos por aqueles que defendiam a escravidão.

¹⁴⁴ *Slavery in Brazil: the past and the future...*, cit.

¹⁴⁵ Sobre o temor causado pela miscigenação no pós-escravidão nos Estados Unidos, ver: LEMIRE, *Miscegenation: making race in America...*, cit. p. 120-125. Sobre a ideia de degeneração da América Latina devido à mistura racial ver: HORSMAN, Reginald. *Race and manifest destiny: the origins of American Racial Anglo-Saxonism*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1981, p. 273-281.

espécies do continente”. Segundo o autor, os europeus na América espanhola tinham cometido o mesmo erro.¹⁴⁶

Porém, havia quem pensasse de forma diferente a respeito dos efeitos da mistura racial. Em 1863, Frederick Douglass já havia anunciado que todas as vezes que os Estados Unidos vislumbravam conquistar algum povo ou território, as elites brancas mobilizavam o argumento da inferioridade. Isto havia acontecido com a população negra e com o território mexicano, quando os norte-americanos fizeram uso de justificativas “monstruosas” que, segundo o abolicionista, estavam a “serviço da opressão”.¹⁴⁷ Mas, desde 1861, havia quem defendesse que a mistura racial iria trazer benefícios aos Estados Unidos. Através de um artigo chamado “*The colored creole*”, um autor não identificado trazia para a sociedade norte-americana os resultados positivos da mistura racial nas colônias britânicas pós-abolição e, até mesmo, no Brasil escravista. De acordo com o autor, a mistura racial seria responsável por diminuir o preconceito entre os brancos. Assim, defendendo pontos tão controversos torna-se compreensível que ele tenha evitado revelar seu nome.¹⁴⁸

O artigo informava que havia treze milhões de africanos e seus descendentes nas Américas, que estavam distribuídos em países como Brasil, onde estavam mais de quatro milhões, seguido de Cuba e Porto Rico, América Central, Haiti, colônias francesas e britânicas, além do México. Metade dos nove milhões de negros que estavam nas Américas, exceto nos Estados Unidos, eram de origem birracial e, em países como Brasil, Guatemala, Grenada, Bahamas, Barbados, Jamaica e, até mesmo, no Haiti, a ausência de preconceito racial possibilitava que esta população participasse completamente da sociedade. Segundo o autor anônimo, embora em Barbados fosse possível perceber distinções raciais, era inegável que os mulatos tensionavam a sociedade recusando os privilégios dos brancos e a viver em condições de subalternidade. Para o autor, estes filhos de negros e brancos nas colônias britânicas compunham uma raça intermediária que não era africana nem europeia, chamada por ele de *West Indian*.¹⁴⁹

Para o autor de “*The colored creole*”, não haveria outra alternativa para os brancos dos Estados Unidos senão aceitar pacificamente a participação dos mestiços na sociedade, inclusive na condição de cidadãos. Na América Latina e no Caribe, citava o autor, os mestiços haviam demonstrado serem capazes de atingir bom desempenho intelectual, além de habilidades para o trabalho. Indivíduos de origem birracial também serviam como uma

¹⁴⁶ The negro in America. *The Old Guard*, 4 dez. 1866.

¹⁴⁷ DOUGLASS, *The present and the future of the colored race in America...*, cit.

¹⁴⁸ The colored creole. *Circular*. 14 nov. 1861.

¹⁴⁹ Id., *ibid*.

classe intermediária que arrefeceria possíveis tensões raciais, como havia ocorrido, de forma extrema, no Haiti.¹⁵⁰ Seguindo a mesma linha de defesa da mistura racial, embora isto fosse pouco comum, em 1864, o abolicionista branco Theodore Tildon também se pronunciou publicamente a favor da miscigenação. Para ele, a mistura racial seria a melhor solução para o futuro dos Estados Unidos pós-abolição, pois via-a como um estágio intermediário para o branqueamento, ao passo que a sociedade se tornaria menos preconceituosa. Para isto, ele metaforicamente, afirmava que a palma da mão do negro era branca para que se encontrasse com a mão do branco, revelando, assim, também, uma perspectiva conciliatória promovida pela mistura de raças, que já havia promovido o progresso também em outras civilizações.¹⁵¹

Mesmo sendo uma opinião pouco comum, uma ideia positiva da mistura racial tinha alguns adeptos no pós-abolição que insistiam em apontar outros países como nações beneficiadas pelos seus efeitos. O artigo “*The mixed human race*”, por exemplo, fazia um apanhado destes benefícios na Martinica, St. Domingo (Haiti), Brasil, dentre outros países onde “os mulatos são compatíveis com os brancos de forma favorável em vários aspectos”. Seguindo as teorias de Tildon e do francês M. De Quatrefages, a província de São Paulo, no Brasil, era citada como lugar onde a mistura entre portugueses e índios aimorés, guaianazes e carijós havia produzido uma raça híbrida superior. A mistura racial fazia estes indivíduos melhor adaptados ao clima local do que aqueles indivíduos considerados “puros”.¹⁵²

O exemplo do Brasil, onde os aspectos positivos da mistura racial eram reconhecidos, fazia com que alguns indivíduos acreditassem que, de forma análoga, a integração dos negros à sociedade através desta acabaria com o preconceito racial vigente nos Estados Unidos. No artigo “*Emancipation in Brazil*”, o autor afirmava que o *melting pot* brasileiro, ou seja, a mistura de raças fazia do país latino-americano um exemplo de bom convívio que, naturalmente, levaria ao fim da escravidão. A sociedade brasileira era, ainda assim, reconhecidamente estratificada: no topo da elite nacional estavam os brancos, descendentes de europeus (portugueses, franceses, alemães); depois, vinham os brasileiros

¹⁵⁰ *The colored creole...*, cit.

¹⁵¹ FREDRICKSON, *The black image in the white mind...*, cit., p. 172-173; Amalgamation advocated. *The Daily Picayune*, 14 jun. 1863.

¹⁵² The mixed human races. *Appleton's Journal of Literature, Science and Art*, 3 dez. 1870. O próprio título, ao se referir às raças mistas como humanas, já faz um posicionamento contrário às ideias baseadas nas teses de Josiah Nott de que os indivíduos mestiços eram híbridos, frutos da mistura de raças distintas.

brancos; e, por último, estavam os mulatos de todas as cores – descendentes de brancos e índios, de africanos e índios, negros livres e índios “incivilizados” e “domesticados”.¹⁵³

A mistura racial, fosse ela o intercuro sexual ou o convívio entre negros e brancos, significava, de forma efetiva e simbólica, a quebra das barreiras raciais que, durante a escravidão, colocaram negros e brancos em papéis sociais distintos na sociedade americana. Do ponto de vista científico, além de político, a mistura racial também significava a decadência da população anglo-saxã. O já citado cientista Agassiz acreditava, por exemplo, que dada a ameaça e a impossibilidade de convívio entre negros e brancos no pós-abolição, os negros migrariam, espontaneamente, para o Sul do país, formando um conglomerado de *Negro States*. Enquanto isto, os brancos permaneceriam no Norte e os mulatos, mais fracos e inférteis, sucumbiriam à ordem da natureza e seriam exterminados pelas suas próprias limitações.¹⁵⁴

Ainda em 1863, Agassiz abandonou a ideia dos *Negro States* porque duvidou que a distância entre Norte e Sul dentro do mesmo país fosse suficiente para garantir a separação da população negra e branca. Assim, ele passou a defender que os negros e mulatos dos Estados Unidos fossem retirados do país porque esta seria a forma de proteger a sociedade branca norte-americana da miscigenação, prática que, como já sabemos, ele considerava “repugnante”. Além dos males já afirmados pela ciência, a miscigenação também era considerada um pecado moral porque significava a subversão de regras de conduta sociais e cristãs, já que a prática expunha homens e mulheres brancas, sobretudo as mulheres, à sexualidade excessiva de homens e mulheres negros. Segundo McClintock, a ideia de que povos nativos ou não brancos constituem as chamadas “classes perigosas” é um indicativo de que o discurso colonial se faz em uma intersecção entre categorias raciais, de classe e, também, de gênero. O imperialismo, incluindo os discursos nacionais, se orienta sob a perspectiva de poder do homem branco que também é representante de uma elite sociopolítica. No outro extremo, as mulheres negras escravizadas ou libertas são responsabilizadas pelos desmandos da sociedade, devido à sua sexualidade desenfreada. Isto explica a necessidade de políticas de controle dos corpos destas mulheres.¹⁵⁵

¹⁵³ Emancipation in Brazil. *New York Evangelist*. 26 out. 1871, p. 6. Essa ideia de incorporação dos negros à sociedade através da mistura racial que levaria ao embranquecimento da população também foi pensada nos Estados Unidos, mas, ao contrário da América Latina, não foi incorporada ao projeto nacional. De acordo com Fredrickson, nos Estados Unidos, o anseio pela homogeneidade refletiria dramaticamente nos projetos de remoção ou eliminação da população afro-americana. Ver: FREDRICKSON, *The black image in the white mind...*, cit., p. 131.

¹⁵⁴ ROGERS, *Delia's tears...*, cit., p. 278-279.

¹⁵⁵ MCCLINTOCK, *Imperial leather...*, cit., p. 4-14.

Devido a essa combinação, o resultado da mistura, o chamado “mulato”, ameaçava o progresso e a civilização, porque degenerava a sociedade e criava categorias sociorraciais que desestabilizavam a ordem social.¹⁵⁶ Seria durante esta campanha promovida por grupos racistas e segregacionistas preocupados em demonstrar a ameaça que a mistura racial representava para o país, que o Brasil se consolidaria como o laboratório das raças onde os norte-americanos poderiam constatar os resultados físicos, políticos e morais da mistura racial praticada de forma desenfreada. As fotografias produzidas pela equipe do cientista Louis Agassiz, entre 1865 e 1866, retratavam homens e mulheres africanas “puras” e aqueles classificados como de “raças impuras” ou “mistas”.¹⁵⁷ As imagens pretendiam ser uma ilustração do que a população dos Estados Unidos poderia se tornar sem rígidas políticas de segregação racial. As constatações de Agassiz sobre os efeitos perigosos da mistura racial foram apropriadas pela sociedade norte-americana, sobretudo entre aquela parte considerável da população que se mostrava preocupada com o futuro do país sob a ameaça de se tornar, como muitos temiam, uma República de mulatos.

Era isto que estava escrito no editorial de fevereiro de 1868, do jornal *New York Observer and Chronicle*, onde podemos perceber que as notícias sobre o Brasil trazidas por Agassiz eram divulgadas com forte tom de advertência. O jornal afirmava que o cientista era a pessoa mais qualificada no momento para falar sobre o resultado da mistura de raças. Assim, reproduzindo o que dizia ser conclusões de Agassiz, o editorial afirmava que aqueles que duvidavam dos males da mistura racial e dos equívocos causados pela quebra de barreiras deveriam ir para o Brasil.¹⁵⁸

Segundo o jornal, Agassiz afirmava que, no Brasil, a amalgamação era mais praticada que em qualquer outro lugar do mundo, causando a deterioração do país e produzindo um *mongrel non-descript type*¹⁵⁹, que era deficiente, física e mentalmente, e que,

¹⁵⁶ Como vimos no capítulo anterior, no intuito de comprovar suas teses e prover a sociedade norte-americana com um exemplo dos resultados efetivos e negativos da mistura racial, Louis Agassiz rumou para o Brasil, entre os anos de 1865-1866, portanto, após a Guerra Civil e a abolição, em uma expedição científica que visava investigar as raças puras (africanas) e raças mistas, os ditos mestiços e mulatos brasileiros. Sobre isso ver: ROGERS, *Delia's tears...*, cit., p. 280-281; e MACHADO; HUBER, *Rastros e raças de Louis Agassiz...*, cit., p. 30-36.

¹⁵⁷ Aqui, propositalmente, as palavras “africanas” e puras concordam com “mulheres” e estão sendo empregadas para se referir à nacionalidade de mulheres e homens.

¹⁵⁸ Mixture of races. *The New York Observer and Chronicle*. 20 fev. 1868. Na obra *A journey in Brazil*, publicada em 1868, Louis Agassiz registrou suas conclusões sobre a população brasileira e os efeitos da mistura racial neste país.

¹⁵⁹ De acordo com o Webster Dictionary (1828), o termo *mongrel* é definido como “*of mixed breed, of different kinds, animal of mixed breed*”. A palavra é associada a *mingle* que, de acordo com o mesmo dicionário, quer dizer “mistura” e, também, “promiscuidade”. Disponível em:

embora o país ainda fosse escravista, a ausência de barreiras raciais fazia com que os libertos tivessem mais liberdade que os recém-libertos dos Estados Unidos pós-abolição. De acordo com o jornal, Agassiz tirava a seguinte conclusão a partir do exemplo brasileiro:

Vamos assim aprender duas lições: ofereça todos os benefícios da educação para o negro, e dê a ele todas as oportunidades de sucesso que a cultura dá ao homem que sabe como utilizá-la, mas respeitemos as leis da natureza e permita que nossas formas de lidar com o homem negro sejam preservadas o quanto seja possível, assim como as distinções das suas características nacionais e nossa própria integridade.¹⁶⁰

Uma matéria muito semelhante citando a obra de Agassiz foi publicada meses mais tarde, desta vez no jornal sulista *Georgia Weekly Telegraph*.¹⁶¹ Tendo sido a matéria anterior publicada no Norte, isto nos revela que, no pós-abolição, a miscigenação provocava reações semelhantes no Norte e no Sul dos Estados Unidos. Os efeitos da mistura racial no Brasil, de acordo com Agassiz, também foi tema do artigo chamado “*Effects of the admixture of races*”, publicado no *Medical News*, em 1870, que também reproduziu trechos da obra do cientista, descrevendo as características da população local e atribuindo diferentes terminologias para cada tipo de mistura.

O cafuzo, a mistura do índio com o negro, que não possuía nada da “delicadeza dos mulatos”, era descrito como “de pele escura, cabelo longo, ondulado e encaracolado” e, com relação ao caráter, Agassiz os definia como “portadores de uma feliz combinação entre a disposição alegre do negro e a bravura enérgica dos índios”.¹⁶² Continuando com os detalhes da população brasileira, o mameluco era descrito como a mistura do índio com o branco, resultando em um ser “pálido, afeminado, preguiçoso, débil...”. Agassiz explicava este fato sugerindo que as características dos índios haviam obliterado as características do ancestral branco. Após afirmar que os indígenas comprometiam as qualidades positivas do outro ancestral do mestiço em qualquer combinação, fosse com o branco ou negro, o artigo terminava com a mesma citação acima sobre a necessidade de manutenção das desigualdades explicadas, em parte, pelas próprias limitações dos negros e mestiços.¹⁶³

As impressões do capitão John Codman, autor de *Ten years in Brazil*, também serviram para reforçar a propaganda contra a mistura racial, nos Estados Unidos, elaborada

<<http://www.archive.org/stream/americanandictiona01websrich#page/n7/mode/2up>>. Acesso em: 7 nov. 2013.

¹⁶⁰ *Mixture of races...*, cit.

¹⁶¹ *Mixture of races*. *Georgia Weekly Telegraph*, set. 1868.

¹⁶² *Effects of the mixture of races*. *Medical News*, set. 1870.

¹⁶³ Id., *ibid*.

através do olhar sobre a experiência brasileira. Em 1876, o jornal *The Galaxy* publicou trechos da obra do Capitão em que ele descrevia o povo brasileiro como “enfaticamente preguiçoso”, culpa da mistura racial que fez o sangue do português desaparecer das veias da população do país. Mistura racial e degeneração eram ainda descritas como práticas comuns entre as “raças latinas” que, por isto, também eram dotadas de uma péssima reputação sobre sua moral.¹⁶⁴

Uma solução inusitada para resolver as tensões raciais que futuramente aconteceriam nos Estados Unidos foi proposta por Charles Gardiner, autor do artigo “*The future of the negro*”, publicado em 1884. Gardiner olhava com preocupação para o crescimento da população negra nos EUA pós-abolição que, contrariando as previsões de que os libertos desapareceriam do país, havia apresentado um crescimento de 35% em dez anos, de acordo os dados do censo de 1880. O dado alarmante era que a população branca havia crescido somente 20%. Com isto, o autor especulava que, em um futuro próximo, os negros seriam maioria nos estados do Sul do país. Tentando garantir que o Sul não saísse do controle da política nacional, a amalgamação era apresentada como uma alternativa inevitável para os brancos que se recusassem a sair da região.¹⁶⁵

Gardiner, contrariando a maioria das opiniões sobre miscigenação, afirmava que a mistura racial havia sido a solução encontrada para apaziguar os “problemas raciais” em outras nações: alemães haviam se misturado com hotentotes, na África do Sul; os zambos eram fruto da mistura racial na América do Sul; portugueses haviam se misturado com negros, no Brasil; os mestiços eram fruto da mistura racial, no México; todos estes eram citados como exemplos de fusão moderna. Ao mesmo tempo, o autor reconhecia as limitações dos indivíduos mestiços, resgatando, de forma tardia, as teses científicas de tendências poligenistas. Ele citava conclusões de Sanford B. Hunt, que mediu crânios de soldados negros, mestiços e brancos durante a Guerra Civil e classificava os indivíduos em brancos, 3/4 brancos, 1/2 brancos, 1/4 brancos, 1/8 e 1/16, para concluir que os soldados iam perdendo suas capacidades de desenvolvimento cerebral à medida que a mistura com os negros diminuía a presença do “sangue branco”.¹⁶⁶

Gardiner ainda afirmava que, em 50 anos, a população negra seria maioria no Sul e tomaria o lugar dos caucasianos, que se tornariam uma raça inferior. Até então, o equilíbrio

¹⁶⁴ CODMAN, John. Brazil and her emperor. *The Galaxy – A Magazine of Entertaining Reading*, jun. 1876.

¹⁶⁵ GARDINER, Charles A. The future of the negro. *The North American Review*, jul. 1884.

¹⁶⁶ Sobre a pesquisa, ver: HUNT, Sanford B. The negro as a soldier. *Anthropological Review*, v. 7, n. 24, p. 40-54, jan. 1869, p. 40-54.

de negros e brancos na região havia produzido um mulato que, segundo ele, carregava características predominantes do ancestral negro. O aumento do número de negros no Sul era inevitável e as propostas de expatriação, para Gardner, pareciam irreais.

O negro é um cidadão, e seu consentimento tem que ser obtido antes dele ser exportado para a África ou qualquer outro lugar. Ele está orgulhoso da sua cidadania, e é estúpido achar que ele vai se expatriar voluntariamente... O negro está aqui, sua igualdade legal está declarada, sua casa é o sul e não há evidências de que ele esteja disposto a deixar a região.¹⁶⁷

Assim, ele oferecia uma solução pragmática diante daquilo que parecia inaceitável para muitos setores da sociedade norte-americana. Propunha que a amalgamação no Sul era possível e já vinha acontecendo entre aqueles (brancos) que já haviam perdido seu “orgulho racial” e “espírito de raça”. A proposta, então, era que os brancos de tais regiões imigrassem para o Norte e os que permanecessem no Sul se misturassem com os negros. Caso os brancos que permanecessem no Sul se recusassem a sucumbir à mistura racial, então, eles deveriam aceitar fazer parte desta sociedade como um elemento inferior, sendo submetidos ao que Charles Gardner chamou de *negro supremacy*.¹⁶⁸

No período anterior à Guerra Civil, antes dos Estados Unidos adotarem um rígido código de segregação racial que classificaria a população de forma binária, o tema do lugar social das pessoas de ancestralidade mista foi extremamente debatido. Como já discutimos, foi na década de 1850, quando havia uma quantidade considerável de escravos de pele clara, que os chamados “mulatos” também foram perdendo seu status intermediário e sendo cada vez mais “aproximados” da categoria de negros. No caso daqueles que podiam ser confundidos com brancos, a possibilidade de *passing*, facilitada pela imprecisão de se identificar alguém como negro ou branco, revelava as falhas e brechas do sistema racial.

De acordo com Williamson, até a década de 1850, os chamados mulatos livres tentavam se aproximar do mundo dos brancos, o que era possível em regiões do extremo Sul. Entre as décadas de 1850 e 1860, o número de mulatos cresceu consideravelmente, inclusive aqueles que eram escravizados. Em uma década, o número de escravos mulatos cresceu de 66,9% para 72,3%. Em 1860, 94,2% dos mulatos que viviam no Sul haviam sido escravizados e uma onda de intolerância se acentuou na população branca em relação àqueles que eram livres. Ou seja, mais uma vez, o problema não era com a mistura racial em si, mas com aquela que produzia um indivíduo livre. À medida que a população escravizada foi se tornando mais

¹⁶⁷ GARDINER, *The future of the negro...*, cit.

¹⁶⁸ Id., *ibid.*

clara e a escravidão mais ameaçada, a regra do *one drop*, uma gota de sangue negro, foi se tornando mais aplicada para identificar a raça das pessoas.¹⁶⁹

O próprio abolicionista Frederick Douglass já havia ironizado a suposta precisão com que os brancos acreditavam poder identificar negros que tentavam se passar por brancos, não importando o grau de mistura. Douglass, filho de pai branco e mãe negra, relatou o dia em que foi abordado por um estranho que se referiu a ele como índio. O abolicionista, depois de ignorar a tentativa de diálogo do estranho, que insistia em se referir a ele como índio, resolveu responder à abordagem afirmando: “Índio não, sou negro!”. A afirmação do abolicionista causou espanto ao estranho, fosse por ter falhado na sua tentativa de categorizar Douglass fosse pela recusa do abolicionista de aceitar a brecha de se passar por indígena, que poderia ser uma condição mais aceita que a de negro, no Norte dos Estados Unidos durante a Guerra Civil.¹⁷⁰

Não saber diferenciar um negro de um índio ou não saber reconhecer um mestiço, por mais clara que fosse a pele desta pessoa, era algo que aterrorizava a população branca. Isto os ameaçava com a possibilidade de, sem saberem, acabarem se “contaminando” com o sangue africano que, possivelmente, circulava entre indivíduos que se passavam por brancos nos círculos sociais e no núcleo familiar onde eles tentavam se resguardar da mistura racial. Por outro lado, tanto no Norte quanto no Sul do país, homens e mulheres de pele clara e que eram considerados “pessoas de cor” faziam uso desta imprecisão tentando viver como se fossem brancos, usando estratégias que envolviam dissimulação e performance. Assim poderiam se inserir e até serem aceitos nas comunidades adversas à mistura racial.¹⁷¹

Para mostrar que a condição dos indivíduos de *mixing race* era bastante complexa nos EUA, um autor anônimo que se identificava como mestiço expressava a sua opinião sobre

¹⁶⁹ WILLIAMSON, *New people...*, cit., p. 61-66; 73.

¹⁷⁰ *Frederick Douglass on the War...*, cit. A população branca julgava estar atenta aos homens e mulheres que tentavam se passar por brancos para fugirem do cativeiro ou serem inseridos no mundo dos brancos. Muitos homens e mulheres brancos eram orgulhosos da sua suposta habilidade em saber identificar um negro, porém, isto era impossível em muitos casos, sobretudo em lugares do Sul como o estado da Louisiana. Ver: WILLIAMSON, *New people...*, cit., p. 98; 103. Entre as décadas de 1850 e 1860, quando não ser negro poderia significar a garantia de prerrogativas legais que poderiam conferir a alguém um lugar social melhor do que aquele ocupado pelos negros, ser indígena ou, simplesmente, não ter sangue negro foi algo mobilizado legalmente e, também, socialmente por muitos homens e mulheres. Sobre isto, ver: GROSS, Ariela. Litigating whiteness: trials of racial determinations in the Nineteenth Century South. *The Yale Law Journal*, v. 108, n. 1 out. 1998, p. 158-159.

¹⁷¹ Sobre o uso de brechas e o lugar ambíguo de alguns indivíduos na sociedade norte-americana nos anos anteriores e pós-Guerra Civil, ver: BRADLEY; LESLIE, *White pain polen...*, cit.

a condição social deste grupo, que ele chamava de “classe infeliz”.¹⁷² Segundo *Amalgamated Man*, forma como ele se identificava, as pessoas como ele tinham a sua condição social agravada pelo fato de serem vítimas de preconceito por parte das pessoas de “sangue puro”. Embora, segundo ele, as pessoas de origem birracial não nutrissem preconceito contra ninguém, ele comentava o lugar marginal dos “mulatos” na sociedade americana. A comunidade branca não os aceitava porque os considerava seres inferiores em todos os sentidos e a comunidade negra não os aceitava porque os considerava egoístas, uma característica que acreditavam ter sido herdada do seu ancestral branco.¹⁷³

O autor questionava os dados que apontavam a existência de uma pequena quantidade de mestiços nos EUA, ideia que tentava confirmar as teorias científicas que afirmavam a curta longevidade destes indivíduos. Ele afirmava que os *mixed bloods*, em 1860, eram 1/4 da população “de cor”, ao invés do número oficial do censo, 1/9 que, segundo ele, eram números comprometidos com “os interesses da escravidão”. Além disto, afirmava que muitos indivíduos que eram de pele escura também eram de origem birracial e eram registrados como *colored* e indivíduos registrados como brancos eram, na verdade, “mestiços”. Aqui ele apontava como o “se passar por branco” era um fenômeno que desafiava a ciência racista que prometia que a identificação visual era suficiente para diferenciar brancos de não-brancos. Além da ciência, *Amalgamated Man* afirmava que, embora ele soubesse que “quase todos os homens brancos se orgulham da sua habilidade de saber quem era negro no primeiro olhar”, esta forma de identificação continha falhas.¹⁷⁴

O *passing*, segundo ele, fazia com que a quantificação precisa da população de *mixing race* nos Estados Unidos fosse imprecisa, o que explicava porque esta parcela da população parecia tão inexpressiva nos números do censo. Muitos destes indivíduos de pele clara decidiam quebrar os vínculos com a comunidade negra, estabeleciam-se em pequenas cidades e se inseriam na comunidade branca, vivendo e atuando como se fossem brancos. Passando-se por brancos, muitos indivíduos de origem birracial poderiam obter sucesso e ascender socialmente. Antes da Guerra Civil, o status de escravo ou livre facilitava a

¹⁷² Amalgamation. *Cincinnati Daily Gazette*. 23 ago. 1870.

¹⁷³ Na sua detalhada obra sobre os indivíduos chamados “mulatos”, Williamson faz uma tentativa de entender o impacto social e psicológico da experiência destes homens e mulheres que ocupavam uma condição ambígua devido à cor da sua pele e à sua origem. Para o autor, a experiência dos mestiços era marcada por dor, stress e ansiedade de descoberta, no caso daqueles que se passavam por brancos. O autor também fala, de forma breve, sobre como isto marcava a identidade desses homens e mulheres na sociedade escravista norte-americana, antes de serem completamente empurrados para, e finalmente, se identificarem com a comunidade negra. WILLIAMSON, *New people...*, cit., p. 102.

¹⁷⁴ *Amalgamation...*, cit.

identificação racial da população, mas, com a abolição, a possibilidade de tirar proveito da ambiguidade racial somada aos velhos signos que estavam associados a “ser branco” criava algumas brechas. Performance, ou seja, a habilidade de agir como branco, e aceitação na sociedade branca, além de traços físicos, eram elementos que, combinados, possibilitavam o que o autor apontava como uma alternativa entre muitos dos seus conhecidos: estarem imersos no “mundo branco”.¹⁷⁵

A imigração para o Canadá, Europa e Caribe também refletia no decréscimo do número de pessoas mestiças. Durante a Guerra Civil, muitas famílias negras de pele clara imigraram para o Norte, fugindo da possibilidade de receberem o mesmo tratamento dispensado aos negros e tentando reconstruir suas vidas em locais onde fosse possível serem vistos como brancos... ou quase isto. Alguns imigraram para o Haiti, mas outros também permaneceram no Sul e se alistaram no exército confederado, embora depois de sofrerem práticas abusivas e não receberem os privilégios que esperavam, fossem desarmados e rebaixados para o batalhão de negros.¹⁷⁶

Um artigo publicado, em 1886, no jornal abolicionista negro *The Christian Recorder*, visionava um futuro em que negros e brancos, ao passarem a compartilhar a mesma cultura e história, se fundiriam, formando uma nova raça, através do processo de superação das divisões raciais no país, algo que, para o autor, seria resultado inevitável da miscigenação.¹⁷⁷ Esta parece ter sido a crença dos abolicionistas radicais, negros e brancos, para a solução das diferenças raciais nos Estados Unidos: a mistura racial como caminho de fusão das duas raças e construção de uma identidade nacional fundada em uma sociedade multirracial no pós-abolição. Seguindo a mesma lógica, o influente poeta e jornalista canadense, John Reade, deu sua contribuição sobre o assunto na revista *The Popular Science Monthly*, voltada para informar o leitor leigo sobre ciência. No artigo “*The intermingling of races*”, afirmava que a mistura racial já acontecia nos Estados Unidos, no Norte e no Sul, e apresentava resultados positivos no sentido de formar uma nação civilizada e uniforme.¹⁷⁸

¹⁷⁵ GROSS, *Litigating whiteness...*, cit., p. 109-188. Williamson afirma que depois da Guerra Civil as elites negras, inclusive aqueles que antes ocupavam um lugar intermediário na sociedade, se aproximaram da população negra recém-liberta exigindo direitos para todos e foram, cada vez mais, formando um só grupo racial, assim, durante o período conhecido como Reconstrução, era impossível definir quem era negro e quem era branco no país, sobretudo na Região. Porém, uma vez que o impostor negro que se passava por branco era descoberto, ele ou ela era imediatamente expurgado da comunidade branca. Ver: WILLIAMSON, *New people...*, cit., p. 77; 98.

¹⁷⁶ *Amalgamation...*, cit.; WILLIAMSON, *New people...*, cit., p. 76-77.

¹⁷⁷ A continental race. *The Christian Recorder*. 28 out. 1886. Autor anônimo.

¹⁷⁸ READE, John. The intermingling of races. *The Popular Science Monthly*. 1 jan. 1887.

Reade trazia o exemplo dos índios e brancos que se misturavam nos territórios indígenas do país. Segundo ele, os homens brancos estavam se relacionando com mulheres de etnia Cherokees e Choctaws, que “por sua beleza e inteligência poderiam ser comparadas a qualquer senhora do sul”. Citava a sobrinha de um senador que, a despeito da sua ancestralidade indígena, tinha olhos azuis e era capaz de ensinar línguas, filosofia e matemática, mas tinha esquecido sua língua materna. O exemplo da “índia de olhos azuis” que apropriava a cultura ocidental ao passo que esquecia a língua materna (indígena) era, para Reade, a prova do potencial positivo da mistura racial, que seria apagar o passado não europeu da sociedade americana representado na mulher de outra “raça”. Além de a “fusão de sangues distintos” representar o caminho para a civilização, o jornalista também afirmava que a mistura racial apaziguaria conflitos e preconceitos, o que já estava acontecendo entre índios e brancos que viviam nos territórios indígenas de forma harmoniosa.¹⁷⁹

Os resultados positivos e a inevitabilidade da mistura racial na América Latina eram exemplos citados pelo autor para convencer a sociedade norte-americana de que este era o melhor caminho a ser trilhado pelo país depois da abolição. Afirmava que, embora a escravidão tivesse ficado no passado, o cativo havia deixado uma questão a ser solucionada e que se arrastava nas décadas seguintes. Reade apresentava dados que informavam que, no México e na América do Sul, os *mixed blood* compunham 1/5 da população, somente 20% era composta por europeus e 3/4 por indígenas. Seguindo esta tendência, em países como Guatemala, Honduras, Nicarágua, San Salvador e Costa Rica, a maioria da população era indígena e mestiça. Na América do Sul, afirmava ele, as *mixed races* eram a parte mais numerosa da população e, até mesmo no Brasil, parte significativa dos escravizados e libertos era um “mix” de crioulos e índios. Aliás, Reade afirmava que os portugueses eram constantes “amalgamadores” que se misturavam com todas as populações que conquistavam, como era o caso do próprio Brasil, onde se misturaram com o negro e o índio, e, também, na África. No Haiti, Santo Domingo, Venezuela, Peru, Chile e Argentina, a tendência era a mesma: os indivíduos de origem mista faziam parte, inclusive, das lideranças políticas do país. O autor afirmava que, nos Estados Unidos, era difícil apontar esta mesma tendência de crescimento da

¹⁷⁹ READE, *The intermingling of races...*, cit. Como já dito, através das conclusões de McClintock, a conquista sobre a terra e os povos nativos também se expressa através das relações sexo-afetivas, nas suas dimensões de gênero, raça e classe. No caso das índias de olhos azuis e perfeitamente aculturadas à sociedade americana, podemos perceber que esta é a própria metáfora do sucesso da conquista do homem branco sobre a terra virgem (fêmea) que cede ao seu poder diante da alternativa da civilização. Para a autora, isto representa a dominação masculina branca sobre os trópicos e também sobre os povos nativos. MCCLINTOCK, *Imperial leather...*, cit., p. 1-14; 23-24.

população de origem birracial, uma vez que mestiçagem era uma marca de inferioridade e, portanto, os indivíduos mestiços que estavam vivendo como brancos jamais revelariam suas reais origens.¹⁸⁰

John Reade, assim como outros setores da sociedade que representavam uma minoria, propunha que os Estados Unidos adotasse oficialmente a mesma alternativa adotada pela maioria dos países latino-americanos: a mistura racial como o caminho que homogeneizaria a população do país. Porém, este projeto alternativo, que resolveria as tensões raciais pela via da integração, foi rapidamente sufocado e abortado pelas elites brancas do país. Nos Estados Unidos, desde a Revolução Americana, a nação era associada a uma terra de homens brancos e o caminho visto para a homogeneização, sobretudo depois da abolição, era a eliminação ou a remoção dos negros da sociedade. Com os anos finais da escravidão, a raça como categoria de classificação racial e a ideia de pureza foram se tornando mais determinantes na sociedade americana. Miscigenação é algo que está na fundação das nações norte e sul americanas, mas, ao contrário dos europeus na América Latina, os Estados Unidos trilharam, ao longo dos séculos, um outro caminho, uma outra base fundaria suas instituições que primariam pela “pureza racial” associando miscigenação, dentre outras coisas, a ilegitimidade. A violência, historicamente, foi uma importante ferramenta na manutenção da segregação e da “pureza racial”, explicando a existência de um sistema de classificação binário que marcaria a sociedade norte-americana até os dias atuais.¹⁸¹

É preciso pensar que ambos os sistemas raciais, tanto aquele que se baseia na pureza racial quanto aquele que aceita e até incentiva a mistura racial, como é o caso da América Latina, têm em comum a valorização da ancestralidade europeia que ainda é o ideal de civilização. Na América Latina, a mestiçagem seria um processo que conduziria à uniformidade da população, ao mesmo tempo em que o passado africano e indígena seria deixado para trás, como é citado por John Reade no caso da “índia dos olhos azuis”, exemplo máximo do potencial da mistura racial. A mestiçagem carregaria um sentido pejorativo em ambas as sociedades: na América Latina, porque traria a presença física e a memória das raças “cósmicas”, índios e africanos, que deveriam permanecer invisíveis, imateriais, etéreas; no caso dos Estados Unidos, a mestiçagem era perigosa porque gerava indivíduos “de cor”, mas que podiam ser livres, contrariando a associação de liberdade a *whiteness*. Além de tudo, os mestiços que se passavam por brancos (*passing*) contrariavam a ordem escravista e

¹⁸⁰ READE, *The intermingling of races...*, cit.

¹⁸¹ NASH, *The hidden history of mestizo America...*, cit.; FREDRICKSON, *The black image in the white mind...*, cit. p. 130-132.

frequentemente se inseriam no mundo branco, que seria contaminado com sua impureza. Assim, tanto a ideia norte-americana de *white supremacy* quanto a política e o discurso latino-americano pró-mistura racial se apoiam na negação das populações indígenas e africanas.¹⁸²

3.3 DECIFRANDO O “*MELTING POT*” BRASILEIRO: IMAGINÁRIO RACIAL BRASILEIRO NA IMPRENSA AMERICANA

Como já demonstrado, o pós-abolição nos Estados Unidos foi um período marcado por uma nova dinâmica nas relações de trabalho e pela tentativa de reformulação das hierarquias raciais vigentes na sociedade, sobretudo na Região Sul, pois, ao mesmo tempo em que a comunidade negra aspirava à plena participação na vida social e política do país, velhos valores racistas subsistiam entre a comunidade branca, que insistia em manter as antigas hierarquias raciais. Esta tensão instalou no país uma política de segregação racial que adentraria o século XX, na tentativa de conservar a Região Sul como último bastião da pureza racial no país. Um clima de paranoia e perseguição cercou a região onde um rígido sistema de discriminação foi sendo elaborado para colocar os negros, agora incluindo os que antes eram considerados mulatos, em uma condição muito próxima daquela que estavam durante a escravidão. No final do século XIX, a mistura racial, que já havia sido, até certo ponto, tolerada, era vista pelos sulistas como uma característica deplorável das populações dos estados do Norte e de outros países.¹⁸³

O futuro dos Estados Unidos como uma sociedade multirracial despertava a insegurança das elites conservadoras do país, que continuaram a buscar referências em outras nações ainda escravistas, como o Brasil. O país continuou a ser observado para se entender como a nação se organizava (ou não) sem a existência de leis de segregação racial e, também, para se perceber os efeitos da miscigenação entre a população. A capacidade do Império de manter a escravidão por tanto tempo, sobrevivendo à Guerra Civil americana, era uma enigma que despertava o interesse de escravistas e abolicionistas dispostos a entender a fórmula brasileira para manter o cativeiro até o final do século XIX. A partir disto, eles visavam buscar paradigmas para a sociedade norte-americana pós-abolição.

¹⁸² Estas ideias estão muito bem fundamentadas em: ESPLIN, Emron Lee. *Racial mixture and civil war: the histories of the U.S. South and Mexico in the novels of William Faulkner and Carlos Fuentes*. Michigan State University. Tese de Doutorado não publicada. 2008. Cap. 2. Ver, também: SEXTON, Jared. *Amalgamation schemes: antiblackness and the critique of multiculturalism*. Minneapolis, London: University of Minnesota Press, 2008. Introdução.

¹⁸³ Ver: WILLIAMSON, *New people...*, cit., p. 103-106.

O jornalista e abolicionista James Redpath publicou suas análises sobre a escravidão brasileira no jornal *The New York*, que tinha tendências abolicionistas. O artigo foi elaborado a partir da observação da obra do inglês Henry Koster, que escreveu sobre a escravidão brasileira na obra *Travels in Brazil* publicada em 1816.¹⁸⁴ Em 1857, após uma temporada viajando pelo Sul dos Estados Unidos, onde entrevistou e observou a vida de pessoas escravizadas, o jornalista criou no jornal uma coluna chamada “Berwick letters” na qual eram frequentemente publicadas suas impressões da viagem às *plantations* sulistas e, mais tarde, sobre a escravidão em outros países. Em 1866, seria a vez de James Redpath dedicar sua coluna ao tema da escravidão no Brasil. Ele se dizia cético sobre as notícias de uma escravidão excepcionalmente branda no país e, portanto, analisou aspectos específicos que confirmassem ou contradissem tal impressão.¹⁸⁵

O jornalista apresentava alguns pontos de análise que problematizavam a suposta brandura da escravidão brasileira. O primeiro deles era o fato de que, no Brasil, a maioria da população fosse negra, o que por si já constituía uma ameaça à segurança dos senhores de escravos, visto que, atos de excessiva violência poderiam despertar a ira de escravizados e libertos. Outro sinal da suposta “bondade” dos senhores de escravos brasileiros era a concessão de alforrias que, segundo Redpath, só ocorriam quando os escravos eram muito idosos. Questionando crenças na ausência de violência no Brasil, Redpath afirmava que havia recebido notícias da reconhecida crueldade dos capitães do mato e dos senhores de escravos quando castigavam os fugitivos. A venda para províncias onde a condição de vida da população escravizada era mais dura era uma frequente forma de castigo: “O Maranhão é para Pernambuco o que a Louisiana era para o negro da Virgínia: um terror”.¹⁸⁶

Certamente, as relações raciais e a miscigenação foram tema da análise de Redpath. O autor também citava, embora com desconfiança, outros observadores que afirmavam que a escravidão brasileira era uma “relação pessoal” não entre negros e brancos, mas entre senhores e escravos. A fusão social, proporcionada pela suposta ausência de preconceito racial, evitava revoltas e insurreições e o fato de muitos senhores de escravos serem também negros, fazia do sistema escravista algo interessante para muitos africanos e

¹⁸⁴ JOHNSON, Rossiter; BROWN, John Howard (Ed.). *The Twentieth Century Biographical Dictionary of Notable Americans*. Boston: The Biographical Society, 1904. v. IX.

¹⁸⁵ REDPATH, James. Milder type of slavery in Brazil. *New York Tribune*, 31 mar. 1866.

¹⁸⁶ Id., *ibid.* Redpath comparava as províncias brasileiras com as regiões escravistas dos Estados Unidos para apontar que algumas tinham a reputação de ser mais duras que outras, para os escravos, fosse pela crueldade dos senhores ou pelas condições de trabalho. Neste caso, ele afirmou que, no Brasil, o Maranhão, e, nos Estados Unidos, o estado da Louisiana eram locais evitados por homens e mulheres escravizadas.

seus descendentes. O fato de alguns autores e comentaristas acreditarem que a mistura racial se encarregaria de dar fim ao cativeiro no Brasil era algo questionável para o jornalista, que também recebia com cuidado as afirmações de que o liberto no Brasil vivia melhor do que nos Estados Unidos.¹⁸⁷

Outra questão merecedora da sua curiosidade foi o resultado da mistura racial que, segundo as informações que recebeu, produzia uma variação de cores entre indivíduos da mesma família. O jornalista ponderava que, no Brasil, a variação de cores dentro da mesma família era tão grande que ficava difícil saber se tal variação era resultado da mistura racial ou dos desmandos sexuais das mães, que poderiam ser infieis aos seus parceiros. Esta última possibilidade trazida por James Redpath também revela traços dos seus preconceitos sobre a conduta sexual das mulheres negras nos trópicos: sendo ela a transmissora de parte das características da sua prole, a variação dos parceiros poderia explicar as diferenças entre seus filhos. Ainda de acordo com uma informante, uma mulher definida como “mulata”: “os filhos dos mulatos são como filhotes de animais, eles são de todas as cores”.¹⁸⁸

Assim como outros países latino-americanos, o Brasil ficaria ainda por muito tempo no imaginário dos Estados Unidos como um lugar onde a mistura racial seria o cerne de distinção do país em relação aos Estados Unidos. Além disto, esta imagem caótica era agravada pela presença de indivíduos que pareciam brancos, mas, na verdade, eram mestiços e que poderiam se inserir na sociedade a despeito da sua origem obscura. As histórias vindas do Brasil também carregavam um forte tom de advertência, tanto no sentido da possibilidade de o mesmo vir a acontecer nos EUA quanto da importância da manutenção de políticas que reforçassem a segregação racial como forma de proteger os brancos do país e a pureza de suas famílias. Retratada de forma romantizada, a sociedade brasileira era um Éden sem regras, onde o sexo inter-racial era livre, o que contribuía ainda mais para a construção de uma ideia sobre a vida no exótico (erótico) mundo tropical. Esta imagem do Brasil era inventada, reforçada e necessária para a construção de uma imagem oposta de “nação americana”, uma ideia que também ia sendo construída sob características e valores completamente contrários.

O escritor Frank Carpenter, por exemplo, contou a história de uma família americana no Rio de Janeiro, no romance *Round about Rio*, em que os viajantes narravam suas experiências no Brasil e suas impressões sobre negros e mulatos locais.¹⁸⁹ Carpenter também escreveu sobre o Brasil não só como romancista, mas, também, como observador

¹⁸⁷ REDPATH, *Milder type of slavery in Brazil...*, cit.

¹⁸⁸ Id., *ibid.*

¹⁸⁹ CARPENTER, Frank de Yeaux. *Round about Rio*. Chicago: Jansen & McClurg Company, 1884.

estrangeiro que tentava entender a dinâmica da sociedade local estabelecendo pontos de comparação com a sociedade norte-americana. Em 1881, ele publicou estas impressões no artigo “*Race in Brazil*”, através do qual tentava entender as razões da ausência de preconceito no Brasil e como a mistura racial, vista como uma prática natural no país, orientava diversos aspectos da vida do brasileiro.

No seu desejo de autodesenvolvimento, o Brasil tem avançado através de passos exaustivos com um crescimento forçado e destruidor. O país tem trazido um grande número de imigrantes de todas as nações para os seu litoral, e entre eles, evidentemente, os homens tem predominado. Estes homens tem que ter esposas, e desde que o país não tem mulheres brancas o suficiente para atender à demanda, eles tem sido obrigados a aceitar mulheres descendentes de negro e de indígenas. Em consequência, os três sangues estão se misturando fortemente em todos os níveis da sociedade brasileira, e uma linha de cor é produzida de forma indistinta. Como o nascer da manhã, é difícil dizer onde a escuridão termina e onde a luz começa.¹⁹⁰

O escritor dizia perceber que, da mesma forma que nos Estados Unidos, a presença da população negra também era considerada um mal para o Brasil. Além disto, mesmo afirmando que o preconceito racial era um sentimento injusto e antirrepublicano fortemente enraizado na sociedade norte-americana, Carpenter não acreditava que negros e brancos deveriam ocupar o mesmo lugar na sociedade ou, até mesmo, que fossem iguais. Para ele, a razão da ausência de preconceito racial no Brasil era a miscigenação, que aproximava, arrefecia os ânimos, mas, ao mesmo tempo degenerava a população. O observador se surpreendia com a existência de um santo negro, São Benedito, que representava esta parcela negra da população. Além disto, as hierarquias raciais eram respeitadas no Exército onde havia uma intensa diversidade racial, mas, “desde que os negros são inquestionavelmente uma raça inferior”, segundo suas palavras, os brancos eram aqueles que ocupavam o alto escalão das Forças Armadas.¹⁹¹

Como não poderia deixar de fazer, Frank Carpenter também acionou sua imaginação literária para divagar um pouco mais sobre a intrigante aceitação da miscigenação na sociedade brasileira. Segundo ele, em uma noite maravilhosa, depois de abrir sua janela e receber a brisa do inverno tropical ele ouviu a música da ópera “*Aída*” que, provavelmente, estaria sendo tocada por um pianista mulato. O cenário poético foi fonte de inspiração para que o romancista se percebesse “filosofando de forma amadora” sobre o sucesso de tal ópera

¹⁹⁰ CARPENTER, Frank de Yeaux. *Race in Brazil*. *Lippincott's Magazine of Popular Literature and Science*, jan. 1881.

¹⁹¹ CARPENTER, *Race in Brazil*..., cit.

no Brasil. A reflexão de Carpenter o faria concluir que o sucesso da ópera “Aída” estava no romance inter-racial entre “a princesa etíope de pele escura e seu amante egípcio do norte”, o general branco Radamés.¹⁹²

O romance entre Aida e Radamés, de acordo com Carpenter, atraía a atenção e a simpatia dos brasileiros porque a relação amorosa e transgressora entre a princesa negra e o general branco gerava nos brasileiros um sentimento de aprovação ao que o observador chamou de “crime da miscigenação”. Com a mesma temática, um amor inter-racial impossível, a ópera brasileira “O Guarani”, também era, na opinião de Frank Carpenter, uma representação do sentimento nacional sobre a mistura racial: “uma heroína portuguesa de olhos azuis e cabelo dourado, e o herói um indígena de sangue puro”. A abertura e naturalidade com que a sociedade brasileira aceitava relações entre pessoas de “raças distintas” era, para o escritor, um reflexo daquilo que evitava animosidades raciais no país ao passo que também era a mesma razão que impedia o progresso da sociedade, moral e fisicamente.¹⁹³

O tema da miscigenação também estava presente na ficção norte-americana sobre os Estados Unidos antes e após a Guerra Civil, porém, naquele momento, a culpa pela mistura racial saíria completamente das mãos dos senhores de escravos e seria transferida para os negros, sobretudo as mulheres negras que eram acusadas de seduzir os homens brancos com a sua sexualidade excessiva. Assim como em outros países, nos Estados Unidos pós-abolição, a produção cultural também estava comprometida com uma determinada ideia de nação, portanto, as obras tanto revelavam um projeto oficial quanto as expectativas populares sobre os resultados da mistura racial. Assim foi produzida a personagem do mulato, homem ou mulher, que, na literatura da época, cumpria o papel de retratar uma pessoa perigosa e confusa a respeito da sua identidade. A aproximação deles ao mundo dos brancos sempre deixava um resultado trágico e, na vida real, isto justificava políticas de segregação racial e controle da sexualidade visando proteger a pureza de sangue nos Estados Unidos.¹⁹⁴

¹⁹² Aida é uma ópera composta por Giuseppe Verdi e Antonio Ghislanzoni, que estreou no Cairo, em 24 de dezembro de 1871. A obra foi apresentada, pela primeira vez, no Brasil, em 30 de junho de 1886, no Teatro Lírico Fluminense, no Rio de Janeiro. Informações gerais sobre a ópera Aida podem ser encontradas em: <<http://en.wikipedia.org/wiki/Aida>>.

¹⁹³ CARPENTER, *Race in Brazil...*, cit.

¹⁹⁴ PAULIN, Diana Rebekkah. *Imperfect unions: staging miscegenation in U.S.; drama and fiction*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2012, p. 3-5. STERN, Julia. Spanish masquerade and the drama of racial identity in Uncle Tom’s Cabin. In: GINSBERG, Elaine (Ed.). *Passing and the fictions of identity*. Durham: Duke University Press, 1996, p. 174-175.

Os autores também construíram uma circunstância comum para retratar a forma como romance e mistura racial aconteciam nos Estados Unidos. Inicialmente, uma situação de *passing* sempre se fazia presente, ou seja, uma personagem negra, homem ou mulher, tirava vantagem da pele clara passando-se por branco. Além da cor da pele, outros elementos como sotaque, domínio da dinâmica racial local, uma certa atitude diante de pessoas brancas e negras, a capacidade de dissimulação, ou seja, uma performance da branquitude eram necessárias para que este homem ou mulher fosse inserido/a no mundo dos brancos. Além disto, havia regiões onde os *passings* eram mais favoráveis, pelo menos, na ficção: locais como New Orleans e Charlotte, cidades com grande circularidade de estrangeiros e mais próximas da América Latina e do Caribe eram cenários preferenciais para favorecer este tipo de encontro. Mesmo assim, o desfecho final era sempre trágico: o impostor, ou *tragic mulatto*, era descoberto e a mensagem final era que a mistura racial definitivamente deveria ser condenada nos Estados Unidos.¹⁹⁵

O jornal *The State*, da Carolina do Sul, publicou, em 1892, o artigo *A creole beauty*. O texto, que mais parecia uma ficção, contava a história de Elizabeth Farnese, que chegou a Nova Orleans vinda de Santiago de Cuba, trazida por uma mulher de quem era criada. Elizabeth é descrita no artigo como uma mulher de cerca de 18 anos, dotada de “olhos encantadores e cabelos brilhantes”. O segredo de Elizabeth era revelado pelo autor, já no início do artigo, quando ele descreve a cor da sua pele: “a moça tinha a quantidade suficiente de sangue negro nas suas veias para dar uma [leve] cor escura a sua pele ricamente macia”. Elizabeth afirmava ser *creole*, termo que, nos Estados Unidos, definia alguém nativo das Índias Ocidentais ou da América do Sul e que tivesse ancestralidade europeia. O mesmo termo também era utilizado para designar “qualquer pessoa nascida próxima aos trópicos”.¹⁹⁶ Assim, Elizabeth tentava escapar das especulações sobre sua origem racial usando a

¹⁹⁵ PAULIN, *Imperfect unions...*, cit., p. 8-9; 37; STERN, *Spanish masquerade and the drama of racial identity...*, cit; KINNEY, James. *Amalgamation! race, sex, and the rethoric in the Nineteenth-Century american novel*. Praeger, 1985. p. 106-109. Alguns importantes romances lançados antes e após a Guerra Civil e que abordam a questão do *passing* e do *tragic mulatto* são: *The Quadroons*, de Lidia Maria Child (1842); “*Clotel*” e *The mulatto*, de William Wells Brown (1853); *Uncle Tom’s Cabin* (1854), de Harriet B. Stowe; *The octorrom, or life in Louisiana*, de William Wells Brown (1859); e *The curse of caste, or the slave bride*, primeiro romance escrito por uma mulher afro-americana, Julia C. Collins (1865). No pós-guerra, importantes referências são a peça *The white slave*, de Bartley Campbell (1882) e *An imperative duty*, de William Dean Howells (1891). No século XX, podemos citar: *Passing*, de Nella Larsen (1929), e as importantes obras do autor William Faulkner, como *Light in august* (1932) e *Absalom, Absalom!* (1936).

¹⁹⁶ THE NEW AMERICAN DICTIONARY OF THE ENGLISH LANGUAGE. New York: World Manufacturing CO, 1882. O dicionário Webster (1882) está disponível em: <<https://archive.org/stream/newamericandicti00newyiala#page/84/mode/2up>>. Acesso em: 12 nov. 2013.

ambiguidade da sua imagem e justificando o tom “bronzado” da sua pele pelas suas origens latino-européias.

A personagem de Elisabeth Farnese parece ter sido uma imagem corrente na ficção do Sul dos Estados Unidos, onde se imaginava que europeus de origem latina (portugueses, espanhóis) tinham a pele escura, ou bronzada, em relação aos anglo-saxões. Para isto, o homem ou mulher que estava praticando *passing* deveria adotar um sobrenome latino, o que justificava a cor da sua pele. Segundo Williamson, até a Guerra Civil, existia no Sul alguma tolerância em relação a indivíduos de pele escura, mas que eram de origem latina, ou seja, de outra nacionalidade. Porém, sobretudo depois da guerra, ao passo que a obsessão com a pureza racial aumentava na região, inclusive com a implementação de leis que proibiam o casamento inter-racial, estes indivíduos também foram aproximados à categoria de negros. Vale ressaltar que relações sexuais, portanto, ilegítimas, e privadas não eram proibidas, somente casamentos. No estado da Louisiana, por exemplo, casamentos entre negros e brancos eram proibidos até o ano de 1967.¹⁹⁷

A outra coisa que a *creole* teria que explicar era o motivo que a havia levado à pobreza, o que a forçava a trabalhar como serviçal. Conhecedora das narrativas sobre as relações raciais e seu suposto lugar social na América do Sul, Elisabeth complementou sua performance afirmando ser filha de um plantador de café no Brasil que, depois de possuir muita fortuna, havia caído na bancarrota. A origem burguesa explicava seus bons modos, sua aparente boa educação e seu inglês falado com um “leve sotaque estrangeiro”. Vivendo na sociedade sulista, sendo aceita nos círculos sociais brancos, transitando entre os jovens como “uma igual” ela conseguiu atrair a atenção de um rico rapaz inglês que a pediu em casamento. O conto de fadas de Elisabeth começou a desmoronar à medida que a sua verdadeira identidade começou a ser investigada pela “ambiciosa” mãe do noivo, que associou o nome de Elisabeth Farnese a dinastias italiana e espanhola. Investigando a linhagem de Elisabeth, a sua futura sogra escreveu diversas cartas à América do Sul para tentar comprovar a origem da tal *creole* de pele duvidosamente bronzada.¹⁹⁸

¹⁹⁷ A creole beauty: the scion of an English family narrowly escapes miscegenation. *The State*, Columbia, Carolina do Sul, 1892. Sobre as impressões acerca dos “latinos” no imaginário sulista, ver: WILLIAMSON, *New people...*, cit., p. 91-97; 103.

¹⁹⁸ Id., *ibid.* Na verdade, a investigação promovida pela mãe do noivo reflete a importância da origem como marcador de classe mas, também, como garantia da ancestralidade racial e de sua importância na sociedade sulista, consciente dos “riscos” da “contaminação” pelo sangue negro. Isto também aponta a popularidade das ideias científicas da Escola Americana de Etnologia e suas teses sobre os males da mistura racial. WILLIAMSON, *New people...*, cit., p. 103.

Por fim, descobriu-se que, na verdade, Elizabeth era filha de “um humilde casal de mulatos que por anos havia cuidado de uma igreja em Santiago”, em Cuba. A boa educação e os modos sofisticados de Elizabeth eram justificados pela educação em um convento, fruto da compaixão dos fiéis da igreja, compadecidos pela pobreza da “família de cor”. Descoberta as origens afrodescendentes de Elizabeth, a preservação da pureza racial da família do seu então futuro noivo fez com que o casamento fosse cancelado e o escândalo abafado com o pagamento de uma soma de dinheiro que comprou o silêncio de Elizabeth.

O quase noivo sofreu com tristeza a forçada separação, despertando o deboche nos seus círculos sociais. Além disto, ele teve que esperar para que, da próxima vez, sua mãe escolhesse um par “mais apropriado” para que ele se casasse. Segundo o jornal, ele nunca mais foi visto com *Spanish beauties*. A *creole beauty* que, até então, vivera como branca, foi buscar uma nova vida na América do Sul, herdou uma herança e se casou com um homem falido. Porém, na América do Sul, onde pessoas com a origem racial de Elizabeth tinham possibilidades de ascensão social, uma vez que poderiam viver como branca, a sua história teve final feliz já que um dos seus filhos se tornou “um rico oficial do governo e influente cidadão da República do Brasil”.¹⁹⁹

Verídica ou não, a história de Elizabeth Farnese e sua tentativa de *passing* no Sul dos Estados Unidos revelam muito da política racial do país e da projeção das elites sobre a dinâmica racial da América Latina. Primeiro, a família inglesa, por pouco, fora “contaminada” pela miscigenação, o que era uma advertência às famílias do Sul para que garantissem a pureza da sua linhagem tomando cuidado com os indivíduos, homens e mulheres, que, embora vivessem como brancos, na verdade, eram negros. A estória também revela a imprecisão destas categorias raciais: *creole*, *Spanish*, *mulatto*, *latin* eram termos apropriados por pessoas como Elizabeth e que viviam na sociedade sulista mobilizando estas possibilidades de atuarem como brancos, de forma a lhes garantir melhores condições de vida.

Por fim, o Brasil foi eleito por Elizabeth como país que justificasse a sua origem, quando afirmou ser filha de um senhor de café, o que fazia dela uma igual em uma sociedade de raízes escravistas. Ela também escolheu o mesmo país como seu destino, uma vez que, somente na América Latina, pessoas como ela poderiam transitar no mundo branco, sendo, de

¹⁹⁹ HIRALDO, Carlos. *Segregated miscegenation: on the treatment of racial hybridity in the U.S. and Latin American literacy traditions*. New York and London: Routledge, 2003, p. 51-61. O autor discute como os personagens que praticam *passing* são bem sucedidos na ficção latino-americana, o que está em diálogo com os projetos nacionais de branqueamento da população através da mistura racial. Já nos Estados Unidos, mesmo os personagens de pele clara não conseguem êxito nas suas tentativas de se inserirem na sociedade branca e acabam sendo desmascarados no final da trama.

fato, parte dele para os padrões do país onde a mistura social era prática comum. Lá, não nos Estados Unidos, sua linhagem poderia almejar o futuro que ela queria para si, concretizado na trajetória do filho oficial, que era, finalmente, parte das elites nacionais brasileiras e que era tão cidadão quanto os recém-libertos daquele país. Somente no Brasil, onde havia plena aceitação da mistura racial, Elizabeth Farnese poderia ser conhecida como branca. Nos Estados Unidos, depois de descoberta a sua ancestralidade africana, ela seria mais uma *tragic mulata*.

Nos anos que seguiram a Guerra Civil, a sociedade norte-americana sentiu a necessidade de se reinventar. Já que a escravidão, que ordenava o lugar social de negros e brancos, não existia mais nos estados sulistas, este era o momento de a nação criar novas regras para manter velhos modelos de diferença e de segregação baseados na diferença racial. Assim, os olhos das elites norte-americanas se voltaram para países latino-americanos para construir uma ideia de nação a partir daquilo que os fazia diferente dos “outros”. O Brasil, como grande nação escravista, teve papel fundamental neste processo de criação da “nação americana” no pós-guerra, isto porque, neste período, quando os temores de que a proximidade entre negros e brancos resultasse em uma “latinização” da população norte-americana, foram reforçadas as defesas da pureza racial a partir da manutenção de antigas teorias que condenavam a miscigenação como prática que degenerava a população branca.

Neste sentido, a sociedade brasileira apareceu como exemplo daquilo que a sociedade norte-americana, no Sul e no Norte, evitava se tornar. Artigos de jornais, romances, debates e uma intensa produção da mídia da época formavam as opiniões dos norte-americanos que, cada vez mais, viam o Brasil como “paraíso dos mulatos” que se passavam por brancos e, portanto, o “inferno” daqueles que se consideravam “brancos puros”. Ainda assim, alguns setores acreditavam que estes “defeitos” do Brasil poderiam indicar que, no país, havia uma falta de lideranças que tivessem condições de comandar a nação. O Brasil tinha vários benefícios, como riquezas naturais e, sobretudo, mantinha a escravidão. Alguns norte-americanos viram nestes fatores e nesta intensa população mestiça e degenerada uma possibilidade de transplantar os sonhos escravistas e de *white supremacy* para a América Latina. É o que veremos no capítulo a seguir.

4 **POR MEDO DO “DESPOTISMO AFRICANO”: RELAÇÕES RACIAIS NO SUL PÓS-ABOLIÇÃO E IMIGRAÇÃO CONFEDERADA PARA O BRASIL**

A Guerra Civil norte-americana, conflito que ocorreu entre os anos de 1861 a 1865, foi o momento final de anos de discordância entre os estados do Sul e Norte dos Estados Unidos sobre a manutenção e expansão da escravidão pelo país. A ideia de separação, ou secessão, foi fruto da impossibilidade de acordo entre políticos que defendiam seus argumentos pró e contra o cativeiro a partir de fundamentos que iam se sofisticando nas décadas de 1840 e 1850. Na medida em que se acentuavam os conflitos ideológicos também se acirravam os conflitos entre as regiões. A derrota dos confederados provocou diferentes sentimentos e expectativas entre a população negra e branca que vivia no sul dos Estados Unidos.¹

Para a população negra, a ocupação do exército ianque nos estados do Sul significou a possibilidade de uma vida autônoma, o que gerou um remodelamento dos seus planos e perspectivas de vida futura em um país onde agora eram livres. Já para a população branca sulista, a abolição significou pânico, incertezas e a expectativa de um futuro de humilhações e isto porque, em uma sociedade escravista, a autoridade branca e patriarcal estava diretamente relacionada à sua antiga condição de senhores de escravos. Tal autoridade, segundo eles, era fruto do seu lugar natural na sociedade, como era lugar natural dos homens e mulheres negras lhes deverem respeito e subalternidade.²

Temendo que tais mudanças também trouxessem novas regras raciais que derrubariam a autoridade e a supremacia branca na região, muitas famílias sulistas imigraram para o Brasil. O país foi escolhido porque ainda mantinha o principal atrativo, que era a escravidão. O cativeiro no Império criava expectativas de que, na América Latina, eles poderiam reconstituir suas vidas e viver exatamente como viviam no Sul. Assim, quando os sulistas vieram para o Brasil, imbuídos de fortes valores de pureza racial, segregação e *white supremacy*, encontraram uma sociedade com hierarquias sociais e regras raciais extremamente complexas e muitas vezes distintas daquelas vigentes no Sul norte-americano.

Neste capítulo, vamos debater as interpretações dos confederados, muitos deles ex-senhores de escravos, sobre a sociedade brasileira. Interessa-nos discutir as diversas

¹ FONER, Eric. *Politics and ideology in the age of the Civil War...*, cit., p. 34-53.

² FONER, Eric. *Nada além da liberdade: a emancipação e seu legado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

comparações que fizeram entre o país e sua terra natal além de perceber como, na América Latina, reforçaram suas ideias segregacionistas e racistas entre os anos de 1865 e a década de 1880. Depois da experiência brasileira, muitos deles voltariam para os Estados Unidos ainda mais crentes na ideia de pureza racial, que seria fortalecida depois de terem visto de perto os efeitos da “mistura de raças” no Brasil.

A abolição, segundo os sulistas brancos, não só era um prejuízo à economia da Região, mas, também, um golpe sobre sua autoridade, pois afetava as rígidas hierarquias raciais vigentes e que, segundo eles, eram fundamentais para manter a harmonia e a ordem da sociedade. Como já afirmamos, eles esperavam uma completa inversão da ordem, ondas de violência e revanchismo racial que motivariam ataques dos negros contra os brancos. Mais graves ainda eram as previsões de que os negros se tornariam uma maioria numérica e também política, elaborando leis e novas práticas sociais que fariam com que os brancos fossem seus subalternos e vítimas de uma suposta supremacia negra.³ James McFadden Gaston, um médico da Carolina do Sul que, futuramente, imigraria para o Brasil e atuou como cirurgião no exército confederado, expressou sua revolta ao descrever para sua esposa seus sentimentos quanto à participação de homens negros no exército da União: “O insulto diabólico do nosso inimigo é provocar essa vergonhosa cena que eu descrevi acima. Se eles pudessem apreciar a verdadeira relação entre negros e brancos e entre senhores e servos no sul, eles veriam a maldade e insensatez de provocar esta Guerra”.⁴

A cena chocou o confederado, uma vez que, para ele, era inconcebível que homens negros, a quem ele se referia como *darkies*, pegassem em armas para lutar contra brancos em favor da sua liberdade. Além do mais, o alistamento de negros no exército, lutando contra aqueles que eram seus proprietários até recentemente, significava uma intervenção violenta sobre as regras de paternalismo e submissão que orientavam as relações entre negros e brancos no Sul dos Estados Unidos. Por isto, quando escreveu para a sua esposa, James McFadden Gaston descreveu a cena como “o primeiro ato de hostilidades entre negros e brancos”. Para o médico, os atos de insubordinação da população negra, o que era visto como desordem, eram causados pelas ideias abolicionistas sobre a política pró-abolição do recém-empossado presidente Lincoln e o motivo principal da Guerra, a escravidão.

³ MANNING, *What this cruel war was over...*, cit., p. 4-38.

⁴ GASTON JR., James McFadden. *A pathfinder of yesterday: James McFadden Gaston: patriot, explorer, scientist* (1868-1946), p. 25. Folder 18-20. Coleção James McFadden Gaston Papers 1852-1946, The Southern Historical Collection-University of North Carolina, p. 25. Esta obra, organizada pelo filho de James McFadden Gaston, é uma coletânea de textos e de cartas escritas pelo seu pai, contendo alguns comentários do filho sobre sua vida no Brasil.

O historiador Steve Hahn questiona por que a historiografia da Guerra Civil não considera como rebeliões escravas os atos de insubordinação que ocorreram concomitantemente à Guerra Civil. Para o pesquisador, a comunidade afro-americana do Sul foi responsável por tensionar este momento, pautando a questão da liberdade durante o conflito que, no princípio, não visava abolir a escravidão. A participação e o protagonismo negro culminaram no desgaste do sistema escravista, após fugas, inclusive para exércitos da União e para o Norte, organizando-se e formando comunidades de pessoas livres e escravizadas, apropriando e celebrando a abolição em outras nações, como o Haiti. Esta história contraria uma narrativa que representa homens e mulheres negros escravizados no Sul como pessoas subalternas que nutriam relações paternalistas com seus senhores.⁵

O temor de uma vingança promovida pelos negros e a desconfiança, que causava uma forte sensação de vulnerabilidade no pós-guerra, também permeavam as fantasias da sulista Julia Schwartz, do estado da Georgia. Para se ter uma ideia de quão longo seria este sentimento de insegurança e inconformidade com a abolição, em 1874, quase dez anos depois do fim da guerra, em um período chamado de Reconstrução, Julia revelou que ainda se sentia insegura quando muito próxima a homens e mulheres negras. Em carta aos seus irmãos, futuros imigrantes para o Brasil, afirmava “não estar boa para nada” e que ansiava por melhorar sua saúde afetada por males cardíacos. Ela acreditava que havia sido “envenenada por uma mulher negra” contratada para ajudá-la nos afazeres domésticos.⁶

A rebeldia e a insubordinação da população negra livre era algo temido não só no convívio doméstico, mas, também, nas *plantations*, onde eram percebidos os resultados da nova ordem nas relações de trabalho. Em 1866, o tenente confederado James Peter Baltzell estava passando por dificuldades financeiras e afirmava trabalhar duro para administrar sua *plantation* no Sul dos Estados Unidos após a abolição. Para ele, aquele ano estava sendo um pouco melhor que o ano anterior, quando a Guerra Civil havia terminado. Em 1865, ele também dizia não ter extraído muito trabalho daqueles que ainda chamava de “meus negros”. A queda da produtividade na mão de obra era intensificada durante o verão, quando, segundo Baltzell, eles “iam se registrar para votar e começavam a faltar ao trabalho”.⁷

⁵ HAHN, *The political words of slavery and freedom...*, cit.

⁶ Carta de Julia Schwartz para George Barnsley, dez. 1874. George Scarborough Barnsley Papers, 1837-1918. In: Southern Historical Collection, Davis Library, University of North Carolina, Chapel Hill.

⁷ Carta de James Peter Baltzell para George Barnsley, 1866. George Scarborough Barnsley Papers, 1837-1918, In: Southern Historical Collection, Davis Library, University of North Carolina, Chapel Hill.

O desejo de participação política da população negra não incomodava James P. Baltzell somente porque eles faltavam ao trabalho para garantir seu direito ao voto. A apropriação dos direitos políticos por parte de homens que, pela primeira vez, poderiam determinar o futuro da Região Sul, também despertava preocupações sobre seu potencial de intervenção política, uma vez que, depois da abolição, os homens afro-americanos galgaram mais direitos políticos. As leis que garantiam os votos dos negros, chamadas por Baltzell de “leis contra os sulistas”, faziam com que os negros estivessem “orgulhosos da sua importância” e este orgulho dos que, até pouco tempo, eram escravizados indicava que eles não abririam mão de todos os privilégios que pudessem usufruir na arena política e social.⁸

Os novos direitos adquiridos pelos libertos vinham no conjunto de medidas aplicadas durante a Reconstrução, período que sucedeu a Guerra Civil. A partir do ano de 1867, a Reconstrução visava garantir o emprego do trabalho livre na Região Sul, a reincorporação dos Estados Confederados à União, além do direito ao voto da população negra e da concessão de cidadania aos afro-americanos, o que aconteceu somente com a 14ª Emenda, implementada em 1868. A liberdade e a Reconstrução mudaram drasticamente a dinâmica da vida no Sul, já que, então, homens e mulheres negras poderiam, de alguma forma, impor suas condições de trabalho, por exemplo, recusando-se a trabalhar para seus ex-senhores. Outros mantinham estes vínculos, mas, a partir de então, recebiam salários. As famílias nucleares cresceram entre a comunidade afro-americana, adotando modelos convencionais, em alguns casos, com as esposas cuidando da casa enquanto os maridos trabalhavam. Muitos decidiram deixar o Sul e imigrar para os estados do Norte.⁹

Essa autonomia foi vista com antipatia, revolta e entendida como inversão da ordem social, insubordinação e quebra das regras paternalistas que, inclusive, garantiam que a população branca interferisse e determinasse as escolhas pessoais da população negra. Com o poder de controle agora limitado, a elite política do Sul se viu destituída de poder, o que gerou entre eles um sentimento ainda mais resistente à abolição, provocando diversos atos de violência que tinham como alvo homens e mulheres negras. Os ex-senhores de escravos começaram a entender que, sem a escravidão, que orientava as relações raciais, eles sofreriam uma drástica perda da soberania que os distinguia do resto da população.

O general Robert Augustus Toombs, um dos líderes fundadores dos Estados Confederados, expressou medo e revolta quanto aos novos rumos do Sul, no ano de 1867, em uma carta escrita para o general John Cabell Breckinridge, que havia sido Secretário de

⁸ Carta de James Peter Baltzell para George Barnsley, 17 jul. 1866..., cit.

⁹ FONER, *A short history of reconstruction...*, cit., p. 35-54.

Guerra dos Estados Confederados e vice-presidente dos Estados Unidos entre os anos de 1857 e 1861. Quando voltou a New Orleans naquele ano, após uma viagem à Europa, Toombs recebeu de surpresa a notícia da aprovação da lei que impunha a Reconstrução no Sul, o que o fez “desejar voltar para Paris”.

Tudo parece muito pior do que eu esperava. As mudanças têm sido rápidas e radicais. O espírito do melhor grupo de pessoas tem sido completamente destruído. Falência e ruína tem se espelhado pela região... as pessoas mais sérias e elevadas estão em desespero diante do que tem acontecido.¹⁰

Para Toombs, as leis que ampliavam os direitos dos libertos, ao mesmo tempo em que enfraqueciam os ex-senhores de escravos, tinham um único efeito positivo, a resistência organizada de setores escravistas e confederados. Ele informava a Breckinridge sobre a participação de negros e nortistas no programa de Reconstrução. Segundo Robert Augustus Toombs, a situação ainda estava controlada em regiões que ficavam longe dos centros urbanos, onde os negros “se comportavam bem, desde que longe das cidades e longe da influência maligna dos Yankees”. Para Toombs, os negros viviam muito bem e felizes quando escravizados e “cuidados” pelos seus senhores, até que os unionistas incutiram em suas cabeças que viver como livre era melhor que viver como escravo, já que eles não eram capazes de discernir os benefícios da autonomia e da submissão. Este era um típico exemplo do pensamento paternalista que orientava as relações entre negros e brancos no Sul escravista.¹¹

O destinatário da carta, John Cabell Breckinridge, havia, ele mesmo, trocado a Região Sul dos Estados Unidos por Cuba, depois Londres, Canadá, e viveu na Europa entre 1866 e 1868, quando voltou para o seu país natal. Já Robert Augustus Toombs parecia estar mais interessado em proteger sua esposa e “netinhos” do que em lutar para restabelecer o poder político confederado. Ainda na carta, ele anunciava o projeto de seguir os mesmos passos do amigo e imigrar para Toronto, Canadá. Segundo ele, esta seria a melhor solução para se proteger da “tempestade”, ou melhor, do que chamou de “despotismo africano”.¹²

Rancor, ódio racial e a resistência de aceitar uma nova ordem que submetia os Confederados à União motivou a decisão de muitas famílias sulistas de deixarem os Estados

¹⁰ Carta de Robert Augustus Toombs para John Cabell Breckinridge, 30 abr. 1867. *Hargrett Manuscripts*, University of Georgia Libraries.

¹¹ FREDRICKSON, *The arrogance of race...*, cit. p. 17-34.

¹² Carta de Robert Augustus Toombs para John Cabell Breckinridge, 30 abr. 1867..., cit.

Unidos.¹³ Além disto, migrar para outras nações escravistas tornaria possível a continuação da vida sob regras raciais que eram familiares e confortáveis para os confederados. Robert Augustus Toombs justificou sua decisão como parte de uma tendência que vinha ocorrendo no Sul.

Eu acho que os radicais serão bem sucedidos na sua política: o abandono do país acontecerá numa proporção que eu não tenho ideia. Na verdade, as opiniões estão cada vez mais inclinadas a defenderem a ida para o Brasil, onde o governo parece estar extremamente ansioso para promover a imigração. Uma grande quantidade das melhores pessoas do sul estão determinadas a abandonar o país quando ficar evidente que eles não poderão defendê-lo... em dois anos vai acontecer uma guerra ou o maior êxodo que nós testemunhamos nos tempos modernos.¹⁴

Assim, a decisão de deixar os Estados Unidos pós-abolição não foi somente uma medida individual de homens que visavam proteger suas famílias. A imigração, inclusive para outras nações escravistas, como Brasil e Cuba, ou onde os confederados acreditavam que era possível que eles constituíssem uma classe dominante, foi um movimento político, uma reação de recusa à vida em uma sociedade pós-escravista. Como dito por Toombs, o Brasil era preferido porque era reconhecida a reputação do país como um Império escravista e estável, uma forma de ver que soava bastante atrativa para os imigrantes sulistas que tencionavam expandir negócios cuja base fundamental era a continuação do trabalho escravo, mas, também, sob regras sociais que eles acreditavam que os manteriam como uma elite escravista e racial. No entanto, as famílias confederadas não contavam com as particularidades do escravismo e das relações raciais no país latino americano, o que faria da sua experiência algo muito mais complexo do que podiam imaginar.

4.1 RUMO A UM “PAÍS DE SELVAGENS”: O SONHO ESCRAVISTA NORTE-AMERICANO NO BRASIL

A derrota na Guerra Civil teve significados mais profundos para os Confederados do que somente o impacto econômico causado pelo fim da escravidão. Ser senhor de escravos estava relacionado àquilo que constituía a identidade dos homens brancos da região. Os mesmos códigos de conduta associados à masculinidade, patriotismo e branquitude faziam com que homens e mulheres brancas, fossem eles proprietários de escravos ou não,

¹³ HORNE, *O Sul mais distante...*, cit., p. 287-288.

¹⁴ Carta de Robert Augustus Toombs para John Cabell Breckinridge, 30 abr. 1867..., cit.

participassem e apoiassem a Guerra Civil, que era entendida como necessária à preservação do cativeiro e, portanto, da supremacia racial branca nos Estados Confederados. A abolição imposta pelos “ianques” provocou a perda destes referenciais sobre os quais estavam sustentadas a masculinidade e a crença na invencibilidade e superioridade que distinguia os homens do Sul em relação ao resto do país e ao mundo, sobretudo homens e mulheres negras que agora, como eles, também eram livres.¹⁵

Diante da nova ordem instalada pela Guerra, também chamada de “Causa Perdida”, muitos homens decidiram abandonar o Sul norte-americano e buscar reconstruir um estilo de vida, da forma mais familiar possível, em outras terras. Suas origens eram várias e espalhadas pelo Sul dos Estados Unidos: eles vinham de estados como Texas, Carolina do Norte, Carolina do Sul, Louisiana e Alabama. Os destinos escolhidos também variavam muito: Cuba, Canadá, México, Venezuela, Jamaica, Honduras Britânica, Egito, Japão e Brasil, sendo que a maioria deles, cerca de oito a dez mil, partiram com suas famílias para países da América Latina. A condição de classe destes imigrantes também era diversificada, uma vez que muitos deles faziam parte de uma elite sulista composta por médicos, advogados e senhores de escravos e de terras que eram, em geral, os líderes das campanhas de imigração e mantinham ligações próximas com membros dos governos dos países para onde imigraram. Outros muitos confederados eram pobres ou pequenos agricultores que, na lista de imigração, não tinham nem mesmo seus nomes mencionados.¹⁶

Os confederados acreditavam que, na América Latina, havia carência de uma classe que liderasse a região. Portanto, os sulistas tinham quase a certeza de que eles poderiam ocupar um lugar de liderança mesmo que em terras alheias. As impressões sobre o local como um lugar rico em fontes naturais, de clima tropical, subaproveitado pelas

¹⁵ FINKELMAN, *The significance and persistence of pro-slavery thought...*, cit., p. 95-114. MANNING, *What this cruel war was over...*, cit., p. 6-12; 29-32.

¹⁶ OLIVEIRA, Betty Antunes. *Movimento de passageiros norte-americanos no Porto do Rio de Janeiro, 1865-1890: uma contribuição para a história da imigração norte-americana no Brasil*. Rio de Janeiro: Edição da Autora, 1981. A obra é um rico levantamento dos confederados que desembarcaram no Brasil com ênfase nos anos de 1865 até 1867, quando a imigração foi mais intensa. Podemos perceber que os únicos nomes mencionados eram os dos homens responsáveis por trazer grupos de imigrantes, que são descritos pela quantidade sem mencionar seus nomes. Raramente é mencionado o nome das esposas e filhos quando a família chegava junta ao Brasil. Mulheres tinham nomes citados quando viajavam sem a companhia dos pais, maridos ou irmãos. Algumas famílias de confederados mais abastados também chegaram ao Brasil acompanhados de pessoas citadas como “escravas” ou “servas”. Estas também não tem nomes mencionados. Assim podemos perceber uma diversidade de classe, gênero e até mesmo racial entre os desembarcados, o que é percebido pelo silêncio sobre o nome da maioria deles. Sobre a diversidade entre os imigrantes ver DAWSEY, Cyrus B.; DAWSEY, James M. *The Confederados: old South immigrants in Brazil*. Alabama: The University of Alabama Press, 1995, p. 70-73; 106.

populações negras e indígenas incapazes de desenvolver e explorar estes países, pesaram na escolha do sul do equador.¹⁷ Dentre os vários destinos possíveis na América Latina, o Brasil recebeu especial destaque. Os números revelam que cerca de vinte mil confederados escolheram o país, uma decisão que não foi feita de forma aleatória, sem avaliação prévia dos benefícios e potencialidades, já que permanecer nos Estados Unidos era algo impensável para muitas famílias. Como havia afirmado um jovem imigrante no Brasil: “não há possibilidade de paz, conforto ou um governo satisfatório no sul nos próximos vinte anos”.¹⁸

Os benefícios oferecidos pelo Império brasileiro eram diversos, pois havia interesse de que os sulistas viessem para o país. Esta relação amistosa entre o governo brasileiro e os sulistas teve origem ainda durante a guerra civil, quando o país latino-americano, contrariando as determinações do governo federal dos Estados Unidos (União), se recusou a tratar os navios sulistas como piratas negando-se a romper relações com os Estados Confederados.¹⁹ Em 1860, o Império do Brasil formalizou o convite de imigração que desenvolveria o país com seu trabalho livre. É importante enfatizar que o Brasil não tinha interesse em imigrantes negros livres, uma vez que também já estava preocupado com a considerável população negra que habitava o país. Portanto, a imigração tinha intuítos econômicos, mas também visava mudar as características da população nacional, fazendo com que as elites brasileiras aguardassem com entusiasmo a vinda da população branca e escravista do Sul dos Estados Unidos. Um artigo publicado no jornal brasileiro *Diário de São Paulo*, em 1865, expressou os sentimentos e expectativas brasileiras quanto à vinda dos confederados.²⁰

A raça anglo-americana não tem rival no mundo. A grande luta pela qual eles têm passado deixa sua superioridade bem estabelecida. Esta é a raça mais apropriada para nós. Eminentemente industriais, trabalhadores e perseverantes, eles trarão um impulso notável para nosso país. É impossível

¹⁷ ROLLE, Andrew F. *The lost cause: the confederate exodus to Mexico*. Norman and London: University of Oklahoma Press, 1992, p. 9. Sobre a escolha da América Latina e a crença de que os nativos destes países eram incapazes de desenvolver a região também ver DAWSEY; DAWSEY. *The Confederados...*, cit., p. 13-14; 33.

¹⁸ Sobre o número de confederados no Brasil ver: HARTER, Eugene C. *The lost colony of the Confederacy*. United States: Texas A&M University Press, 2000, p. 12. A referência completa do documento citado é: carta de Harris Gunter para William Gunter, Rio de Janeiro, 20 dez. 1866. *Gunter and Poellnitz Family Papers*. The Southern Historical Collection, University of North Carolina Libraries.

¹⁹ HORNE, *O Sul mais distante...*, cit., p. 235.

²⁰ Id., *ibid.*, p. 298-303.

calcular o progresso que o país terá se esta raça vier para tornar bem aproveitada suas fontes naturais.²¹

Com o anúncio da derrota dos Confederados, o convite de vinda para o Brasil partiu do próprio D. Pedro II, através de anúncios nos jornais norte-americanos. A oferta brasileira também parecia ser tentadora frente a vários incentivos oferecidos pelo governo: as passagens dos Estados Unidos para o Brasil eram financiadas em diversos pagamentos, às vezes gratuitas e, além disto, as terras eram consideradas baratas no país e, devido a sua vastidão, muitas delas ainda estavam inexploradas. O Brasil, como o Sul dos Estados Unidos, era rural e o governo incentivava os futuros agricultores estrangeiros com apoio à compra de equipamentos; a população era considerada hospitaleira e, principalmente, o Brasil era um país escravista onde os cativos eram ainda mais baratos que nos Estados Unidos. Com isto parecia que, no novo país, a continuidade da vida de senhor de escravos era possível tanto para aqueles que haviam sido ricos no Sul norte-americano quanto para os brancos pobres que, assim como os mais abastados, viram no Brasil uma possibilidade promissora.²²

Portanto, não foi por um acaso que os confederados escolheram o Brasil, assim como outros países escravistas, como possíveis destinos de imigração após a Guerra Civil. É fato que os sulistas norte-americanos já tinham algum conhecimento sobre o Brasil desde os anos 1840, quando surgiram os primeiros projetos de colonização da Amazônia elaborados pelo agente da marinha americana Mathew Fontaine Maury. Outras fontes, como cartas e livros escritos por diversos viajantes também traziam informações sobre o território brasileiro. Neste processo, comissários e despachantes foram enviados para este país, assim como para o México, Cuba e países do Caribe, com o intuito de saber mais sobre a economia, política, agricultura e escravidão nestas nações, fosse por projetos expansionistas, justificados pelo destino manifesto, ou com fins imigratórios.²³ Além disto, os sulistas faziam parte de um sistema escravista atlântico que extrapolava as fronteiras nacionais.

Assim, diversas gerações de confederados estavam habituados a buscar estender suas possibilidades de investimentos financeiros em localidades onde fosse possível implementar o mesmo modelo de atividade capitalista, escravista e agrária que praticavam no

²¹ O trecho do jornal é citado em GASTON, James McFadden. *Hunting a home in Brazil: the agricultural sources and other characteristics of the country and also the manners and customs of the inhabitants*. Philadelphia: King and Baird Printers, 1867, p. 60.

²² GRIGGS, William Clark. *The elusive Eden: Frank McMullan's Confederate Colony in Brazil*. Austin, Texas: University of Texas Press, 1987, p. 15-17. Dawsey, Cyrus B. and Dawsey, James M. afirmam que a população imigrante era composta por médicos, dentistas, maquinistas, artesãos e trabalhadores em geral. Ver: (*The Confederados...*, cit., p. 17).

²³ HARTER, *The lost colony of the Confederacy...*, cit., p. 31.

seu país. Combinar terras e escravidão, além de redes de relações internacionais, era suficiente para o sucesso da aventura.²⁴

O já citado imigrante James McFadden Gaston, em sua obra *Hunting a home in Brazil*, livro que serviu como principal veículo de propaganda da imigração, prometeu fornecer aos seus leitores que, potencialmente, pudessem se interessar pela “região de recursos tão vastos”, uma “descrição fiel do solo, clima produtivo, pessoas e governo do país”. A primeira descrição do Brasil também não deixava de ser pitoresca, pois, no início da obra a curiosidade do leitor era provocada pela descrição do Pão de Açúcar, uma “pedra gigante e alta” que primeiro chamava a atenção da cidade junto a outras pedras gigantescas que compunham a paisagem do Rio de Janeiro. A temperatura também era descrita como “muito confortável”, melhorada pela brisa do mar que fazia o clima sempre fresco.²⁵

O porto do Rio de Janeiro fornecia uma primeira impressão do Brasil, segundo a descrição do confederado que, ao mesmo tempo em que enfatizava o lado pitoresco, também descrevia o lado familiar das sociedades escravistas, exportadoras e portuárias. Logo, os futuros imigrantes poderiam criar esperanças de que, na América Latina, sobretudo no Brasil, suas vidas não seriam tão diferentes, preservando o cotidiano e a dinâmica que haviam perdido no pós-guerra. A cidade também revelava intensa movimentação de negócios no centro e frutas e legumes vendidos por homens e mulheres livres e escravizadas, eram descritas por Gaston como um indicativo da riqueza do solo brasileiro.²⁶ Obviamente, a mão de obra escrava, empregada em todas as atividades, fornecia a certeza de que a abolição, motivo que os fazia deixar seu país natal, estava longe de acontecer no Brasil:

Passando pela área de comércio da cidade, vários homens negros foram vistos vestindo nada mais que um pano amarrado nos seus lombos carregando fardos imensos. Enquanto isso, as mulheres negras estavam sentadas nas calçadas com o corpo [vestido] com um tecido que era a única cobertura acima das suas cinturas. Estas mulheres estavam envolvidas no comércio de produtos de vários tipos e pareciam estar inteiramente inconscientes de qualquer exposição inapropriada, como nós podemos supor que igualmente Eva estava originalmente no Jardim do Éden.²⁷

²⁴ DAWSEY; DAWSEY, *The Confederados...*, cit., p. 66-68. Eugene Harter afirma que a decisão de imigrar estava relacionada com uma necessidade instintiva de “proteger os valores do Sul”. Além disto, leituras sobre o Brasil que já circulavam no sul dos Estados Unidos, faziam com que o país tivesse “um lugar no coração dos confederados”. Mais adiante, o autor reconhece que a escravidão era um grande atrativo para muito imigrantes. HARTER, *The lost colony of the Confederacy...*, cit., p. 21.

²⁵ GASTON, *Hunting a home in Brazil...*, cit., p. 3-9.

²⁶ Id., *ibid.*, p. 9-11.

²⁷ Id., *ibid.*, p. 9. A Associação entre corpo feminino negro, nudez e terras bárbaras ou incivilizadas, aqui mencionadas por Gaston através do “Jardim do Éden”, que é comparado com o Brasil na

Outro imigrante confederado, o ex-plantador de algodão do Alabama, Charles Gunter, também fazia questão de enfatizar os benefícios da região na tentativa de convencer o filho William a imigrar para o Brasil junto com o resto da família. Para isto, era importante realçar com entusiasmo os diversos motivos que faziam da vinda para o país latino-americano a decisão mais acertada deste patriarca. No ano de 1865, Charles Gunter, então hospedado no Rio de Janeiro, dava notícias da sua chegada e das primeiras impressões que geravam esperanças sobre uma vida promissora no Brasil: “Nós estamos todos satisfeitos com as pessoas, clima e governo do país”. Outros recursos disponíveis no país, como a mão de obra escrava barata, também davam a imediata certeza do sucesso da empreitada. Muitos homens de posses estavam interessados em comprar terras e uma importante notícia era afirmada: “Eles dizem [que] nós podemos comprar uma terra tão grande quanto a quantidade de escravos que nós quisermos. Nós devemos viajar em alguns dias para a Bahia sob a proteção e influência do governo para examinarmos alguns [escravos]”.²⁸

Em outra carta para o filho William, Charles Gunter, durante uma visita preliminar ao Brasil, se referiu ao país como “nosso futuro lar”. Gunter decidiu alugar terras depois da certeza de que “[produziria] algodão com perfeição, tabaco igual ao de Cuba e açúcar igual a qualquer vale sobre o globo”. O entusiasmo de Gunter e a possibilidade de reproduzir a vida tal e qual aquela que tinha como senhor de escravos no Alabama o fazia crer na inexistência da possibilidade de que, um dia, ele e seus familiares retornassem aos Estados Unidos, sugerindo, assim, a William que vendesse tudo e também viesse para o Brasil: “Eu devo nunca mais retornar aos Estados Unidos ao menos que seja para fazer negócios para meu próprio benefício”²⁹

Um dos filhos de Gunter, Harry, que imigrou com o pai, também se mostrava envolvido na tentativa de convencer William a vir para o Brasil novamente enfatizando os benefícios do clima do país:

Eu espero que quando você vier no outono você se estabeleça no Rio de Janeiro e que nosso irmão Tom se estabeleça aqui. Eu sei que uma vez que ele vier para este país ele será persuadido a tentar fazer uma viagem para o bem da sua saúde. Eu não tenho dúvidas que isso fará bem à saúde dele.

narrativa, são melhor discutidas no capítulo 1. Sobre o exotismo que marcava a imagem do Brasil entre os sulistas ver, também, GRIGGS, *The elusive Eden...*, cit. p. 2-4.

²⁸ Carta de Charles Gunter para William Gunter. Rio de Janeiro, 21 dez. 1865. *Gunter and Poellnitz Family Papers*. The Southern Historical Collection, University of North Carolina Libraries.

²⁹ Charles Gunter para William Gunter. Rio de Janeiro, 21 ago. 1865. *Gunter and Poellnitz Family Papers...*, cit.

O clima tropical e a política de governo do Brasil também, segundo Harry, trariam benefícios para a saúde de outros confederados derrotados após a guerra, como um amigo da família que havia acabado de falecer: “Eu tenho certeza que o clima e a liberdade da *arrogância política* iria adicionar dez anos à sua vida. Você não pode imaginar quanta melhora isso tem feito ao semblante dos homens mais velhos”. Certamente, a tal “arrogância política” era uma referência à ocupação do exército da União e à liberdade agora obtida pela população negra sulista.³⁰

Segundo o historiador Matthew Pratt Guterl, essas conexões internacionais dos senhores de escravos eram possíveis por causa de uma compreensão, da parte dos sulistas, de que a escravidão africana era algo universal. Afirma, ainda, o autor que os sulistas também tinham uma identidade flexível, o que lhes permitia carregar uma forte identificação com a sua região, ao mesmo tempo em que também poderiam desenvolver outras identidades possíveis, que estavam ligadas ao seu pertencimento racial e à sua condição de senhores de escravos, ou seja, sua condição de raça e de classe. Assim, mesmo que o Sul fosse visto como um lugar superior e a América Latina como um lugar que deveria ser tomado e controlado pelos senhores de escravos norte-americanos, os confederados acreditavam que em outros países escravistas eles encontrariam parceiros e interlocutores. Em comum, eles defendiam a manutenção da escravidão e o fortalecimento das sociedades escravistas para além das fronteiras nacionais.³¹

Graças a esse caráter cosmopolita dos senhores de escravos do Sul dos Estados Unidos, a aproximação da Guerra Civil fez com que eles comessem a buscar alternativas de imigração fora do seu país, priorizando aqueles lugares em que eles já tinham estabelecido relações e que conheciam bem. Jamaica e Haiti eram exemplos negativos, uma vez que a abolição fazia destes países lugares descartáveis como alternativa de imigração. Cuba era o país com o qual os confederados mantinham relações mais estreitas, embora tivesse um problema racial futuro a ser enfrentado e que, da mesma forma que os sulistas desejavam tomar a ilha, os espanhóis (ou os ingleses) poderiam abolir a escravidão em um futuro próximo. O Brasil, então, surgia como mais uma possibilidade. Considerado próspero pela manutenção da escravidão, também era visto como estável devido a um governo que apoiava este sistema e D. Pedro II ser uma pessoa benquista entre os sulistas. O Brasil também era promissor porque era possível comprar escravos e o governo oferecia diversos benefícios para

³⁰ Carta de Henry Gunter para William Gunter. Rio de Janeiro, 24 ago. 1865. *Gunter and Poellnitz Family Papers*. The Southern Historical Collection, University of North Carolina Libraries.

³¹ GUTERL, Matthew Pratt. *American Mediterranean: Southern slaveholders in the age of emancipation*. Cambridge and London: Harvard University Press, 2008. p. 1-10.

a vinda dos imigrantes.³² O historiador Gerld Horne também aponta mais uma razão que motivaria a vinda dos sulistas para o Brasil. Além do desejo de estabelecer um novo Sul na América Latina, transferindo seu modo de vida para o país, Horne acredita que os imigrantes também planejavam articular uma reação confederada aos Estados Unidos, restabelecendo a escravidão no país com o apoio de outros países escravistas, como o próprio Brasil.³³

Contudo, a despeito de uma produção de notícias da época, que já apontava as peculiaridades que marcavam as relações raciais e as características físicas da população brasileira, que resultava de uma ampla mistura racial, no momento de decidir sobre o Brasil como destino de imigração, estes fatores parecem ter sido ignorados ou subestimados pelos sulistas. É possível que tenham focado no fato de a sociedade brasileira ser escravista, mas tomaram como surpresa a relativa ascensão dos libertos, com quem, muitas vezes, foram obrigados a interagir. Estes aspectos foram pontuados por diversos setores que eram contrários à imigração por considerarem que ela estava despovoando a Região Sul e transferindo para o Brasil as melhores pessoas do país.

Portanto, a imigração não era consenso entre os sulistas e os debates sobre os prós e os contras do Império do Brasil foram parar nos jornais e também nas cartas trocadas entre incentivadores da imigração, que buscavam investimentos, e grupos contrários, que negavam este apoio. James McFadden Gaston, que era agente de imigração, informava, ainda na obra *Hunting for a home in Brazil*, sobre os incentivos à compra de terras para os imigrantes mais pobres que, inclusive, poderiam dividir o pagamento em várias parcelas. Ele ainda relatou detalhes sobre seu encontro com o Ministro da Agricultura, Antônio de Paula e Souza, ocasião em que enfatizou a sua intenção de trazer imigrantes para o Brasil:

Eu disse a ele que o objetivo da minha visita era buscar por um país para a minha família, e fazer uma análise sobre o país, com a intenção de fornecer um relatório do resultado da minha visita para outras famílias, cuja situação infeliz no sul os induziu ao desejo de mudar de residência e, assim como eu,

³² GUTERL, *American Mediterranean...*, cit., p. 20-22. Na mesma obra, há referências sobre as razões que faziam do Brasil uma possibilidade interessante para os sulistas p. 36; 79-82. Também ver o importante estudo de HORNE, *O Sul mais distante...*, cit., p. 293-299. Após a Guerra Civil, o ambiente em Cuba também se tornou tenso para os escravistas na região. Influenciados pelas notícias da abolição nos Estados Unidos, homens e mulheres negras também começaram a empreender revoltas que tinham por objetivo estabelecer o fim do cativeiro na Ilha. Este cenário pode ter feito do país uma possibilidade pouco atrativa para os confederados que buscavam deixar o Sul. Sobre as conspirações negras em Cuba após a Guerra Civil nos Estados Unidos ver: MATA, Iacy Maia. *Conspirações da “raça de cor”*: escravidão, liberdade e tensões raciais em Santiago de Cuba (1864-1881). Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, Campinas, 2012. p. 63-98.

³³ HORNE, *O Sul mais distante...*, cit., p. 295.

esperam que a localização desejada seja encontrada neste país. Ele [o ministro] expressou um grande desejo de incentivar a vinda do grupo de pessoas as quais eu me referi e ele disse que ele iria considerar o assunto e fazer um plano para assistir àqueles que estão desejosos de vir para o Brasil e que são oriundos dos estados do sul.³⁴

Aparentemente, a despeito do entusiasmo inicial, o desejo de imigrar para o Brasil foi arrefecido, diante das dificuldades em falar uma língua muito diferente do inglês, mas, sobretudo, pela dinâmica das relações raciais do Brasil, pois os “modos e atitudes” dos “povos de cor” da América Latina contrariavam os valores sulistas e eram inconciliáveis com o “preconceito de cor”, o que fazia prever que estes não se adaptariam a este “ambiente estranho”.³⁵

As notícias da “excentricidade” das relações raciais no Brasil fortaleceram os argumentos daqueles que levaram para os jornais os aspectos negativos do Brasil e que pretendiam desencorajar a imigração para o país. Através de relatos de viajantes publicados em livros e artigos de jornais da imprensa norte-americana, os autores enfatizavam os pontos negativos do país, como o clima tropical, que tornava as populações pouco dispostas ao trabalho, a quantidade de pessoas negras, que fazia as capitais brasileiras mais parecerem metrópoles africanas e, sobretudo, a liberdade excessiva dos libertos, além daquele que seria o pior problema do país, a mistura racial, que produzia uma população, no mínimo, degenerada, segundo o vocabulário científico.³⁶

Em 1867, uma resenha do livro de Gaston foi publicada no jornal *Southern Presbyterian Review* tecendo duras críticas ao seu tom encorajador. O artigo acusava Gaston de promover a imigração motivado por interesses próprios e não visando ajudar os sulistas a migrarem para um lugar melhor que os Estados Unidos pós-abolição. Assim, dizia: “É uma grande responsabilidade que Dr. Gaston assumiu em aconselhar as pessoas a se mudarem para qualquer parte do Brasil. Ele prova sua própria sinceridade após ter levado a sua própria [família] para aquele país desde a publicação do seu livro”. Porém, mesmo reconhecendo a seriedade e crença de Gaston no Brasil, os críticos do seu livro afirmavam que a própria obra

³⁴ GASTON, *Hunting a home in Brazil...*, cit., p. 33; 42.

³⁵ Coleção James McFadden Gaston Papers 1852-1946, The Southern Historical Collection-University of North Carolina. Microfilme rolo 1. p. 65. A matéria também está disponível no jornal *DeBows Review*, jul. 1866, p. 30-38.

³⁶ Sobre estas descrições do Brasil feitas por cientistas e viajantes, ver Capítulo 1.

trazia indícios de que o país latino-americano “não era o país para que nós façamos dele nossa casa”.³⁷

Os grupos que se posicionavam contrários à imigração afirmavam que os candidatos a imigrar estavam motivados por orgulho e antipatriotismo e que a falta de familiaridade com uma terra estranha e selvagem seria um dos motivos que fariam com que a empreitada fracassasse. Muitos artigos publicados em jornais sulistas ridicularizavam os imigrantes, considerados precipitados ao acreditarem que qualquer país latino-americano poderia ser melhor que o Sul dos Estados Unidos, ainda que no pós-guerra. Além disto, a imigração tirava do país seus melhores cidadãos que, com a sua partida, colaboravam para o desenvolvimento de outra nação.³⁸ Mesmo assim, as informações sobre o Brasil que mais alimentaram a campanha contrária de imigração eram aquelas relacionadas às características e relações raciais vigentes na sociedade brasileira.

Os relatos de viagem publicados nos Estados Unidos entre as décadas de 1840 e 1850 já haviam fornecido informações suficientes sobre a grande quantidade de negros, africanos e brasileiros, escravizados e libertos, que viviam no país. Esta maioria da população, advertiam os contrários à imigração, inevitavelmente estaria em contato com os imigrantes, interagindo com muitos deles como cidadãos brasileiros livres e tal cenário despertaria em muitos imigrantes saudades do velho Sul.³⁹ Enquanto, para muitos, a quantidade de escravos soava como atrativo, para John Cardwell, do Texas, isto era um indicativo de que, no Brasil, após a abolição esta maioria tomaria o poder formando um “governo africanizado”. Além de insetos, doenças, temperatura desagradável, inclusive o calor excessivo, o brasileiro era um povo “miscigenado, impuro e decadente”. Assim, para aqueles que nunca haviam ido ao Brasil, decidir mudar definitivamente para lá era, na sua opinião, um ato precipitado e equivocado.⁴⁰

Na tentativa de advertir seus pares de que a ida para o Brasil não os pouparia de conviver com os “horrores” provocados pela igualdade racial, os setores contra a imigração citaram exemplos de brasileiros libertos e descendentes de africanos que ocupavam cargos importantes no Império brasileiro. Vejamos o editorial do *Louisville Daily Journal* de 27 de novembro de 1865, que publicou um artigo originalmente impresso pelo jornal *Richmond Whig*, da Virgínia e que tinha como título: *Brasil: o charme desfeito*. A matéria era uma

³⁷ Coleção James McFadden Gaston Papers 1852-1946, The Southern Historical Collection-University of North Carolina. Microfilme rolo 1. p. 64.

³⁸ HARTER, *The lost colony of the Confederacy...*, cit., p. 13-20.

³⁹ HORNE, *O Sul mais distante...*, cit., 300-301.

⁴⁰ GRIGGS, *The elusive Eden...*, cit. p. 36-37.

advertência explícita aos Confederados que desejavam imigrar e que não estavam cientes da mistura racial e da ascensão dos negros naquele país, onde eles podiam, até mesmo, ocupar cargos de prestígio no Império:

Os sulistas que pretendem imigrar estão cientes de que o gabinete (ou ministério) do Imperador é majoritariamente composto por negros? Eles sabem que, às vezes, não há um único homem de puro sangue branco no ministério sob o comando do Imperador? Estão eles cientes de que os juízes que presidem as Côrtes, diante das quais eles devem se apresentar em processos civis e criminais são na maioria das vezes, quando não sempre, juízes negros? Caso estes fatos sejam verdadeiros, e nós acreditamos que são, eles são conhecidos por poucos ou por nenhum daqueles que consideram imigrar para o Brasil em consequência da sua ligação com a instituição da escravidão.⁴¹

Mesmo com notícias como esta, para muitos confederados, o Brasil era a única saída para o cenário desolador que era o Sul pós-guerra. James McCue, por exemplo, escreveu uma longa carta ao amigo Cyrus McCormick informando-lhe sobre a decisão de imigrar para o Brasil, além de convidá-lo para juntar-se a ele na expedição. O Sul, principalmente a Virgínia, seu estado, parecia-lhe um lugar sem grandes perspectivas e esta seria “a causa que fazia com que milhares da nossa melhor gente procurasse algum asilo para onde eles possam ir. A atenção de muitos de nós está voltada agora para o Brasil”. McCue citava notícias de outros sulistas que haviam visitado o Brasil, como o reverendo Porter, que deu boas referências sobre a política de governo de D. Pedro. O religioso também deu boas notícias sobre o clima, que ele descreveu como “agradável, e o solo luxurioso”. As frutas e a boa qualidade da água também enfatizavam os benefícios da vida nos trópicos.⁴²

Para McCue, a decisão estava tomada. Ainda que fosse uma dolorosa escolha, ele estava disposto a reunir suas posses, deixar o estado da Virgínia e se juntar às muitas famílias que haviam se fixado “nas terras ensolaradas do Brasil”. Para ele, esta era uma alternativa mais barata do que a imigração para o Norte dos Estados Unidos e, mesmo que isto não fosse mencionado diretamente, a manutenção da escravidão no país latino-americano, tal como seus compatriotas confederados, também deve ter pesado na escolha. McCue, citando o sucesso de outros imigrantes, pedia emprestada ao amigo a quantia de oito a dez mil dólares para

⁴¹ *The Louisville Daily Journal*, 27 nov. 1865.

⁴² Carta de J. Marshall McCue para Cyrus H. McCormick, 11 abr. 1867. *J. Marshall McCue Papers*. Southern Historical Collection. University of North Carolina em Chapel Hill. Este mesmo documento também é citado por HORNE, *O Sul mais distante...*, cit., p. 320-321.

concluir seu novo projeto e, por fim, afirmava de forma confiante: “Agora, meu caro senhor, isso não lhe parece um eldorado para nosso pobre povo oprimido?”.⁴³

O tema da imigração colocou os amigos em campos opostos, pois, para Cyrus McCormick, as vantagens do Brasil não eram tão óbvias. Inicialmente, ele não concordava que o cenário do Sul era tão trágico. McCormick conseguia perceber que Norte e Sul estavam quase em um processo pacífico de reconciliação, já que os Estados Confederados haviam aceitado o Ato de Reconstrução. Com isto, ele entendia que, a despeito das previsões mais alarmantes, a ordem não seria invertida no Sul, ou seja, a população branca continuaria a ocupar um lugar privilegiado no pós-abolição e os negros, mesmo livres, continuariam a ser seus subordinados:

Eu nunca duvidei de que os brancos do sul fossem controlar o voto dos negros. Enquanto isso, acredito que existe alguma possibilidade de que nós podemos eleger o próximo presidente com os democratas do norte. Mesmo que isso não aconteça, o partido radical será derrubado e quando [isso acontecer] será grande a queda deles. Assim, com a abolição da escravidão, que seria a muito tempo realizada pelo povo da Virgínia, caso não fosse deixado sozinho, ela [a abolição] estabeleceria, senão a extinção da raça até o seu fim, o extermínio das referidas características odiosas. Por isso, meu amigo, eu não vou trocar meu país por um país de selvagens, ao menos que como missionário, e somente com o verdadeiro e único espírito missionário. Com tudo isso, não será menos grandioso, o futuro desse país.⁴⁴

McCormick acreditava nas relações de controle e paternalismo como instrumentos que controlariam as vontades políticas da população negra liberta, ainda que ela fosse maioria em alguns estados do Sul. Em tom patriótico, afirmava que o futuro do seu grande país não estava comprometido. McCue discordava e, sem perceber o cenário otimista visionado pelo amigo, afirmava que negros e brancos pobres seriam os que iriam controlar o governo da Virgínia. Com isto, continuava defendendo que sua decisão, aquela de trocar o Sul dos Estados Unidos pelo país latino-americano, ainda era a melhor e, em resposta às opiniões de McCormick sobre a falta de civilização dos brasileiros, retrucou:

Você desencoraja a ideia de imigração para o Brasil dizendo que esta é uma terra de selvagens. Você está errado, porque o governo daquele país é estável, esclarecido e liberal... Dom Pedro tem visões mais inteligentes, esclarecidas e liberais. O Brasil tem clima agradável, é saudável, tem bom solo e boa água. Os imigrantes sulistas estão satisfeitos e um número imenso

⁴³ Carta de J. Marshall McCue para Cyrus H. McCormick, 11 abr. 1867..., cit..

⁴⁴ Carta de Cyrus H. McCormick para J. Marshall McCue, 24 abr. 1867. J. Marshall McCue Papers. Southern Historical Collection. University of North Carolina em Chapel Hill.

irá para lá. Se eu pudesse vender minha propriedade eu iria amanhã... Eu vou para o Brasil porque cada dia um perco um pouco de auto-respeito permanecendo aqui... alguém me escreveu de Saint Louis dizendo que ele prevê opressão, revolução, repúdio e derramamento de sangue num futuro próximo... meu amigo, nós não podemos esquecer o passado, que eu não espero que seja reconstruído. Isso faz com que quando eu olho para nossa bandeira, que um dia eu amei, mas eu não vou amar mais, meu sangue ferva e meu olho queime.⁴⁵

De um modo geral, os confederados rejeitavam a integração racial e a integração dos libertos na sociedade norte-americana. Este mesmo sentimento era mantido em relação aos libertos no Brasil, portanto, somente o desconhecimento da cidadania e da integração social dos libertos brasileiros explicaria o fato de os Confederados ainda insistirem na imigração.⁴⁶ Os detalhes sobre a dinâmica racial da sociedade brasileira que circularam na imprensa sulista durante os anos de imigração parecem ter sido desconhecidos ou subestimados pela maioria dos imigrantes norte-americanos, que devem ter pressuposto que as regras de convívio de negros e brancos nas sociedades escravistas, por mais que variassem, sempre preservariam um lugar subserviente e secundário para a população negra, liberta ou escravizada. O Brasil mantinha o que mais interessava aos confederados, que era a escravidão, aspecto fundamental que eles tinham a certeza de que não seria mais possível nos Estados Unidos.

4.2 UM PARAÍSO (IM)PERFEITO: ESCRAVIDÃO, LIBERDADE E RELAÇÕES RACIAIS NA SOCIEDADE BRASILEIRA SOB A PERSPECTIVA DOS IMIGRANTES CONFEDERADOS

Mesmo conhecendo pouco sobre a sociedade brasileira e obtendo informações a partir de livros de viagem ou escritos por agentes de imigração como James McFadden Gaston, muitos confederados acreditaram que o Brasil era, após a abolição nos Estados Unidos, o melhor lugar para reconstruírem suas vidas. Ainda que houvesse todos os

⁴⁵ Carta de J. Marshall McCue para Cyrus H. McCormick, 22 jun. 1867. J. Marshall McCue Papers. Southern Historical Collection. University of North Carolina em Chapel Hill. No livro de entrada de passageiros americanos no Brasil existem duas entradas de James McCue, uma chegando no Brasil em 16 de novembro de 1868 e outra em 20 de novembro do mesmo ano. Ambas as entradas relevam que ele desembarcou no porto de Santos. OLIVEIRA, *Movimento de passageiros norte-americanos no Porto do Rio de Janeiro...*, cit., p. 80.

⁴⁶ HILL, Lawrence. The confederate exodus to Latin America. *The Southwestern Historical Quarterly*, v. 39, n. 3, p. 161-199, jan. 1936, p. 161-199. HARTE, *The lost colony of the Confederacy...*, cit., p. 52-54. Agradeço à professora Vera Lúcia Benedito por esta e outras indicações bibliográficas que serão citadas ao longo deste capítulo.

preconceitos que nutriam sobre as nações latino-americanas, entendidas como degeneradas, miscigenadas e inferiores, o Brasil lhes parecia promissor porque ainda mantinha aquilo que definia a economia, a identidade e as relações político-sociais no Sul: a escravidão. Os confederados acreditavam que a escravidão era necessária para manter a liderança política branca e a subalternidade da população negra, que, sem ela, a ordem seria invertida, o caos se instalaria na sociedade e eles seriam submetidos à fúria daqueles que, pela lei e pela natureza, eram seus inferiores.⁴⁷

O Brasil era visto também como um parceiro na possível missão de virar o jogo que derrotou os confederados na Guerra Civil. Sulistas mais inconformados com a derrota acreditavam que fosse possível uma aliança entre estados confederados, Brasil e Cuba, que invadiriam os Estados Unidos e restabeleceriam a escravidão naquele país. Sobre os interesses que fizeram os confederados se interessarem pelo Brasil, a bibliografia sobre o assunto se divide e tende a negar a importância da escravidão. Contudo, mesmo esta bibliografia acaba mencionando como o cativo no Brasil era assunto recorrente entre os confederados. Portanto, se torna necessária uma investigação sobre a vasta documentação produzida pelos sulistas para perceber como a possibilidade de comprar escravos era um tema presente nas cartas, livros e artigos de jornais que produziram.

O historiador Gerald Horne é um dos poucos pesquisadores que defendem que a escravidão brasileira teria sido o principal motivo de os confederados se interessarem pelo Brasil. O país latino-americano era atrativo por ser um importante aliado escravista em um possível projeto de retomada do Sul norte-americano, era interessante por permitir que os imigrantes ainda pudessem adquirir escravos e, além disto, eles esperavam que as regras de autoridade racial vigentes no Sul estariam mantidas na sociedade brasileira. Já uma bibliografia mais tradicional sobre a vinda dos sulistas para o Brasil, menos baseada em fontes primárias e, aparentemente, mais preocupada em manter a memória da experiência dos confederados e seus descendentes no Brasil defende que a escravidão não foi o mote da vinda dos confederados.⁴⁸

Dawsey e Dawsey argumentam que, embora os imigrantes soubessem da escravidão no Brasil, a maioria deles não tinha recursos para adquirir escravos e, ainda, que os imigrantes já ouviam rumores de que a escravidão no Brasil estava com seus dias contados,

⁴⁷ Sobre a nova conjuntura nos Estados Unidos pós-abolição e a recusa dos confederados em ficar no país devido às previsões que traçaram sobre as futuras relações raciais no país ver: SIMMONS, Charles Willis. Racist Americans in a multiracial society: confederate exiles in Brazil. *The Journal of Negro History*, v. 67, n. 1, Spring, 1982, p. 34-39.

⁴⁸ Ver HORNE, *O Sul mais distante...*, cit., p. 170; 287-289, 295; 320-328.

portanto, consideram simplista atribuir à escravidão o peso principal na escolha dos futuros imigrantes. Da mesma forma, o escritor, diplomata e descendente de confederados Eugene C. Harter descredita a escravidão como principal motivo que fez os confederados elegerem o Brasil como seu novo lar. Segundo ele, embora sem revelar dados documentais, poucos confederados adquiriram escravos e há poucas evidências de que eles os teriam adquirido caso tivessem dinheiro para fazê-lo. Segundo Harter, “muitos estavam somente buscando melhores oportunidades econômicas”. Assim percebemos uma tendência desta bibliografia de tentar dissociar ideologias escravistas e de supremacia branca.⁴⁹

James McFadden Gaston, quando chegou ao Brasil em 1865, ficou muito satisfeito quando constatou a continuação do tráfico de africanos e a intensidade do uso da mão de obra escrava na capital do Império e a registrou para que o leitor do Sul dos Estados Unidos tivesse conhecimento do vigor do trabalho dos homens negros, que eram descritos como “fortes e ativos”, relatando, ainda que, enquanto muitos deles trabalhavam como carregadores de pessoas e produtos, ele constatou que as mulheres vendiam frutas e demais suplementos e que muitas delas poderiam ser livres. Chamou-lhe a atenção os arranjos que permitiam que homens e mulheres comprassem sua própria alforria através do fruto deste trabalho, a partir de negociações com seus senhores. Gaston também obteve notícias de que muitos libertos preferiam voltar para o continente africano e, considerando este um aspecto importante da história dos libertos, ficou curioso em saber se aqueles que voltaram para a África “havia caído novamente no barbarismo ou se haviam melhorado sua sorte junto àqueles que se lançam sobre a África”. A continuidade do tráfico no Brasil trouxe esperança para o confederado, já que, nos Estados Unidos, este comércio havia sido abolido desde 1808:

O grande número de negros é vista nas ruas, ambos homens e mulheres, com marcas de tatuagem sobre suas bochechas, e as mulheres com ricas figuras nos seus braços, o que indica que o tráfico de africanos tem ocorrido neste país de forma bastante ativa até um período recente.⁵⁰

No caderno de anotações de Gaston, podemos encontrar mais evidências dos seus projetos no Brasil. Pouco tempo após a sua chegada ao país, ele tratou de pesquisar os custos de manutenção de uma fazenda e, contando com a orientação do senador José Vergueiro, Gaston redigiu uma planilha de custos, que também seria impressa no seu livro. Na lista, além

⁴⁹ DAWSEY; DAWSEY, *The Confederados...*, cit., p. 69. HARTER, *The lost colony of the Confederacy...*, cit., p. 52. RHEAUME, Ernest R. *South Goes South: American Perspectives on Southern Immigrants to Brazil*. (2006), Senior Honors Projects. paper 16.

⁵⁰ GASTON, *Hunting a home in Brazil...*, cit., p. 12.

de custos da compra de cavalos e mulas, ele também listava o preço de porcos, ovelhas, cabras e *negros*. Havendo pesquisado a dinâmica do mercado de escravos no Brasil, Gaston já sabia, por exemplo, que o preço de um homem negro adulto variava entre novecentos e mil dólares, apontava que poderia ser um bom negócio comprar homens, mulheres e crianças de uma só vez, o que baixaria o preço para entre quinhentos e setecentos e cinquenta dólares, que homens e mulheres oriundas da província de Minas Gerais eram mais baratos, e informava que estes preços eram anuais, incluindo os gastos com alimentação, vestuário e atendimento médico.⁵¹

Outras famílias também estavam esperançosas quanto aos negócios que poderiam ser feitos no Brasil e com o fato de que poderiam continuar a se sustentar com a mão de obra escrava. O veterano confederado James Alexander Thomas também pegou um navio para o Rio de Janeiro e decidiu considerar o Brasil como o país para onde poderia imigrar com sua família. Em carta para sua esposa, Charlotte, que o esperava nos Estados Unidos, ele informou sobre o seu desembarque no Pará, em dezembro de 1866, e sobre a diversidade da população local que, segundo ele, eram quase 50 mil habitantes, compostos por indivíduos de uma raça mestiça (*mongrel-mixed race*). Sob a perspectiva do confederado candidato a imigrante, havia no Brasil várias raças distintas e menos *darkies* do que nos Estados Unidos. A diversidade das frutas e vegetais o tornava otimista a respeito do país, que se apresentava como um bom lugar para se fazer negócios relacionados à agricultura. Chamou-lhe particular atenção a quantidade de negros, tanto escravizados quanto livres, mas foi mais interessante para James constatar a possibilidade de comprar escravos, uma vez que, segundo ele, no Brasil, os cativos eram mais baratos do que nos EUA.

Minha querida, este é sem dúvida um grande país, mas é difícil o trabalho aqui, que é livre e não é melhor que nos Estados Unidos. O negro livre pode viver sem trabalhar, o trabalho dos escravos é tudo que podemos contar. Nós podemos encontrar [escravos] entre quinhentos a oitocentos dólares na cidade. Disseram-me que nós podemos encontrá-los por duzentos a quinhentos dólares. Se eu ficar satisfeito com este país, eu posso comprar uma fazenda e terras e eu vou fazer isso. Se assim eu fizer, eu estarei em casa com você em breve.⁵²

⁵¹ GASTON, *Hunting a home in Brazil...*, cit., p. 193. A mesma lista manuscrita pode ser encontrada no caderno de anotações de James McFadden Gaston no Brasil, disponível em Coleção James Mcfadden Gaston Papers 1852-1946, The Southern Historical Collection-University of North Carolina. Microfilme rolo 1. A lista ainda inclui os produtos que os negros podem produzir nas plantações: milho, feijão, arroz, algodão, café e couro.

⁵² Carta de James Alexander Thomas para Charlotte, 23 dez. 1866. *James Alexander Thomas papers*, 1866-1906. South Caroliniana Library. University of South Carolina.

Ainda que inicialmente entusiasmado, James futuramente mudaria de ideia e desistiria de imigrar para o Brasil devido à raça mestiça dos habitantes, o que, segundo ele, não seria apropriado para seus filhos. Aliás, veremos adiante, que as características físicas dos brasileiros revelava a prática ameaçadora da mistura racial que aterrorizava os confederados. É importante lembrar que, além do crescimento demográfico da população negra, o medo da mistura racial era um dos motivos que os fizeram deixar os Estados Unidos. Constatar que, no Brasil, aquilo que era reprimido lá, acontecia de forma sistemática, causava dúvidas e insegurança sobre o sucesso da imigração para o país latino-americano.⁵³

Os confederados imigrantes precisavam convencer a si mesmos de que a “aventura brasileira” era uma decisão acertada não só do ponto de vista econômico, mas, também, como forma de resguardar a honra dos homens do Sul, embora o Brasil tivesse aspectos que não lhes agradavam totalmente. Sabendo que as informações sobre o novo país eram controversas e que circulavam no Sul notícias negativas sobre o Brasil como parte da campanha anti-imigração, os imigrantes também tinham a necessidade de afirmar para os amigos e para as suas famílias que estavam fazendo a escolha certa. Um deles foi Russel McCord, um imigrante da Carolina do Sul que chegou no Brasil logo após a Guerra Civil e se estabeleceu na região do estado do Rio de Janeiro.⁵⁴

Em março de 1868, quando escreveu uma carta para a sua irmã Mary, McCord fez questão de elencar os pontos positivos do Brasil, inclusive como vários outros imigrantes sulistas estavam obtendo sucesso no país como senhores de escravos. No Brasil, relatou ele, passava a maior parte do tempo próximo da família, na companhia da esposa, Annie, e dos filhos pequenos, uma delas já “aprendendo português rapidamente”. O filho caçula, nascido havia poucos dias, Hugh, já se alimentava com “o leite surpreendente de uma velha negra ama de leite brasileira”. A notícia de uma ama de leite disponível para um dos seus filhos dava à sua irmã Mary a ideia de que somente no Brasil a parte da família que decidira imigrar ainda poderia fazer uso desses privilégios que eram tão caros a uma sociedade escravista sulista.⁵⁵

Russel McCord falava do seu sucesso e de outros confederados que estavam no Brasil. Ele mesmo informava viver em uma casa confortável e desfrutar de uma renda de dois mil dólares ao ano. Café, açúcar e carne eram abundantes no país e a família já estava “muito

⁵³ A informação que diz que James Alexander Thomas desistiu do Brasil está em HORNE, *O Sul mais distante...*, cit., p. 331.

⁵⁴ Sobre Russel McCord e sua participação em um grupo que pertencia à elite maçônica do Rio de Janeiro ver: DAWSEY; DAWSEY, *The Confederados...*, cit., p. 78-80. A obra afirma que Russel McCord era do Alabama, mas há indícios de que ele nasceu na Carolina do Sul.

⁵⁵ *The Cheves Family papers*, carta de Russel McCord para Mary Eliza McCord, 28 mar. 1868. South Caroliniana Library, The Cheves Family Papers.

ligada” às frutas tropicais e outros produtos locais. A família vivia na vila de Quissaman, no interior do Rio de Janeiro, e estava alocada na fazenda de “pessoas refinadas... bem educadas, bons católicos, mas que não se incomodavam com pessoas de outras religiões”. Para desenhar um cenário agradável, não só o clima era “esplêndido” durante nove meses do ano, mas o ambiente escravista também conferia familiaridade, conforto e segurança à família imigrante, que morava em uma fazenda onde toda a família era composta por plantadores de açúcar e que possuía mil escravos.⁵⁶

O Brasil também era descrito como uma sociedade escravista que beneficiava não só os brasileiros, mas, também, os confederados de mais posses, que poderiam transferir seus negócios para o país. Russell McCord dava notícias de um imigrante da Louisiana que comprara uma “boa fazenda” com cem negros. Outro imigrante, o coronel Stuard, era vizinho da família e havia investido seu dinheiro em uma barganha, uma “*plantation* de açúcar magnífica” com mais outros cem escravos. Com estas informações, Russell tentava desmentir as “falsas impressões” sobre o Brasil elaboradas por aqueles que retornaram aos Estados Unidos. Assim, caracterizava o Brasil como “o mais refinado país do mundo”, com um governo liberal e pessoas hospitaleiras.⁵⁷

Ainda assim, o imigrante deixou escapar algumas diferenças culturais que lhe desagradavam, como o fato de brasileiros não gostarem de árvores sobre suas casas e sobre os brasileiros falarem muito abertamente sobre “os assuntos mais delicados”, o que chamava de “diferenças mínimas”. Russell McCord se dizia feliz por ter vindo para o Brasil onde “ele estava melhor do que no Sul”, mas admitia preferir viver em um país onde gozava de mais independência. Ele explicava sua afirmativa dizendo que o brasileiro, tanto sua mente quanto seus modos, era mais governado pelo costume e pela religião do que por princípios, o que fazia este povo “incapaz de auto-aperfeiçoamento”. Assim, as impressões do imigrante eram uma mistura de uma leitura otimista, basicamente sustentada na manutenção da escravidão, associada aos velhos preconceitos nutridos sobre os povos latino-americanos.⁵⁸

O coronel Charles Gunter veio para o Brasil com um projeto bem estruturado de contar com o apoio do governo brasileiro para construir uma colônia de imigrantes. Ele foi à colônia no Rio Doce, localizada em uma região entre o Rio de Janeiro e o Espírito Santo tratando de informar ao filho no Alabama o seu entusiasmo diante da empreitada brasileira. Gunter havia alugado uma fazenda, uma prática muito comum entre os confederados, que

⁵⁶ *The Cheves Family papers*, carta de Russel McCord para Mary Eliza McCord, 28 mar. 1868..., cit.

⁵⁷ Id., *ibid.*

⁵⁸ Id., *ibid.*

havia de lhe custar a bagatela de 40 dólares por ano. Citou o exemplo de alguém que havia comprado 40 negros por 12.500 dólares, valor que correspondia à metade do que seria gasto nos Estados Unidos. A única limitação encontrada por Gunter era a carência de trabalhadores especializados, o que poderia ser resolvido com a vinda de uma mistura de trabalhadores brancos imigrantes e negros, estes últimos sob condições não muito bem definidas:

Eu quero Porter e Judkins, além de todos aqueles como eles. Quero que eles venham e tragam suas famílias, e que eles tragam também todas as ferramentas agrícolas que eles puderem trazer. Mande também um bom ferreiro e qualquer outro trabalhador mecânico ou um homem trabalhador e mais um, dois ou vinte negros, homens ou mulheres, que possam trabalhar no arado.⁵⁹

Charles Gunter acreditava que suas boas relações com membros do governo brasileiro facilitariam sua proposta de trazer os americanos para o Brasil em um prazo de dois ou três meses. Além disto, seu entusiasmo fazia-o garantir ao filho William que, caso ele viesse para o Brasil, poderia lhe arranjar um emprego na cidade do Rio de Janeiro. Ele, assim como a maioria dos imigrantes, também planejava plantar algodão, tabaco e “provavelmente açúcar”, tudo isto contando com o trabalho de alguns negros que tivessem sido treinados em uma “boa escola de senhores de escravos”.⁶⁰ Ainda em agosto de 1865, seria a vez de Harris Gunter, filho de Charles Gunter, convencer o irmão William de quão promissor era o Brasil. Em carta, ele respondia às preocupações do irmão, que parecia cético e descrente sobre sua “situação” no novo país, enfatizando os bons negócios feitos por outros confederados: “Dr. Dansereau comprou uma grande plantação de açúcar, com 130 negros e todos os equipamentos por 135 contos, o que equivale a seis mil e setecentos dólares”, que ele esperava pagar em um prazo de dois anos.⁶¹

Em setembro de 1865, em outra carta enviada para o irmão William, Harris dava notícias da concretização dos planos da família Gunter no Brasil. Naquele mês, Charles Gunter compraria a terra onde seria fundador da Colônia do Rio Doce, entre o estado do

⁵⁹ Carta de Charles Gunter para William Gunter. Rio de Janeiro, ago. 1865. *Gunter and Poellnitz Family Papers*. The Southern Historical Collection, University of North Carolina Libraries. De acordo com o livro de passageiros americanos que desembarcaram no Brasil, Charles Gunter chegou ao Brasil acompanhado de um filho, provavelmente Harris Gunter, em 15 de fevereiro de 1866. Ver: OLIVEIRA, *Movimento de passageiros norte-americanos no Porto do Rio de Janeiro...*, cit., p. 13.

⁶⁰ Id., *ibid.*

⁶¹ Carta de Harris Gunter para William Gunter. Rio de Janeiro, 24 de agosto de 1865. *Gunter and Poellnitz Family Papers*. The Southern Historical Collection, University of North Carolina Libraries.

Espírito Santo e o Rio de Janeiro. Harris afirmava que seu pai acreditava que esta era a região ideal para os Confederados, melhor que o interior de São Paulo, para onde a maioria deles havia ido.⁶² De acordo com Harris, Charles Gunter já tinha feito todos os arranjos para o funcionamento da fazenda e agora só aguardava “comprar negros”. Contudo, isto não seria feito sem problemas, uma vez que os escravos estavam sob a tutela de um fazendeiro, por dois anos e foram comprados sem serem vistos previamente. Quando Charles Gunter finalmente os viu, o grupo era composto por “mulheres, crianças e homens velhos” e a maioria dos homens jovens estavam comprometidos, o que nos sugere que eles poderiam estar doentes. Assim, da compra de 54 escravos já paga pela metade, um total de cinco mil e quinhentos dólares, somente 38 sobreviveram. Tal episódio, segundo seu filho, era o que estava consumindo o patriarca da família naqueles dias.⁶³

Exceto pela compra frustrada, a mão de obra parecia ser um problema menor para Charles Gunter, que esperava fazer uma combinação entre trabalhadores brancos americanos livres, escravos comprados no Brasil e também homens e mulheres negras afro-americanas que, mesmo livres, ele tinha a certeza de que conseguiria trazer para o Brasil. Indagamo-nos se Gunter contava em convencer ou forçar estes afro-americanos, agora libertos, a virem para o Brasil. Estaria ele confiante em antigos laços de subalternidade? O fato é que, desde que chegou ao Brasil, ele acreditava que o governo brasileiro iria apoiá-lo na sua ideia de levar um navio para Charleston, no estado da Carolina do Sul, e de lá trazer “alguns” afro-americanos para o Brasil. Charles Gunter também estava certo do interesse de muitos em vir.⁶⁴

Assim como Gunter, outros agentes de imigração, como James McFadden Gaston, também desejavam trazer, para o Brasil, homens e mulheres negras que tivessem familiaridade com o plantio do algodão. A reação do governo brasileiro de proibir a entrada dos afro-americanos trouxe desapontamento para Gaston. O Império alegou que não tinha interesse em trazer para o país ainda escravista, homens e mulheres que acompanharam de perto o processo de abolição nos Estados Unidos, por se constituírem em uma potencial má influência para as pessoas aqui escravizadas. Deixando para consultar, somente no último

⁶² Carta de Harris Gunter para William Gunter. Rio de Janeiro, 14 set. 1865. *Gunter and Poellnitz Family Papers*. The Southern Historical Collection, University of North Carolina Libraries. Sobre a colônia do Rio Doce ver: HARTER, *The lost colony of the Confederacy...*, cit., p. 49-50.

⁶³ Carta de Harris Gunter para William Gunter. Rio de Janeiro, 6 nov. 1866. *Gunter and Poellnitz Family Papers*. The Southern Historical Collection, University of North Carolina Libraries.

⁶⁴ Charles Gunter revela o plano de trazer afro-americanos para o Brasil em: Carta de Charles Gunter para William Gunter. Rio de Janeiro, ago. 1865. *Gunter and Poellnitz Family Papers*. The Southern Historical Collection, University of North Carolina Libraries.

momento, juízes e ministros brasileiros para saber se trazer imigrante negros era permitido, a maioria dos confederados simplesmente assumiu que podia trazer os afro-americanos libertos para o país escravista.⁶⁵

A família de James Cole entrou no Brasil em 1866, acompanhada de três pessoas identificadas como “criados”. A entrada destes “criados” no Brasil envolveria John Cole em um incidente diplomático que acabaria legalizando a proibição de entrada no país de qualquer pessoa negra de qualquer nação, ainda que livre ou liberto. No mesmo navio que Cole, também chegou ao país o confederado J. H. White, acompanhado da esposa e de quatro escravos.

A historiadora Wlamyra Albuquerque analisa com detalhes o caso envolvendo John Cole, que insistiu em manter no Brasil uma mulher negra norte-americana. John Cole foi até as últimas instâncias, questionando as leis brasileiras que não tinham legislado sobre a entrada de libertos no país até o seu caso. Albuquerque revela o jogo de forças entre Cole, que insistia em provar que não havia proibições legais à entrada de afro-americanos no Brasil, e o Império brasileiro, que tentava negar a entrada dos afro-americanos, ao mesmo tempo em que tentava evitar argumentos baseados na raça. Assim, o Brasil se protegia da pecha de racista, que tanto atribuía aos Estados Unidos, país acusado pelos brasileiros de nutrir legalmente distinções baseadas na raça. No final das contas, o Império brasileiro faria o mesmo, mas utilizando um malabarismo jurídico e retórico.⁶⁶

Várias outras famílias também entraram no Brasil com uma quantidade pequena de cativos, o que pode revelar que estes homens e mulheres seriam utilizados em serviços domésticos. O Reverendo Alexander L. Blackford, por exemplo, que, futuramente, se estabeleceria na Bahia, chegou ao país, em 23 de maio de 1867, acompanhado da filha e de uma escrava. Até mesmo o ministro americano James Watson Webb, quando veio ao Brasil em 1867, chegou acompanhado da esposa, dois filhos e uma criada.⁶⁷

⁶⁵ Sobre a proibição de trazer afro-americanos para o Brasil e a tentativa dos confederados de fazê-lo ver: HARTER, *The lost colony of the Confederacy...*, cit., p. 290-291.

⁶⁶ ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. *O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 2009. p. 66-75. O liberto Steve Watson também havia chegado ao Brasil acompanhando seus antigos senhores, Judge Dyer e seu sobrinho Columbus Watson. Segundo a bibliografia, embora sem apontar as fontes para tais informações, Steve permaneceu no interior de São Paulo depois que seus ex-senhores resolveram voltar para os EUA e aqui ele se destacou como serralheiro. Aliás, ele havia sido convencido a acompanhar seus senhores vindo para o Brasil atraído pelas possibilidades de crescimento econômico em terras brasileiras enquanto trabalhador especializado. Sobre a história de Steve Watson ver: HORNE, *O Sul mais distante...*, cit., p. 316. HARTER, *The lost colony of the Confederacy...*, cit., p. 54-55.

⁶⁷ OLIVEIRA, *Movimento de passageiros norte-americanos no Porto do Rio de Janeiro...*, cit.

A história desses homens e mulheres negros norte-americanos que, ainda que em uma quantidade modesta, entraram no Brasil a partir de arranjos feitos com seus ex-senhores nos Estados Unidos, revela uma página a ser escrita da história da imigração norte-americana no Brasil. Sem os registros dos seus nomes ou documentos que nos levem aos caminhos que percorreram no novo país, ainda não sabemos os detalhes da vida dos afro-americanos que imigraram, nem se a sua condição dos libertos foi respeitada em um país escravista. Também não sabemos se permaneceram sob a tutela dos antigos senhores ou se o novo ambiente colaborou para que se tornassem mais autônomos, a despeito de obstáculos reais que certamente encontraram, como o idioma e o preconceito racial.

Assim, percebemos que confederados com mais posses fizeram uso do trabalho escravo tanto nacional quanto dos libertos afro-americanos que vieram para o Brasil acompanhando a família dos seus ex-senhores. Vivendo em uma sociedade escravista, os registros produzidos pelos Confederados estão cheios de documentos onde homens e mulheres escreveram sobre suas impressões a respeito dos negros e das relações escravistas no Brasil. James McFadden Gaston Junior, filho do imigrante James McFadden Gaston, dedicou diversas páginas do seu diário a observações sobre o cotidiano dos homens e mulheres escravizadas da região de Campinas, São Paulo, onde vivia com sua família.

O jovem confederado, que se interessava por assuntos ligados às ciências naturais, narrativas de viagem e diversidade das raças humanas, registrou no seu diário o dia em que viu um homem negro que considerou muito pequeno, o qual segundo ele era o contraponto de um “negro-gigante” que havia visto dias antes. O tal homem, que negociava com seu pai a compra de capim, foi observado pelo jovem que concluiu que ele tinha mais de um metro e oitenta centímetros. Além disto, segundo sua descrição, o homem estava “descalço e de cabeça raspada”. Já o seu contraponto, visto dias depois, era um “homem negro do congo” que tinha menos de um metro e sessenta centímetros. Segundo o jovem, o homem parecia ter cerca de 70 anos e quando passava pela mulher que trabalhava como lavadeira da família, foi persuadido pela jovem a “dançar e cantar por algum tabaco e rum”. Assim, da mesma forma que fizeram nos Estados Unidos, a população negra brasileira, além de ser alvo da exploração do trabalho, também era objeto da curiosidade e de especulações científicas, ainda que mais rudimentares, dos imigrantes sulistas.⁶⁸

⁶⁸ Diário de James McFadden Gaston Junior, dias 18 e 23 set. 1882. Coleção James Mcfadden Gaston Papers 1852-1946, The Southern Historical Collection-University of North Carolina. Microfilme rolo 3.

Da mesma forma que seu filho, James McFadden Gaston era um observador da escravidão brasileira, registrando, inclusive, aspectos que lhe causavam estranhamento. A forma como os senhores brasileiros se relacionavam com seus escravos não deixou de surpreender o confederado. Em uma das suas visitas ao interior de São Paulo presenciou uma cena para ele surpreendente ocorrida na casa do major José Maria Gavião:

Aqui é particularmente impressionante a liberdade com que algumas crianças negras são permitidas em vir para a sala de estar da família com o consentimento do major. Uma vez que ele não tem filhos, ele parece fazer destes ‘escurinhos’ os seus animais de estimação. Ele também tem vários cachorros grandes, que também ficam confortavelmente deitados pela casa. Ele (o major) os tolera à vezes, mas em alguns momentos ele coloca todos para fora e fecha a porta que serve de barreira para a entrada.⁶⁹

A visível licenciosidade que Gaston encontrou na casa do major revela muitas das “surpresas” dos confederados imigrantes quando na condição de observadores da sociedade brasileira. “Escurinhos” (*little darkies*) que, sem pedir permissão, invadiam a sala de estar da família do senhor e compartilhavam o ambiente privado da casa grande lhe parecia algo impressionante, para não dizer abominável. Mais incompreensível era o que, aos olhos de Gaston, parecia um sentimento de afeição do major Gavião em relação aos seus pequenos escravos, algo justificado pela sua falta de filhos legítimos. Cães, assim como os “escurinhos”, eram elementos fora do lugar aos olhos do antigo confederado, já que a sala de estar deveria ser reservada para o conforto dos donos da casa e de seus pares. Gaston não percebeu ali algumas das maiores especificidades das hierarquias raciais no Brasil. Embora em um ambiente de aparente integração, as hierarquias raciais estavam lá presentes, e cada um dos envolvidos na cena (major e *little darkies*) sabiam os limites, os lugares e os papéis desempenhados por cada uma das pessoas presentes naquele ambiente.⁷⁰

⁶⁹ GASTON, James McFadden. *Hunting a home in Brazil: the agricultural sources and other characteristics of the country and also the manners and customs of the inhabitants*. Philadelphia: King and Baird Printers, 1867. p. 134-135.

⁷⁰ Embora Gaston houvesse ficado surpreso com a suposta proximidade entre senhores e escravos no Brasil, a historiografia norte-americana também revela que relações de dominação, proximidade, integração e violência também coexistiam nas *plantations* escravistas do sul daquele país, sobretudo nos espaços privados das casas grandes. Sobre isto, ver: GLYMPH, Tavoglia. *Out of the house of bondage: the transformation of the plantation household*. New York: Cambridge University Press, 2008, p. 43.

4.3 O CONTRAPONTO BRASILEIRO: CRÍTICAS DOS CONFEDERADOS AO DIREITO “EXCESSIVO” DOS LIBERTOS E MISTURA RACIAL NO BRASIL ESCRAVISTA

Os confederados que vieram para o Brasil, além das esperanças da continuação da vida em uma sociedade escravista, também trouxeram e revigoraram seus preconceitos contra negros e latinos, além do ressentimento contra os nortistas do seu país.⁷¹ Podemos até mesmo especular que, depois de se confrontarem com a diferença das relações raciais no Brasil, o racismo e o preconceito dos sulistas tenha sido fortalecido e revigorado. Neste sentido, James McFadden Gaston pode ser citado, novamente, através de um episódio que marcou sua experiência no Brasil desde a sua chegada. Disposto a manter o rancor gerado durante a Guerra Civil, ele desistiu, de última hora, de participar de um jantar na casa de brasileiros quando observou que, na casa da família anfitriã, havia na parede “um quadro grande do presidente Lincoln na ocasião da emancipação dos negros”. A abolição da escravidão, lembrada pela visão do quadro, fez o convidado chegar a duas conclusões: a de que os donos da casa não poderiam ter nenhuma relação cordial com os sulistas e de que ele não poderia aceitar nenhum favor deles.⁷²

É possível que o quadro na parede que tanto incomodou o visitante também pudesse significar mais do que uma tentativa desastrosa de agradar o hóspede, uma vez que os anfitriões podiam não estar muito bem informados das divergências que haviam sido geradas pela Guerra Civil no interior da sociedade norte-americana. Ao que tudo indica, a iniciativa de colocar um quadro abolicionista na parede também revela que se tratava de uma residência onde as pessoas, de alguma maneira, apoiavam o fim da escravidão. Portanto, para a infelicidade dos sulistas recém-chegados, as notícias da abolição nos Estados Unidos haviam chegado ao Brasil e encontrado apoiadores entre alguns setores da sociedade. Além disto, como Gaston pode ter imaginado, a simpatia pela liberdade pode ter sido mais um indício da aparente ausência de regras raciais rígidas no país, o que assemelhava o Brasil ao Norte dos Estados Unidos e ao que se esperava viesse a ser o Sul que os imigrantes haviam deixado para trás no pós-abolição.

Depois de chegar ao Brasil, os confederados perceberam dois aspectos da escravidão e das relações raciais no país que lhes trouxeram suspeições sobre se iriam se

⁷¹ HORNE, *O Sul mais distante...*, cit., p. 292.

⁷² Diário de Viagem ao Brasil, 12 nov. 1865. *James McFadden Gaston Papers*, Folder 23-24. The Southern Historical Collection, University of North Carolina Libraries.

adaptar ao novo lar. O primeiro deles foi a liberdade excessiva dos negros libertos. Como já afirmamos anteriormente, no Brasil, ao contrário dos Estados Unidos, os libertos nascidos no país tinham cidadania garantida desde a Constituição de 1824, enquanto nos Estados Unidos, isso só aconteceu em 1868, com a 14ª emenda. Saber que os libertos gozavam dos mesmos direitos que as pessoas brancas chocou os confederados, que começaram, a partir de então, a perceber que havia peculiaridades entre a escravidão brasileira e aquela com a qual estavam acostumados.⁷³

A ascensão social dos libertos brasileiros causava apreensão a um amigo da família Gunter chamado Dr. Mathews. Harris Gunter informava ao irmão William que as únicas duas coisas que o amigo temia no Brasil eram as formigas e “o espírito de democracia entre as pessoas”. Contudo, ele afirmava que estes eram males menores frente aos “negros livres, o radicalismo e as taxas” do seu país natal. Certamente, o tal “espírito democrático” brasileiro estava ligado ao trânsito social dos libertos, que o fazia lembrar os “negros livres” do Sul dos Estados Unidos.⁷⁴ A possibilidade de arranjos que facilitassem a compra da alforria já tinha despertado a apreensão de James McFadden Gaston, pois foi com surpresa que ele percebeu que as vendedoras de rua do Rio de Janeiro transitavam pelas ruas “como se fossem livres”.⁷⁵ James Alexander Thomas também notou que não podia contar com a mão de obra dos trabalhadores livres, que não estariam dispostos a trabalhar, deixando que ele somente contasse com trabalhadores escravizados caso viesse para o Brasil.⁷⁶

Além dos “privilégios” dos libertos, os imigrantes confederados também foram surpreendidos com a mistura racial praticada no Brasil, que permitia a ascensão social de algumas pessoas ditas “mulatas”. Muitas delas, a depender de uma combinação entre tom de pele, traços físicos e status social podiam até se passar por brancas, o que era imediatamente percebido e reprovado pelos sulistas norte-americanos acostumados com um sistema de

⁷³ HORNE, *O Sul mais distante...*, cit., p. 292; HARTER, *The lost colony of the Confederacy...*, cit., p. 53. É importante afirmar que a legislação brasileira sempre evitou estabelecer critérios raciais nas suas leis, jogando estas distinções para a dinâmica das práticas sociais e costume. Sobre isso ver: ALBUQUERQUE, *O jogo da dissimulação...*, cit., p. 73-81. Sobre a cidadania dos libertos no Brasil ver: MATTOS, *Racialização e cidadania no Império do Brasil...*, cit., p. 349-391.

⁷⁴ Carta de Harris Gunter para William Gunter. Rio de Janeiro, 6 nov. 1866. *Gunter and Poellnitz Family Papers*. The Southern Historical Collection, University of North Carolina Libraries.

⁷⁵ GASTON, *Hunting a home in Brazil...*, cit., p. 12.

⁷⁶ Ver página 22 deste capítulo. Sobre a reação dos confederados quanto à cidadania dos libertos brasileiros ver: HILL, *The confederate exodus to Latin America...*, cit., p. 161-199. HARTER, *The lost colony of the Confederacy...*, cit., p. 52-54. Segundo o autor, esta uma das maiores causas de desistência de imigração para o Brasil.

identificação que primava pela pureza racial.⁷⁷ Novamente, James McFadden Gaston percebeu com apreensão a prática da mistura racial no Brasil e não gostou do que constatou. Quando encontrou com um vigário baiano, ele logo verificou que se tratava de “um mulato”, e explicou aos seus leitores que, na província da Bahia, havia “intensa mistura com o sangue africano”.⁷⁸

Durante o diálogo com o sacerdote, o confederado reconheceu que ele era “um mulato que possuía inteligência acima da média”, mas interrompeu qualquer análise que o fizesse questionar seus tabus afirmando que “meu preconceito em me associar com aqueles que têm sangue negro não pode ser completamente deixado de lado ao ponto de eu me sentir à vontade com um homem de cor”.⁷⁹ Assim, falou mais alto o velho sentimento do sulista que nunca poderia considerar um homem negro como seu igual. Na Carolina do Sul, estado de Gaston, também havia indivíduos de origem birracial e, com o avançar da década de 1850, os escravos foram se tornando cada vez mais de pele mais clara. No ano de 1860, 94% das pessoas consideradas “mulatas” no Sul dos Estados Unidos viviam em regime de cativeiro. A população branca não tinha problemas com a sua presença, desde que fossem cativos. Negros de pele clara significavam um problema quando eram livres. Ainda na Carolina do Sul, todos os negros livres que não possuísem terras e escravos deveriam abandonar o estado e, dentre estes, 3/4 eram considerados “mulatos”.⁸⁰

Portanto, o que espantou Gaston não foi, necessariamente, a existência de “mulatos” no Brasil e sim a possibilidade de ascensão social deste grupo quando livre ou liberto. Este era um dos graves resultados da mistura racial no país, de acordo com os imigrantes, o que denotava, na sua leitura, ausência de racismo, de regras e de ordem. Gaston ainda comentou que era preciso maior desconfiança na hora de afirmar que a cor escura da

⁷⁷ Alguns autores tomaram literalmente as interpretações dos confederados e prosseguiram defendendo a ideia de que o Brasil tinha um sistema racial mais democrático que nos Estados Unidos e/ou que, no Brasil, a condição de escravo era aquilo que mantinha a população negra em condições subalternas. Assim, fortaleceu-se a ideia de que o Brasil era um paraíso racial, contraponto dos Estados Unidos, sem se levar em consideração uma investigação mais aprofundada sobre as nuances, sutilezas e sistema de hierarquização racial no Brasil escravista. Ver: HARTER, *The lost colony of the Confederacy...*, cit., p. 52; O Brasil é descrito pelos viajantes como país onde há ausência de preconceito racial, ver: STEIN, Barbara H. O Brasil visto de Selma, Alabama, 1867. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 3, p. 47-63, 1968. Sobre os limites impostos aos libertos brasileiros e que eram baseados na cor da pele, ver: GRINBERG, *O fiador dos brasileiros...*, cit. O tema da “surpresa” dos confederados quando constatarem os diretos “excessivos” dos libertos é também tratado em: HORNE, *O Sul mais distante...*, cit., p. 291-301.

⁷⁸ GASTON, *Hunting a home in Brazil...*, cit., p. 281-282.

⁷⁹ Id., *ibid.*, p. 281. O episódio em que Gaston encontrou com o padre baiano é também brevemente mencionado em HORNE, *O Sul mais distante...*, cit., p. 329.

⁸⁰ WILLIAMSON, *New people...*, cit., p. 63-66.

pele das pessoas era causada pelo clima quente e não pela presença de “sangue negro”, que circulava nas veias da grande maioria da população nacional. Embora existissem brasileiros brancos, de cabelos claros e olhos azuis, os descendentes de portugueses não eram “puros” e tão brancos quanto os germânicos, por exemplo. Ao final, o imigrante concluía que qualquer pele muito escura era mesmo “resultado da mistura com o negro ou com o índio, ao invés do sol quente ou do clima tropical”.⁸¹

A mistura racial associada aos privilégios dos libertos no Brasil compunha um cenário nada agradável para os imigrantes confederados. Embora alguns viajantes garantissem que no Brasil havia, sim, distinções baseadas na cor da pele, que asseguravam o lugar privilegiado da população branca, as notícias de que, no país, não havia preconceito racial dava a impressão de que esta sociedade não possuía este elemento fundamental para regular as relações entre negros e brancos e uma vez que a igualdade racial era algo que fazia os sulistas se recusarem a ficar no seu próprio país, foi desconcertante perceber que africanos e seus descendentes no Brasil poderiam encontrar brechas que lhes permitissem alguma ascensão social.⁸² Além disto, as regras de decoro racial vigentes na sociedade brasileira também eram outras. Algumas atitudes tomadas pela população liberta no Sul norte-americano pós-guerra poderiam ser vistas como insolentes a ponto de justificar um ato de violência. Já no Brasil, pelo menos no caso dos libertos, castigar uma pessoa livre e cidadã porque ele ou ela não mostrou deferência a uma pessoa branca não era algo legalmente reconhecido e que justificasse uma agressão a esta pessoa.⁸³

O Reverendo Ballard Dunn registrou, no seu livro *Brazil, the home for Southerners*, um episódio de “insubordinação envolvendo o Sr. Shylock, que era responsável por recrutar norte-americanos para o Brasil. Quando caminhava pelas estreitas ruas do Rio de Janeiro, o senhor Shylock foi trombado por um “descendente de africano”. Contrariado, o dito senhor aguardou o pedido de desculpas, mas ficou indignado com o fato de isto não ter acontecido. O “descendente de africano” seguiu seu caminho sem olhar para trás e ainda foi visto pelo Sr. Shylock na esquina mais próxima conversando confortavelmente com um

⁸¹ GASTON, *Hunting a home in Brazil...*, cit., p. 282.

⁸² HORNE, *O Sul mais distante...*, cit., p. 300-301; 328-330. SIMMONS, *Racist Americans in a multiracial society...*, cit., p. 34-39.

⁸³ No Sul norte-americano pós-abolição, muitos atos de violência contra homens e mulheres negras cometidos por sulistas brancos foram motivados por aquilo que seria considerado uma infração às regras de subserviência racial vigentes no período escravista e que ainda se impunham como sinais de respeito à autoridade. Manter-se caminhando na mesma calçada que uma pessoa branca era algo que poderia motivar um ataque violento, pois tal atitude era vista como insolente. Ver FONER, *A short history of reconstruction...*, cit., p. 35-37.

homem branco, como se fossem iguais, sem nenhum sinal de deferência do “descendente de africano” em relação ao seu interlocutor. Segundo o revendo Dunn, isto era culpa do “negrismo-livre” (*free-negroism*), sentimento muito comum entre os brasileiros e abolicionistas norte-americanos.⁸⁴

Sendo assim, a experiência brasileira, de longe, representou um questionamento aos valores racistas dos confederados que ficaram ainda mais fortalecidos após a Guerra Civil. Durante e após o conflito, ainda nos Estados Unidos, os confederados se tornaram mais presos às ideologias que pregavam a pureza racial e à regra do *one drop*, que afirmava que qualquer gota de sangue negro tornava uma pessoa negra. O casamento inter-racial se tornou ilegal na Carolina do Sul, em 1865, e a Klu Klux Klan empregava a violência e o terrorismo contra tais uniões. Foi neste espírito que os imigrantes interpretaram a “ousadia” dos libertos brasileiros e os diversos tons de cor da população brasileira, que tinha suas regras próprias de hierarquização e segregação. O aparente cenário de desordem e ilegitimidade, fortalecido por velhos preconceitos sobre as sociedades latino-americanas, fez com que as famílias confederadas se “protegessem” da mistura racial no Império.⁸⁵

Os chefes de família sulistas continuariam com as mesmas preocupações em manter a pureza de sangue das suas famílias, assim como faziam na sua terra natal. Além disto, como toda sociedade escravista e patriarcal, eram eles que decidiam se as famílias imigrariam ou não. Muitos deles vinham para o Brasil, sozinhos, em uma primeira viagem, e nas próximas, mulheres e filhos se juntavam a eles. O médico James McFadden Gaston, por exemplo, seguiu esta tendência. Quando entrou no Brasil, pelo porto de Santos, em novembro de 1865, ele estava sozinho. O imigrante expressou sua apreensão em deixar a esposa e seus filhos sozinhos nos Estados Unidos em uma correspondência escrita no dia 25 de dezembro daquele ano. Gaston, tocado pela solidão durante a passagem das festas natalinas, revelou sua preocupação em relação à segurança da sua família no Sul pós-abolição. Ele afirmava sentir-

⁸⁴ DUNN, Ballard S. *Brazil, the home for Southerners*. New York: George B. Richardson, 1866.

⁸⁵ Eugene Harter afirma que confederados da sua geração, décadas de 1920 e 1930, foram influenciados pela “harmoniosa relação entre as raças” no Brasil, e que, no país, adotaram outra visão sobre relações raciais em relação aos seus antepassados. O autor, equivocadamente, faz outras leituras superficiais sobre as relações raciais no Brasil, inclusive afirmando que no país Martin Luther King, dentre outros afro-americanos, seria considerado branco. HARTER, *The lost colony of the Confederacy...*, cit., p. 23; 115-116. Sobre o preconceito dos confederados contra povos latinos ver: GRIGGS, *The elusive Eden...*, cit. p. 124. Sobre o cenário das relações raciais e acirramento da violência no Sul dos Estados Unidos no pós-Guerra Civil, ver: WILLIAMSON, *New people...*, cit., p. 74-94.

se inseguro em deixar Susan “no meio de estranhos e cercada por uma raça que só recentemente mudou suas relações com os habitantes brancos do país”.⁸⁶

Após a Guerra Civil, cresceu, entre a comunidade branca, um sentimento paranoico em torno da imagem do homem negro estuprador, que violaria a honra das famílias sulistas e as macularia para sempre com a mancha da mistura racial. Neste sentido, em uma sociedade completamente avessa às relações interracialis, sobretudo entre homens negros e mulheres brancas, as últimas se tornaram o símbolo da manutenção da pureza racial nos Estados Unidos. É importante lembrar que esta fantasia em torno do “negro estuprador” foi criada no pós-abolição, e não durante a escravidão, para justificar políticas de controle e violência contra a população liberta e negra. Já as relações entre homens brancos e mulheres negras, desde que não fossem públicas, eram mais aceitáveis. Assim, ideias sobre o descontrole e o caráter animalizado da sexualidade masculina negra estavam em pleno diálogo com os projetos de segregação racial e supremacia branca que se alastrou pelas cidades sulistas após a Guerra Civil.⁸⁷

Da mesma forma que Gaston, James Alexander Thomas expressou as mesmas apreensões ao deixar esposa e filhos sozinhos nos Estados Unidos enquanto ele visitava e avaliava a possibilidade de imigrar para o Brasil. Ainda no navio, chegando à América Latina, ele justificava a decisão de vir para o Brasil em um tom de desculpas: “Eu espero encontrar um lugar melhor para viver, eu odeio ficar tão longe de você e das crianças, mas acho que isso será para o nosso bem, faça o melhor que você puder”.⁸⁸ Dias depois, quando já havia chegado ao Brasil, o confederado escreveu para a esposa, novamente, informando que havia chegado bem no Rio de Janeiro, mas também advertindo-a dos perigos que a cercavam enquanto uma mulher branca sozinha no Sul pós-abolição: “Eu tenho medo que os negros livres roubem tudo que você tem e lhe façam sofrer...”.⁸⁹

O tema da escravidão e o perfil da população local foi tema recorrente nas cartas que James Alexander Thomas enviou para sua esposa, Charlotte. Em passagem pela Ilha de San Thomas, no Caribe, ele descreveu que cerca de quarenta negros carregaram carvão para o navio. O observador pontuou que se tratava de negros livres, mas que pareciam ser melhor

⁸⁶ Carta de James McFadden Gaston para a esposa (Susan Greening Brumby), 25 dez. 1865. In: GASTON JR., *A pathfinder of yesterday...*, cit., p. 54.

⁸⁷ Sobre isto, ver: HODES, Martha (Ed.). *Sex, love and race: crossing boundaries in North American History*. New York: New York University Press, 1999, p. 1-15.

⁸⁸ Carta de James Alexander Thomas para Charlotte, 6 dez. 1866. *James Alexander Thomas papers, 1866-1906*. South Caroliniana Library. University of South Carolina.

⁸⁹ Carta de James Alexander Thomas para Charlotte, 23 dez. 1866. *James Alexander Thomas papers, 1866-1906*. South Caroliniana Library. University of South Carolina.

governados que “nossos negros”, em uma menção ao cenário de insubordinação que, segundo os confederados, se instalou no Sul depois da abolição.⁹⁰ Além de estar atento para o uso do trabalho livre e o controle da população negra liberta, James também observou que, no Brasil, havia “várias raças de pessoas” e que “os brasileiros eram um pouco mais escuros que os americanos”.

Os interesses escravistas do casal ou sobre o uso do trabalho da população negra eram revelados em passagens como “há negros em grande quantidade, ambos, livres e escravos”.⁹¹ Aliás, James Alexander tinha que provar à esposa que a viagem ao Brasil não havia sido em vão. Embora ele fosse o “chefe” da família, enquanto ele viajava, era Chalotte a responsável por administrar a propriedade da família na Carolina do Sul. Para tanto, ela deveria informar ao marido sobre o andamento dos negócios, como ele havia pedido: “mantenha-me informado sobre como os negros vão indo”.⁹² Isto demonstra que as mulheres brancas do Sul também eram agentes na sociedade escravista, compartilhando valores, atuando como senhoras de escravos e dividindo com seus maridos a tarefa de administrar tarefas e escravos, embora dentro dos diferentes papéis estabelecidos pela ordem patriarcal.⁹³

Ser uma *Southern Lady* significava incorporar uma série de papéis e também partilhar com os homens um conjunto de valores sobre a função da população negra na sociedade. Quando elas imigravam, o que acontecia mesmo quando contra sua vontade, elas sentiam um tremendo impacto sobre suas vidas. Sua vida social se tornava ainda mais restrita, havia diferenças culturais duramente sentidas e, no caso das mulheres solteiras, restringia-se a possibilidade de casamento já que eram desconectadas do seu universo social. No caso das mulheres casadas, ainda era mais dura a distância de outros membros da família que ajudavam na educação dos filhos. Era também sentida a falta do serviço de criadas o que, pelo menos, inicialmente, as obrigava a desempenhar tarefas domésticas a que, muitas vezes, não estavam habituadas. Mesmo assim, os códigos de etiqueta racial eram mantidos e, em se tratando de um país latino-americano, elas também tinham suas apreensões sobre a mistura racial.⁹⁴

Em 1866, a jovem Anna Gunter escreveu do Rio de Janeiro para seu irmão William, que estava no Sul dos Estados Unidos, para expressar o seu descontentamento com a

⁹⁰ Carta de James Alexander Thomas para Charlotte, 6 dez. 1866..., cit.

⁹¹ Carta de James Alexander Thomas para Charlotte, 23 dez. 1866..., cit.

⁹² Carta de James Alexander Thomas para Charlotte, 6 dez. 1866..., cit.

⁹³ GLYMPH, *Out of the house of bondage...*, cit., p. 1-46.

⁹⁴ Sobre valores familiares e sociais na sociedade sulista, sobretudo em situações de deslocamento ver CASHIN, Joan E. *A family venture: men and woman on the southern frontier*. Baltimore and London: The John Hopkins University Press, 1991.

decisão tomada pelo pai, Charles G. Gunter, de imigrar para o Brasil. Anna Gunter se sentia isolada e temia não poder voltar à escola para dar continuidade aos seus estudos de francês. Portanto, suplicava ao irmão que lhe enviasse seus dicionários e a gramática de língua inglesa. Ela estava disposta a dar continuidade aos seus estudos por sua própria conta e ainda confessava que, assim como seus outros irmãos (Peter, Hatie e Nellie), odiava a ideia de deixar o Alabama e ir para a América Latina. As preocupações de Anna estavam longe de ser aquelas que pairavam sobre as mentes do seu pai assim como de outros homens do Sul que traziam suas famílias para o Brasil. Porém, uma delas era compartilhada pela jovem e por estes homens que decidiam os rumos das suas famílias: a mistura racial que era perceptível na face de boa parte da população brasileira que lhe chamava a atenção e causava rejeição. Isto colocava um forte obstáculo ao processo de aceitação e adaptação deste grupo ao seu novo país. Anna expressou este sentimento logo no início da sua carta: “Meu honrado irmão. Eu desejo que você, por favor, possa achar mais tempo para escrever para mim, especialmente em algumas semanas, já que eu vou estar entre mulatos e brasileiros... Eu vou passar por um longo período de solidão”.⁹⁵

Estar cercada de mulatos e brasileiros fazia com que Anna Gunter não desejasse interagir com a população local e, por isto, ela previa uma vida solitária no seu novo lar. Assim como Anna, outros confederados também resistiam a interagir com boa parte da população brasileira que não era perceptivelmente branca sob os critérios raciais adotados no Sul dos Estados Unidos, isto porque muitos daqueles que eram considerados brancos no Brasil para os confederados eram *mixed* (mestiços), carregavam sangue africano, e com eles, portanto, não deveriam interagir ou permitir que se integrassem às suas famílias. Assim, uma das estratégias das famílias confederadas de se proteger dos “mulatos brasileiros” era interagir somente com outras famílias confederadas, inclusive casando entre si.

Susan McFadden Gaston, esposa de James McFadden Gaston, também comentou com sua filha Katie sobre suas preocupações a respeito da possibilidade de que um dos seus filhos, Brumby, se casasse com uma mulher brasileira. Brumby havia acabado de retornar à cidade de Serra Negra onde trabalhava como médico. O jovem terminara recentemente o noivado com uma imigrante também sulista, o que fazia com que sua mãe temesse que “ele se sentisse sozinho no meio dos brasileiros”. Susan recomendava ao filho que fosse um bom médico, um cavalheiro e que encontrasse “uma boa moça cristã com quem se casasse” e o jovem respondeu afirmando que poderia se casar com uma “moça brasileira rica”. Esta

⁹⁵ Carta de Anna Gumnter para William Gunter. Bota Fogo, 21 set. 1866, *Gunter and Poellnitz Family Papers*.

possibilidade despertou as apreensões da mãe, que revelou à filha: “eu não quero que ele se case com uma brasileira, eu não acho que ele será feliz com uma mulher brasileira”.⁹⁶

Susan McFadden pedia à filha Katie que convencesse seu irmão a desconsiderar, completamente, a ideia de se casar com uma nacional. As preocupações da mãe a respeito dos cônjuges dos filhos era parte da cultura do Sul na qual os pais interferiam nas escolhas sexuais dos filhos. No Brasil, a dificuldade de manter vínculos sociais estabelecidos por gerações intensificou as preocupações de que os/as jovens fossem atraídos por mulheres ou homens que eram socialmente brancos, mas carregavam sangue negro nas veias. Assim, o estigma do “brasileiro miscigenado” ou “impuro” trouxe outras preocupações para as famílias confederadas, que tentavam preservar sua pureza tanto na sua terra natal quanto no seu refúgio latino-americano.

4.4 O FRACASSO DA EMPREITADA NO BRASIL: O FIM DO SONHO CONFEDERADO...

Saber que a população escravizada brasileira também era rebelde despertava insegurança quanto à longevidade da escravidão e da tranquilidade no país. Afinal, um ambiente de crimes e de revoltas cometidas por escravos remetia aos perigos da vida cercada por homens e mulheres negros. Neste sentido, o Brasil ainda era mais grave que o Sul norte-americano uma vez que lá os libertos não gozavam dos mesmos direitos que no Brasil e a população negra parecia não ser tão numerosa quanto no Império. O perigo da tão temida guerra racial e da tomada de poder pelos negros, motivo que os fizera sair da sua terra natal, poderia também ser algo iminente no novo país.

Harris Gunter tentou fazer algumas especulações sobre o futuro da escravidão no Brasil e de que maneira o país seria prejudicado pela imposição do trabalho livre. Disposto a se aventurar pelo mundo em busca de um ambiente ideal para reconstruir a sua vida e da família, Harris dizia ao irmão que a Argentina também recebia vários imigrantes, sobretudo ingleses. O Brasil estava sendo bom até aquele momento, mas, após a morte de D. Pedro com quem a sua família mantinha relações pessoais, o futuro do país seria instável e certamente pior. Levando em consideração o potencial revoltoso da população escrava e a quantidade de

⁹⁶ Carta de Susan M. Gaston para Katie, Campinas 11 fev. 1882. *Coleção James Mcfadden Gaston Papers 1852-1946*, The Southern Historical Collection-University of North Carolina.

negros, o jovem Gunter afirmou que a vantagem da Argentina em relação ao Brasil era que, após a abolição, o outro país era livre do “elemento negro” (*darkey element*).⁹⁷

Os anos seguintes confirmariam as previsões negativas de Harris Gunter. As últimas décadas do cativeiro no Brasil foram marcadas por revoltas, crimes e pela formação do movimento abolicionista que, sobretudo a partir da década de 1870, teria forte atuação no estado de São Paulo, região onde estava localizada a maioria das colônias fundadas por imigrantes confederados. A articulação política nos gabinetes do Império não conseguiu conter as manifestações populares de rejeição à escravidão, sobretudo através de motins organizados pela própria população negra, escravizada e liberta. Abolicionistas de diversos segmentos combatiam a escravidão, cada um à sua maneira, uns através de debates, de jornais e atuações na justiça em prol da libertação dos escravos, e outros, representando uma militância mais popular, organizavam motins, formavam quilombos, promoviam fugas e “quebra-quebras”.⁹⁸

Quando os escravos de Luiz Antônio de Pontes Barboza se sublevaram, em Campinas, em uma noite de outubro de 1882, gritando “mata branco” e “viva a liberdade”, o episódio repercutiu na região amedrontando a população local temerosa da fúria dos insurgentes.⁹⁹ Certamente, a notícia da sublevação dos escravos em Campinas causou medo, mas, também, apreensão entre os muitos confederados que viviam na região. O caso foi registrado no diário de James McFadden Gaston Jr., no dia 1º de novembro de 1882, exatamente na manhã posterior ao ocorrido. Segundo o jovem Gaston, às 8 da manhã os escravos haviam se entregado à polícia afirmando que eles haviam matado o feitor, sob a alegação de que este os tratava muito mal. Para ele, cenas de revolta de escravos já eram indicativos do nível de crise que a escravidão havia atingido no Brasil.¹⁰⁰

Naquela semana, retornar para os Estados Unidos se tornou uma ideia fixa para James Gaston Jr. Ele, que, assim como seu pai, era interessado em ciência racista, antropologia e era um atento observador das características físicas e do comportamento dos negros brasileiros, certamente acreditava que o Brasil pós-abolição, repleto de negros e

⁹⁷ Carta de Harris Gunter para William Gunter, Rio de Janeiro, nov. 1866, *Gunter and Poellnitz Family Papers*, The Southern Historical Collection, University of North Carolina Libraries.

⁹⁸ Sobre os últimos anos da escravidão no Brasil e os conflitos que ocorreram neste período, ver: MACHADO, Maria Helena P. T. *O plano e o pânico: os movimentos sociais na década da abolição*. 2ª ed. São Paulo: EDUSP, 2010.

⁹⁹ Este episódio é narrado e discutido em MACHADO, *O plano e o pânico...*, cit., p. 99-102.

¹⁰⁰ Diário de James McFadden Gaston Jr, 1 nov. 1882, p. 102. Journals and Notebooks of James McFadden Gaston (1868-1946). *James McFadden Gaston Papers*, folder 26-27. The Southern Historical Collection, University of North Carolina Libraries.

mulatos libertos, não era mais um lugar onde as famílias confederadas poderiam viver. No dia oito de novembro de 1882, poucos dias após a revolta da fazenda em Campinas, cidade em que também vivia, escreveu em seu diário que “o Brasil, por ora, é um bom lugar para se estar longe”. O baixo preço do café seria um dos motivos, mas a principal razão seria o fato de que “os republicanos, abolicionistas e liberais ou pró-escravos, podem algum dia começar uma Guerra, da mesma forma que os negros já o fizeram três vezes contra os seus senhores nos últimos dois meses nesta mesma província”. Para Gaston Jr., os fatos que vinham ocorrendo no último ano confirmavam a urgência com que a sua família deveria retornar para os Estados Unidos.¹⁰¹

Naquele mesmo mês, e ainda aterrorizado pelas cenas de sublevação ocorridas, o jovem McFadden se assustou com gritos de “pega ladrão” que vinham da rua. Da sua janela, ele mesmo pôde assistir a toda a cena envolvendo um “homem negro e grande” que corria pelas ruas, desgovernadamente. O homem conseguiu escapar da polícia, que contava somente com um soldado que deixou o fugitivo escapar a despeito da delegacia ser “tão próxima”.¹⁰² No mês seguinte, os McFadden seria enganados por José, um motorista que prestava serviços temporários à família. José foi até uma quitanda e, com uma assinatura falsa do médico James MacFadden Gaston, conseguiu comprar “itens que a família não costumava consumir”. Com a farsa bem sucedida, José adquiriu duas garrafas de vinho do porto, uma lata de mortadela, duas latas de ervilha e uma lata de presunto. A compra, obviamente, foi paga pelo médico que exigiu mais atenção na próxima vez que alguém chegasse ao estabelecimento utilizando uma autorização de compra com sua assinatura.¹⁰³

O fato de ser enganada por um negro brasileiro deve ter causado muita insatisfação à família McFadden. Além disto, eles devem ter entendido o ato de insubordinação como parte do contexto turbulento que marcava as décadas finais da escravidão no Brasil. Assim, temendo que o futuro no país viesse a ser muito semelhante àquele que tentaram evitar quando imigraram, os McFadden Gaston deram fim ao sonho escravista na América Latina e, assim como cerca da metade das famílias confederadas que

¹⁰¹ Diário de James McFadden Gaston Jr., 8 nov. 1882, p. 112. *Journals and Notebooks of James McFadden Gaston* (1868-1946). *James McFadden Gaston papers*, folder 26-27. The Southern Historical Collection, University of North Carolina Libraries.

¹⁰² Diário de James McFadden Gaston Jr., 27 nov. 1882, p. 112..., cit.

¹⁰³ Diário de James McFadden Gaston Jr., 23 dez. 1882, p. 112..., cit.

havia imigrado para o Brasil e que desistiram pelos mesmos motivos, retornaram para a América do Norte pouco antes do dia 13 de maio de 1888.¹⁰⁴

Os irmãos George e Lucien Barnsley, da Georgia, deixaram seu país, em 1867, também atraídos pela possibilidade de “fazer dinheiro fácil” no Brasil. No entanto, após chegarem ao país, amargaram anos de experiências em negócios mal sucedidos e tentativas de voltar para os Estados Unidos. Vinham de uma família de plantadores de algodão na Georgia, portanto escravistas, e quando chegaram ao Brasil, em 1867, foram pouco a pouco desfazendo suas expectativas. Já em 1873, George reconsiderava sua escolha pelo Brasil e pensava em imigrar para a Califórnia ou o México. Além disto, a insatisfação com o país era tanta que ele revelava estar aprendendo a “odiar os brasileiros, seus modos e sua forma de governo”. Embora George fosse médico de formação, quando veio para o Brasil, ele tencionava ficar rico explorando minas de ouro. O fracasso do negócio fez com que ele fosse forçado a, contra sua vontade, exercer a medicina no país.¹⁰⁵

Em diversos momentos ele revelou ter medo de fracassar na sua aventura. Em carta à irmã Julia, George reconheceu seu desejo de retornar aos Estados Unidos já no ano de 1879.¹⁰⁶ Os sentimentos sobre os brasileiros também variavam de carta em carta. Em 1880, George descreveu os brasileiros como “curiosos e ignorantes”.¹⁰⁷ Já em 1882, ele desejava que a propriedade da família na Georgia fosse vendida para que, com este dinheiro, ele permanecesse no Brasil, uma vez que o seu país “só oferecia violência”. Além disto, George também defendeu a conduta de uma mulher brasileira casada que sofria com a negligência do marido confederado. Indignado com as desconfianças da sua irmã Julia sobre o comportamento da esposa que, segundo ela, poderia ser a culpada pelos desmandos do

¹⁰⁴ De acordo com Dawsey e Dawsey, cerca de 50% dos confederados que imigraram para o Brasil voltaram para os Estados Unidos já entre os anos de 1865-1875. Ver: DAWSEY; DAWSEY, *The Confederados...*, cit., p. 18.

¹⁰⁵ Carta de George Barnsley para Julia. Rio de Janeiro, 2 fev. 1873. *George Scarborough Barnsley Papers*, 1837-1918. In: Southern Historical Collection, Davis Library – University of North Carolina, Chapel Hill. Ainda sobre a experiência de George Barnsley no Brasil, ver: GRIGGS, *The elusive Eden...*, cit. p. 47; 128.

¹⁰⁶ Carta de George Barnsley para Julia. Rio de Janeiro, 14 set. 1879. *George Scarborough Barnsley papers*, 1837-1918, In: Southern Historical Collection, Davis Library – University of North Carolina, Chapel Hill.

¹⁰⁷ Carta de George Barnsley para Julia. Rezende, Rio de Janeiro, 2 abr. 1880. *George Scarborough Barnsley papers*, 1837-1918, in: Southern Historical Collection, Davis Library – University of North Carolina, Chapel Hill.

cônjuge, George rebateu as críticas dizendo que “ser uma brasileira, não significa nada. É prudente que você aprenda que nós somos tão civilizados quanto qualquer outro povo”.¹⁰⁸

Contudo, em 1880, George Barnsley demonstrava algumas preocupações sobre o futuro político do Brasil. Naquele ano, ele revelava, para a irmã Julia, que “temia que todos os seus longos anos de sofrimento pudessem estar perdidos” e a razão do descontentamento do imigrante se expressava na frase “existe um grande debate sobre liberdade”. Este cenário marcava o início do desejo de George de voltar para os Estados Unidos: “Eu não sei se tudo está perdido ou não, mas o que é certo é que eu estou cansado de lutar e tenho que desistir”. George já havia lutado no exército confederado durante a Guerra Civil e, certamente, não estava disposto a, novamente, assistir ao fim da escravidão, fosse por meios pacíficos, fosse em circunstâncias que o fizessem presenciar uma outra guerra, desta vez, em um país estrangeiro.¹⁰⁹

A partir de 1883, as cartas de George para a irmã Julia se resumiam ao tema pedido de dinheiro para voltar para os Estados Unidos. Em 1883, ele pedia ajuda para o próprio cunhado, Henry Schuwartz, marido de Julia, afirmando que “questões desastrosas” haviam reduzido ele e o irmão Lucien a um estado de “declarada pobreza”.¹¹⁰ Outras cartas com o mesmo tom foram enviadas, uma em março do mesmo ano, pedindo dinheiro para as passagens, e outra, em maio, reafirmando a urgência de ajuda para a saída do Brasil.¹¹¹ Aparentemente, George não recebeu da família a ajuda que esperava, o que o fez se transferir para São Paulo, onde, exercendo a função de médico, mantinha sua família, ao mesmo tempo em que tentava acumular dinheiro para a compra das passagens para os Estados Unidos.

Enquanto o irmão de George, Lucien, ainda insistia no fracassado negócio das minas de ouro, era sua esposa quem, havia três anos, vinha sustentando a família atuando como professora. Segundo George, exceto vir para o Brasil, trocar a medicina pelo negócio das minas havia sido o maior erro da sua vida. Completamente arrependido da vinda para o Brasil, o imigrante então apostava tudo na volta para o seu país natal, o que acreditava poder

¹⁰⁸ Carta de George Barnsley para Julia. Rio de Janeiro, 1882. George Scarborough Barnsley papers, 1837-1918, in: Southern Historical Collection, Davis Library – University of North Carolina, Chapel Hill.

¹⁰⁹ Carta de George Barnsley para Julia. Barra Mansa, Rio de Janeiro, 3 maio 1881. George Scarborough Barnsley papers, 1837-1918. In: Southern Historical Collection, Davis Library – University of North Carolina, Chapel Hill.

¹¹⁰ Carta de George Barnsley para Julia. Rio de Janeiro, 27 fev. 1883. George Scarborough Barnsley papers, 1837-1918, in: Southern Historical Collection, Davis Library – University of North Carolina, Chapel Hill.

¹¹¹ Carta de George Barnsley para Julia. Rio de Janeiro, 5 mar. 1883 e 25 maio 1883. George Scarborough Barnsley papers, 1837-1918, in: Southern Historical Collection, Davis Library – University of North Carolina, Chapel Hill.

fazer em alguns meses. Derrotado e arrependido, George Barnsley afirmava que, depois de muitos anos vivendo no Brasil e convivendo intimamente com os brasileiros, naquele momento da sua vida, ele se sentia “menos brasileiro de coração do que um ano após a minha chegada”. Com isto, o confederado, após tantos anos de residência, expressava o sentido inverso de sua sensação de pertencimento ao país. Logo, para ele, identificar-se como brasileiro estava condicionado a ter sucesso no país.¹¹²

Desde o início de 1883, George Barnsley havia traçado suas expectativas sobre o que seriam os próximos anos da economia brasileira para aqueles que dependiam do trabalho escravo. Assim como os Gaston, ele também avaliou como os debates sobre a abolição faziam o Brasil deixar de ser um país promissor. Segundo ele, os negócios no país estavam em uma situação deplorável, que refletia no baixo preço do principal produto produzido no país, o café – “os grãos de café são pequenos e o custo de vida está aumentando diariamente” –, refletindo também no fracasso de toda a sua família. Sobre a abolição, ele afirmou: “A grande questão, que é a escravidão, está caminhando para uma decisão rápida”, o que causaria problemas gerais e particulares para aqueles que ainda viviam no Brasil. Em um balanço definitivo, o confederado acreditava que o país estava caminhando para a “falência ou para a revolução”.¹¹³

Para piorar ainda mais as previsões e o desespero de George Barnsley, ele não conseguiria juntar dinheiro para, junto com a sua família, voltar para os Estados Unidos em 1883, como havia planejado. Além do mais, a família Barnsley arrastava por anos pendências envolvendo a partilha da terra deixada pelo seu pai, uma propriedade na Georgia chamada Woodlands. Ao que parece, Júlia não enviava dinheiro para os irmãos, porque ela desejava fazê-lo com o dinheiro da partilha da propriedade da família. Assim, em janeiro de 1887, ele escreveu mais uma carta desesperada para Julia, desta vez em um tom mais duro que as anteriores na qual acusava a irmã de falhar em enviar o dinheiro para a sua volta, o que ela havia hesitado em fazer mesmo depois de ele ter autorizado a venda de Woodlands.¹¹⁴ Ele reclamava que Julia não retornava suas cartas havia meses e a culpava pelo estado de miséria

¹¹² Carta de George Barnsley para Julia. Botucatu, São Paulo, 12 set. 1883. George Scarborough Barnsley papers, 1837-1918, in: Southern Historical Collection, Davis Library – University of North Carolina, Chapel Hill.

¹¹³ Carta de George Barnsley para Julia. Rio de Janeiro, 23 jan. 1883. George Scarborough Barnsley papers, 1837-1918, in: Southern Historical Collection, Davis Library – University of North Carolina, Chapel Hill.

¹¹⁴ Carta de George Barnsley para Julia. Pirassununga –SP, 1 jan. 1887. George Scarborough Barnsley papers, 1837-1918, in: Southern Historical Collection, Davis Library – University of North Carolina, Chapel Hill.

que ele vinha passando com sua família, há anos, no Brasil. Afirmava, ainda, ir trabalhar sob extrema pressão, ter dificuldade em manter os filhos na escola e, o pior para a honra da família, era que as pessoas estavam “rindo de mim”. Mais uma vez, ele insistia que Julia, com o dinheiro da herança, lhe enviasse a quantia de mil dólares, imediatamente. O tom duro da carta era justificado no final, por ter sido escrita em um “momento de desespero”. Por fim, suplicava à irmã: “me deixe sair de tudo isso o mais rápido possível”. A carta terminava com a seguinte frase: “todos nós estamos cheios de esperança”.¹¹⁵

A agonia dos Barnsley no Brasil só acabaria em julho de 1888, quando, finalmente, George chegou com sua família em Woodlands, no estado da Geórgia.¹¹⁶ Certamente, as cenas do dia da abolição, decretada em maio daquele ano, haviam chocado e desesperado ainda mais a família imigrante. Ao que tudo indica, este era o contexto que George Barnsley evitara presenciar, após perceber, no início dos anos 1880, que a escravidão no Brasil já anunciava seu fim. Assim, depois de anos de apostas, expectativas positivas, descobertas e choques culturais, sobretudo acerca das intrigantes características da população brasileira e das relações raciais, com a abolição, o Brasil perdia a razão de ser uma nova e possível casa para os confederados, que agora voltavam para casa.

Quando chegaram ao Brasil nos anos seguintes à Guerra Civil, sobretudo entre 1865 e 1867, os confederados já estavam familiarizados com debates sobre as limitações das “raças inferiores” assim como tinham um forte discurso em defesa da escravidão e de condenação da mistura racial. Foi a partir destes valores que os imigrantes, muitos deles ex-senhores de escravos, fizeram suas leituras sobre a sociedade brasileira, ao mesmo tempo em que especulavam sobre o futuro das relações raciais no seu país, agora que negros e brancos eram tratados como iguais. Eles temiam que após a abolição, o “novo Sul” se tornasse “misturado” e “degenerado” como a sociedade brasileira, onde eles entenderam que não só a escravidão garantia a manutenção de rígidas hierarquias baseadas na diferença racial. Estes confederados que viveram no Brasil retornaram decididos a defender ideias como a *white supremacy* e o *one drop*, de que tanto reclamavam a ausência no Brasil e que julgavam ser a causa da demasiada prática de miscigenação no país. Assim, na volta para os Estados Unidos, estes homens e mulheres colaboraram com o fortalecimento de práticas sociais e políticas públicas que reforçavam a violência, a segregação e a desigualdade racial que se estabeleceram no Sul norte-americano e que perduraram no país até o século XX.

¹¹⁵ Carta de George Barnsley para Julia. Pirassununga –SP, 1 jan. 1887..., cit.

¹¹⁶ Ver: GRIGGS, *The elusive Eden...*, cit. p. 47; 131.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do século XIX, os norte-americanos construíram diversas impressões sobre as relações raciais no Brasil escravista. As ideias produzidas sobre a sociedade brasileira se constituíram mais em representações sobre o país latino-americano do que em uma fiel descrição da realidade. Assim, através da produção deste imaginário, estes observadores revelaram as expectativas de diferentes grupos sociais sobre o Brasil, mas, sobretudo, sobre seu próprio país, os Estados Unidos. Estas impressões desvendam também uma diversidade de projetos políticos de nação que foram se delineando nos EUA a partir da década de 1840, passando pela Guerra Civil (1861-1865) até o pós-abolição, quando a “questão dos negros” e a manutenção da desigualdade racial continuava a ser uma questão para as elites brancas do país.

Observando a sociedade brasileira, sobretudo a população negra e a diversidade que denunciava a prática da miscigenação entre os nacionais, viajantes, escravistas, abolicionistas negros e cientistas, foram estabelecendo um paralelo entre os Estados Unidos e o Brasil. O olhar destes observadores não poderia ser neutro, uma vez que suas leituras estavam completamente influenciadas pelos seus valores e pelos debates que vinham ocorrendo no seu país, o que orientava o que desejavam enxergar e como interpretavam o cenário brasileiro. Estas interpretações produziram diferenças fundamentais para que logo afirmassem que um país era o contraponto do outro. Neste sentido, temas como a escravidão, a mistura racial e o ambíguo lugar social dos indivíduos libertos eram questões comuns aos dois países e serviram de principais temas produtores de peculiaridades.

A construção da ideia do Brasil como país miscigenado, por exemplo, onde a escravidão era branda e a sociedade era marcada por relações raciais harmônicas, já no século XIX, era difundida nos Estados Unidos, colocando os dois países em lugares opostos, ainda que ambos fossem nações escravistas e multirraciais. A chave das diferenças estava na forma como cada país administrava esta diversidade da população.¹

A cidadania e a possibilidade de inserção e ascensão social de alguns libertos no Brasil também davam a impressão de que a sociedade brasileira era mais democrática. Tais impressões foram divulgadas na imprensa negra abolicionista norte-americana que, inclusive,

¹ Ao longo do século XX, militantes afro-americanos continuaram a usar o exemplo brasileiro para denunciar a excentricidade do racismo nos Estados Unidos. Sobre isto, ver: SIEGEL, Micol. *Uneven encounters: making race and nation in Brazil and the United States*. Durham: Duke University Press, 2009; ver, também: STAM, Robert; SHOAT, Ella. *Race in translation: culture wars around the postcolonial atlantic*. New York and London: New York University Press, 2012.

trazia exemplos de libertos brasileiros que tinham marcante papel na sociedade. Os exemplos de indivíduos considerados mulatos que ascendiam socialmente também eram citados para combater a tese científica que afirmava que eles eram fruto da mistura de duas raças distintas e que, portanto, eram incapazes de elevação intelectual e social. Para estes militantes, a imagem do Brasil funcionava, na luta abolicionista negra, como um modelo de sociedade igualitária que se contrapunha à sociedade norte-americana, racista e segregada.

Na contramão da leitura positiva dos abolicionistas afro-americanos, a sociedade brasileira tinha outro significado para a maioria dos brancos que viviam no Norte e Sul dos Estados Unidos. Cientistas, escravistas e viajantes assinalavam vários contrapontos do seu país em relação às nações latino-americanas, como o clima dos trópicos, os sistemas políticos considerados atrasados, como a monarquia, além do Catolicismo que compunham, segundo eles, marcas de nações incivilizadas. Além disto, eles afirmavam que nada era considerado mais nocivo para uma nação do que a presença de uma grande população negra, escravizada ou liberta. Nações multirraciais como o Brasil, ainda carregavam uma grave “moléstia”: a mistura racial, que os intelectuais brancos, sulistas e nortistas, afirmavam ser a causa da degeneração da América Latina.

Os imigrantes sulistas que vieram para o Brasil após a Guerra Civil constataram de perto estas “peculiaridades brasileiras”. No país, eles entenderam que somente a escravidão não garantiria que negros e brancos ocupassem lugares distintos em uma sociedade, o que só seria feito com rígidas medidas de segregação racial. A partir do que viram na sociedade brasileira, eles voltaram para os Estados Unidos ainda mais crenes na ideia de pureza racial, reforçando os estereótipos negativos ligados a este país e a outras nações latino-americanas. Desta forma, defenderam a necessidade das leis segregacionistas na sociedade norte-americana, conhecidas como Jim Crow, que estavam em processo de implementação desde 1870, no Sul do país. Eles acreditavam que sem elas, negros e brancos se misturariam indiscriminadamente e o Sul poderia se tornar um “Brasil” dentro dos Estados Unidos.

Portanto, para os observadores norte-americanos, as distinções (e as similaridades) entre Brasil e Estados Unidos tiveram significados distintos e foram interpretadas e apropriadas para responder a questões cruciais que estavam sendo debatidas pela sociedade norte-americana durante e após a abolição. Assim, as diferenças que, segundo seus observadores, marcavam uma nação e a outra, de alguma forma foram fundamentais para a invenção não só da sociedade brasileira, mas, também, da sociedade norte-americana. Quando interpretavam o Brasil, os norte-americanos estavam também produzindo um ideal de nação sobre o seu próprio país, o que era feito em relação a outras nações e sustentado em

ideiais também divergentes como civilização e barbarismo, avanço e atraso, pureza e ilegitimidade, superioridade humana e degeneração, conceitos que foram necessários para a invenção da identidade de cada um desses países.

Como disse Benedict Anderson, “nações são comunidades políticas imaginadas” e se distinguem pela forma como foram inventadas.² Com isto, afirmamos que, para a sociedade norte-americana, o Brasil era seu espelho invertido, que se refletia de diversas formas produzindo imagens que poderiam variar de acordo com o lugar social dos observadores, seus projetos políticos e crenças sobre a política racial a ser implementada nos Estados Unidos durante e pós-abolição. O Brasil poderia ser o espelho do que poderia ser seguido, mas, na maioria das vezes, era o exemplo do que deveria ser evitado. Assim, sucumbindo a um projeto de nação que abarcaria as diferenças tal como acreditavam ter acontecido no Brasil e como os abolicionistas negros defendiam para a sociedade norte-americana, as elites políticas do país não abriram mão do seu projeto original de nação fundada por e para homens brancos. Assim, os Estados Unidos se afirmariam como diferentes do Brasil, uma vez que se representariam como uma nação racialmente homogênea, rejeitando a ideia de multirracialismo e reafirmando sua autoimagem como uma “liderança” do continente americano.

² ANDERSON, *Comunidades imaginadas...*, cit.

FONTES CONSULTADAS

BIBLIOTECAS

New York Public Library – New York, NY

Schomburg Center for research in Black Culture – New York, NY

New York Historical Society – New York, NY

Bobst Library – New York University, NY

Library of Congress - Washington-DC

Widener Library - Harvard University - Cambridge, Massachusetts

Connecticut State Library - Hartford, Connecticut

The Watkinson Library - Trinity College, Hartford Connecticut

CARTAS

Anna Gunter para William Gunter. Bota Fogo, 21 set. 1866. *Gunter and Poellnitz Family Papers*. The Southern Historical Collection, University of North Carolina Libraries.

Charles Gunter para William Gunter. Rio de Janeiro, 21 ago. 1865. *Gunter and Poellnitz Family Papers*. The Southern Historical Collection, University of North Carolina Libraries.

Charles Gunter para William Gunter. Rio de Janeiro, 23 ago. 1865. *Gunter and Poellnitz Family Papers*. The Southern Historical Collection, University of North Carolina Libraries.

Charles Gunter para William Gunter. Rio de Janeiro, 21 dez. 1865. *Gunter and Poellnitz Family Papers*. The Southern Historical Collection, University of North Carolina Libraries.

Cyrus H. McCormick para J. Marshall McCue, 24 abr. 1867. In: *J. Marshall McCue Papers*. Southern Historical Collection. University of North Carolina em Chapel Hill.

DOUGLASS, Frederick. Letter from William G. Allen. *Frederick Douglass Paper*, 10 jun. 1852.

DOUGLASS, Frederick. Letter from William G. Allen. *Frederick Douglass Paper*. 13 ago. 1852.

George Barnsley para Julia. Rio de Janeiro, 2 fev. 1873. *George Scarborough Barnsley Papers*, 1837-1918, In: Southern Historical Collection, Davis Library, University of North Carolina, Chapel Hill.

George Barnsley para Julia. Rio de Janeiro, 14 set. 1879. *George Scarborough Barnsley Papers*, 1837-1918, in: Southern Historical Collection, Davis Library, University of North Carolina, Chapel Hill.

George Barnsley para Julia. Rio de Janeiro, 14 set. 1879. George Scarborough Barnsley papers, 1837-1918, in: Southern Historical Collection, Davis Library – University of North Carolina, Chapel Hill.

George Barnsley para Julia. Rezende, Rio de Janeiro, 2 abr. 1880. *George Scarborough Barnsley Papers*, 1837-1918, in: Southern Historical Collection, Davis Library, University of North Carolina, Chapel Hill.

George Barnsley para Julia. Rio de Janeiro, 1882. *George Scarborough Barnsley Papers*, 1837-1918, In: Southern Historical Collection, Davis Library – University of North Carolina, Chapel Hill.

George Barnsley para Julia. Barra Mansa, Rio de Janeiro, 3 maio 1881. George Scarborough Barnsley papers, 1837-1918, in: Southern Historical Collection, Davis Library – University of North Carolina, Chapel Hill.

George Barnsley para Julia. Rio de Janeiro, 23 jan. 1883. George Scarborough Barnsley papers, 1837-1918. In: Southern Historical Collection, Davis Library – University of North Carolina, Chapel Hill.

George Barnsley para Julia. Rio de Janeiro, 27 fev. 1883. George Scarborough Barnsley papers, 1837-1918. In: Southern Historical Collection, Davis Library – University of North Carolina, Chapel Hill.

George Barnsley para Julia. Rio de Janeiro, 5 mar. 1883 e 25 maio 1883. George Scarborough Barnsley papers, 1837-1918. In: Southern Historical Collection, Davis Library – University of North Carolina, Chapel Hill.

George Barnsley para Julia. Botucatu, São Paulo, 12 set. 1883. George Scarborough Barnsley papers, 1837-1918. In: Southern Historical Collection, Davis Library – University of North Carolina, Chapel Hill.

George Barnsley para Julia. Pirassununga, SP, 1 jan. 1887. George Scarborough Barnsley papers, 1837-1918. In: Southern Historical Collection, Davis Library – University of North Carolina, Chapel Hill.

Henry Gunter para William Gunter. Rio de Janeiro, 24 ago. 1865. *Gunter and Poellnitz Family Papers*. The Southern Historical Collection, University of North Carolina Libraries.

Harris Gunter para William Gunter. Rio de Janeiro, 14 set. 1865. *Gunter and Poellnitz Family Papers*. The Southern Historical Collection, University of North Carolina Libraries.

Harris Gunter para William Gunter, Rio de Janeiro, nov. 1866. *Gunter and Poellnitz Family Papers*, The Southern Historical Collection, University of North Carolina Libraries.

Harris Gunter para William Gunter. Rio de Janeiro, 6 nov. 1866. *Gunter and Poellnitz Family Papers*. The Southern Historical Collection, University of North Carolina Libraries.

Harris Gunter para William Gunter, Rio de Janeiro, 20 dez. 1866. *Gunter and Poellnitz Family Papers*. The Southern Historical Collection, University of North Carolina Libraries.

J. Marshall McCue para Cyrus H. McCormick, 11 abr. 1867. In: *J. Marshall McCue Papers*. The Southern Historical Collection. University of North Carolina, Chapel Hill.

J. Marshall McCue para Cyrus H. McCormick, 22 jun. 1867. In: *J. Marshall McCue Papers*. The Southern Historical Collection. University of North Carolina, Chapel Hill.

James Alexander Thomas para Charlotte, 6 dez. 1866. *James Alexander Thomas Papers*, 1866-1906. South Caroliniana Library. University of South Carolina.

James Alexander Thomas para Charlotte, 6 dez. 1866. *James Alexander Thomas papers*, 1866-1906. South Caroliniana Library. University of South Carolina.

James Alexander Thomas para Charlotte, 6 dez. 1866. *James Alexander Thomas papers*, 1866-1906. South Caroliniana Library. University of South Carolina.

James Alexander Thomas para Charlotte, 23 dez. 1866. *James Alexander Thomas papers*, 1866-1906. South Caroliniana Library. University of South Carolina.

James McFadden Gaston para a esposa (Susan Greening Brumby). 25 dez. 1865. Folder 18-20. In: GASTON JR., James McFadden. A pathfinder of yesterday: James McFadden Gaston, patriot, explorer, scientist (1868-1946), *Folder 18-20. Coleção James Mcfadden Gaston Papers 1852-1946*, The Southern Historical Collection-University of North Carolina, p. 54.

James Peter Baltzell para George Barnsley, 1866. George Scarborough Barnsley Papers, 1837-1918, In: SOUTHERN HISTORICAL COLLECTION, Davis Library, University of North Carolina, Chapel Hill.

Julia Schwartz para George Barnsley, dez. 1874. George Scarborough Barnsley Papers, 1837-1918. In: SOUTHERN HISTORICAL COLLECTION, Davis Library, University of North Carolina, Chapel Hill.

Robert Augustus Toombs para John Cabell Breckinridge, 30 abr. 1867. *Hargrett Manuscripts*, University of Georgia Libraries.

Russel McCord para Mary Eliza McCord, 28 mar. 1868. *The Cheves Family Papers*. South Caroliniana Library.

Susan M. Gaston para Katie, Campinas 11 de Fevereiro de 1882. Coleção James Mcfadden Gaston Papers 1852-1946, The Southern Historical Collection-University of North Carolina.

Samuel G. Morton. *Notes on hybridity*: second letter to the editors of the *Charleston Medical Journal*, VI, 1851.

Letter from William G. Allen. *Frederick Douglass Paper*. 13 de agosto de 1852.

DIÁRIOS

Diário de James McFadden Gaston Junior, dias 18/23 set. 1882. In: *Coleção James McFadden Gaston Papers 1852-1946*, The Southern Historical Collection-University of North Carolina. Microfilme rolo 3.

Diário de James McFadden Gaston Jr, 1 nov. 1882, p. 102. Journals and Notebooks of James McFadden Gaston (1868-1946). In: *Coleção James McFadden Gaston papers, Folder 26-27*. The Southern Historical Collection, University of North Carolina Libraries.

Diário de James McFadden Gaston Jr., 8 nov. 1882, p. 112. Journals and Notebooks of James McFadden Gaston (1868-1946). In: *Coleção James McFadden Gaston Papers, Folder 26-27*. The Southern Historical Collection, University of North Carolina Libraries.

Diário de Viagem ao Brasil, 12 nov. 1865. In: *Coleção James McFadden Gaston Papers, Folder 23-24*. The Southern Historical Collection, University of North Carolina Libraries.

Diário de James McFadden Gaston Jr., 27 nov. 1882, p. 112. Journals and Notebooks of James McFadden Gaston (1868-1946). In: *Coleção James McFadden Gaston Papers, Folder 26-27*. The Southern Historical Collection, University of North Carolina Libraries.

Diário de James McFadden Gaston Jr., 23 dez. 1882, p. 112. Journals and Notebooks of James McFadden Gaston (1868-1946). In: *Coleção James McFadden Gaston Papers, Folder 26-27*. The Southern Historical Collection, University of North Carolina Libraries.

DISCURSOS

DOUGLASS, Frederick. *The meaning of the July Fourth for the negro*. Disponível em: <<http://www.historyisaweapon.com/defcon1/douglassjuly4.html>>. Acesso em: 13 jun. 2013.

DOUGLASS, Frederick. The present and the future of the colored race in America. In: *Douglass' Monthly*. Discurso proferido na Igreja dos Puritanos, em Nova York, jun. 1863.

WARD, Samuel R. Origin, history and hopes of the negro race. *Frederick Douglass Paper*, 27 jan. 1854. Discurso proferido na *Cheltenham Literary and Philosophical Institution*.

JORNAIS E REVISTAS

Ballou's Dollar Monthly Magazine, jun. 1858.

Douglass Monthly, out. 1862.

Saturday Evening Post, 4 abr. 1868.

New York Evangelist. Letters from Brazil, n. IX.

The Colored American, 23 jun. 1838.

The Colored American, 22 ago. 1840.

The Colored American, 5 set. 1840.

The Frederick Douglass Paper, 19 fev. 1852.

The Louisville Daily Journal, 27 nov. 1865.

The New York Herald. "What is to be Done with the Negroes and What with the Abolitionists?", ago, 1862. Autor não-identificado.

The National Era, jan. 1852

The North Star, 13 jul. 1849.

The Washington Post, 30 maio 1877.

ARTIGOS LIVROS E PANFLETOS

A continental race. *The Christian Recorder*. 28 out. 1886. Autor anônimo.

A creole beauty: the scion of an English family narrowly escapes miscegenation. *The State*, Columbia-Carolina do Sul, 1892.

A trip to Dixie: the confederates in Brazil. *Chicago Tribune*, 31 ago. 1866.

Address to the Colored People of the United States. *The North Star*, 10 ago. 1849.

Amalgamation. *Cincinnati Daily Gazette*. 23 ago. 1870.

Amalgamation advocated. *The Daily Picayune*, 14 jun. 1863.

Bishop Pierce's attack upon the colored people of the United States. *The Christian Recorder*. Rev. B. W. Roberts. 23 ago. 1883.

Brazil and the African slave trade. *The Louisville Daily Journal*, 18 maio 1849.

Consequences of Abolition Agitation, Edmund Ruffin. *DeBows Review: Agricultural, Commercial Industrial Progress and Resources*, dez. 1857, New Orleans, p. 596.

Disgusting case: a white girl elopes with a negro. *Memphis Daily Appeal*, 11 jan. 1859. Autor não identificado.

Effects of the mixture of races. *Medical News*, set. 1870.

Emancipation in Brazil. *New York Evangelist*, 26 out. 1871, p. 6.

Equality of the races, Haitian and British experiments: the dogma of the natural mental equality of the black and white races considered. *DeBows Review*... jul. 1858, p. 27.

Frederick Douglass on the War. *The New York Times*, fev. 1862, p. 8.

Free negroes in Haiti. *DeBows Review*... nov. 1859, p. 526. Autor não identificado.

Inhabitants of the United States. *The American Quartely Register and Magazine*, maio 1848.

Intellectual faculties of the negro. *The Liberator*, 10 abr. 1840.

Intellectual faculties of the negro. *The Colored American*, 22 ago. 1840.

Miscegenation at the North. *The Charleston Mercury*. 12 abr. 1864. Autor não identificado.

Mixture of races. *The New York Observer and Chronicle*. 20 fev. 1868.

Mixture os races. *Georgia Weekly Telegraph*, set. 1868.

Paternity and destiny of the negro race. *The New York Herald*, 17 ago. 1862.

Should the negro stay? *The Washington Post*, 5 maio 1888

Slavery: its constitutional status, and its influence on society and the colored race. *DeBows Review: Agricultural, Comercial Industrial Progress and Resources*, New Orleans, maio 1856.

Slavery in Brazil: the past and the future. *De Bows Review*..., 1860, p. 478. O autor foi identificado como J.R.H.

The African character. *The Christian Recorder*, 30 ago. 1862.

The brain of the negro. *Frederick Douglass' Paper*, 19 nov. 1852.

The colored creole. *Circular*. 14 nov. 1861.

The free negro rule: free negroes in Trinidad, British Guiana, The French Colonies, The Danish Colonies, The Mauritius, Peru, Cuba, México, Nova-Scotia, Canadá, Panamá, London, Sierra Leone and Libéria. *DeBows Review*..., abr. 1860, p. 440. Autor não identificado.

The increase of negroes. *The National Era*, 20 out. 1859.

The mixed human races. *Appleton's Journal of Literature, Science and Art*, 3 dez. 1870.

The monopoly of the negro. *Douglass' Monthly*, jan. 1863.

The negro in America. *The Old Guard*. 4 dez. 1866.

The negro-mania. *DeBow's Review of Southern and West States. Devoted to Commerce Agriculture and industrial progress and resource*, XIII, 5, maio 1852.

The self-educated negro. *Friend's Inteligencer*, 23 abr. 1864.

The divine legation of Thomas Jefferson: are all men created free? are all men created white? *DeBows Review*... May/Jun. 1861, p. 521. Autor não identificado.

What is to be done with the negroes and what with the abolitionists? *The New York Herald*, ago.1862. Autor não-identificado.

AGASSIZ. The diversity of origin of human races. *Christian Examiner*.

ALLEN, William G. The American prejudice against color: an authentic narrative, showing how easily the nation go into an uproar. In: _____. *A refugee from American despotism*. London: W. and F.G. Cash, 1853.

BURMEISTER, Hermann. *The black man: the comparative anatomy and psychology of the african negro*. Tradução Julius Friendlander e Robert Tomes. New York: William C. Bryant & Co. Printers, 1853.

CAMPBELL, John. Equality of the Races: negromania. *DeBow's Review of Southern and Western States*..., dez. 1851.

CAMPBELL, John. *Negro-Mania: being an examination of the falsely assumed equality of the various races of men, demonstrated by the investigation of Champollion, Wilkinson, Rossellini, Van Amringe, Gliddon, Young etc.* Philadelphia: Campbell and Power, 1851.

CARPENTER, Frank de Yeaux. Race in Brazil. *Lippincott's Magazine of Popular Literature and Science*, jan. 1881.

CARPENTER, Frank de Yeaux. *Round about Rio*. Chicago: Jansen & McClurg Company, 1884.

CODMAN, John. Brazil and her emperor. *The Galaxy*. A Magazine of Entertaining Reading, jun. 1876.

COLFAX, Richard. *Evidence against the views of the abolicionists, consisting of physical and moral proofs of the natural inferiority of the negroes*. New York: James T. M. Bleakley, 1830.

GARDINER, Dorrance. The mulatto a hybrid. *The Boston Medical and Surgical Journal*, v. XXIV, 30 ago. 1843, p. 81.

GASTON JR., James McFadden. *A pathfinder of yesterday: James McFadden Gaston, patriot, explorer, scientist (1868-1946)*, p. 25. Folder 18-20. Coleção James McFadden Gaston Papers 1852-1946, The Southern Historical Collection-University of North Carolina.

DE BOW, James. Art. VI: the earth and man. *Debow's Review of the Southern and Western States*, Devotes to Commerce, Agriculture, Manufactures, mar. 1851.

DOVE, Mary Isabella. On the importance of education. *The Christian Recorder*, 1 mar. 1862.

FISHER, Sidney George. *The laws of race, as connected with slavery*. Philadelphia: Willis P. Hazard, 724, Chestnut Street, 1860.

GARDINER, Charles A. The future of the negro. *The North American Review*, jul. 1884.

GASTON, James McFadden. *Hunting a home in Brazil: the agricultural sources and other characteristics of the country and also the manners and customs of the inhabitants*. Philadelphia: King and Baird Printers, 1867.

GASTON JR., James McFadden. A pathfinder of yesterday: James McFadden Gaston, patriot, explorer, scientist (1868-1946), *Folder 18-20. Coleção James Mcfadden Gaston Papers 1852-1946*, The Southern Historical Collection-University of North Carolina.

HARTER, *The lost colony of the Confederacy...*, cit.

HUNT, Sanford B. The negro as a soldier. *Anthropological Review*, v. 7, n. 24, p. 40-54, jan. 1869.

J. L. P. Colored talent and eloquence. *The Liberator*, 29 jan. 1864.

NOTT, Josiah C. Caucasian and negro races. *The Boston Medical and Surgical Journal*, 24 abr. 1844, p. 244.

NOTT, Josiah C. Unity of human race. *The Southern Quartely Review*, jan. 1846.

NOTT, Josiah C. Geographical distribution of animals and the race of man. In: _____; GLIDDON, George. *Types of mankind: or ethnological researches based upon the ancient monuments, paintings, sculptures and crania of races and upon their natural, geographical, philological and biblical history*. 7. ed. Philadelphia: Lippincott, Grambo & Co., 1855. p. 70-73.

PICKERING, Charles. *The races of man and their geographical distribution*. London: H.G. Bohon, York Street, Covent Garden, 1848.

READE, John. The intermingling of races. *The Popular Science Monthly*, 1 jan. 1887.

REDPATH, James. Milder type of slavery in Brazil. *New York Tribune*, 31 mar. 1866.

RUFFIN, Edmund. Consequences of abolition agitation. *DeBows Review: Agricultural, Comercial Industrial progress and resources*, New Orleans, dez. 1857.

STEWART, Charles Samuel. *Brazil and La Plata: the personal record of a cruise*. New York: G. P. Putman & Co, 1856.

THE NEW AMERICAN DICTIONARY OF THE ENGLISH LANGUAGE. New York: World Manufacturing CO, 1882.

TIEDEMANN, Friedrich. On the brain of the negro, compared with that of the european and the ourang-outang. *Foreign Quartely Review*, n. 47, out. 1839.

VAN EVRIE, John H. *Negroes and negro slavery: the first, an inferior race, the later, its normal condition*. Baltimore: John D. Toy Printer, 1853.

WALKER, David. *Walker's appeal in four articles*: together with a preamble to the colored citizens of the world, but in particular and very expressly to those of the United States of America. 3. ed. Boston: David Walker, 1830.

WILKES, Charles. *Narrative of the United States Exploring Expedition during the years of 1838, 1839, 1840, 1842, 1842*. New York: G. P. Putman & Co. 1856. v. I.

IMAGENS

Narrative of the United States Exploring Expedition e também podem ser encontradas no acervo digital da Smithsonian Library, na coleção correspondente à U.S. Exploring Expedition. Disponível em:
<<http://www.sil.si.edu/digitalcollections/usexex/navigation/NarrativeImages/keywords-search-narrative.cfm>>. Acesso em: 17 dez. 2013.

The miscegenation ball: Lincoln Campaign Headquarters. New York City, Sept. 1864. *Library of Congress*: Prints and Photograph Division. Disponível em:
<<http://www.loc.gov/pictures/item/2008661682/>>. Acesso em: 19 out. 2012.

Gleason's pictorial drawing: fruit seller of Rio de Janeiro, 19 nov. 1853.

What amalgamation is! and what we are to expect now that Mr. Lincoln is re-elected. New York: Waller & Willetts, 1864. (Panfleto).

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. *O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 2009.
- ALLEN, William G. London, dec. 1853. In: RIPLEY, Peter. (Ed.). *The Black Abolitionists Papers*. v. 1. The British Isles, 1830-1865. Chapel Hill and London: The University of South Carolina Press, 1985.
- ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre origem e difusão do nacionalismo*. São Paulo: Cia. das Letras, 2008.
- AZEVEDO, Célia Maria Marinho. *Abolicionismo: Estados Unidos e Brasil, uma história comparada (séc. XIX)*. São Paulo: Annablume, 2003. p. 149-165.
- AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. *Maçonaria, anti-racismo e cidadania: uma história de lutas e debates transnacionais*. São Paulo: Annablume, 2010.
- AZEVEDO, Célia Maria Marinho. O abolicionismo transatlântico e a memória do paraíso racial brasileiro. *Estudos Afro-Asiáticos*, n. 30, p. 151-62, dez. 1996.
- BAY, Mia. *The white image in the black mind: african-american ideas about white people, 1830-1925*. New York; Oxford: Oxford University Press, 2000.
- BENDER, Thomas. *A Nation among Nations: America's place in world history*. New York: Hill and Wang, 2006.
- BERLIN, Ira; FIELDS, Barbara et al. *Free at least: a documentary history of slavery, freedom and the Civil War*. New Jersey: The Blue & Grey Press, 1997.
- BLASSINGAME, John W. (Ed.) *The Frederick Douglass Papers. Series one: speeches, debates and interviews*. v. 3: 1855-63. New Haven and London: Yale University Press, 1985.
- BRADLEY, Josephine Boyd; LESLIE, Kent Anderson. White pain pollen: an elite birracial daughter's quandary. In: HODES, Martha (Ed.) *Sex, love and race: crossing boundaries in North American History*. New York: New York University Press, 1999. p. 213-234.
- BRITO, Luciana da Cruz. *Sob o rigor da lei: africanos e africanas na legislação baiana (1830-1841)*. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, Campinas, 2009.
- BURIN, Eric. *Slavery and the peculiar solution: a history of the American colonization society*. Gainesville, Florida: University Press of Florida, 2005.
- CARDOSO, Sergio. O olhar viajante. In: NOVAES, Adauto. *O olhar*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- CASHIN, Joan E. *A family venture: men and woman on the southern frontier*. Baltimore and London: The John Hopkins University Press, 1991.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CITELI, Maria Teresa. As desmedidas da Vênus Negra: gênero e raça na História da Ciência. *Novos Estudos CEPRAP*, n. 61, p. 163-175, nov. 2001.

COLLINS, Patricia Hill. *Black feminist thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment*. 2. ed. New York and London: Routledge, 2000. Cap. 4.

CORNELLIUS-DIALLO, Alexandra. “*More approximate to the animal*”: african resistance and the scientific war against black humanity in mid-nineteenth century America. Tese de doutorado. Washington University in St. Louis, 2006.

CROLY, David Goodman; WAKEMAN, George. *Miscegenation: the theory of the blending of races applied to the American white man and negro*. New York: H. Dexter and Hamilton, 1864.

CUNHA, Manuela Carneiro da. *Negros, estrangeiros: os escravos libertos e sua volta à África*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012;

DANN, Martin E. *The black press, 1827-1890: the quest for national identity*. New York: Capricorn Books, 1972. Introdução.

DAVIS, Angela Y. *Women, race and class*. New York: First Vintage Books; Random House, 1983.

DAVIS, David Brion. *Inhuman bondage: the rise and fall of slavery in the new world*. Oxford; New York: Oxford University Press, 2006.

DAWSEY, Cyrus B.; DAWSEY, James M. *The Confederados: old South immigrants in Brazil*. Alabama: The University of Alabama Press, 1995.

DEGLER, Carl N. *Neither black nor white: slavery and race relations in Brazil and the United States*. New York: The MacMillan Company, 1971.

DEWBURY, Adam. The american school and scientific racism in early american anthropology. *Histories of Anthropology Annual*, v. 3, p. 121-124, 2007.

DOUGLASS, Frederick. *The narrative of life of Frederick Douglass: a American slave, written by himself*. New York: Signet Classic, 2005.

DRESCHER, Seymour. The ending of slave trade and the evolution of european scientific racism. *Social Science History*, v. 14, n. 3, p. 415-199, 1990.

DU BOIS, W. E. B. *The souls of black folks*. New York: Barnes and Noble Classics, 2003.

DUNN, Balard S. *Brazil, the home for Southerners*. New York: George B. Richardson, 1866.

ELBERT, Sarah. A inter-racial love story in fact and fiction: William and Mary Kings Allen’s marriage and Louisa May Alcott’s tale, “M.L”. *History Workshop Journal*, n. 53, p. 17-42, Spring 2002.

ERNEST, John. *A nation within a nation: organizing African-American communities before the Civil War*. Ivan R. Dee: Chicago, 2011. Chapter 7.

ESPLIN, Emron Lee. *Racial mixture and civil war: the histories of the U.S. South and Mexico in the novels of William Faulkner and Carlos Fuentes*. Michigan State University. Tese de Doutorado não publicada. 2008. Cap. 2.

EWBANK, Thomas. *Life in Brazil; or, a journal of a visit to the land of the cocoa and the palm*. New York: Harper and Brothers, 1856.

FAUSTO-STERLING, Anne. Gender, race and nation: the comparative anatomy of “Hottentot” women in Europe, 1815-1817. In: TERRY, Jennifer; URLA, Jacqueline. *Deviant bodies: critical perspectives on difference in science and popular culture*. Bloomington: Indiana University Press, 1995. p. 19-48.

FIELDS, Barbara J. Ideology and Race in American History. In: KOUSSER, J. Morgan; MCPHERSON, James M. (Ed.). *Region, race, and reconstruction: essays in honor of C. Vann Woodward*. New York; Oxford: Oxford University Press, 1982. p. 143-177.

FINKELMAN, Paul. The significance and persistence of pro-slavery thought. In: MINTZ, Steven; STAUFFER, John. (Ed.). *The problem of evil: slavery, freedom and the ambiguities of American Reform*. Massachusetts: University of Massachusetts Press, 2007. p. 95-114.

FONER, Eric. *A short history of reconstruction (1863-1877)*. New York: Harper and Row Publishers, 1988.

FONER, Eric. *A Short History of Reconstruction, 1863-1877*. New York: Harper & Row Publishers. 1990.

FONER, Eric. *The fiery trial: Abraham Lincoln and American slavery*. New York: W.W. Norton & Company, 2010.

FONER, Eric. *Politics and ideology in the age of the Civil War*. United States: Oxford University Press, 1980.

FREDRICKSON, George M. *The arrogance of race: historical perspectives on slavery, racism and social inequality*. Hanover, NH: Wesleyan University Press, 1988.

FREDRICKSON, George M. *The black image in the white mind: the debate on afro-american character and destiny, 1817-1914*. New York: Harper and Row Publishers, 1971.

FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 51. ed. São Paulo: Global, 2006.

GERBI, Antonello. *O novo mundo: história de uma polêmica (1750-1900)*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

GILMAN, Sander L. Black bodies, white bodies: toward an iconography of female sexuality in the late nineteenth-century art, medicine, and literature. *Critical Inquiry*, v. 12, n. 1, “Race, Writing and Difference”, p. 204-242, Aut. 1985.

GLYMPH, Tavoglia. *Out of the house of bondage: the transformation of the plantation household*. New York: Cambridge University Press, 2008.

GOMES, Flávio dos Santos. Agassiz e as “raças puras” africanas na Cidade Atlântica. In: MACHADO, Maria Helena; HUBER, Sasha. *(T) Races of Louis Agassiz: photography, body and science, yesterday and today/Rastros e raças de Louis Agassiz: fotografia, corpo e ciência ontem e hoje*. São Paulo: Capacete, 2010, p. 54-62.

GOMEZ, Michael A. *Reversing sail: a history of African diaspora*. New York: Cambridge University Press, 2005.

GOULD, Stephen Jay. *The mismeasure of man*. New York: W. W. Norton & Company, 1996.

GOULD, Stephen Jay. The great physiologist of Heidelberg: Friedrich Tiedemann, brief article. *Natural History*, July, 1999.

GRIGGS, William Clark. *The elusive Eden: Frank McMullan's Confederate Colony in Brazil*. Austin, Texas: University of Texas Press, 1987.

GRINBERG, Keila. *O fiador dos brasileiros: cidadania, escravidão e direito civil no tempo de Antônio Pereira Rebouças*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

GROSS, Ariela. Litigating whiteness: trials of racial determinations in the Nineteenth Century South. *The Yale Law Journal*, v. 108, n. 1 p. 158-159, out. 1998.

GUTERL, Matthew Pratt. *American Mediterranean: Southern slaveholders in the age of emancipation*. Cambridge and London: Harvard University Press, 2008.

HAHN, Steven. *The political words of slavery and freedom*. United States of America: Harvard University Press, 2009.

HARRIS, Leslie M. From abolitionists amalgamators to rulers of five points”; the discourse of interracial sex and reform in antebellum New York City”. In: HODES, Martha (Ed.). *Sex, love and race: crossing boundaries in North American History*. New York: New York University Press, 1999. p. 191-212.

HARTER, Eugene C. *The lost colony of the Confederacy*. United States: Texas A&M University Press, 2000.

HILL, Lawrence. The confederate exodus to Latin America. *The Southwestern Historical Quartely*, v. 39, n. 3, p. 161-199, jan. 1936.

HIRALDO, Carlos. *Segregated miscegenation: on the treatment of racial hybridity in the U.S. and Latin American literacy traditions*. New York and London: Routledge, 2003.

HODES, Martha (Ed.). *Sex, love and race: crossing boundaries in North American History*. New York: New York University Press, 1999.

HODES, Martha. *The Sea Captain's wife: a true story of love, race, and war in the Nineteenth Century*. New York and London: W. W. Norton, & Company, Inc., 2006.

HODES, Martha. *White woman, black man: illicit sex in the 19th Century South*. New Haven and London: Yale University Press, 1997.

HOLT, Thomas. *Children of fire: a history of African-Americans*. New York: Hill and Wang, 2010.

HOLT, Thomas. Slavery and freedom in the Atlantic World: reflections on the diasporan framework. In: HINE, Darlene Clark; MCLEAOD, Jacqueline (Ed.). *Crossing boundaries: comparative history of Black people in diaspora*. Bloomington & Indianapolis: Indiana University Press, 2000.

HORNE, Gerald. *O Sul mais distante: os Estados Unidos, o Brasil e o tráfico de escravos africanos*. São Paulo: Cia. das Letras, 2010. p. 287-288.

HORSMAN, Reginald. *Race and manifest destiny: the origins of American Racial Anglo-Saxonism*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1981.

HUTTON, Frankie. *The early black press in America (1827 to 1860)*. Westport-Connecticut/London: Greenwood Press, 1997.

JOHNSON, James Weldon. *Along this way*. New York: 1933 (reprint 1973).

JOHNSON, Rossiter; BROWN, John Howard (Ed.). *The Twentieth Century Biographical Dictionary of Notable Americans*. Boston: The Biographical Society, 1904. v. IX.

JUNQUEIRA, Mary Anne. Em nome da raça anglo-saxônica: imagens sobre as Américas no relato de viagem da circunavegação científica da U.S. Exploring Expedition (1838-1842). *Revista dos Estudos del ISHIR*, Argentina, n. 8, 2014.

JUNQUEIRA, Mary Anne. *Em tempos de paz: a circum-navegação científica da U. S. Exploring Expedition (1838-1842)*. Tese (Livre docência) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

JUNQUEIRA, Mary Anne. Charles Wilkes, a U.S. Exploring Expedition e a busca dos Estados Unidos da América por um lugar no mundo (1838-1842). *Tempo*, v. 13, n. 25, 2008.

KAPLAN, Sidney. The miscegenation issue in the election of 1864. *The Journal of Negro History*, v. 34, n. 3, p. 274-343, jul. 1949.

KIDDER, D. P.; FLETCHER, J. C. *Brazil and the Brazilians, portrayed in historical and descriptive sketches*. Philadelphia: Childs and Peterson, 1857.

KINNEY, James. *Amalgamation! : race, sex, and the rethoric in the Nineteenth-Century American novel*. Praeger, 1985. p. 106-109

LEMIRE, Elise. *"Miscegenation": making race in America*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2002.

LEVINE, Robert (Ed.). *Martin Delany: a documentary reader*. North Carolina: The University of North Carolina Press, 2003.

LINDQVIST, Sven. *The skull measurer's mistake: and other portraits of men and women who spoke out against racism*. New York: The New Press, 1997.

LITWACK, Leon. The abolitionist dilemma: the antislavery movement and the northern negro. *New England Quarterly*, n. 34, p. 50-73, march 1961.

LONG, Alecia P. *The great Southern Babylon: sex, race, and respectability in New Orleans 1865-1920*. United States: Louisiana State University Press, 2005.

LUKES, Steven. Bases para a interpretação de Durkheim. In: COHN, Gabriel. *Sociologia: para ler os clássicos*. Rio de Janeiro: LTC, 1977.

LUZ, Nícia Vilela. *A Amazônia para os negros americanos: origens de uma controvérsia internacional*. Rio de Janeiro: Saga, 1968.

MACHADO, Maria Helena P. T. *O plano e o pânico: os movimentos sociais na década da abolição*. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2010.

MACHADO, Maria Helena P. T. *Race and visual representation: Louis Agassiz and Hermann Burmeister*. In: SEMINAR "RACE AND CITIZENSHIP IN THE AMERICAS, NOW AND THEN", New Jersey, Princeton University, 22-23 fev. 2013. p. 11-15.

MACHADO, Maria Helena P. T. Os rastros de Agassiz nas raças do Brasil: a formação da Coleção Fotográfica Brasileira. In: _____; HUBER, Sasha. *(T) Races of Louis Agassiz: photography, body and science, yesterday and today/Rastros e raças de Louis Agassiz: fotografia, corpo e ciência ontem e hoje*. São Paulo: Capacete, 2010.

MACHADO, Maria Helena P. T. *Brasil a vapor: raça, ciência e viagem no Século XIX*. Tese (Livre Docência) – Departamento de História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

MACHADO, Maria Helena P. T. (Ed.). *Brazil through the eyes of William James: letters, diaries and drawings, 1865-1866*. Harvard, MA: Harvard University Press, 2006.

MANNING, Chandra. *What this cruel war was over: soldiers, slavery, and the civil war*. New York: Random House, 2007.

MARQUESE, Rafael Bivar. *Feitores do corpo, missionários da mente: senhores, letrados e o controle de escravos nas Américas, 1660-1860*. São Paulo: Cia. das Letras, 2004.

MATA, Iacy Maia. *Conspirações da "raça de cor": escravidão, liberdade e tensões raciais em Santiago de Cuba (1864-1881)*. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, Campinas, 2012.

MATTOS, Hebe. Racialização e cidadania no Império do Brasil. In: CARVALHO, José Murilo de; NEVES, Lúcia Maria B. P. (Org.). *Repensando o Brasil no Oitocentos: cidadania, política e liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 349-391.

MCCLINTOCK, Anne. *Imperial leather: race, gender and sexuality in the colonial contest*. Routledge: New York and London, 1995.

MCPHERSON, James. A brief for equality: abolitionist reply to the racist myth, 1860-1865. In: DUBERMAN, Martin (Ed.). *The anti-slavery vanguard: new essays on the abolitionists*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1965. p. 156-157

McPHERSON, James M. *The struggle for equality: abolitionists and the negro in the Civil War and reconstruction*. New Jersey: Princeton University Press, 1964.

MONTEIRO, John M. *As mãos manchadas do Sr. Hunnewell*. In: MACHADO, Maria Helena; HUBER, Sasha. *(T) Races of Louis Agassiz: photography, body and science, yesterday and today/Rastros e raças de Louis Agassiz: fotografia, corpo e ciência ontem e hoje*. São Paulo: Capacete, 2010, p. 72-78.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993;

MORTON, Samuel George. *Crania Americana: or a comparative view of the skulls of various aboriginal nations of North and South America to which is prefixed an essay on the varieties of human species*. Philadelphia: J. Dobson, Chestnut Street; London: Simpkin, Marchall & Co. 1839.

NASH, Gary. The hidden history of mestizo America. In: HODES, Martha (Ed.) *Sex, love and race: crossing boundaries in North American History*. New York: New York University Press, 1999. p. 10-32.

NWANKWO, Ifeoma Kiddoe. *Black cosmopolitanism: racial consciousness and transnational identity in the Nineteenth-Century Americas*. Philadelphia, Pennsylvania: University of Pennsylvania Press, 2005. p. 51-53; 114-116.

OLIVEIRA, Betty Antunes. *Movimento de passageiros norte-americanos no Porto do Rio de Janeiro, 1865-1890: uma contribuição para a história da imigração norte-americana no Brasil*. Rio de Janeiro: Edição da autora, 1981.

PAINTER, Nell Irvin. *The history of white people*. New York and London: W. W. Norton Company, 2010.

PAULIN, Diana Rebekkah. *Imperfect unions: staging miscegenation in U.S.; drama and fiction*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2012.

PHILBRICK, Nathaniel. *Sea of glory: America's Voyage of Discovery. The U.S. Exploring Expedition, 1838-1842*. New York: Penguin Books, 2003.

PRATT, Mary Louise. *Imperial eyes: travel writing and transculturation*. Routledge: New York, 1992.

PRIDE, Armistead. *A history of the black press*. Washington-DC: Howard University Press, 1997.

QUARLES, Benjamin. *Black abolitionists*. New York: Oxford University Press, 1969.

QUARLES, Benjamin. *The negro in the American revolution*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1961.

RAEL, Patrick. A common nature, a united destiny: african american responses to racial science from revolution to civil war. In: McCARTHY, Timothy Patrick; STAUFFER, John. *Prophets of protest: reconsidering the history of american abolitionism*. New York; London: The New Press, 2006.

RAEL, Patrick. *Black identity & black protest in the antebellum North*. Chapel Hill; London: The University of North Carolina Press, 2002.

RETAMAR, Roberto Fernández. Caliban: notes toward a discussion of culture in our America”. In: _____. *Caliban and other essays*. Tradução Edward Baker. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1989. p. 3-45.

RHEAUME, Ernest R. *South goes South: american perspectives on Southern immigrants to Brazil*. Senior Honors Projects, Paper 16, 2006.

ROGERS, Molly. *Delia's tears: race, science, and photography in the nineteenth-century America*. New Haven-London: Yale University Press, 2010.

ROLLE, Andrew F. *The lost cause: the confederate exodus to Mexico*. Norman and London: University of Oklahoma Press, 1992.

ROTHMAN, Joshua. *Notorious in the neighborhood: sex and families across the color line in Virginia, 1787-1867*. Chapel Hill & London: The University of South Carolina Press, 2003. p. 204-234.

RUQEMER, Edward Bartlett. *The problem of emancipation: the Caribbean roots of the American Civil War*. Baton Rouge: Louisiana State University Press, 2008.

SAMPAIO, Maria Clara S. Carneiro. *Não diga que não somos brancos: os projetos de colonização do Governo Lincoln na perspectiva do Caribe, América Latina e Brasil*. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

SAMPAIO, Maria Clara. Negros sonhos: os projetos de colonização de afro-americanos no Brasil e na América Central durante a Guerra de Secessão. In: MACHADO, Maria Helena P. T.; CASTILHO, Celso. *Tornando-se livre: agentes históricos e lutas sociais no processo de abolição*. São Paulo, EDUSP [no prelo].

SAMPAIO, Maria Clara S. Carneiro. *Fronteiras negras ao Sul: a proposta dos Estados Unidos de colonizar a Amazônia brasileira com afro-descendentes norte-americanos na década de 1860*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SEXTON, Jared. *Amalgamation schemes: antiblackness and the critique of multiculturalism*. Minneapolis, London: University of Minnesota Press, 2008.

SIEGEL, Micol. Beyond compare: comparative method after the transnational turn. *Radical History Review*, n. 91, p. 62-90, Winter 2005. .

SIEGEL, Micol. *Uneven encounters: making race and nation in Brazil and the United States*. Durham: Duke University Press, 2009.

SIMMONS, Charles Willis. Racist Americans in a multiracial society: confederate exiles in Brazil. *The Journal of Negro History*, v. 67, n. 1, Spring, 1982.

SINHA, Manisha. To “cast just obliquely” on the oppressors: black radicalism in the age of revolution. *The William and Mary Quarterly*. Third Series, v. 64, n. 1, p. 149-160, jan. 2007

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SOMMERVILLE, Diane Miller. Moonlight, magnolias and brigadoom; or, “almost like being in love”: mastery and sexual exploitation in Eugene D. Genovese’s plantation south. *Radical History Review*, n. 88, p. 68-82, Win. 2004.

STAM, Robert; SHOAT, Ella. *Race in translation: culture wars around the postcolonial atlantic*. New York and London: New York University Press, 2012.

STANTON, William. *The leopard’s spots: scientific attitudes toward race in America 1815-1859*. Chicago: University of Chicago Press, 1960.

STEIN, Barbara H. O Brasil visto de Selma, Alabama, 1867. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 3, p. 47-63, 1968.

STEPAN, Nancy Leys. *Picturing tropical nature*. London: Reaktion Books, 2001.

STEPAN, Nancy Leys; GILMAN, Sander L. Appropriating the idioms of science: the rejection of scientific racism. In: HARDING, Sandra. *The “racial” economy of the science: toward a democratic future*. Bloomington; Indianapolis: Indiana University Press, 1993.

STERN, Julia. Spanish masquerade and the drama of racial identity in Uncle Tom’s Cabin. In: GINSBERG, Elaine (Ed.). *Passing and the fictions of identity*. Durham: Duke University Press, 1996.

TENZER, Lawrence R. *The forgotten cause of the civil war: a new look at the slavery issue*. New Jersey: Scholar’s Publishing House, 1997.

TOPLIN, Robert Brent. Between black and white: attitudes toward southern mulattoes, 1830-1861. *The Journal of Southern History*, v. 45, n. 2, p. 185-200, may 1979.

WAGNER, Roy. *A invenção da cultura*. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

WALTERS, Ronald G. The erotic South: civilization and sexuality in the American abolitionism. *American Quartely*, v. 25, n. 2, p. 177-201, May 1973.

WEINSTEIN, Barbara. Slavery, citizenship and national identity in Brazil and the United States South. In: DOYLE, Don; PAMPLONA, Marco Antonio. (Ed.) *Nationalism in the New World*. Athens: Univ. of Georgia Press, 2006, p. 248-271.

WILLIAMSON, Joel. *New people: miscegenation and mulattoes in the United States*. New York: The Free Press, 1980.

WYATT EVANS, C. The Lincoln-Obama Moment. In: BROWN, Thomas J. (Ed.). *Remixing the civil war: meditations on the sesquicentennial*. Maryland: The John Hopkins University Press, 2011.